KLS

História Medieval e Moderna

História Medieval e Moderna

Thiago Juarez Ribeiro da Silva

© 2019 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente
Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica
Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico
Ana Lucia Jankovic Barduchi
Danielly Nunes Andrade Noé
Grasiele Aparecida Lourenço
Isabel Cristina Chagas Barbin
Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica
Aldrei Jesus Galhardo Batista
Rafael Pavani da Silva

Editorial
Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)
Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Silva, Thiago Juarez Ribeiro da
S586h História medieval e moderna / Thiago Juarez Ribeiro da Silva. – Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019.
200 p.

ISBN 978-85-522-1410-6

1. Idade Média. 2. Idade Moderna. 3. Igreja Católica. I. Silva, Thiago Juarez Ribeiro da. II. Título.

CDD 930

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2019
Editora e Distribuidora Educacional S.A.
Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza
CEP: 86041-100 — Londrina — PR
e-mail: editora.educacional@kroton.com.br
Homepage: http://www.kroton.com.br/

Sumário

Unidade 1

Da Antiguidade tardia à Idade Média 7

Seção 1.1

O Império Romano e o fim do mundo antigo 8

Seção 1.2

Os povos árabes e o islamismo 23

Seção 1.3

O nascimento da Europa medieval 36

Unidade 2

O outono da Idade Média e o Humanismo 53

Seção 2.1

Novas rotas comerciais e as Cruzadas 55

Seção 2.2

Das cidades ao Renascimento 71

Seção 2.3

A "Idade Média" e os medievalistas 85

Unidade 3

Do antigo regime às luzes 99

Seção 3.1

As Grandes Navegações e as monarquias europeias 100

Seção 3.2

A Reforma Protestante e as transformações da cristandade 115

Seção 3.3

Das revoluções inglesas ao Iluminismo 129

Unidade 4

Revolução e cultura popular no século XVIII 149

Seção 4.1

Revolução Industrial 150

Seção 4.2

Revolução Francesa 163

Seção 4.3

Cultura popular e historiografia da Idade Moderna 180

Palavras do autor

Este material contempla o estudo dos períodos Medieval e Moderno. "Mas por que estudar um passado tão distante?" você pode se perguntar. É verdade, se pensarmos que as balizas temporais que recortam ambos os períodos podem ser tão distantes quanto o século IV e o século XVIII. Ocorre, porém, que muito do que conhecemos hoje nas nossas sociedades do século XXI teve origem justamente nestes períodos: a Igreja cristã, a imprensa e a ideia de uma república composta por três poderes (o Executivo, o Legislativo e o Judiciário) são alguns dos muitos exemplos que se pode citar. Assim, ter em mente os processos históricos pelos quais eles passaram ajuda a compreender muitas questões do nosso próprio presente.

Trata-se, portanto, de um convite à reflexão crítica, quando se espera que aluno consiga completar a disciplina de maneira bem-sucedida e reconhecer não só os principais acontecimentos dos períodos Medieval e Moderno, mas também os principais debates historiográficos em torno destes acontecimentos. Espera-se que aluno também, através do contato com excertos de documentos históricos propostos por nosso material, consiga analisá-los criticamente, utilizando-se do conteúdo da disciplina para formular estratégias que o auxiliem não só em sua formação acadêmica e profissional, mas também no seu desenvolvimento social.

O material está organizado em quatro unidades cronologicamente distintas.

Na Unidade 1, trataremos do período que vai da denominada "Antiguidade tardia" ao surgimento da "Idade Média", e discutiremos o porquê de tantas aspas. Além disso, responderemos as perguntas: como se deu a transição de um período fortemente marcado pelas tradições romanas para o estabelecimento das diversas sociedades medievais? Como a Igreja se consolidou como uma das umas mais relevantes instituições sociais, políticas e econômicas do período medieval?

Na Unidade 2, o foco será nos eventos e transformações associadas ao fim do período Medieval e à consolidação do Humanismo. Afinal, por que esse

período ficou caracterizado por uma "Renascença"? Esta é uma das reflexões que a unidade proporá.

Já na Unidade 3, o Antigo Regime e o Iluminismo serão os protagonistas de nossas discussões. Num mundo que paulatinamente ampliava cada vez mais seus horizontes, da descoberta da América às incursões na Ásia, como as sociedades ocidentais repensaram a si próprias face a estas novidades?

Por fim, a Unidade 4 tratará das "revoluções" do século XVIII e de seus desdobramentos. Premidos pelas transformações e ideias vistas (e vividas) nos séculos anteriores, movimentos oriundos de diferentes origens sociais irromperam, desafiando o status quo vigente. Quais eram estes movimentos, no que eles se baseavam e quais os impactos de suas ações? São perguntas a serem respondidas nesta unidade. Por isto, aceite nosso convite e tenha proveitosos estudos!

Unidade 1

Da Antiguidade tardia à Idade Média

Convite ao estudo

4 de setembro do ano 476 da Era Comum (E.C.). Esta é a data, aqui indicada como Era Comum de modo a não tomar como referência uma religião específica, normalmente atribuída ao fim do Império Romano do Ocidente, ou também **queda de Roma**, segundo muitos historiadores. Ao acordarem no dia seguinte, as pessoas daquele tempo e espaço pensaram: "*O Império acabou?*" É fato que a deposição de Rômulo Augusto do trono imperial em Ravena pelo godo Odoacro é um marco, mas atribuir a esse único evento todo peso do fim de uma era, a Antiguidade, parece simplista demais. Por isso, nesta seção, nosso intuito é discutir como as transformações pelas quais passou o Império Romano ao longo dos séculos IV e V contribuíram sim para a deposição de Rômulo, mas também em como a própria ideia de "Roma", por meio de suas tradições culturais, políticas e econômicas, perdurou no Ocidente, em que pese o desaparecimento formal de sua parte ocidental. Daí outros eventos terem a potencialidade de assumir o papel de "marco-fim" da Antiguidade, como o surgimento e desenvolvimento dos reinos pós-romanos e do islamismo a partir dos séculos VI e VII.

Imagine-se como professor da disciplina Religião e Ética ministrada numa escola de Ensino Médio. O programa da disciplina prevê, entre outras coisas, o estudo da história das religiões. Numa sociedade praticante de diversos credos como a nossa, tal tema suscita cuidado, uma vez que o curso não deve privilegiar uma determinada religião ou ofender alguém. Do mesmo modo, o professor deve estar preparado para lidar com as diferentes crenças religiosas que cada um de seus alunos possa ter.

Por isso o conhecimento histórico aqui proposto pode auxiliá-lo na elaboração das aulas dentro deste contexto. Uma vez que a discussão parte dos eventos que ocorrerão no passado e suas interpretações pelos especialistas, o material traz fundamentos teóricos valiosos para debates de ideias e preconceitos sobre o tema da religião. Nesta unidade, por exemplo, uma pergunta a ser discutida é: afinal, o cristianismo teve papel decisivo no fim do Império Romano do Ocidente?

Seção 1.1

O Império Romano e o fim do mundo antigo

Diálogo aberto

Nesta seção, abordaremos o que a historiografia categorizou como a "queda de Roma". Mas em vez de nos determos no evento em si, a deposição de Rômulo Augusto em 476, vamos discutir os processos históricos, de raízes mais profundas e complexas, que permitiram que tal fato acontecesse. Nesse sentido, a própria ideia de "Queda" merece ser revista, uma vez que não só a parte oriental do Império Romano sobreviveu à deposição, como as tradições culturais, políticas e econômicas romanas permaneceram como vivas nas sociedades e reinos subsequentes.

Anteriormente dissemos que o contexto de aprendizagem desta unidade se dá num cenário escolar no qual você, exercendo a função de professor na disciplina *Religião e Ética*, deve abordar a história das religiões. E um dos tópicos no estudo da história das religiões é a consolidação do cristianismo como religião no mundo ocidental. Sabe-se que este processo ocorreu em meio ao contexto histórico do Império Romano e um dos seus alunos o questiona sobre o fato do cristianismo ter se expandido justamente porque foi favorecido pela corte imperial como modo de angariar apoio e legitimidade. Quais argumentos você apresentaria para demonstrar outras perspectivas sobre este processo? Afinal, o cristianismo se expandiu e consolidou apenas porque teve apoio das autoridades romanas?

Não pode faltar

A data comumente atribuída à "Queda de Roma" é 4 de setembro de 476, dia em que Rômulo Augusto, último imperador do Ocidente, foi deposto por Odoacro, em Ravena, atual cidade italiana.

É fato que este acontecimento não explica por si só o ocaso do Império Romano do Ocidente, mas é curioso notar como nele podem ser encontrados vários indícios deste processo: das rápidas sucessões ao trono imperial, passando pelas transformações da sociedade romana entre as quais a conversão dos príncipes ao cristianismo, bem como a presença do próprio Odoacro, personagem cujas origens remontam aos povos que migraram para dentro das fronteiras imperiais entre os séculos III e V. Assim, convém que conheçamos um pouco de cada um desses processos a fim de avaliar seus possíveis papéis na dita "Queda de Roma".

Reflita

"Queda de Roma" transmite a ideia de um fim para o Império Romano, mas qual Império Romano? Sua contraparte oriental, por exemplo, perdurou até o século XIV, em que pese todas as transformações por qual passou. Mas mesmo se nos ativermos ao Ocidente, os ideais romanos deixaram realmente de ser referência para as sociedades que se desenvolveram no antigo território imperial? Que elementos comuns a estas sociedades, como a franca, a visigoda, a sueva ou a lombarda, podem ser traçados ao Império Romano? Pense em termos amplos, como cultura, política ou economia.

A crise do Império

Para se entender o que ocorreu no ano de 476, alguns historiadores advogam que devemos recuar aos séculos anteriores para compreendermos os vários motivos que levaram o Império Romano ao ponto do desaparecimento. Entre essas ideias de "decadência", a chamada **crise do século III** é uma das mais preponderantes. Basicamente, ela teria se iniciado após o assassinato do imperador Alexandre Severo em 235 E.C. Este evento teria levado o Império a um período marcado pela anarquia militar, muito por conta da importância que o exército havia assumido na política romana em detrimento do Senado. Com o poder de nomear e retirar imperadores, a sucessão ao trono imperial tornou-se um leilão de qual personagem seria mais conveniente aos interesses do exército. Como exemplo, entre 244 e 284, 11 imperadores morreram pelas mãos de suas tropas.

Concomitante, e em possível consequência, desta instabilidade em Roma, as províncias do Império conquistavam cada vez mais autonomia em relação à corte imperial. As pressões exercidas pelos povos além das fronteiras romanas, os "bárbaros" segundo a etnografia romana, também era crescente. Para se contrapor a este cenário, a corte tomou como solução a concentração cada vez maior de poder nas mãos dos imperadores, afastando-se do ideal de *res publica* (a coisa pública) que marcou o período da República (509-27 a.E.C.) e sua principal instituição, o Senado.

Foi assim que emergiram figuras como **Diocleciano** (244-311 E.C.) e **Constantino** (272-337 E.C.), imperadores fortes, tanto pela força derivada de seu comando sobre o exército quanto pela quase sagração de suas personas elevadas a verdadeiros monarcas, que empreenderam reformas na sociedade romana. Mas estas medidas ampliaram de tal forma a estrutura imperial romana que de tão complexa, tornou-se mais suscetível aos contratempos que eventualmente apareceriam. É o caso da grande crise monetária do século III que acarretou a desvalorização da moeda romana. Esta fragilidade

econômica teria sido a razão mesmo da divisão, em 395, entre o império do Ocidente e o império do Oriente.

O Império Romano e o Oriente

Figura 1.1 | Mapa do Império Romano e sua divisão por volta do ano 400 E.C.

Fonte: https://goo.gl/iWiM2B. Acesso em: 28 ago. 2018.

Em 395, ano da morte do imperador Teodósio, seus filhos e herdeiros dividiram o Império Romano em duas partes: o Império Romano do Ocidente (*pars occidentalis*), governado por Honório (r. 395-423 E.C.), e o Império Romano do Oriente (*pars orientalis*), governado por Arcádio (r. 395-408 E.C.). De fato, a ideia de partição do Império não era novidade: Diocleciano, no final do século III, havia implementado a Tetrarquia, dividindo o governo com três subordinados. Mas, em razão dos conflitos desses personagens, o sistema perdurou somente até o início do século IV. Outro ponto é que o Oriente, que compreendia basicamente a porção leste do Mediterrâneo, há muito fora conquistado pelos romanos e tinha se tornado essencial para a manutenção do Império: não é desconhecido o fato do Egito ter sido um de seus grandes fornecedores de alimento, em especial cereais.

Outra evidência desta integração do Oriente à vida imperial é a construção de **Constantinopla** (atual Istambul, na Turquia) pelo imperador Constantino, nos anos 330. Vista como uma "nova Roma", a cidade se erigiu como importante referência nas rotas comerciais entre o Mediterrâneo e o Mar Negro. Isto não quer dizer, porém, que o Oriente não tenha tido suas particularidades. Reminiscente do império helênico, dos tempos de Alexandre o Grande (323-146 a.E.C.), a região caracterizou-se por ter como

referência a cultura grega, por ser relativamente mais urbanizada e por ter uma economia mais diversificada e ampla que o Ocidente. Exemplo dessa pujança foi a construção das Muralhas de Teodósio, uma grande ampliação das antigas muralhas de Constantinopla, comissionada pelo imperador Teodósio II (r. 408-450). Estas últimas características se mostraram muito úteis quando dos eventos do século V e, que de uma forma ou de outra, contribuíram para o esfacelamento do Império Romano do Ocidente, sendo uma delas a invasão dos hunos.

Migrações no Império Romano

Desde o período da República, Roma travou contato com populações estrangeiras à península itálica. De fato, muito desse contato foi por meio da conquista e da guerra, como atestam as Guerras da Gália empreendidas por **Júlio César** (100-44 a. E.C.) nos anos 50 a.E.C. A partir do século III, porém, essa relação se inverteu. Outrora conquistadora, Roma viu-se pressionada pelos povos que habitavam seus limites. Em decorrência de crises famélicas ou de guerras, estes povos buscavam novas vidas no interior do Império Romano, seja povoando-o ou saqueando-o.

A situação se transformou completamente, porém, com o movimento dos hunos, vindos da Ásia, para a região hoje conhecida como Ucrânia no final do século IV. As conquistas empreendidas pelos habitantes das estepes desencadearam uma série de migrações em direção ao Oeste. Um dos povos que migraram foram os godos. De origem controversa – historiadores divergem se eles provinham da Suécia ou Escandinávia, ou mesmo do continente, uma vez que as evidências textuais e materiais são inconclusivas – eles já tinham travado contato com os romanos, sendo a batalha de Adrianópolis, em 378, na qual o imperador Valente foi morto, um deles. Fugindo dos hunos, os godos, outrora habitando as províncias da Trácia e Dácia, dividiram-se em duas grandes ramificações (os visigodos e os ostrogodos) e penetraram ainda mais no território imperial.

Liderados por Alarico (r. 395-410), os visigodos invadiram a península itálica, onde pilharam diversas cidades, entre elas Roma em 410. Em 418, eles foram instalados por Honório, imperador do Ocidente, na Aquitânia (atual França) sob o estatuto de "federados" (*foederati*). Roma lhes forneceria terras e pagamentos, em espécie, em moeda, ou lhes garantiria o direito de recolherem impostos na região, assim como o direito de manterem seus próprios governantes, e, em troca, os visigodos se comprometeriam em lutar ao lado do império como aliados. Foi o que ocorreu quando da Batalha dos Campos da Catalunha, quando uma coalizão formada por tropas romanas, visigodas e de outros povos, sob comando do general romano Flávio Aécio e do rei Teodorico I, derrotaram os hunos comandados por Átila em 451.

Assim como os godos, diversos outros povos se deslocaram em razão da pressão dos hunos: burgúndios, alanos, suevos, vândalos, entre outros. Cada qual com sua origem e características (cujo espaço não nos permite esmiuçar aqui), eles adentraram o território romano e, de forma pacífica ou não, ali se instalaram. Estima-se que entre 40.000 e 200.000 indivíduos tenham seguido este caminho, integrando-se de uma forma ou de outra à civilização que juraram defender. O caso do rei visigodo Ataulfo (r. 410-415) é sintomático: apresentando-se como aliado dos romanos, ele se casou com Gala Placídia (392-450), filha do imperador Teodósio (r. 378-395).

Assimile

> "Como sabemos que, pela ajuda de Deus, os Godos habitam misturados a vocês, julgamos necessário, a fim de que nenhuma desordem nasça como acontece entre pessoas que partilham o mesmo território, enviar-lhes como conde um homem sublime, recomendado a nós por seus bons meios, que deverá mediar segundo nossos editos todos os processos entre dois Godos. Se um processo vier a se estabelecer entre um Godo e um Romano, ele se dirigirá a um Romano competente para resolver o conflito de maneira equânime; entre dois Romanos, estes se reportaram aos juízes que nos delegamos nas províncias. Assim cada um conservará seu direito próprio e, sob a diversidade dos juízes, uma só justiça será rendida a todos os homens. (CASSIODORO, 1894, p. 202-203, tradução nossa)

Acima, vemos um excerto das *Variae* (que significa diversos ou vários em tradução livre) de Cassiodoro, membro da aristocracia senatorial na península itálica. Trata-se de uma coleção de 468 cartas e fórmulas oficiais do reino ostrogodo na Itália, não datadas, mas mais ou menos classificadas numa ordem cronológica entre 506 e 537. Esta carta é atribuída a Teodorico I. Nela vemos a preocupação de Teodorico em garantir a paz e a justiça em seu reino ao instaurar responsáveis por julgar processos de pessoas de origem romana ou não, segundo seus costumes, permitindo uma coexistência fundada sobre o interesse recíproco entre esses dois pólos.

Membro da família dos Amalos, nascido em torno de 455, Teodorico passou doze anos em Constantinopla como refém. Coroado rei de uma porção dos ostrogodos em 475, instalou-se na Macedônia até que o imperador Zenão (425-491 E.C.) decide, em 488, enviá-lo, revestido do título de *magister militum Italiae* ("chefe do exército da Itália" em tradução livre), para reconquistar a Itália de Odoacro,

que havia deposto Rômulo Augusto em 476. Após uma campanha de quatro anos, ele captura e mata Odoacro, em Ravena, no ano de 493. Mestre da Itália, chefe vitorioso e enviado do imperador, Teodorico se ocupou rapidamente de reorganizar o governo da península. A dualidade dos habitantes da Itália, dividida entre romanos e não romanos mostra um dos aspectos das migrações dos povos para o Ocidente naquele período.

Este processo como um todo foi interpretado por uma corrente historiográfica que viu nestes movimentos, principalmente muito em razão de seu caráter violento, verdadeiras invasões. Esta ideia era ainda mais reforçada pela qualificação que estes povos recebiam: **bárbaros**. Para estes especialistas do passado, as invasões, pilhagens e ignorância desses povos enfraqueceram o Império Romano do Ocidente a tal ponto que seu fim teria sido decorrente de um "assassinato" pelos invasores bárbaros.

Exemplificando

A ideia do "bárbaro" não ficou restrita à produção escrita dos tempos romanos. Na verdade, ela foi sendo reapropriada, ora de maneira sutil ora de maneira direta, por diversas culturas e sociedades séculos após seus usos na civilização latina. Pense por exemplo na expressão "vândalo", utilizada comumente por nossa sociedade contemporânea para designar o indivíduo que danifica deliberadamente um bem público ou particular. Originalmente, vândalos eram o povo que, ao migrar para o território do Império Romano do Ocidente, devastou diversas regiões da Europa meridional e do Norte da África. Chegaram mesmo a saquear Roma em 455, liderados por seu rei, Genserico. Assim, os termos "vândalo" e "vandalizar" tomam seu significado a partir das ações empreendidas por este povo – em geral, segundo o ponto de vista de suas vítimas, isto é, as sociedades saqueadas, frise-se.

Outro exemplo de como o tema do "bárbaro" foi reapropriado, e ainda nos atendo ao contexto dos vândalos, é a pintura *O saque de Roma,* de Karl Bryullov (1799-1852). Pintada entre 1833 e 1836, o autor russo expôs na tela uma concepção muito particular de "bárbaro":

Figura 1.2 | Os usos do conceito de "bárbaro"

Fonte: Karl Bryullov. O saque de Roma. 1833-1836. 88x117,9 cm. Galeria de Tretyakov, Rússia. Disponível em: https://goo.gl/djDfN3. Acesso em: 28 ago. 2018.

Vemos, de início, uma dualidade muito clara entre Genserico, o rei vândalo a cavalo, e o Papa, figura ereta tal qual as colunas dos edifícios e pronta para lhe fazer oposição. Os romanos e vândalos são identificados por dois elementos básicos: suas vestes e tez. Os primeiros trajam togas típicas romanas e são caucasianos; os segundos, ou vestem túnicas e turbantes, ou estão parcialmente despidos, além disso sua tez é marcadamente identificada como de matiz negra.

Ora, não nos parece curioso que os vândalos, povo originário do Leste europeu, utilizassem tais vestes e tivessem esta cor de tez? Isto porque a releitura do "bárbaro" proposta por Bryullov leva em consideração seu contexto: vivendo no Império Czarista Russo, o estrangeiro (e inimigo) maior de sua nação era o Império Turco-Otomano à oeste, caracterizado não só por abrigar populações negras, mas também professar a fé islâmica. De outro modo, Bryullov identificou o "bárbaro" do saque de Roma de 455 a sua ideia de bárbaro como habitante do Império Russo nos anos 1830.

Este argumento, porém, tem seus limites. Um deles, e talvez o principal, são os documentos sobre os quais essas teses se fundam. Em sua grande maioria, eles se tratam de crônicas cristãs ou de personagens aristocratas romanos (ou ambos!), que viam estes acontecimentos sob o prisma da fé ou da cultura romana. De certa forma incapazes de se distanciar destas perspectivas, defensores das invasões como causa única da do desaparecimento do Império Romano do Ocidente têm sua interpretação um tanto enviesadas por suas leituras.

Assimile

Ao longo do texto, você viu que o termo "bárbaro" implica um certo preconceito etnográfico romano. O termo, cuja etimologia remonta ao grego, se referia, inicialmente, àqueles que não falavam a língua latina. Após séculos de análises e classificações, cuja obra *Germânia* de Tácito (55-120 E.C.) talvez seja o maior expoente, a palavra passou a designar qualquer um que não possuísse a cidadania romana. Isto é, mais do que um aspecto cultural, tratava-se também de um aspecto legal e, com ele, todas as implicações que sua falta poderia acarretar, como ser vítima de escravidão no Império Romano.

O leitor atento notará, porém, que evitamos nomear povos como os francos, burgúndios, godos, alanos e outros como "germanos". De certo, sua fundamentação a partir da referida obra de Tácito seria plenamente justificável – embora nem todos estes povos citados sejam identificados pelo autor romano. Ocorre, porém, que tal qual o termo "bárbaro", "germano" também é uma construção intelectual. Ademais, é uma construção intelectual moderna, calcada na filologia. Se nos ativermos aos documentos "germânicos", sejam eles cartas, crônicas, inscrições ou objetos arqueológicos, veremos que um conceito unificador de tamanha variedade como "germanidade" perde todo o sentido.

Na verdade, ele só encontrará sentido nas historiografias nacionalistas do século XIX e início do XX, que viram nestes "germanos" a força e o vigor de suas origens. Não sem motivo, autores ligados ao nazifascismo entendiam ser possível comparar a liderança (Führertum) de Hitler à realeza (Heerkönig) dos reis "germânicos" como Teodorico e Clóvis (r. 481-511).

Reflita

Quão "bárbaro" ?

Ao explicar a questão dos "bárbaros" no Império Romano para seus alunos, pode ser que um deles lhe lance a seguinte questão: "como podemos saber se alguém é um 'bárbaro' para além do que foi escrito sobre eles?" Esta pergunta pressupõe o trabalho com um tipo de vestígio diferente do registro textual. Além disso, esse vestígio deve contemplar o assunto perguntado pelo aluno, o ser "bárbaro". Felizmente, há um tipo de documento que atende ambas as demandas: os restos arqueológicos. Neste sentido, um exemplo seria trabalhar a tumba funerária de um indivíduo reconhecidamente "bárbaro", isto é, não romano. Como exemplo, indica-se a seguinte sepultura:

Figura 1.3 | Exemplo de sepultura masculina

Fonte: http://journals.openedition.org/rae/971. Acesso em: 28 ago. 2018.

Tendo em conta a numeração dos objetos, vê-se que na sepultura masculina foram enterrados, junto ao indivíduo, diversos itens, entre eles uma espada. Ela está presente em mais 15 tumbas neste sítio arqueológico de Erstein, França, demonstrando o valor destas práticas funerárias. Ao que essas espadas estariam associadas, considerando que muitos destes povos, francos no caso, eram tidos como guerreiros, lutando tanto a favor como contra o Império Romano?

O(s) cristianismo(s) e a consolidação da Igreja

O cristianismo se originou na Palestina e, no período entre os séculos II e VII, é possível encontrar comunidades cristãs por praticamente todo o mundo conhecido pelos romanos, da Irlanda à Ásia Central. Como um culto local, restrito a alguns praticantes em seu início, espalhou-se de maneira tão vertiginosa? Reservados os argumentos relativos à fé, dois pontos são essenciais para entender esta história: o Império Romano e a Igreja.

De fato, até o início do século IV, a relação entre as comunidades cristãs e o Império Romano foi pautada pelas perseguições, culminando naquela promovida por Diocleciano em 303, conhecida como a mais severa delas. A ascensão de Constantino ao trono imperial, porém, modificou esta situação. Conforme visto em seus atos e documentos oficiais, o cristianismo passou de religião perseguida, a tolerada dentro do império, e chegou mesmo a ser beneficiada pelas políticas da corte. Mas isto não implica ver um aparelhamento do cristianismo pelo Império Romano, configurando aquilo que parte da historiografia chamou de "césaropapismo".

Assimile

Césaropapismo é a ideia de que o governante (imperador, rei, chanceler, etc.) assume as diretrizes dos assuntos religiosos, tomando dos líderes religiosos esta responsabilidade. Deparando-se com várias situações de conflito entre os interesses das instituições religiosas e de governo ao longo da história, os especialistas se serviram deste conceito para descrever estas relações políticas, principalmente na Idade Média. O problema deste conceito, porém, é que ele pressupõe não só a existência de duas categorias modernas de análise da vida social, a saber Estado e Igreja, mas também a dissociação entre elas. Ora, trata-se, então, de uma projeção de construtos intelectuais modernos na análise histórica, uma vez que seus próprios atores, vistos através dos registros documentais, provavelmente não entendiam sua própria realidade desta forma.

Não entrando no mérito da confissão de fé do imperador, assunto que pouco auxilia na compreensão do fenômeno histórico do cristianismo como um todo, as medidas tomadas por Constantino em favor dos cristãos, como as isenções fiscais diversas e dos serviços públicos compulsórios (como a construção e manutenção de obras públicas e muralhas, por exemplo, o patrocínio e realização de festas e jogos e outros) deve ser entendida menos como uma simples realização de sua vontade, e mais a partir da complexa relação entre a corte imperial e as demandas feitas por seus conselheiros, cidadãos e corporações. O fato dessas benesses imperiais terem se estendido para além do principado de Constantino demonstra como elas dependeriam menos de sua vontade, uma vez que o soberano seguinte poderia suprimi-las. Este entendimento nos faz olhar os grupos responsáveis por estas demandas e petições em favor do cristianismo, e entre eles, destaca-se, obviamente, sua maior porta-voz: a Igreja.

Pesquise mais

As "lendas" sobre a fé de Constantino permeiam o debate historiográfico há muito tempo. Há aqueles que questionam a validade de sua confissão, vendo nela apenas um meio do imperador conseguir apoio e legitimidade entre a comunidade cristã, cada vez mais crescente no império. Outros especialistas, porém, acreditam que foi uma conversão verdadeira, principalmente por ter sido obra de sua mãe, Helena de Constantinopla (250-330), posteriormente conhecida como Santa Helena. Se você quiser saber mais sobre o problema, e como a historiografia recente tem lidado com a questão (repensando mais a construção do discurso sobre a fé do imperador do que tomar as informações contidas nos documentos como verdades absolutas), leia o artigo abaixo, em especial das páginas 1 a 12:

DELLA TORRE, Robson M. G. **A atuação pública dos bispos no principado de Constantino**: as transformações ocorridas no Império e na Igreja no início do século IV através dos textos de Eusébio de Cesareia. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

Por Igreja, no século IV, deve-se entender o conjunto de comunidades cristãs beneficiadas pela política de favorecimento empreendida pelos imperadores romanos, a começar pelo Édito da Tolerância que, em 311, colocou fim às perseguições. Mas isto não quer dizer que este grupo fosse homogêneo, uma vez que diversos segmentos coexistiram no seio da instituição até sua legitimidade como "católicos" terem sido reconhecidas. É o caso dos arianos, seguidores da doutrina que negava a consubstancialidade da Trindade e, assim, a divindade de Jesus Cristo, declarados heréticos pelo concílio de Constantinopla em 381. De fato, havia uma pluralidade de posicionamentos teológicos e políticos abrigados naquilo que comumente se entende por Igreja. Tais diferenças foram sendo assimiladas ou rechaçadas nos debates eclesiásticos, ocorridos principalmente nos concílios ecumênicos da cristandade, a ponto de um conjunto de dogmas ser encarado como verdadeiro por seus fiéis. Mas quem movia a Igreja? Em última instância, obviamente, seriam seus fiéis, que, ao final do século III, já representavam entre 10% e 25% da preferência religiosa do império.

Exemplificando

Embora o número de cristãos no Império Romano, pela limitação documental, não deixe de ser, até o momento, apenas uma estimativa, é consenso entre os especialistas do tema que um dos vetores desse crescimento foram as mulheres. Pela maneira de como o dogma cristão é composto (exemplificado mormente pelo papel de Maria, mãe de Jesus), as mulheres gozavam de um maior status dentro dos círculos cristãos do que nas comunidades pagãs ao seu redor. Daí, segundo esta interpretação, o cristianismo ter sido preferido inicialmente pelas mulheres. Convertidas, estas mulheres se casavam com homens cristãos e não cristãos. E não raros são os relatos destas esposas, mães ou filhas terem papel decisivo na conversão de seus maridos, filhos ou pais, como é o caso de Catarina de Alexandria, a Santa Catarina, que teria convertido a esposa do imperador romano Maximino Daia (r. 305-308).

Uma categoria especial de fiéis, pertencentes à hierarquia eclesiástica, assumiam cada vez mais relevância nos assuntos da Igreja: os bispos.

Por conta de sua base de atuação, as comunidades cristãs, e os incentivos recebidos da administração imperial, os bispos foram assumindo paulatinamente um papel de destaque na vida pública romana a partir do século IV, como no exercício da justiça (através das audiências episcopais). Ao se colocarem como representantes da Igreja e dos cristãos, um segmento cada vez mais crescente da população imperial, os bispos galgaram espaços de liderança política nas cidades. Foi exercendo este papel, por exemplo, que Leão I (400-461), bispo de Roma, reuniu-se com Genserico a fim de evitar a pilhagem da cidade em 455.

Sem medo de errar

Então, conseguiu pensar num argumento para demonstrar outra perspectiva sobre o processo de vinculação entre a fé cristã e o poder imperial como maneira de expandir este credo? Como você responderia àquela afirmação feita pelo estudante, proporcionando um conhecimento mais aprofundado do complexo cenário da expansão do cristianismo em Roma?

Para essa resposta, é fundamental retomar os temas que trabalhamos ao longo da seção. Vimos que a ideia de césaropapismo, quando o governante assume as diretrizes dos assuntos religiosos, não necessariamente se aplica às relações entre Igreja e Império no século IV (e posteriores). Ou seja, embora Constantino e Licínio tenham permitido a liberdade de culto aos cristãos, como visto no Édito de Milão, em 313, e Constantino tenha se assumido como o primeiro imperador cristão, promovendo políticas públicas favoráveis a esta fé e à Igreja (como as isenções fiscais) ao longo de todo seu reinado, não é no sentido de "aparelhamento" deste credo e suas instituições que se deve enxergar o desenvolvimento e expansão do cristianismo nos séculos IV e V.

Pode-se dizer que o crescimento da influência do cristianismo na sociedade romana deve-se muito à atuação pública dos bispos nos tempos imperiais, uma vez que estes se colocavam como defensores das igrejas e das comunidades cristãs. Tendo seu papel de liderança reconhecido pelas autoridades imperiais, principalmente após o principado de Constatino (306-337), os bispos alcançaram prerrogativas antes destinadas somente às magistraturas romanas, como a resolução de conflitos por meio de audiências lideradas por eles, a manumissão de escravos e ainda o acesso à alta corte para fazer suas demandas.

Esta proeminência da figura do bispo e sua atuação pública junto às comunidades cristãs cada vez mais crescentes fez com que o cristianismo se consolidasse paulatinamente na sociedade romana tanto quanto as medidas

imperiais, tal e qual a adoção do cristianismo como religião oficial do império sob Teodósio I (346-395). É claro que uma decisão como esta auxiliaria na promoção da fé cristã, mas ela não obrigou a conversão dos fiéis. Estes adentraram a comunidade não só pela identificação com os valores cristãos, mas também por encontrar nela uma instituição forte e consolidada, cuja liderança estava justamente nas mãos dos bispos.

Com essa recapitulação de diferentes situações, temos a construção de um cenário histórico complexo, muito distinto daquele – mais maniqueísta – presente na questão do estudante inicialmente exposta.

Faça valer a pena

1.

> "Nós, Constantino e Licínio, imperadores, encontrando-nos em Milão para conferenciar a respeito do bem e da segurança do império, decidimos que, entre tantas coisas benéficas à comunidade, o culto divino deve ser a nossa primeira e principal preocupação. Pareceu-nos justo que todos, os cristãos inclusive, gozem da liberdade de seguir o culto e a religião de sua preferência. Assim qualquer divindade que no céu mora ser-nos-á propícia a nós e a todos nossos súbditos. (FORDHAM UNIVERSITY, 1996, [s.p.], tradução nossa)

No trecho acima, vemos o início do chamado Édito de Milão, documento normativo da corte imperial publicado em 313 E.C., que determinava a neutralidade do Império Romano em relação aos credos religiosos, o que pôs fim às perseguições, especialmente aos cristãos.

Sobre este documento e seu contexto histórico é correto afirmar que:
a) Após a publicação do Édito de Milão, as perseguições aos cristãos foram encerradas dali até o fim do Império Romano do Ocidente, em 476.
b) Diocleciano foi o primeiro imperador romano a confessar publicamente sua fé no cristianismo e o promoveu como nenhum outro imperador anterior a ele.
c) A Igreja cristã no século IV pode ser descrita como uma única Igreja, isto é, sem movimentos em seu interior que se contrapunham entre si sobre os dogmas do cristianismo.
d) A publicação do Édito de Milão foi o último ato de Constantino em favor dos cristãos, uma vez que este imperador nunca professou o cristianismo.
e) Pode-se entender como uma das justificativas de publicação do Édito de Milão a tentativa de construir uma estabilidade social no império, uma vez que a Grande Perseguição a colocou em risco.

2.

> Vede, irmãos, aquele que recorre à Igreja em sua enfermidade obtém, se for digno, a saúde do corpo e a remissão dos pecados. Uma vez que só na Igreja é possível, pois, encontrar este duplo benefício. E por que há infelizes que se dedicam em causar mal a si mesmos, procurando os mais variados sortilégios: buscando em encantos e feitiços diabólicos em fontes e árvores, feitos por videntes e adivinhos charlatões?. (CESÁRIO DE ARLES, [s.d., s.p.] apud DIAS, 2015, p. 10)

Este sermão foi proferido por Cesário (c. 470-543), monge, abade e, no fim de sua vida, bispo de Arles, comuna da atual França, à população rural. Sobre o sermão é correto afirmar que:

a) A Igreja de credo niceno não teve dificuldades na expansão de suas doutrinas no interior das antigas províncias do Império Romano.

b) As práticas consideradas pagãs pelo cristianismo eram bem aceitas pela hierarquia eclesiástica.

c) O sermão de Cesário de Arles é exemplo da tentativa de interlocução entre a Igreja e a população, cabendo aos bispos o papel de mediadores da cristianização.

d) Os bispos não viam como seu papel a cristianização das populações pagãs, legando às autoridades públicas laicas este papel.

e) Em que pese a exortação episcopal, o cristianismo não vingou nas regiões fora da influência direta de Roma, sendo este o caso de Arles.

3.

> Os romanos adoravam comparar seu mundo ao dos bárbaros. Porém, como sugerimos [...] esses dois mundos correspondiam a duas categorias distintas: a identidade romana, como *populus romanus*, era constitucional, criada internamente e baseada em uma cultura e uma tradição intelectual comuns, em um sistema legal e em uma predisposição para a integração a uma tradição político-econômica comum. Resumindo, a qualidade de romano era uma categoria constitucional, e não étnica. Já a qualidade de bárbaro era uma categoria inventada, projetada em uma variedade de povos com todos os preconceitos e pressuposições de séculos de etnografia clássica e imperialismo. Além disso, apesar da ênfase que os romanos davam à diferença entre as duas categorias, uma necessariamente não excluía a outra. Um indivíduo podia ser ao mesmo tempo romano e bárbaro. A distinção, sempre mais teórica do que real, tornou-se ainda mais incerta nos séculos IV e V. (GEARY, 2002, p. 81)

O termo "bárbaro" foi empregado de diversas maneiras ao longo da história. Sobre estes usos, é correto afirmar que:

a) "Bárbaro" foi uma denominação utilizada por diferentes civilizações exclusivamente para designar povos que não compartilhavam dos credos religiosos destas mesmas civilizações.

b) O termo "bárbaro", na língua latina *barbarus*, foi usado pelos romanos para designar estrangeiros ou não falantes do latim.

c) Os godos, como aqueles que se instalaram nas cidades hoje conhecidas como Colônia, Tournai e Cambrai, autointitulavam-se "bárbaros" pelo teor ameaçador que o termo carregava.

d) Somente os helênicos não empregaram o termo "bárbaro" para descrever seus vizinhos não falantes da língua grega.

e) Para a historiografia, "bárbaro" e "germano" são termos de mesmo valor semântico.

Seção 1.2

Os povos árabes e o islamismo

Diálogo aberto

Nesta seção, abordaremos o surgimento do islamismo e os impactos dele derivados para as sociedades ocidentais e orientais. Como se configurava a Península Arábica anterior a Maomé? De que maneira a própria ação profética de Maomé a transformou? Como o islã, num intervalo de menos de dois séculos, ocupou uma região que ia da Península Ibérica ao interior da Ásia Menor, passando por territórios que hoje chamamos de Irã e Iraque? Houve consequências dessa rápida expansão para os reinos ocidentais surgidos no período posterior ao fim do Império Romano do Ocidente, em 476 E.C.? Estas são as perguntas norteadoras para o estudo aqui proposto.

Resgatando o contexto de aprendizagem proposto para esta unidade de estudos, imagine-se ainda como professor da disciplina *Religião e Ética*, ministrada em uma escola de Ensino Médio. Você percebe que seus alunos, nenhum deles muçulmano, têm a ideia de que, nos dias atuais, o Islã permanece o mesmo desde o seu surgimento nas comunidades árabes do século VII. Considerando que o programa de curso demanda uma introdução histórica ao Islã, de que maneira você proporia uma discussão que lhes permitisse ampliar seus horizontes?

Não pode faltar

Os povos árabes e o surgimento do Islã no século VI

No momento do nascimento de **Maomé**, em torno de 570 E.C., a Península Arábica possuía uma organização tribal. Este período é chamado de *Jahiliyya*, termo que significa literalmente "selvageria", pois os próprios muçulmanos consideravam-no como um período de ignorância, justamente por preceder o tempo do Islã, que surgiria oficialmente em 622 (o ano 1 da **Hégira**, o calendário muçulmano).

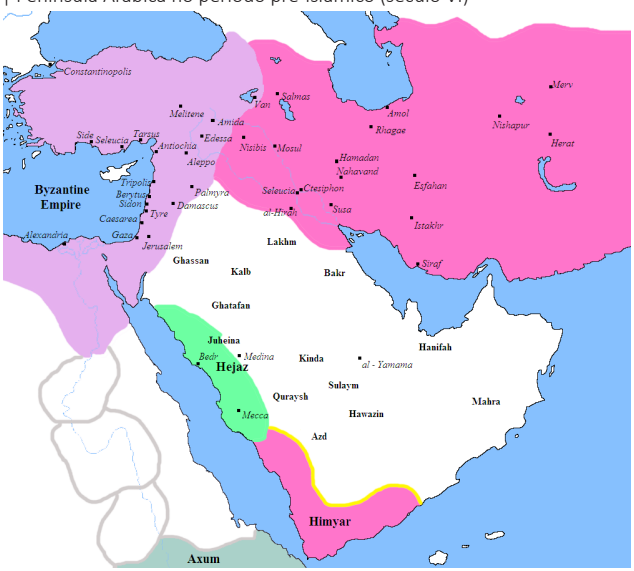
Assimile

Hégira: termo que significa, de maneira geral, "imigração". Em 622, Maomé, após ter negociado com os habitantes de Yathrib, saiu de Meca para o oásis que viria a ter seu nome (Madinat al-Nabi, a cidade do Profeta, ou Medina) com seus companheiros. Este foi um fato fundamental para o Islã, uma vez que a hégira marcou o nascimento da primeira comuni-

dade de crentes (*Umma Islamiyya*) que Maomé formou em Medina. Foi por este motivo que o califa Omar (586-644) escolheu esta data como início do calendário muçulmano. Devido à contagem feita em função do mês lunar, é difícil calcular manualmente uma correspondência direta com o calendário gregoriano utilizado pela Igreja cristã no Ocidente.

Sobre a Arábia pré-islâmica, convém apresentar alguns traços, uma vez que tiveram grande importância na vida da sociedade muçulmana posterior. O primeiro ponto a se chamar a atenção é que, embora o Golfo Pérsico se trate de um espaço de mais de 2 milhões de quilômetros quadrados, apenas quatro regiões eram efetivamente habitadas naquele período. Isto em razão das enormes áreas áridas que caracterizam o clima desértico da localidade. Entre as regiões habitadas encontrava-se o oásis de Meca, localizado próximo ao Mar Vermelho. Uma vez que a rota comercial entre Mesopotâmia e Síria encontrava-se bloqueada pelas guerras entre o Império Bizantino e a Pérsia, a região de Meca foi usada como alternativa. Isto favoreceu os Coraixitas, tribo que dominava Meca, o grande santuário da região.

Figura 1.4 | Península Arábica no período pré-islâmico (século VI)



Fonte: https://goo.gl/fLV8YF. Acesso em: 12 set. 2018.

As tribos eram formadas de clãs, os quais eram compostos de famílias (num sentido amplo) e dirigidos por um patriarca ou xeique. No que se refere à tribo dos **Coraixitas**, dois clãs se destacavam: os **Haxemitas**, ao qual pertencia Maomé, e aqueles dos **Omíadas**, que ao fim do século VI, viriam a dominar

Meca, beneficiando-se do comércio, principalmente das taxas recebidas daqueles que ali passavam ou peregrinavam. Maomé nasceria no seio do clã haxemita, na tribo dos coraixitas, em torno do ano 570. Foi a partir da sua atividade profética nos anos 610 em Meca, e, principalmente, após sua instalação em Medina no ano 622 (ano 1 da Hégira), que pôde ser vista a criação e elaboração de uma comunidade de crentes, a *Umma Islamiyya*. Maomé, visando aumentar a comunidade, priorizou um discurso favorecendo o igualitarismo entre os homens convertidos ao Islã, sem distinção tribal ou racial.

A estrutura social da Arábia do século VI, na ausência de um poder político centralizador, possibilitou que Maomé se responsabilizasse pelos quadros da vida da comunidade formada em Medina: com base nas recomendações do **Alcorão**, Maomé estabeleceu um modelo social que cobria aspectos da vida dos muçulmanos, indo da moralidade à justiça, e passando até pela higiene.

Assimile

A vida de Maomé é conhecida pelos capítulos (*suras*, em número de 114) do Alcorão, cujos comentários com conteúdo religioso se apoiam parcialmente sobre os atos que marcaram o nascimento da primeira comunidade muçulmana em Medina. No Alcorão, Maomé é apresentado como o paradigma de todos os profetas, aqueles que faziam previsões por inspiração divina, de Adão a Jesus Cristo, os quais o Alcorão reconhecia valor. Assim o Islã, colocando-se na continuidade das "religiões do Livro", fez do Alcorão, na ordem hierárquica, o último destas mensagens. Maomé, mortal como os outros profetas, recebeu num sonho, as palavras de Alá. Ele deveria recitar (*qaraa*, daí Alcorão) as palavras recebidas de Deus, fazendo do Alcorão o único objeto divino sobre a Terra.

Exemplificando

Os cinco pilares do Islã, ou as cinco obrigações que todo muçulmano deve seguir para permanecer no Islã:

- A *Chahada* ou profissão de fé, denotando a conversão.
- As cinco orações diárias, *Salá*, denotam o reconhecimento e a submissão a Alá, inclusa a oração comunitária que ocorre na mesquita.
- O *Ramadã*, com duração de um mês lunar, marca o período de jejum que compreende a interdição de qualquer ingestão alimentar do raiar ou pôr do Sol.
- A peregrinação à Meca, a ser realizada ao menos uma vez na vida, salvo em caso de impossibilidade física ou pecuniária.
- A *Zakat*, ou esmola legal, consistindo em cada ano, para se purificar, doar uma parte de seus bens ao chefe da comunidade.

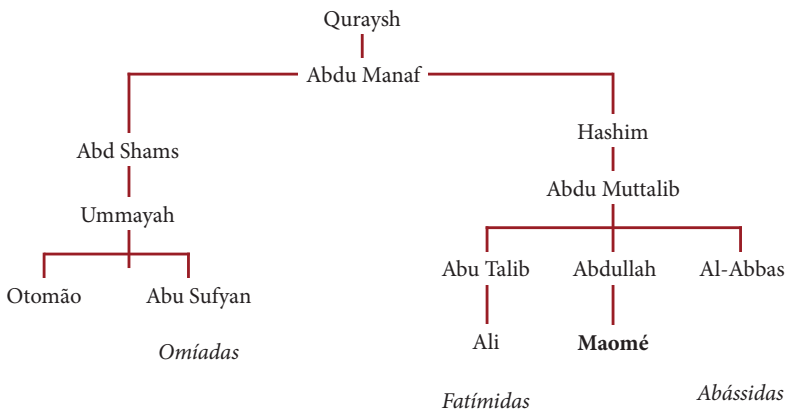
Assim, desde o início, o guia (*Imã*) da comunidade muçulmana apresentava-se como chefe religioso e político. Ainda assim, mesmo com esta centralização de poder e com o cuidado pela vida dos muçulmanos, Maomé não designou um sucessor ou meios de nomeá-los quando da sua morte em 632. Este foi o principal motivo dos vários conflitos que acometeriam o Islã no futuro.

A expansão do Islamismo I

Após o período profético, teve início, em 632, o tempo dos califas sucessores de Maomé. Encarregados de guiar a comunidade muçulmana, eles se esforçaram por conservar o mais fielmente possível o modelo legado pelo profeta. Este período, que se estende, grosso modo, de 632 a 1050, foi marcado por diversas transformações na sociedade e cultura muçulmana, inclusive na visão do próprio Islã. Veremos neste primeiro momento, os acontecimentos que vão de 632, a morte de Maomé, a 750, o fim da dinastia dos Omíadas.

Os quatro primeiros sucessores de Maomé, conhecidos como os califas *Rashidun* (os "bem guiados", ou Califado Ortodoxo) governaram entre 632 e 661. Este foi um período complexo, marcado por eventos fundamentais para o Islã, como a discussão da sucessão do profeta, o governo da comunidade e as primeiras divisões religiosas internas do Islã.

Figura 1.5 | Genealogia simplificada dos coraixitas



Fonte: adaptado de Yusuf (2017, p. 26).

Dois clãs se formaram entre os companheiros de Maomé: um ligado à Medina, sob o interesse de Ali, primo e general de Maomé, e outro ligado a Meca, sob liderança de Omar, da família das omíadas (ver Figura 1.5). A ausência de um sucessor designado pelo profeta provocou uma verdadeira luta entre os clãs. A questão foi resolvida a partir de discussões a respeito das

doutrinas religiosas e da concepção de poder. Como irrompeu uma diferença entre os princípios religiosos, o Islã dividiu-se em três vertentes principais:

Os **carajitas**, que consideravam apenas as qualidades morais dos candidatos a sucessor, devendo este ser designado tal qual era costume nas tribos, isto é, sem distinção de origem, nem de obrigação de ascendência coraixita.

Os **xiitas**, que acreditavam que a designação de Ali era divina, pois emanava do Alcorão, dotava-o (e seus descendentes) de capacidades particulares, conferindo-lhes o direito de se tornarem imãs. Foi sob esta concepção que se desenvolveu a teologia xiita original.

E os **sunitas** que não estabeleceram regras, pois acreditavam que sua ascendência coraixita já os legitimava por si só. Esta interpretação era adotada pelos omíadas e, posteriormente, pelos abássidas.

Uma vez que as teorias se contradiziam umas às outras, não é difícil imaginar que não houve consenso na sua aplicação prática. Este fato deixou abertura para contestações e usurpações, já testemunhadas em 656, quando Otomão (r. 644-656), califa ligado aos omíadas, foi assassinado por um apoiador de Ali, que viria a se tornar o califa entre 656 e 661. O próprio Ali seria assassinado, desta vez por um carajita. Estes eventos ficaram conhecidos na história do Islã como "Primeira *Fitna*", termo que literalmente significa "divisão", usado para designar a primeira guerra civil dentro do Islã.

Reflita

Pensando sobre as conquistas árabes, além das disputas internas pelo califado islâmico, o período entre 632 e 751 também foi marcado pelas conquistas árabes: num movimento contínuo e rápido, o Islã expandiu-se dos Pirineus, na atual Espanha, até o rio Indo, a divisa atual entre o Paquistão e a Índia. Sendo assim, é interessante que você reflita sobre dois problemas gerais acerca deste assunto:

Que meios permitiram que os árabes confrontassem os dois governos mais poderosos naquele momento, a saber, o Império Bizantino e a Pérsia sassânida?

Como os muçulmanos conseguiram, num espaço de sociedades tão diversas, impor sua presença largamente minoritária em números, de maneira que os próprios autóctones adotaram o modelo proposto?

Desta primeira guerra civil, emergiu um grupo que viria a governar os muçulmanos por quase um século (entre 661 e 750): os omíadas.

Desde sua conversão, os omíadas foram integrados aos centros de poder do Islã. Maomé utilizou-os em seus dois domínios de competência: a guerra e a administração. Principais atores das conquistas, eles ocuparam posições-chave nas regiões submetidas ao Islã, aproveitando-se do enfraquecimento de seus rivais muçulmanos. Mas quais as razões deste sucesso?

Sobre isto, podemos elencar três motivos: o primeiro foi a clara superioridade militar, mesmo diante de exércitos bem ordenados, como os bizantinos, os persas ou os chineses. A rápida mobilidade das forças árabes dava-lhes vantagem sobre estes contingentes de soldados. A própria fraqueza dos adversários deve ser levada também em consideração ao se julgar a efetividade das conquistas muçulmanas, sendo este o segundo motivo. Bizantinos e sassânidas, por exemplo, estavam desgastados pelos conflitos que travavam entre si desde o século V. Por fim, convém ressaltar, como terceiro motivo, a estreita ligação entre a fé islâmica e a guerra. Em diversas passagens, o Alcorão ressalta como o combate contra os incrédulos e os inimigos da fé seria um dever do bom muçulmano.

Exemplificando

Trechos do Alcorão sobre a luta dos muçulmanos:

> 38 Ó fiéis, que sucedeu quando vos foi dito para partirdes para o combate pela causa de Deus, e vós ficastes apegados à terra? Acaso, preferíeis a vida terrena à outra? Que ínfimos são os gozos deste mundo, comparados com os do outro!
> 39 Se não marchardes (para o combate), Ele vos castigará dolorosamente, suplantar-vos-á por outro povo, e em nada podereis prejudicá-Lo, porque Deus é Onipotente.
> [...]
> 41 Quer estejais leve ou fortemente (armados), marchai (para o combate) e sacrificai vossos bens e pessoas pela causa de Deus! Isso será preferível para vós, se quereis saber.
> [...]
> 43 Deus te indultou! Por que os dispensaste da luta, antes que se pudesse distinguir entre os sinceros e os mentirosos? (ALCORÃO, 2007, 9ª Surata, versos 38,39, 41 e 43)
> 95 Os fiéis, que, sem razão fundada, permanecem em suas casas, jamais se equiparam àqueles que sacrificam os seus bens e suas vidas pela causa de Deus; Ele concede maior dignidade àqueles que sacrificam os seus bens e suas vidas do que aos que permanecem (em suas casas). Embora Deus prometa a todos (os fiéis) o bem, sempre confere aos combatentes uma recompensa

> superior à dos que permanecem (em suas casas). (ALCORÃO, 2007, 4ª Surata, verso 95)

Esta ligação fica bem explícita no uso do termo *jihad*, que literalmente significa "esforço por um fim determinado", em dois sentidos: um, chamado de "grande *jihad*", constitui um combate pessoal contra si mesmo com vistas ao aperfeiçoamento do indivíduo; outro, o "pequeno *jihad*", designa o combate que a comunidade deve levar a cabo contra os infiéis. Esta união entre fé e guerra legou um incontestável senso moral aos conquistadores árabes.

Reflita

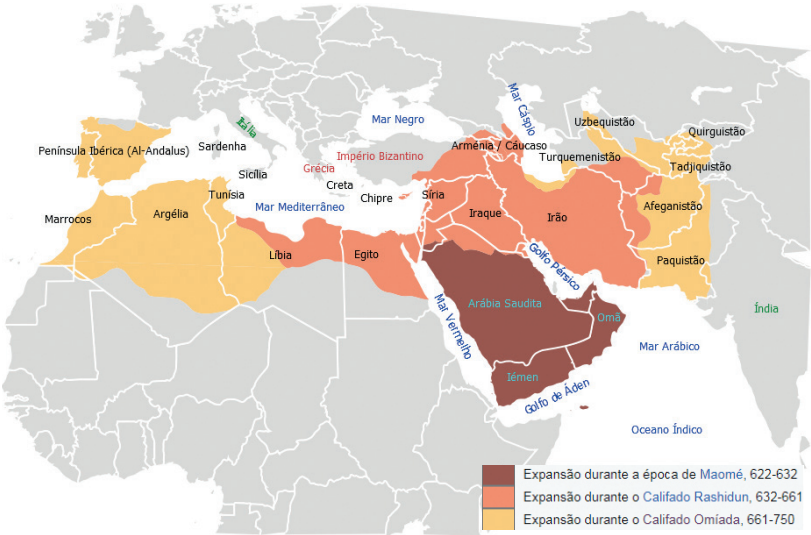
A conquista da Espanha e os tratados de capitulação

> "Em nome de Deus, clemente e misericordioso! Estabelecido por Abd-al-Aziz Ibn Musa endereçado a Teodomiro Ibn Gabdu. É esperado que este se aceite a capitulação e se resigne, aceite a clientela e patronagem de Alá, bem como a clientela de seu Profeta [...] na condição que não lhe imporemos nenhuma dominação sobre si ou sobre os seus; que ele não seja despojado de sua senhoria, que os seus não sejam mortos, feitos prisioneiros, nem separados um dos outros mais do que o filho de sua mãe; nem violentados na sua fé, e que suas igrejas não sejam queimadas [...]
>
> Redigido no quarto ano de Radjab do ano 94 da hégira [5 de abril de 713]. (AL-DABBI, 713 apud SANCHEZ-ALBORNOZ, 1973, p. 19)

Acima, vemos um excerto do documento que registra a rendição de Teodomiro, rei visigodo, a Musa Ibn Nusayr, general muçulmano. Qual a ideia de conquista expressa no texto? Como ela se impõe? Ela é diferente das visões comumente atribuídas aos muçulmanos?

A estabilidade dos omíadas, no entanto, não perdurou. Instalados em Damas, na Síria, local teoricamente mais adequado para governar este imenso território conquistado, os omíadas tiveram que fazer uso de uma administração capaz de gerir problemas totalmente desconhecidos do mundo arábico. Uma de suas medidas foi tornar o árabe a língua administrativa oficial. Outra, foi apoiar-se nos poderes locais, como as famílias bizantinas, ou mesmo deixando regiões como o Irã e a Espanha com ampla autonomia. Apesar disso, dificuldades crescentes fragilizaram rapidamente a dinastia.

Figura 1.6 | A expansão dos califados, 600-750



Fonte: adaptada de https://goo.gl/9MLEPk. Acesso em: 28 ago. 2018.

De um lado, a própria consolidação dos omíadas estava à prova: a complexa rede familiar estabelecida ao longo do tempo colocava obstáculos ao estabelecimento sólido de uma sucessão no interior do clã, explicando as numerosas lutas entre familiares omíadas pelo poder. Por outro, a luta contra os clãs rivais não havia cessado, como pode ser visto nos conflitos ocorridos na Síria, Irã, Iraque e no Magrebe, a região noroeste da África. Estas oposições resultaram, por exemplo, no massacre de Karbala em 680, no qual al-Hussain, filho de Ali, foi assassinado por soldados omíadas, marco da ruptura definitiva entre os partidários de Ali e o clã omíada.

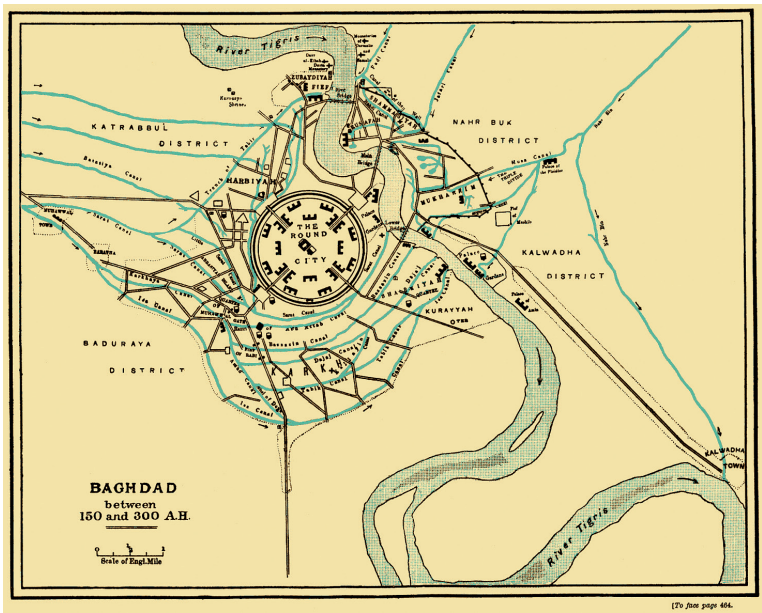
Mas é provável que o que mais tenha enfraquecido os omíadas tenha sido o descontentamento dos *mawali*, isto é, daqueles governantes locais que, não convertidos ao Islã, estavam sob seu domínio. O fracasso do sistema fiscal, que repousava quase que exclusivamente nos *dhimmi*, os súditos não muçulmanos, provou-se fatal para os omíadas, uma vez que isto lhes provinha rendimentos inconstantes. Aproveitando-se destas dificuldades, o grupo haxemita dos abássidas soube se organizar e reunir os descontentes a seu redor, eliminando os omíadas em 749, mas não o sistema de califado.

A expansão do Islamismo II

A ascensão dos abássidas ao califado em 750, em detrimento dos omíadas, foi simbolizada pela fundação de Bagdá, em 762, que marcou o desejo de estabilidade da nova dinastia. Por pertencerem ao clã haxemita, os abássidas

fizeram valer sua proximidade familiar com Maomé – eles se intitulavam "tios do Profeta" –, para arregimentar apoiadores. Assim, a força dos novos califas repousava justamente na sua capacidade de ampliar suas bases de aliança com os numerosos *mawali* que desejavam participar dos negócios do império. Por isso Bagdá, a "cidade da Paz", representou o esforço do novo califado: desenhada de forma circular com portas direcionadas às quatro regiões vizinhas principais, a cidade sugeria a amplitude do poder do Califa.

Figura 1.7 | Bagdá, a cidade redonda, entre os anos 150 e 300 da Hégira (aproximadamente, entre 768 e 913 E.C.)



Fonte: https://goo.gl/hnKjit. Acesso em: 12 set. 2018.

Resultante deste esforço foi a recentralização do mundo muçulmano no Oriente (majoritariamente a região em que hoje se encontram Irã e Iraque), centro da dinâmica de relações do império, e que permitiu aos abássidas, em um primeiro momento, estabelecer bem a administração dos territórios muçulmanos.

No entanto, as contradições internas do califado não cessaram e, desde o final do século IX, começaram a enfraquecer a posição do soberano: o aumento de tropas mercenárias turcas e a escalada de poder das famílias iranianas na administração foram minando, pouco a pouco, o poder dos abássidas. Revoltas regionais, como a Rebelião Zanje (869-883) e a ação dos carmatas (na Síria e Iraque entre 903 e 906, na tomada de Bagdá nos anos

920, e no saque de Meca em 930), reduziram não só os rendimentos fiscais, precipitando crises econômicas do califado, mas também suscitaram ideologias religiosas conflitantes àquelas representadas pelos Abássidas, o que resultou num clima de confronto social.

Este enfraquecimento interno foi acompanhado da crescente impossibilidade de controlar o império em sua totalidade: mesmo antes do século X, os representantes enviados pelo califado para governar as províncias distantes favoreciam a implementação de administrações autônomas.

No século X, a perda de poder dos abássidas em Bagdá favoreceu a emergência de califados concorrentes: os fatímidas xiitas, descendentes de Ali, instalados no Cairo em 969, que dominaram a região do Magrebe africano; e os omíadas, que se instalaram em Córdova (atual Espanha), no ano 929, retomando seu título de "califa". Assim, ao mesmo tempo que desaparecia a unidade do poder dos abássidas, os poderes locais se afirmavam, marcando o rompimento político do mundo muçulmano até então.

O fim da Antiguidade? Política, economia e sociedade nos séculos VI, VII e VIII

Vimos como a rápida expansão do Islã impactou profundamente a região da Arábia e Oriente Médio nos séculos de VI a X. Nas sociedades europeias ocidentais o resultado não foi diferente. Em que pese a retenção do avanço islâmico na Europa, simbolizada pela batalha de Poitiers (França) ocorrida em 732, Carlos Martel (688-741), que daria origem à dinastia carolíngia dos francos, liderou tropas contra o exército do califado, e a influência dos muçulmanos foi sentida pelas sociedades ocidentais de tal forma que alguns historiadores, cujo maior nome é o belga Henri Pirenne, afirmaram que a expansão do Islã foi o evento que pôs fim à Antiguidade.

Para estes especialistas, existiria uma continuidade comercial em torno do mar Mediterrâneo mesmo após o fim do Império Romano do Ocidente em 476 E.C. As incursões de **Justiniano** (482-565), imperador Bizantino, no Ocidente seriam prova desse interesse e prolongamento da "Antiguidade". A expansão islâmica em direção ao Oriente, norte da África e mesmo na Península Ibérica em 711 afetaria de modo decisivo este "mundo antigo" uma vez que seu principal elemento de ligação estaria isolado: justamente o Mediterrâneo. O fechamento das rotas comerciais mediterrânicas, agora sob domínio muçulmano, teria causado, segundo estes especialistas, uma rápida contração urbana, uma vez que as cidades, polos da troca e venda de mercadorias e herança romana por excelência, teriam perdido sua razão de existir.

Resultante desta contração das redes urbanas, o Ocidente tornar-se-ia essencialmente agrícola, num comércio de subsistência baseado na posse e

exploração de grandes porções de terra, centralizadas nos poderes capazes de garantir o domínio sobre estas terras (tal qual viriam a ser Carlos Magno e seus descendentes em conjunto com a Igreja cristã), um verdadeiro prenúncio daquilo que os estudiosos viriam a chamar posteriormente de feudalismo no século X.

A despeito das críticas a tais interpretações, muitas delas ligadas aos elementos locais, é inegável como a expansão muçulmana reverberou para muito além da Península Arábica. Seja no Oriente, seja no Ocidente, a última das "religiões do Livro" (sendo as outras duas, o judaísmo e o cristianismo) trouxe inegáveis transformações para a história.

Sem medo de errar

E então, já conseguiu pensar em uma forma de demonstrar aos seus alunos da disciplina *Religião e Ética* como o Islã não é o mesmo desde seu surgimento, mas que passou por transformações no seu próprio interior?

Para responder a esta questão nem precisamos ir longe, ou comparar períodos muito distantes entre si na história do Islã. Isto porque os anos seguintes à morte de Maomé em Medina, no ano de 632, suscitaram debates e divisões profundas no islamismo. A começar pela ideia do sucessor do profeta. Uma vez que Maomé não escolheu um sucessor e tampouco deixou meios de nomeá-lo, os conflitos em torno de quem lideraria a comunidade muçulmana eclodiram, confrontando as diferentes famílias e clãs que o apoiavam. Dentre as diferenças, duas vertentes se sobressaíram.

De um lado, os xiitas, que partidários do genro de Maomé, Ali (601-661), acreditavam que sua natureza divina lhe tornava capaz de governar a comunidade muçulmana. De outro, os sunitas, dos quais se originariam os omíadas, que governaram os muçulmanos entre 661 e 750 e que acreditavam na legitimação do califado por si mesmo, sendo seu líder eleito pelos muçulmanos.

A princípio, esta divisão foi claramente política, já que ambos os grupos compartilhavam os mesmos dogmas religiosos. No entanto, a diferença de conduta política levou a divergências também no aspecto da fé, uma vez que xiitas tomam exclusivamente o Alcorão como guia de vida (daí resultando a ideia de *Sharia*, "legislação" em tradução livre, uma vez que o livro sagrado dos muçulmanos seria fonte de jurisprudência por excelência); e que os sunitas, além do Alcorão, tomam também como guia de vida a *Suna* ("tradição"), isto é, os relatos (*Hadith*) da vida Maomé transmitidos, em princípio, oralmente e após o século IX por escrito, e sobre o qual se apoia o direito muçulmano (*Fiqh*).

Faça valer a pena

1.

> “Ao contrário de outras importantes religiões, o surgimento do islã tem data e local demarcados: começo do século VII, na península Árabe [...] Contudo, é impossível compreender a fantástica expansão do islã sem estudar as condições históricas concretas em que Maomé e seus seguidores atuaram. (DEMANT, 2013, [s.p.])

Sobre as condições históricas do surgimento do islã mencionadas pelo texto é correto afirmar que:

a) O islã surgiu de um esforço conjunto da sociedade árabe, que no século VI encontrava-se unida num só reino.

b) Maomé não encontrou resistência em suas pregações, uma vez que o islã se caracteriza pela defesa da liberdade para todos os povos e não criticava a sociedade árabe do século VI.

c) Uma explicação para a rápida expansão do islã ao longo dos séculos VI e VII é sua natureza sincrética entre monoteísmo e cultura helênica, influenciada pelo fato de Península Arábica fazer fronteira com o Império Bizantino.

d) Foi durante o período dos primeiros quatro califados, conhecido como *Rashidûn*, que foram elaborados os fundamentos do governo e a organização religiosa e social do islamismo, sendo um dos exemplos dessa organização justamente a primeira redação do Alcorão.

e) O islã, de início, caracterizava-se por apresentar concepções elitistas, desconsiderando o período de conflito entre as diferentes tribos que habitavam a Península Arábica.

2.

> “Eles esconderam seus verdadeiros sentimentos sobre o assunto [...], já que não tinham nenhuma prova documental para sustentar suas reivindicações; as pessoas estavam contra eles. Então, se algum recém-chegado, jovem, beduíno ou liberto, se juntasse a esses descontentes, ele aprovaria seu discurso. Assim, os descontentes estavam aumentando e as pessoas estavam diminuindo em proporção. Como resultado, o mal prevaleceu. (THE HISTORY OF AL-TABARI, v. 15 apud CASTRO, 2018, p. 91)

O texto citado acima recupera a memória do assassinato de Otomão em 656 E.C. Sobre este califa e a liderança dos omíadas no mundo muçulmano dos séculos VII e VIII é correto afirmar que:

a) Com exceção do evento que levou Otomão à morte, os muçulmanos viveram em relativa harmonia, não havendo disputas pela sucessão dinástica do califado.

b) Os omíadas ficaram caracterizados na história do islamismo por seu atraso em relação aos impérios Bizantino e Sassânida no que tange à cunhagem de moedas.

c) No século VIII, o islamismo estava confinado ao norte da África e à Península Arábica exclusivamente.
d) O período não viu uma organização social rígida, uma vez que muçulmanos (árabes ou não), não muçulmanos (livres ou escravos) compartilhavam os mesmos direitos e deveres.
e) O árabe se tornou a língua administrativa oficial durante o califado dos omíadas.

3.

> "O Oeste foi bloqueado e forçado a viver de seus próprios recursos. Pela primeira vez na história, o eixo da vida passou do Mediterrâneo em direção ao Norte" (PIRENNE, 1959, p. 284, tradução nossa).

Sobre as teses de Henri Pirenne acerca das transformações pelo qual passou o mundo ocidental nos séculos VII, VIII e IX, é correto afirmar que:
a) As conquistas muçulmanas no Ocidente, entre elas a de boa parte da Península Ibérica nos séculos VII e VIII, tiveram pouco impacto nas relações de poder da Europa ocidental naquele período.
b) O "bloqueio" do oeste se deu em razão da invasão dos hunos liderados por Átila em meados do século V.
c) Carlos Magno, governante carolíngio entre os séculos VIII e IX, seria a referência de uma civilização calcada na fé islâmica.
d) A passagem do "eixo da vida" do Mediterrâneo para o norte seria, segundo Henri Pirenne, o marco decisivo do fim do período antigo e sua unidade mediterrânea.
e) A regressão comercial causada pelo esgotamento das transações marítimas no Mediterrâneo não influenciou o desenvolvimento econômico do Ocidente no século IX.

Seção 1.3

O nascimento da Europa medieval

Diálogo aberto

Olá, aluno!

Vivemos num mundo de diferentes religiões e credos. Há lugares em que uma sinagoga judaica, uma mesquita islâmica e uma igreja católica dividem uma mesma esquina. No entanto, você já parou para pensar nas divisões que ocorrem dentro de uma mesma fé? O exemplo dos católicos e protestantes é bem claro para nós que vivemos no Brasil. Mas existem outras cisões, dentro do cristianismo, ainda mais antigas.

Imagine-se lecionando a disciplina *Religião e Ética* numa escola de Ensino médio. Certo dia, um de seus alunos traz para a classe uma propaganda de uma empresa de turismo sobre a Copa do Mundo de futebol sediada na Rússia em 2018. Curioso, ele lhe pergunta o motivo de as igrejas russas serem tão diferentes, com torres em formas de "cebola" (as abóbodas), das igrejas cristãs ocidentais, aquelas que vocês costumam ver na paisagem urbana brasileira. Uma vez que o programa da disciplina prevê, entre outras coisas, o estudo da história das religiões, como você utilizaria esta situação para trabalhar com os alunos o conteúdo da história dos cismas entre a Igreja Católica (Romana) e a Igreja Ortodoxa (Bizantina)?

Aproveite que nesta seção discutiremos as diferenças entre as Igrejas Romana e Bizantina, nos séculos VIII ao X, para se aprofundar no assunto e traçar suas próprias estratégias de ensino!

Não pode faltar

A Igreja Romana e a Igreja Bizantina

Como foi visto na Unidade 1, Seção 1, a Igreja Romana se estruturou ao longo de um processo que se desenrolou pelos séculos III, IV e V. E este processo não cessou nos séculos seguintes, a despeito do fim do Império Romano do Ocidente em 476. Muitas das características que se atribuem hoje ao cristianismo e à religião católica tiveram início ou se desenvolveram nesse período que compreende os séculos VI a X.

Uma delas é a própria ideia de "Papa". Etimologicamente entendido como "pai" (do grego *pappas*), o Papa foi, até o século V, visto prioritariamente como bispo de Roma, isto é, com atuação majoritariamente restrita à cidade

de Roma e seus arredores. Com a dissolução da autoridade imperial no Ocidente em 476, a figura do Papa ganharia novos contornos. Ao mesmo tempo em que o cristianismo visava expandir-se diante das novas populações que habitavam a porção oeste do continente europeu, as quais eram anteriormente chamadas de "bárbaras" pelos romanos, a Igreja se firmava como uma das instituições detentoras do legado romano, como a língua (o latim) e a religião (o cristianismo). Frente a este cenário, o Papa foi tornando-se uma figura cada vez mais proeminente não só para as sociedades da península itálica, mas também para toda a cristandade. É o caso de Gelásio I (r. 492-496) que, numa carta ao imperador Anastácio (r. 491-518), decretou: "Duas são, augusto imperador, as coisas pelo qual este mundo é mormente agovernado: a sagrada autoridade [*auctoritas*] do sacerdócio, e o poder real [*potestas*]" (GELÁSIO apud CONTRELL, 1993, p. 95).

O Papa visava descrever as relações práticas entre as duas esferas de poder, demarcando os limites e competências de cada uma. Outro nome papal importante do período é o de Gregório o Grande (r. 590-604), que teve papel decisivo nas conversões dos povos "bárbaros" ao reformar a estrutura administrativa eclesiástica, além de renovar os esforços do missionarismo (que, entre outros resultados, culminou na conversão dos anglo-saxões e outros povos das ilhas britânicas no século VII). A coroação de Carlos Magno como imperador no ano 800 pelo Papa Leão III (r. 795-816) pode ser vista como a consolidação por excelência do papado como figura referencial para a cristandade ocidental.

No Oriente, onde subsistiu o Império Romano, a posição da Igreja seria outra. Em que pese o enriquecimento e expansão do cristianismo nos territórios Orientais, da qual a Basílica de Santa Sofia, inaugurada em 537 para ser a catedral de Constantinopla, é exemplo máximo; este desenvolvimento se deu basicamente sob tutela da corte imperial.

Exemplificando

> "O imperador, não fazendo atenção às despesas, aplica seu zelo à construção e chamou os artífices de todo mundo. Antêmio de Trales, o mais qualificado na ciência dita "mecânica", não somente entre as pessoas de sua época, mas de todos os tempos passados, instigado pelo Imperador organizará o trabalho dos construtores e fará o projeto da construção, em associação com um outro engenheiro, de nome Isidoro de Mileto, um homem inteligente e apto a executar os desígnios de Justiniano. (PROCÓPIO DE CESAREIA. **Livro dos Edifícios I**, 1. ed. por HAURY, WIRTH. Leipzig: [s.ed.], 1964, p. 9)

O texto acima foi escrito por Procópio de Cesareia (500-565), um destacado historiador bizantino do século VI. Procópio vinha de uma família importante da região, com laços com a administração imperial. O próprio Procópio tornou-se conselheiro do general Belisário, um dos mais importantes comandantes do exército bizantino à época de Justiniano I (482-565). Neste sentido, a obra de Procópio é permeada de elogios ao imperador bizantino. Como se pode ver no excerto do documento exposto, sobre a construção da Basílica de Santa Sofia, Procópio retrata um Justiniano que não media esforços para realização de uma construção de prestígio, chamando técnicos de renome por todo império, e disposto a gastar o que fosse necessário para este empreendimento.

O poder político imperial exerceu sobre a Igreja Bizantina uma forte influência. O imperador, por exemplo, convocava e presidia os concílios eclesiásticos e nomeava o **patriarca** (além de destituí-lo, se fosse do seu interesse). A perda dos territórios arábico-africanos (entre eles Alexandria, Antioquia e Jerusalém, por exemplo) para os muçulmanos ao longo dos séculos VII e VIII, reforçou ainda mais a autoridade de Constantinopla, dando-lhe o direito de fundar novas Igrejas e reformular metrópoles, isto é, as províncias eclesiásticas sob a autoridade de um bispo metropolitano. De início, era possível distinguir as Igrejas públicas, fundadas pelos bispos que normalmente ali serviam, e os oratórios, fundados por proprietários laicos ou camponeses. Pouco a pouco, porém, a distinção desvaneceu, muito por conta da atividade laboral (voltada à agricultura) dos titulares de suas Igrejas (em razão de não receberem os valores das obrigações devidos as suas Igrejas). Ignorando o celibato eclesiástico, salvo para os cargos episcopais, os filhos sucediam seus pais nas funções eclesiásticas nas comunidades que habitavam.

Assimile

Patriarca: "patriarcado" era um termo utilizado para designar exclusivamente os bispos de Roma, Constantinopla, Alexandria, Antioquia e Jerusalém (conhecida também como "pentarquia"), designando estas cinco sedes num nível superior àquele de outros bispos metropolitanos. Assim, estes bispos seriam conhecidos como "patriarcas". Após o **Grande Cisma de 1054**, que quebrou a comunhão entre a Igreja Romana Católica e a Igreja Ortodoxa Oriental, o termo passou a designar o líder da Igreja Ortodoxa.

Um evento que mostra a paulatina diferenciação entre as Igrejas Romana e Bizantina se dá no que ficou conhecido como a **Crise**

Iconoclasta. O culto às imagens e às relíquias se acentuou ao longo do século VII. Quando do cerco árabe de 717, por exemplo, foram colocadas nos muros de Constantinopla imagens e relíquias da Virgem, patrona da cidade, e à qual se atribuiu a vitória sobre os muçulmanos. Os monges, administradores dos santuários onde se encontravam tais objetos, cresceram em importância, em detrimento das figuras imperiais, uma vez que se colocavam como intermediadores entre Deus e os homens no lugar do imperador. Assim, partiu da corte imperial e da aristocracia, o desejo de recuperar este prestígio, inclusive perseguindo os monges da cidade e proibindo o culto e devoção às imagens.

Em 787 foi convocado o **Segundo Concílio de Niceia** para discutir a validade ou não do culto às imagens. Devido a uma atuação decisiva dos monges, a decisão canônica foi favorável às imagens. A medida, no entanto, não foi rapidamente adotada pelos imperadores bizantinos, sendo objeto de contestação por parte de alguns deles. Mesmo após 843, quando se aceitou a decisão canônica de Niceia, elas foram restritas como objeto de veneração, atenuando sua ideia de representação do divino e reforçando sua natureza como objeto mundano. A sucessão e acúmulo de diferenças eclesiásticas e disputas teológicas entre a Cristandade Latina e a Igreja Bizantina, entre elas a questão do uso das imagens nos cultos religiosos visto aqui, levaria à ruptura definitiva entre as Igrejas em 1054.

Os francos e um novo império no Ocidente

Em 476, no Ocidente, o Império Romano universal cedeu lugar aos reinos "nacionais", isto é, autoridades políticas governadas não exclusivamente pelos aristocratas romanos, mas também pelos chefes-guerreiros "bárbaros" que haviam sido empregados anteriormente pelo próprio império. Entre estes chefes-guerreiros encontrava-se **Clóvis** (r. 481/482-511), rei dos francos, que conheceu rápido sucesso militar e político, consolidando assim o "povo" que governaria boa parte da Europa ocidental entre os séculos VI e IX. Clóvis também foi o primeiro destes chefes-guerreiros a se converter ao cristianismo, o que lhe deu apoio da hierarquia eclesiástica em suas conquistas, face a seus inimigos, adeptos de doutrinas heréticas como o arianismo.

No governo do reino franco (*regnum francorum*), sucederam a Clóvis os seus filhos, partilhando entre si o reino e formando a dinastia dos merovíngios. Este costume foi mantido sob seus netos e descendentes. Tais partilhas, na maior parte dos casos, não eram pacíficas, pondo muitas vezes os herdeiros em luta contra si. Esse período, melhor exemplificado pela segunda metade do século VI, ficou conhecido como Guerra Civil (*bellum civilia*), pelo historiador do período, Gregório de Tours (538-594).

Reflita

Boa parte da história dos francos no século VI nos é conhecida somente por meio de um único documento: os Dez Livros de História, do bispo Gregório de Tours. Embora fiel a um método "historiográfico" tardo-antigo, o bispo de Tours redigiu seu texto tendo como fonte muitos testemunhos orais, das pessoas que tinham vivido os períodos anteriores, e suas próprias observações a respeito do que se desenrolava no cenário sob seus olhos. Considerando que Gregório era um homem da Igreja, e seu público também, que tipo de cuidados devemos ter em mente ao lermos seus relatos sobre o século VI? Seu olhar é isento aos acontecimentos narrados?

Essas lutas intestinas tiveram fim com a ascensão de Clotário II ao trono franco em 613 e do qual se tornou único soberano até sua morte em 629. Mas as consequências delas perdurariam por longos anos. A principal delas é que as guerras fratricidas favoreceram o surgimento de particularismos. Os soberanos em luta formavam suas cortes a partir das aristocracias locais, desenhando e enraizando novas geografias políticas no reino franco. No surgimento e ocaso das cortes locais, novos atores surgiram, entre eles aqueles que ficariam conhecidos como prefeitos do palácio. Originalmente, encarregados da administração dos palácios dos reis merovíngios, seu papel tornar-se-ia cada vez mais político, seja na presidência de um tribunal palatino, seja na coleta de impostos e controle do erário real, ou no comando do exército. O fato é que os prefeitos do palácio, sob a autoridade nominal do rei, se tornaram verdadeiros "prefeitos" do reino.

É sob este prisma que devemos ver, já no século VIII, o surgimento da figura de **Carlos Martel** (688-741). Combatendo não só seus rivais das outras cortes merovíngias, ele triunfou sobre inimigos externos, como os saxões e os muçulmanos, na conhecida Batalha de Poitiers de 732. Este evento militar, além de deter o avanço do Islã na Europa, foi interpretado pelos seus contemporâneos como resultado de um julgamento divino, contribuindo largamente para o prestígio de Carlos Martel. Foi assim que ele se tornaria o governante de todo reino, intitulando-se *princeps Francorum* (literalmente, "o primeiro entre os Francos"). Restaurador do reino, conquistador e missionário, Carlos se comportou como um verdadeiro soberano. À morte do rei Teodorico II em 737, ele não escolheu um sucessor para o rei, legando o reino a seus dois filhos, Carlomano e Pepino, quando da sua morte em 741.

Ambos se consagraram à reforma da Igreja, liberando-a das taxas e impostos que lhe tolhiam os rendimentos. Uma vez que Carlomano se converteu ao monasticismo, abdicando de suas prerrogativas de governante, Pepino se empoderou do título real, rendido vago pela incapacidade dos

últimos descendentes de Clóvis. Através da sagração, abençoada pelo papa Zacarias (r. 741-752), Pepino I (conhecido posteriormente como O Breve) se legitima como rei dos francos em 751, fundando assim uma nova dinastia, conhecida como carolíngios.

Reflita

> "A família dos merovíngios, da qual os francos tinham costume de escolher seus reis, governou até Childerico, que, sob ordem do pontífice romano Estevão, foi deposto, teve seus cabelos cortados e foi confinado num monastério. [...] Ela já havia perdido todo seu vigor, e não se distinguia senão pelo vão título de rei. A fortuna e o poder público estavam nas mãos de seus chefes de palácio, chamados de prefeitos do palácio, e quem exerciam o poder supremo. [...] A administração e todas as decisões e medidas a serem tomadas, no interior e fora do palácio, eram exclusivamente feitas pelo prefeito do palácio.
>
> Este cargo, na época em que Childerico foi deposto, foi preenchido por Pepino, filho do rei Carlos, em virtude de um direito quase hereditário. (EGINARDO, **Vida de Carlos Magno**. ed. HALPHEN, L. Paris: Les Belles Lettres, 1947)

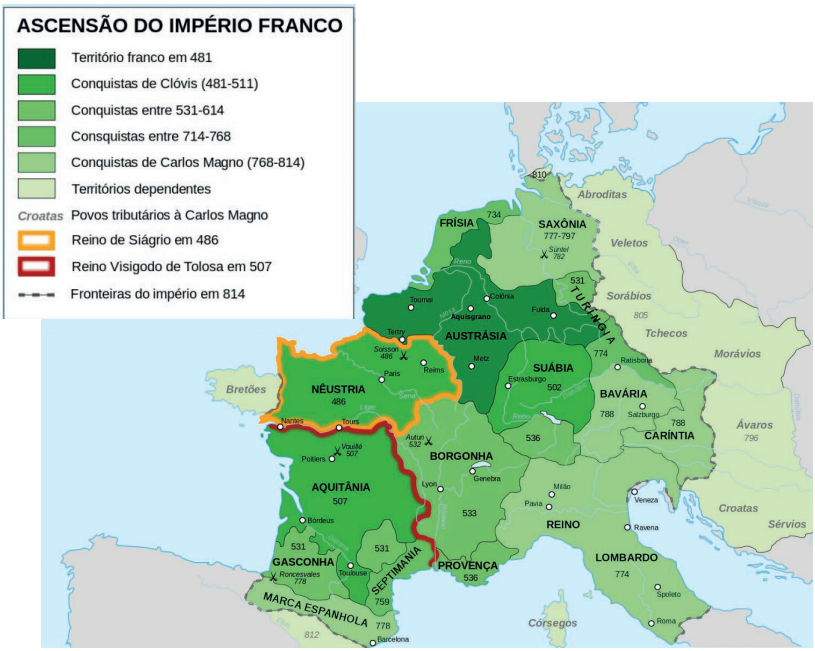
O texto acima é um excerto da *Vida de Carlos Magno*, escrito laudatório a este monarca carolíngio redigido nos anos 820 por Eginardo (775-840), um dos mais proeminentes literatos da corte carolíngia no início do século IX. Nele, Eginardo reconta os motivos que levaram à queda da dinastia merovíngia e sua suplantação pelos carolíngios. Uma vez que o texto é um elogio a Carlos Magno (e suas origens), de que modo a ideia de "decadência" merovíngia, cujos membros muitas vezes são designados pela historiografia como os "reis indolentes", pode ser reinterpretada?

Pepino governaria até 768, ano de sua morte. O governo então foi partilhado entre seus dois filhos: Carlomano e Carlos Magno. Carlomano, no entanto, morreria logo em 771, legando a Carlos Magno o trono dos francos.

O reinado de Carlos Magno foi particularmente longo, se comparado a seus antecessores merovíngios e mesmo a seus filhos, durando de 768 a 814. Diversas conquistas foram empreendidas pelos francos neste período: militares, políticas, culturais e religiosas. Os primeiros trinta anos do governo de Carlos Magno foram marcados principalmente pelas conquistas militares. Quando do seu coroamento imperial em 800, com apoio do Papa Leão III, Carlos Magno governava um território que hoje compreende boa parte da

Europa Ocidental, no qual se encontram países conhecidos atualmente como Espanha, França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Suíça, Alemanha e Itália. Após três séculos de divisão política, a Europa ocidental conhecia um novo momento de unidade: o império carolíngio.

Figura 1.8 | A expansão dos francos na Europa ocidental, de Clóvis a Carlos Magno (481-814)



Fonte: https://goo.gl/rDc745. Acesso em: 27 set. 2018.

Os carolíngios e a consolidação da Igreja Cristã no Ocidente

Dissemos que os carolíngios empreenderam diversas conquistas. E a religiosa é uma das mais destacada delas. A concepção de uma realeza ministerial orientou Carlos Magno em direção a uma ação missionária, mobilizando o poderio dos francos ao serviço da *dilatatio Christianitas*, a expansão do cristianismo pelos territórios conquistados. A partir de 800, já imperador, Carlos Magno se viu encarregado de uma responsabilidade ecumênica, concebendo suas ações em termos de salvação, pessoal e de seu reino e população. É daí que parte a preocupação da corte carolíngia em elaborar, sob sua autoridade, um sistema de instituições eficazes, assegurando a formação moral e intelectual daqueles que as governariam. O universalismo do império é aquele do Evangelho, com vocação para acolher todos os povos à medida que se convertiam. O triunfo do império corresponderia ao triunfo do cristianismo, e o povo franco, propagador da fé redentora, o novo povo "escolhido".

A unidade de fé foi o cimento do novo império. Colocado à frente do povo cristão, o imperador não tinha por função apenas garantir sua felicidade terrestre, mas conduzi-lo à salvação religiosa. Assim, muitos dos objetivos de seu governo tinham viés moral, se exprimindo numa espécie de programa, cuja finalidade tinha significado espiritual: justiça, paz, concórdia e unidade. O poder público incorporou o discurso eclesiástico, anteriormente reservado exclusivamente aos bispos, e fez destes protagonistas conjuntos do governo dos homens. Escolhido por Deus, e encarregado de conduzir seus súditos à salvação, o imperador se colocou como *rector* do povo cristão: seu guia e mestre.

Exemplificando

Como chefe do povo cristão, Carlos Magno interveio em diversas ocasiões nas definições dogmáticas da fé. No concílio de Frankfurt (794), por exemplo, ele votou pela condenação da heresia do adocionismo, difundida na Espanha e Septimânia, que pretendia que Cristo seria filho de Deus apenas por adoção e graça. Carlos Magno também organizou uma veemente ofensiva contra o Concílio de Niceia de 787, favorecendo o culto às imagens, e confiando a seus partidários da corte a redação de uma obra com seu ponto de vista (esta obra ficaria conhecida como *Libri Carolini*, e dada a resolução do concílio em favor do uso de imagens nos cultos cristãos, não chegou a ser publicada).

Dando continuidade à obra de seu pai, Luís, o Piedoso (r. 814-840), foi consagrado novo imperador em 814 e, se submetendo ao conselho dos clérigos, acentuou ainda mais o caráter religioso e unitário do império herdado de Carlos Magno. A adoção da Regra de São Bento, escrita por Bento de Núrsia no século VI, como única regra válida para os mosteiros situados no império carolíngio é exemplo dessa inspiração unitária.

Mas o exercício do poder familiar contrariou e paralisou as ações de Luís e a ideia de unidade imperial se esfacelou mediante as lutas fratricidas empreendidas por seus filhos. Em 843, os filhos de Luís, o Piedoso, se entenderam sobre a divisão do império em três reinos independentes, num acordo conhecido como **Tratado de Verdun**: a *Francia* ocidental; a *Francia* central, também conhecida como Lotaríngia em função de seu primeiro governante Lotário I; e a *Francia* oriental. Assim, embora o título imperial tivesse sobrevivido, ele foi desprovido de um fundamento territorial como tinha sido até 843. A partir disso, a geografia política carolíngia segue o fluxo das sucessões dinásticas de cada reino, e o episcopado se impõe como guia e juiz das ações reais.

Concomitante ao Tratado de Verdun, as incursões normandas sobre os territórios carolíngios exigiram a organização de defesas locais, que de certa forma, favorecem ainda mais a regionalização do poder. Os representantes dos reis, conhecidos como *missi dominici* (literalmente, "enviados do senhor") se apropriam de seus cargos, em diversas ocasiões transmitindo-os a seus herdeiros. Tal autonomia dos poderes locais leva ao desejo da escolha de seus próprios reis, não mais ligados à dinastia carolíngia. Assim, no ano de 888, foi eleito como rei da *Francia* ocidental **Eudo** (ou Odo/Odão), primeiro rei estrangeiro não descendente de Carlos Martel em mais de um século, colocando fim no reinado dos carolíngios.

Economia, cultura e sociedade no Ocidente entre os séculos IX e X

Os historiadores consideraram o período entre os séculos VI e X politicamente tumultuoso, como um longo prefácio à Idade Média propriamente dita, vendo naqueles tempos a gênese das características constitutivas do mundo feudal, como a ruralização crescente, a patrimonialização do poder, as relações de vassalidade e o estabelecimento de uma cultura cristã dominante, na qual os clérigos se interpunham como únicos mediadores legítimos entre Deus e os fiéis.

As pesquisas recentes renovaram este olhar. Ao procurar no período suas características próprias ao invés das "origens" daqueles momentos que o seguiriam, novas formas de relação social e de vida coletiva surgiram: o fechamento do Mediterrâneo foi compensado pela abertura de novos eixos comerciais ao Norte, donde a circulação monetária (como a descoberta de moedas carolíngias nos portos escandinavos) é exemplo; a estagnação das atividades urbanas não impediu a renovação da arquitetura, exemplificada pela planta do monastério de S. Gall, o maior projeto arquitetural visto entre os anos 700 e 1400; o desenvolvimento dos laços de dependência entre os indivíduos demonstra também o momento em que a escravidão deixaria de existir no Ocidente; as exigências do ensino religioso suscitaram novas linguagens artísticas, em especial na composição de manuscritos. Vê-se então que o período não foi marcado pelo imobilismo e estagnação, mas o peso da conjuntura política (marcada pelo enfraquecimento e divisões da autoridade pública), os eventos externos (como a conquista muçulmana na área do Mediterrâneo e as invasões normandas) e mesmo as condições climáticas (os carolíngios enfrentaram vários invernos rigorosos, acarretando diversas crises famélicas) foram suficientes para rachar a frágil estrutura governante assentada sobre a unidade de um tão vasto território, como era o Império Carolíngio em seu auge no início do século IX.

Assimile

A "renascença" carolíngia

"Renascença" é um termo usualmente atribuído pelos especialistas às inovações técnicas e artísticas promovidas entre os séculos XIV e XVI, muitas vezes recuperando valores ligados à cultura clássica heleno-romana. Ao se depararem com inovações de calibre semelhante entre os carolíngios, como a invenção da *minúscula carolíngia* (esta que usamos para escrever este material), os estudiosos do período também passaram a ver nos séculos VIII e IX uma ideia de "renascença". De fato, estas inovações se exprimem em diversos domínios artísticos, da arquitetura dos palácios reais e Igrejas à pintura e elaboração de mosaicos e frescos, passando pela ourivesaria, miniaturas de manuscritos desenhados à mão, dando ao momento merecido destaque no sujeito das artes. No entanto, a ideia de "renascimento" vem sendo contestada. Os especialistas deste período questionam a ideia de recuperação, vêm mais um prolongamento das tendências que já despontavam no Ocidente nos séculos anteriores. Os próprios eruditos carolíngios, como Alcuíno (735-804) ou Incmaro de Reims (806-882), viam-se numa continuidade do passado romano-cristão. Daí a ideia de "renascimento" ser esvaziada, optando-se, em certos contextos, pela ideia de "reforma".

Pesquise mais

Você quer saber mais sobre a racionalidade política dos carolíngios? Em estudo recente, Marcelo Cândido da Silva, professor titular da Universidade de São Paulo, demonstrou em artigo como os governantes desta dinastia lidavam com as crises famélicas que acometiam o reino entre os séculos VIII e IX. Mais do que o simples recurso à fé, o professor Cândido da Silva demonstra, por meio da análise das medidas normativas expedidas pelos príncipes francos, como a autoridade pública carolíngia se fiava também a princípios da gestão da escassez em tempos de penúria alimentar, como a fixação do preço dos cereais (dos quais se fazia o pão), ou a regulamentação das medidas de mensuração (quilograma, litro, módio, entre outros). O artigo é longo, por isso concentre-se entre as páginas 44 e 52, e 61 e 62:

CÂNDIDO, D. S. M. A "Economia Moral" e o combate à fome na Alta Idade Média. **Anos 90**, v. 20, n. 38, 2013, p. 43-74. Porto Alegre, dez. 2013.

Sem medo de errar

Então, conseguiu imaginar, num contexto de ensino da história das religiões, uma discussão para trabalhar com seus alunos as diferenças entre a Igreja Católica e a Igreja Ortodoxa?

Vimos que ambas Igrejas, embora se professem cristãs, há muito trilham caminhos dogmáticos díspares. Além da língua (os católicos romanos utilizavam o latim; os ortodoxos, o grego), vimos que diferenças interpretativas sobre as questões de fé foram surgindo entre as instituições. No período entre o século VI e X a mais destacada destas diferenças foi, sem dúvida, a crise iconoclasta dos séculos VIII e IX, quando os imperadores bizantinos (os líderes de fato da Igreja Bizantina) proibiram o culto e devoção às imagens. Contrária a esta interpretação, a Igreja Romana apela pela realização de um concílio eclesiástico para discutir a questão. Esta assembleia, ocorrida em Niceia em 787, decretou a validade do culto e devoção às imagens num contexto de fé cristã. Mas a medida não foi unanimemente aceita pelos imperadores bizantinos. Ademais, a escalada de poder dos carolíngios, que aos olhos de Bizâncio "usurparam" o título imperial, e a crescente independência papal ao longo do século IX, ocasionaram o distanciamento político e cultural entre as Igrejas, favorecendo assim a aparição cada vez mais recorrente de diferenças dogmáticas e litúrgicas. Após o Grande Cisma de 1054, resultado da dupla excomunhão do patriarca Miguel I Cerulário (1000-1059) de Constantinopla e do legado papal Humberto de Silva Candida (1015-1061), a conciliação entre ambas Igrejas estaria fora de questão.

Daí vermos, tendo em conta que a Igreja Católica e a Igreja Ortodoxa têm caminhos distintos há pelo menos dez séculos, diferenças não só dogmáticas, mas que se desdobram em outras áreas, como a arquitetura dos edifícios eclesiásticos. Não podemos esquecer que estas construções são altamente carregadas de um valor simbólico, por isso suas formas, contornos e adornos tendem a representar, de modo condensado, toda uma interpretação particular da fé cristã e seu culto.

Faça valer a pena

1. Figura 1.9 | Iluminura de João Escilitzes

Legenda: JOÃO Escilitzes. Códex Grego Matritense de João Escilitzes (Codex Græcus Matritensis Ioannis Skyllitzes). Século XII-XIII. Biblioteca Nacional de España. MS Graecus Vitr. 26-2.
Fonte: http://bdh.bne.es/bnesearch/detalle/bdh0000022766. Acesso em: 27 set. 2018.

Esta é uma iluminura encontrada na Crônica de João Escilitzes, historiador bizantino que viveu no final do século XI, na qual se narra a história dos imperadores bizantinos entre 811 e 1057. A iluminura ilustra a punição e execução de monges cristãos por conta de medidas decretadas pelos imperadores bizantinos naquele período.

Sobre as medidas decretadas pelos imperadores bizantinos no século IX é correto afirmar que:-
a) Visavam regrar o controle territorial do império bizantino, uma vez que este estava ameaçado pelo avanço islâmico.
b) Diziam respeito à condenação da adoração de imagens, conhecida como movimento iconoclasta.
c) Tinham por objetivo a supressão do cristianismo, já que o Império Bizantino não era cristão.
d) Puniam aqueles que tinham se sublevado contra o trono bizantino, configurando crime de lesa-majestade.
e) Almejavam pacificar o império bizantino, dado que os monges cristãos representavam uma parcela substancial de revoltosos contra a coroa.

2.

> "Ao rei Clóvis, insígne e muito estimado por seus méritos, [da parte do] bispo Remígio. Chegou a nós uma grande notícia, de que vós assumistes a administração da Bélgica Segunda. Isso não é uma novidade, já que começastes a ser aquilo que teus pais sempre foram. Isso foi feito, em primeiro lugar, para que o juízo de Deus não se afaste de ti. Afinal, com a ajuda dele e de teus méritos, por meio da prática da humildade chegaste ao ápice, pois, como o povo diz, prova-se [alguém] pelos atos públicos de um homem. Deves chamar para teu lado conselheiros que possam engrandecer a tua fama; seu favor deve ser puro e honesto; deverás prestar respeito a seus sacerdotes e sempre recorrer ao conselho deles; se te unires com eles de forma apropriada, tua província pode permanecer mais bem resoluta.. (REIMS, R. D., Carta a Clovis. **Monumenta Germaniae Historica**, Epistulae, v. 3 (Epistulae Austrasicae), ed. W. Gundlach. Berlim: Weidmann, 1892, p. 113)

O excerto acima provém de uma carta escrita pelo bispo Remígio de Reims a Clovis, rei dos francos, no final do século V.

Acerca da carta de Remígio a Clóvis e do contexto na qual foi redigida, é correto afirmar que:
a) Os bispos da Gália não deram qualquer suporte ao novo governo instituído por Clóvis, preferindo a neutralidade em relação às questões de governança da sociedade franca.

b) A "Bélgica Segunda", isto é, a região sobre qual Clóvis se tornara rei no final do século V fica próxima aos Pirineus e daí a rápida expansão dos francos para o leste.
c) Remígio de Reims prenuncia algo que diferenciaria Clóvis e seus descentes face aos outros povos que habitavam a região que foi a conversão ao cristianismo.
d) Os sucessores de Clóvis no trono dos francos, seus filhos e netos, mantiveram o reino dos francos coeso, sem qualquer divisão ou regionalização do poder.
e) A carta do bispo de Reims é único testemunho documental acerca dos eventos políticos ocorridos na Gália dos séculos V e VI.

3.

> "Ano 801 [800]. Naquele mesmo sagrado dia do aniversário do Senhor, quando o rei, na missa, levantou-se da oração antes da *confessio* do abençoado apóstolo Pedro, o papa Leão colocou uma coroa em sua cabeça, e o todo povo romano veio em aclamação: 'A Carlos Augusto, coroado por Deus, grande e pacífico imperador dos Romanos, vida e vitória!' E depois das aclamações [*laudes*], ele foi adorado pelo *apostolicus* da mesma maneira que os imperadores [*principes*] dos tempos antigos eram, e seu nome patrício sendo colocado de lado, ele foi chamado de imperador e Augusto (ANAIS DO REINO DOS FRANCOS. ed. por G. H. PERTZ. **Monumenta Germaniae Historica**, Scriptores, 1, 1826, p. 189).

O trecho, retirado de uma obra conhecida como *Anais do reino dos francos*, relata a coroação imperial de Carlos Magno pelo papa Leão III no ano de 800 E.C.

Assinale V (verdadeiro) ou F (falso) nas afirmações sobre o reinado de Carlos Magno e a dinastia carolíngia:
( ) Tratava-se de uma autoridade cujos objetivos estavam restritos às necessidades terrenas, como a expansão econômica ou a regulamentação dos laços de dependência entre indivíduos.
( ) Demonstra a intensa relação entre a Igreja Católica e a autoridade carolíngia, ainda que as esferas de ação de cada poder fossem resguardadas, seja em relação à realeza, seja em relação ao episcopado.
( ) A coroação de Carlos Magno como imperador não suscitou qualquer atitude contrária por parte dos imperadores bizantinos, à época localizados em Constantinopla.
( ) A concepção de uma realeza ministerial orientou Carlos Magno em direção a uma ação missionária, mobilizando o poderio dos francos ao serviço da expansão do cristianismo.
( ) O sucessor de Carlos Magno, seu filho Luís o Piedoso, que governou de 814 a 840, não teve condições de manter o império unido e por isso, sem o apoio dos bispos, foi obrigado a reparti-lo entre seus filhos ainda em vida.

a) F - V - F - F – V.
b) F - F - V - F – V.
c) V - F - V - V – F.
d) F - V - F- V – F.
e) V - V - F - V – F.

Referências

ANAIS DO REINO DOS FRANCOS. ed. por G. H. PERTZ. **Monumenta Germaniae Historica**, Scriptores, volume 1, 1826, p. 189.

ALCORÃO Sagrado. Tradução de Samir El Hayek. 2006. Disponível em: http://www.ebooks-brasil.org/adobeebook/alcorao.pdf. Acesso em: 12 set. 2018.

BARROS, J. A. Revisitando uma polêmica: as teses de Henri Pirenne sobre a Economia Medieval, **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 26, n. 2, 2014, p. 43-55.

BROWN, P. **The Rise of Western Christendom:** Triumph and Diversity, A.D. 200-1000. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013.

CASTRO, M. R. de L. **O discurso histórico como local de ideias políticas:** narrativa sobre o assassinato de 'Uthman na História de Al-Tabari (sec. IX). 2018. Dissertação (Mestrado em História na Área de História Cultural). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

CASSIODORO. **Variae VIII**, 3, MGH, Scriptores, Auct. Antiq., t. 12. Hanover: Weidmann Buchhandlung, 1894.

DEMANT, P. **O mundo muçulmano.** São Paulo: Contexto, 2013.

DEVROEY, J-P. **Puissants et misérables**: système social et monde paysan dans l'Europe des Francs (VIe-IXe siècles). Académie Royale de Belgique, Classe des Lettres, 2006.

DIAS, T. Os esforços dos sermões de Cesário de Arles na cristianização da Provença no século VI. In: JORNADA DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS, 14., 2015, Maringá. **Anais...,** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2015/pdf/045.pdf. Acesso em: 28 ago. 2018.

EGINARDO. **Vita Karoli** [Vida de Carlos Magno]. ed. HALPHEN, L. Paris: Les Belles Lettres, 1947.

FORDHAM UNIVERSITY. The "Edict of Milan" (313 A.D.). **Galerius and Constantine:** Edicts of Toleration 311/313. New York, 1996. Disponível em: https://sourcebooks.fordham.edu/source/edict-milan.asp. Acesso em: 28 ago. 2018.

GEARY, P. **O mito das nações**: a invenção do nacionalismo. São Paulo: Conrad, 2002.

GELÁSIO, Epistolae Romanorum Pontificum Genuinae, 350-51. Apud CONTRELL, A. Auctoritas and Potestas: a reevaluation of the correspondance of Gelasius I on Papal-Imperial Relations, **Medieval Studies**, n. 55, 1993, p. 95-109.

GOFFART, W. Los bárbaros en la antigüedad tardia y su instalación en occidente. In: LITTLE, Lester K.; ROSENWEIN, Barbara H. **La Edad Media a debate**. [S. l.]: Ediciones Akal, 2003.

HOURANI, A. **Uma história dos povos árabes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ISAÏA, M.-C. **Histoire des Carolingiens**. Paris: Le Seuil, 2014.

JOÃO E. **Códex Grego Matritense de João Escilitzes** (Codex Græcus Matritensis Ioannis Skyllitzes). Século XII-XIII. Biblioteca Nacional de España. MS Graecus Vitr. 26-2. Disponível em: http://bdh.bne.es/bnesearch/detalle/bdh0000022766. Acesso em: 27 set. 2018.

MANTRAN, R. **A expansão muçulmana:** séculos VII-XI. São Paulo: Pioneira, 1977.

MCKITTERICK, R. **Charlemagne**: The Formation of a European Identity. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MÉDARD, F. et al. La nécropole mérovingienne d'Erstein (Bas-Rhin): étude des textiles minéralisés au contact des fibules, **Revue archéologique de l'Est,** v. 55, n. 177, p. 307-322, 2006. Disponível em: http://bdh.bne.es/bnesearch/detalle/bdh0000022766. Acesso em: 27 set. 2018.

NELSON, J. Kingship and Royal Government. In: MCKITTERICK, R. (Ed.). **The new Cambridge medieval history. v. 2: C. 700 - c. 900**. Cambridge: Cambridge University Press, v.2, 1995, p. 110-141.

NERDOLOGIA. **Visigodos, Ostrogodos e Godos**. 2018. Disponível em: https://youtu.be/Ar4IoRwfl7I. Acesso em: 28 ago. 2018. Acesso em: 28 ago. 2018.

PIRENNE, H. **Mohammed and Charlemagne.** New York: Meridian Books, 1959.

PRAZER, KARNAL. **Religião # 4 Islamismo**. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T90Dxs_uYcM. Acesso em: 12 set. 2018.

PROCÓPIO DE CESAREIA. **Livro dos Edifícios I**, 1. ed. por HAURY, WIRTH. Leipzig: [s. ed.], 1964, p. 9.

REMÍGIO, R. D. Carta a Clovis. **Monumenta Germaniae Historica**, Epistulae, v. 3 (Epistulae Austrasicae), ed. W. Gundlach. Berlim: Weidmann, 1892, p. 113.

SANCHEZ-ALBORNOZ, C. **L'Espagne musulmane.** Paris: Publisud, 1973.

SILVA, M. C da. **4 de setembro de 476:** a queda de Roma. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

STARK, R. Reconstructing the Rise of Christianity: the Role of Women. **Sociology of Religion,** v. 56, n. 3, p. 229-244, 1995.

WOOD, I. **The Merovingian Kingdoms, 450-751**. Londres/Nova York: Longman, 1994.

YUSUF, J. B. From Hebrew 'Slave' to Arabian 'Sage': Linking the Jewish and Muslim Narratives in the Story of Hagar, the African in Pre-Islamic Arab History. **Claremont Journal of Religion,** v. 4, n. 2, p. 1-33, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312895686_From_Hebrew_'Slave'_to_Arabian_'Sage'_Linking_the_Jewish_and_Muslim_Narratives_in_the_Story_of_Hagar_the_African_in_Pre-Islamic_Arab_History. Acesso em: 12 set. 2018.

Unidade 2

O outono da Idade Média e o Humanismo

Convite ao estudo

Caro aluno, quando você ouve a expressão "Idade Média", o que lhe vem imediatamente à cabeça? É provável que, entre outras coisas, imagens de castelos, reis, guerreiros em armaduras, Igreja cristã. Certo? Pois bem, nesta seção abordaremos muito do que compõe esse imaginário sobre o período medieval. Se na unidade anterior tratamos do fim da Antiguidade e nascimento de uma Europa ocidental medieval, agora vamos ver a "maturação" das sociedades medievais nos aspectos que lhes são mais característicos (talvez porque são muito diferentes da nossa sociedade contemporânea): as relações de vassalagem e suas correlações com o fenômeno que comumente chamamos de "feudalismo", a integração plena da Igreja cristã nas sociedades (foi nesse período, por exemplo, que se instituiu a consagração do matrimônio) e as expedições de guerra em nome da fé, conhecidas como Cruzadas.

Nesse sentido, aprofundaremos as ideias que você tem sobre o período, formadoras desse imaginário, ao mesmo tempo em que as debateremos frente ao que se tem produzido atualmente pelos especialistas. Um exemplo: o Feudalismo se configurou mesmo nesse quadro que correntemente se desenha dele com um suserano proprietário de terras a quem o vassalo está ligado por meio de um juramento e lhe presta serviços em troca de benefícios (materiais ou pecuniários)? E ele foi uniforme por toda Europa entre os séculos X e XV, isto é, por boa parte do que se costuma chamar de "Baixa Idade Média"? Outro exemplo: as Cruzadas, movimento cristão que visava à tomada de Jerusalém dos muçulmanos, tinha exclusivo motivo religioso ou seria possível entrever outras razões para que tais expedições alcançassem tamanha proporção? São esses tipos de questionamentos que proporemos nesta seção, até mesmo sobre a própria ideia de "Idade Média", afinal como o período compreendido, grosso modo, entre os séculos V e XV ganhou esse nome?

Tendo isso em mente, imagine que você foi contratado para produzir conteúdo para uma revista chamada *Debates na História das Religiões*. A política editorial da publicação é, como deixa a entender seu título, trazer questionamentos sobre eventos históricos das religiões e seus estudos, sempre tentando dialogar com eventos do presente. A revista costuma lançar fascículos temáticos, e dessa vez o assunto abordado será Idade Média. Divididos

em três encartes, você será responsável por escrever esse conteúdo de acordo com as pautas estabelecidas pelo seu editor. Por isso, atente ao material e tente pensar em soluções para essas demandas.

Esteja convidado para a discussão e bons estudos!

Seção 2.1

Novas rotas comerciais e as Cruzadas

Diálogo aberto

Caro aluno, nesta seção abordaremos o Feudalismo, a Reforma da Igreja e as Cruzadas. São assuntos bastante complexos, cada qual demandando sua própria contextualização e etapas de desenvolvimento. Mas não se espante: com certeza muito do que será discutido já foi visto por você de alguma maneira, afinal são temas básicos da história do período medieval.

Você se lembra da situação hipotética em que você foi contratado para produzir conteúdo para uma revista chamada *Debates na História das Religiões*? Pois bem, neste fascículo temático sobre a Idade Média, o primeiro encarte tratará das relações Ocidente-Oriente. Com o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel pelos Estados Unidos em 2017, as interações Ocidente-Oriente naquela região voltaram à tona. Tendo isso em mente, seu editor propõe que uma de suas pautas sejam as Cruzadas, justamente um dos eventos históricos chave quando se pensa nesse tipo de interação. Uma vez que o mote da revista é o debate, ele pede que você explore as diversas visões sobre esses eventos, ou seja, tanto do ponto de vista da cristandade quanto do ponto de vista dos muçulmanos. De que maneira você abordaria esse conteúdo em sua matéria?

Não pode faltar

Ordem social na Europa do ano mil: feudalismo

Após cerca de 130 anos de governo ininterrupto da família dos carolíngios, os francos escolheram em 888 um rei estrangeiro em detrimento dos descendentes de Pepino, o Breve. Dado que a realeza se tornara eletiva, há uma alternância de poder na *Francia* ocidental até a eleição de Hugo Capeto (941-996) em 987, inaugurando uma nova dinastia. Na Germânia, a partir de 919, a dinastia de Carlos Martel foi completamente afastada do trono em proveito dos duques saxões, culminando na supremacia dos Otonianos, cujo fundador, Oto I (912-973), restabeleceu o império sob nome de Sacro Império Romano-Germânico em 962 (embora este se limitasse à Germânia e à Itália).

Mas a realidade do poder, nesse período, escaparia aos reis: ela se situou no nível dos poderes locais. Reagrupando diversos condados sob a autoridade de um *dux* ou *princeps* hereditário, esses poderosos locais perpetuaram

uma organização regional, da manutenção das comunidades à sua defesa e, ainda que reconhecessem formalmente o rei, de onde retiravam seus privilégios, exerciam em seu proveito o poder real, tomando para si a autoridade pertencente à coroa. Mesmo assim, territórios inteiros no Ocidente, ao redor do ano mil, estavam à margem de qualquer poder ligado à coroa e a seus representantes hierárquicos.

De fato, muito contribuiu para essa situação as invasões normandas dos séculos IX e X, contidas a duras penas pelos reinos ocidentais, mas que paulatinamente foram se estabilizando, bem como os próprios invasores rapidamente se assimilavam às sociedades ocidentais. Dessa **pulverização do poder a partir do ano mil**, tem início os "tempos dos castelos", isto é, o momento em que surgiram nas paisagens ocidentais as fortalezas a partir da qual se fundamentaria a organização social. Uma vez que grande parte da população vivia no campo, consolidando um sistema agrário que vinha se desenvolvendo desde os tempos carolíngios, ao redor dessas construções articulavam-se a senhoria, a vila e a vida camponesa. No interior delas, engendraram-se as relações, em qualquer nível que fosse, daqueles que exerciam o poder senhorial. Esses "guerreiros" e camponeses, ligados pela sagração cristã, formariam aquilo que comumente – ao menos desde os estudos do historiador francês **Marc Bloch** (1886-1944) – de sociedade feudal.

Esse termo, no entanto, provocou tantos mal-entendidos que parece-se conveniente precisar seu sentido. "Feudal" se relaciona a duas noções profundamente diferentes: "feudalidade" e "feudalismo". No que diz respeito à **feudalidade**, devemos ter em mente uma definição jurídica, isto é, aquela do conjunto de instituições e ritos que estabeleciam as ligações de obrigações recíprocas entre um senhor e seu vassalo. Num sentido estrito, a feudalidade diria respeito tão somente às relações sociais estabelecidas entre a nobreza.

Exemplificando

> "Eu juro, Ermengol, filho de Guisla, mulher, que a partir desta hora e no futuro, eu não farei qualquer mal a você, Guifredo, conde, filho da condessa Ermengarda, e sem vantagens a sua esposa, Guisla, condessa. Eu vos lhe manifestarei uma fidelidade perfeita e sem engano, assim como um homem deve se comportar para com seu senhor. E eu não atentarei contra os condados da Cerdanha, Conflent e Berguedà, na integridade de seus limites e dependências. E eu, Ermengol, não atentarei contra você, sobrecitado Guifredo, nem em sua vida, nem nos membros que constituem seu corpo, nem em sua honra ou nas honras que você possui hoje ou que você adquirirá no futuro com o meu conselho.

> [...] Os engajamentos que foram descritos acima, eu os manterei e lhes velarei, salvo em caso onde você me desobrigar, sem restrição de sua própria e livre decisão. (ROSELL, 1945, p. 89)

Acima, vemos um sermão de fidelidade proferido na Catalunha entre os anos 1010 e 1035. Trata-se de um dos mais antigos exemplos de um sermão de fidelidade do território catalão, datado do momento onde aquela sociedade aristocrática começou a se feudalizar. O documento se destaca por apresentar uma forma particular de estabelecer um laço entre os homens, principalmente por se dar de maneira escrita. Outro destaque é o fato de que o engajamento vassálico presente nesse documento afirma uma relação de dependência, e não somente um acordo de obrigações recíprocas. Elas talvez estivessem subjacentes à entrada de Ermengol no serviço de Guifredo.

Ora, a base material dessas relações sociais era constituída pelo **feudo**, que o senhor concedia a seu vassalo em troca de sua fidelidade. Esse feudo, na maioria das vezes, era uma porção de terras, sobre as quais incorriam os **direitos senhoriais**. É, portanto, o trabalho camponês que conferia valor ao feudo. O **feudalismo** seria, então, definido como sistema político, econômico e social que permitiria aos nobres cobrar pelo trabalho camponês (senhoria) e a divisão de seus ganhos no seio da mesma classe dominante (feudalidade).

Assimile

Direitos ou obrigações senhoriais eram um conjunto de obrigações (financeiras, militares ou legais) devidas pelos vassalos a seus senhores. Cada direito ou obrigação recebia um nome, de acordo com suas finalidades. A corveia, por exemplo, correspondia aos serviços devidos ao senhor por um período de tempo determinado, tal como arar suas terras duas vezes por semana. Os serviços e o tempo para serem realizados variavam de acordo para acordo de vassalagem. Outro exemplo é o *bannum*, isto é, a obrigação do vassalo a servir no exército senhorial ou pagar o valor correspondente por esse serviço, em geral de modo anual. É da palavra *bannum* que costumeiramente referimos às obrigações senhoriais, sejam quais forem suas finalidades, como **banalidades**.

Estudar as estruturas feudais do Ocidente medieval é, de início, ter em conta os contornos do grupo aristocrático e a natureza dos laços sociais que os une. A história da feudalidade, durante muito tempo, valeu-se de um modelo restrito, ligado ao campo jurídico e cuja aplicação geográfica se dava entre os territórios que hoje compõem a França e a Alemanha. O fenômeno

atualmente é compreendido em sua diversidade (considerando as especificidades das feudalidades mediterrânicas, por exemplo) e na sua complexidade: o medievalista francês Georges Duby, por exemplo, via na feudalidade um estado de espírito no qual os guerreiros pouco a pouco se transformavam em nobres (DUBY, 1980).

As estruturas feudais asseguraram, então, a proeminência de um grupo de combatentes, que fez da força o fundamento de seu poder. Se nos colocarmos no nível das vilas, o movimento de disseminação do *bannum* favoreceu a concentração de poder nas mãos do senhor, que concomitantemente levou ao enclausuramento dos homens. O mesmo fenômeno pode ser observado nas classes dominantes: o movimento de feudalização (que encerra cada nobre numa rede de obrigações e fidelidades) é um arranjo dos direitos sobre a terra e sobre os homens. Foi se apropriando desse sistema que o ressurgimento do poder real no século XII tem sentido. A par da reafirmação da sua autoridade, calcada historicamente, ela se fundaria em uma outra base, afinal o rei era antes tudo um senhor: ele visa expandir seus domínios e assegurar fidelidades. Tomando à frente das estruturas feudais, ele realizaria e ordenaria o processo de feudalização dos poderes.

Reforma ou revolução? Igreja e hierarquia eclesiástica no século XI

A Igreja cristã passou por profundas transformações a partir do século X. Se nos séculos anteriores o movimento foi de expansão e consolidação, do século X em diante a Igreja ocidental passou por um processo interno de reflexão. Foi nesse período que se lançaram as bases de um novo movimento monástico, capitaneado pelas **reformas cluniacenses**, dando vazão a um desenvolvimento intelectual notável: a Igreja, então, iniciou um movimento de reforma de longa duração que teve por objeto toda a sociedade cristã. Atingindo sua plena realização por volta de 1120, a reforma teve por resultado principal a maior independência do ministério eclesiástico do apetite dos laicos, bem como um melhor regramento da vida social e espiritual dos fiéis a partir de novas normas definidas e controladas pelos clérigos.

Assimile

Fundada em 909 por Guilherme da Aquitânia (875-918), a abadia de Cluny (na atual França) foi uma das difusoras das tendências reformadoras presentes no mundo monástico do século X e posteriores. Sob a ação de abades como Odo (r. 926-942), Odilo (r. 994-1049) e Pedro, o Venerável (r. 1112-1156), a disciplina interna foi restaurada: a eleição do abade seria feita pelos monges, e não por atores externos, e reforçou-se

a aplicação mais estrita da regra beneditina, revista por Bento de Aniane (747-821) no século IX, privilegiando as funções dos monges como realizadores de preces e celebrantes do ofício divino.

A reforma, chamada de "gregoriana" em razão do pontificado de Gregório VII (r. 1073-1085) ter sido um de seus momentos-chave, foi um movimento de longa duração, do início do século XI ao Concílio de Latrão I, em 1123. Tratou-se, de início, de uma reforma **moral e disciplinar**, visando a extirpar a más-condutas do clero (como a simonia, isto é, o comércio de objetos sagrados). Foi nesse movimento que se condenou o casamento dos eclesiásticos, até então tolerado pela hierarquia, e a investidura dos clérigos pelos laicos.

Essa, aliás, é outra característica do movimento: a **tentativa de liberar a Igreja da tutela dos laicos**. No século XI, o partido reformador, operante no interior da Igreja, concluiu que, para realizar a reforma de maneira plena, seria necessário retirar o papado da tutela laica, sobretudo do imperador. Um decreto do Papa Nicolas II, de 1059, restringia a eleição pontifical aos cardeais. Os papas posteriores reforçam a ideia de desmantelar a investidura laica, reservando a eleição canônica dos bispos e abades às instituições eclesiásticas. A intransigência de Gregório VII nessa questão levou ao embate com o imperador Henrique IV (r. 1084-1105), em um conflito que posteriormente ficou conhecido como **Querela das investiduras**, terminado apenas na Concordata de Worms, em 1122.

Assimile

Querela das Investiduras: em 1075, Gregório VII promulgou um decreto proibindo o clero de receber qualquer ofício (episcopado ou abadia) de um laico, fosse ele rei ou imperador, retirando desses poderes o controle sobre os altos cargos da Igreja. Henrique IV, já figura proeminente no comando do Sacro Império, não aceitou tal medida: em uma assembleia convocada por ele em Worms em 1076, fez depor Gregório VII. O Papa respondeu com a excomunhão de Henrique, que deveria se submeter à penitência no castelo de Canossa (Itália), em 1077. O conflito perdurou até o fim do papado de Gregório VII, e mesmo do governo de Henrique IV. Somente na Concordata de Worms, novo concílio realizado na cidade em 1122, foi estabelecida a liberdade de eleições episcopais e dos abades.

Desde meados do século XI, o papado tomou a frente na realização da reforma, afirmando a primazia romana e cujos enunciados máximos podem ser observados no *Dictatus Papae* de 1075: pela vontade do Cristo, o Papa seria o único chefe da Igreja e seu poder seria universal. Ele estaria, portanto,

acima de todos os bispos e príncipes laicos, os quais ele poderia excomungar se não respeitassem os direitos de Deus e da Igreja.

Esses princípios, ainda que não realizados em sua integridade, tiveram extensas consequências. Uma delas foi o distanciamento completo da Igreja do Oriente, uma vez que esta não estava afeita às pretensões romanas de universalidade e independência. Ao mesmo tempo, enfraquecia-se a autonomia das igrejas metropolitanas e dos concílios provinciais, dado que o controle pontifical se estendia até elas. Por fim, ao colocar-se acima dos poderes temporais, o clero reivindicava uma dominação dos laicos, bem como o controle da sociedade cristã como um todo.

Dessa maneira, a reforma gregoriana foi reorganização da hierarquia eclesiástica, renovada e libertada, e em cuja liderança estava o papado, e da comunidade cristã: para entrar em contato com Deus, os laicos, cujas vidas se definiam pelos sacramentos (como o matrimônio), estariam submetidos à mediação necessária dos clérigos, estes os detentores exclusivos do sagrado.

Obviamente, tal discurso provocou contestações. Desde o século XII, o Ocidente testemunhou a afirmação crescente de heresias, isto é, movimentos contestadores das posições dogmáticas da Igreja e que vieram a ser condenados por ela.

Vocabulário

Heresia: etimologicamente, heresia significa "escolha". Ela se define em relação a uma ortodoxia (conjunto de verdades que formam um todo indissociável, a fé). É herético aquele que, por escolha, não aceita um elemento da fé e rompe com a unidade. Por isso, a heresia implica também em um rompimento com a comunidade, lugar da ortodoxia, ameaçando subverter a ordem cristã (e social) estabelecida.

Uma dessas condenações se deu em um evento sangrento, a chamada Cruzada Albigense de 1209, em que heréticos da região de Albi, atual França, foram brutalmente reprimidos pelos guerreiros armados convocados pelo papa para exterminar aqueles que subvertiam a unidade da comunidade de fiéis da região. Mas essa não foi a primeira vez que a hierarquia eclesiástica lançou mão de medidas assim para alcançar seus objetivos, afinal as Cruzadas propriamente ditas já tinham tido início no final do século XI.

As Cruzadas - I

Em 1095, o **Papa Urbano II** (r. 1088-1099) convocou o **Concílio de Clermont** (não ecumênico). Entre as decisões do concílio, uma medida se

destacou: o perdão dos pecados daqueles que fossem ao Oriente defender os peregrinos dos muçulmanos e liberar o Santo Sepulcro de sua posse.

Vocabulário

Concílio: assembleia deliberante que toma decisões (cânones) em assuntos de dogma e disciplina eclesiástica. Grosso modo, podem ser distinguidos em duas categorias: concílios ecumênicos ou gerais, presididos pelo Papa, e concílios provinciais, presididos pelos arcebispos (ou metropolitanos). Soberanos laicos e suas cortes também participam, em certas ocasiões, eles mesmos, convocando os concílios.

Após a predicação em Clermont, os cruzados partiram em duas ondas. Inicialmente conduzidos pelos chefes locais, cuja primeira parte se dissolveu antes de chegar ao Império Bizantino, mas depois liderados por um cavaleiro chamado Gualtério Sem-Haveres (m. 1096) e pelo monge Pedro, o Eremita (1053-1115), alcançaram Constantinopla em agosto de 1096. Aleixo I (r. 1081-1118), imperador bizantino, transferiu esse grupo para a Ásia menor (região da Anatólia, atual leste da Turquia), onde ele foi aniquilado pelos islâmicos. Outros cruzados, ainda sem a presença de soberanos ocidentais, chegaram de modo disperso à capital bizantina e foram também reorientados pelo imperador para a Anatólia. Capturaram Niceia (atual Iznik, na Turquia), entregando-lhe à Aleixo, e depois atravessaram toda a Ásia menor, chegando à Alta Mesopotâmia, onde fundaram o Condado de Edessa (atual Şanlıurfa/Urfa), o primeiro condado latino na região, em 1098. De lá, os cruzados partiram para cercar a cidade de Antioquia, um dos antigos cinco patriarcados cristãos, tomado pelo califado Rashidun no século VII. O cerco mostrou-se extremamente difícil, parte por conta da falta de assistência bizantina, razão pela qual os cruzados não a entregaram a Aleixo quando libertaram a cidade em 1099. Tinha fim a primeira Cruzada.

Exemplificando

> “Conde Estevão à Aela, sua [...] esposa, a seus [...] filhos, e a todos seus vassalos de todos os graus. [...] Juntos com todos os escolhidos do exército do Cristo, dotados de grande valor por Ele, nós continuamente avançamos por vinte e três semanas em direção ao lar do nosso Senhor Jesus. Você pode ter certeza, minha amada, que do ouro, prata e muitos outros tipos de riquezas, possuo agora o dobro [...] Pois todos os nossos príncipes, com comum consentimento de todo exército, mas contra minha

> própria vontade, fizeram-me até o presente momento, líder e chefe de toda expedição.
>
> Você certamente ouviu que após a captura de cidade de Niceia nós lutamos uma grande batalha com os pérfidos turcos e, com a ajuda de Deus, nós os conquistamos. [...] Daí, continuamente seguindo os perversos turcos, nós os conduzimos através da Armênia, tão longe quanto o grande rio Eufrates. Tendo deixado todos os seus pertences e animais na margem do rio, eles o cruzaram em fuga para a Arábia.
>
> Os mais ousados soldados turcos, de fato, adentraram a Síria [...] a fim de adentrarem a cidade real de Antioquia antes da nossa aproximação. Todo exército de Deus, sabendo disso, deu graças ao onipotente Senhor. Apressando-se com grande satisfação à anteriormente mencionada capital Antioquia, nós a cercamos e muitas vezes entramos em conflito com os turcos; e sete vezes com os cidadãos de Antioquia e com inumeráveis tropas vindas em sua ajuda, as quais nós avançamos para encontrá-las, lutamos com a mais feroz coragem, sob a liderança do Cristo. E em todas estas sete batalhas, pela ajuda do nosso Senhor Deus, nós conquistamos e asseguradamente, matamos inumeráveis homens dos exércitos deles. De fato, nestas batalhas, e em muitos ataques feitos sobre a cidade, muitos dos nossos companheiros e seguidores foram mortos e suas almas regojizam agora os confortos do paraíso. (ESTEVÃO II, [s.d., s.p.] apud BRUNDAGE, 1960, p. 380-395)

Acima, vemos a carta do conde de Blois (atual França), Estevão II (c. 1045-1102), para sua esposa. Estevão foi o líder militar no cerco a Niceia em 1097. Depois do cerco a Antioquia, em 1098, foi obrigado a regressar à Europa por conta de sua saúde, não cumprindo seu voto de cruzado. Em 1101, ele retornaria ao Oriente, morrendo no cerco a Ascalão (atual Israel) em 1102.

A tomada de Edessa pelos muçulmanos em 1144, bem como a ameaça à cidade de Trípoli (capital da atual Líbia), provocou enorme comoção na cristandade ocidental, reforçada pela predicação de **Bernardo de Claraval** (1090-1153), monge que, entre outras obras, delineou a regra monástica que guiaria os cavaleiros templários. A segunda Cruzada, na qual figurariam o rei da França Luís VII (r. 1137-1180) e imperador Conrado III (r. 1138-1152), alcançou feitos consideráveis, chegando a livrar a costa da Síria e cercar Damasco, sua capital. No entanto, quando os cruzados abandonam o cerco, em julho de 1148, a derrota foi total.

A investida muçulmana, liderada por **Saladino** (1138-1193), esmagou o exército do rei de Jerusalém na Batalha de Hittin (4 de julho de 1187), conquistando a cidade. O papado, então, mobilizou-se em reunir as lideranças da cristandade ocidental, a saber **o rei francês Filipe II**, o Augusto (r. 1180-1223); **o rei inglês, Ricardo I**, Coração de Leão (r. 1189-1199); e o **imperador germânico Frederico I**, o Barba Ruiva (r. 1155-1190). Frederico, tendo atravessado o Império Bizantino, morre afogado na região da Cilícia (atual Turquia), em 1190; suas tropas se dispersam, e só um pequeno contingente chega a Acre (em Israel) em 1191, onde se juntam às tropas de Filipe e Ricardo, que na sua expedição já tinha tomado Chipre. Assim que Acre foi capturada (em julho de 1191), Filipe retorna à França, e Ricardo, que permaneceria na região por mais um ano, reorganiza as forças latinas, mas se vê incapaz de recapturar Jerusalém e acaba por estabelecer um acordo com Saladino.

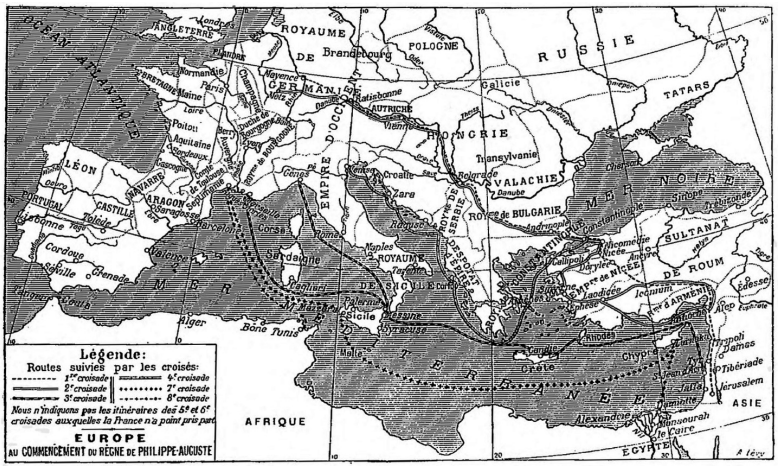
Após tentativas fracassadas de lançar novas Cruzadas, cujo exemplo maior foi a quarta Cruzada em 1204, a cúria papal decide tomar ela mesma a liderança de tal empreitada. O chamado à quinta Cruzada, lançado na abertura do Concílio de Latrão de 1215, conduziu à Acre uma grande quantia de cruzados. Pela estratégia militar estabelecida, uma parte das tropas deveria fechar o acesso do Egito à Palestina. Após alguns sucessos, como a captura de Damieta em 1218, as tropas cruzadas capitulam em 1221.

Outra parte, liderada por **Frederico II** (1194-1250), imperador e por matrimônio herdeiro do reino de Jerusalém, chega a Acre em 1228. Preferindo a negociação ao combate, ele obtém a restituição de Jerusalém sob condição de deixar aos muçulmanos os seus lugares santos. Tal resultado, porém, não agradou ao papado, que excomungou o imperador e suas tropas. Frederico retornou à Europa ainda em 1229, e, sem meios de se defender, Jerusalém tomba definitivamente em 1244.

Em 1249, o **rei da França Luís IX** (r. 1126-1270), o São Luís, seguindo a lógica da quinta Cruzada, embarca para o Oriente mesmo que sem aliados laicos. Mas o rei foi capturado em Almançora (atual Egito). Libertado em 1250, Luís passou quatro anos reorganizando o reino de Acre. Retornado à França, Luís montaria em uma nova expedição em 1270, mas convencido por seu irmão, Carlos I de Anjou (1126-1285), a passar por Tunes (atual capital da Tunísia), morre afligido pela peste em 25 de agosto de 1270.

A Cruzada em direção à Terra Santa tem fim definitivamente com a **queda de Acre em 1291**. Mas o avanço turco na Europa central reuniu novos cruzados, conduzidos pelos reis da Hungria. As expedições, no entanto, fracassaram.

Figura 2.1 | Mapa das Cruzadas



Fonte: https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=44358. Acesso em: 9 jan. 2019.

As Cruzadas - II: o Islã face a Cruzada

A primeira Cruzada (1096-1099) causou, da parte dos muçulmanos, pouca reação: a Síria já estava bastante enfraquecida por sua divisão entre os poderes locais, além de um longo período de depressão econômica, e o governo fatímida no Egito declinava. A criação de territórios cristãos liderados pelos cruzados, como o Condado de Edessa, foi entendida pelos muçulmanos como um prolongamento dos conflitos contra Bizâncio. As guerras, mas também contatos econômicos, e até mesmo alianças, marcaram as relações dos emires muçulmanos com os líderes cristãos nesse primeiro momento.

A falta de reação dos dois califados (abássida e fatímida), defensores do Islã, e o primeiro sucesso sobre os franceses a partir de 1119 suscitaram nos emires sírios, os nobres islâmicos daquela localidade, a luta contra os cruzados, assumindo a conduta da *jihad* de maneira independente. Com a segunda Cruzada (1148), os muçulmanos perceberam que os cruzados eram suportados pelo Ocidente cristão. Esse fator, associado às dificuldades econômicas engendradas pela perda da zona costeira da Síria, impeliu os líderes muçulmanos a lutarem contra os cristãos. Entre eles destacou-se Saladino,

que unificou politicamente a região, restaurou o sunismo contra os fatímidas e empreendeu a *jihad* contra os cruzados.

Pela primeira vez desde as conquistas do século VII, a **"guerra legal"** assumiu um lugar central na literatura muçulmana, uma vez que se consolidou a ameaça à integridade do Islã. Tratados sobre a *jihad* apareceram, e panegíricos exaltaram as ações dos soberanos, como Noradine (r. 1146-1174), governante da Síria e do Iraque, chamado de "espada do Islã". A reação muçulmana, face a esse primeiro perigo cristão, desencadeou uma mudança de atitude dos islâmicos – ou ao menos de sua elite, já que as reações populares são praticamente desconhecidas documentalmente falando – frente à religião cristã, tornando-se bastante negativa.

Exemplificando

> "Suas dúvidas sendo dissipadas, vocês devem agora estar seguros de sua obrigação pessoal de guerrear pela fé. Esta tarefa incumbe especialmente os soberanos, pois Alá Lhes confiou o destino dos seus, e prescreveu de eles velarem pelos seus interesses e a defender o território muçulmano. É muito necessário que o soberano se empenhe cada ano a atacar os territórios dos infiéis e a caçá-los, assim como é encorajado a todos os chefes [muçulmanos] a exaltar doravante a palavra da fé e diminuir aquela dos incrédulos, para enfim dissuadir os inimigos da religião de Alá de desejar empreender uma nova expedição. Somos tomados por um descontentamento profundo que à vista destes soberanos que continuam a levar uma vida tranquila e fácil quando chegar uma tal catástrofe, a saber a conquista dos territórios pelos infiéis, a expatriação forçada [de uns], a vida de humilhação [de outros] sob o jugo dos infiéis, com tudo aquilo que ela comporta: carnificina, cativeiro e suplícios que perduram durante dias e noites. (AL-SULAMI, [s.d., s.p.] apud CAHEN, 1983, p. 220)

Aqui temos o excerto como um exemplo. É um tratado sobre a *jihad* datado do século XII, um dos raros testemunhos diretos dos muçulmanos dessa primeira fase das Cruzadas. O texto – *Kitabi al-Jihad* [Livro da Jihad] – foi escrito por Ali ibn Tahir al-Sulami, um jurista e filólogo nascido em Damasco, e o primeiro a pregar a *jihad* contra os cruzados ao fim da primeira Cruzada. Ele acreditava que os islâmicos tinham negligenciado a *jihad* e os outros deveres religiosos, possibilitando a ação dos cristãos. O texto apresenta um ponto de vista muito peculiar, não só concernente

ao Islã (na importância que a *jihad* assume na vida do fiel, uma vez que é um dos pilares da crença), mas também ao estabelecer os deveres dos soberanos muçulmanos, e como isso implica em sua legitimidade. Outro ponto, subjacente ao texto, é a "voz" de quem proclama o texto: ao escrever tal tratado, e provavelmente pregar palavras semelhantes nas mesquitas de Damasco, al-Sulami demonstra a posição social dos homens da religião islâmica e um de seus papéis na sociedade muçulmana.

O sucesso da primeira Cruzada foi um acaso, e o domínio cristão sobre o Oriente Médio um suspiro. Numerosas Cruzadas foram chamadas, das quais se destacam oito entre a primeira em 1096 e a última no final do século XIII. Mas grande parte dos cristãos ocidentais não se voluntariaram em investir seus recursos e pessoal para manter os dispendiosos territórios cruzados, que caíram diante dos muçulmanos permanentemente em 1291. Na Europa, as Cruzadas para a Terra Santa tornaram-se um objetivo abstrato, ainda que inspiradores (um bom exemplo disso foi a expedição de Colombo em 1492). Ainda que tenha estimulado o comércio, principalmente nas cidades italianas, é muito provável que a expansão comercial ocorreria sem as Cruzadas. Talvez o maior impacto das Cruzadas, no Ocidente, tenha sido em seu imaginário.

Antes de elas acontecerem, os muçulmanos tinham complexas relações com os cristãos, principalmente aqueles que viviam em seus territórios: taxando-os, mas não os perseguindo, e permitindo que suas igrejas fossem utilizadas para seus próprios culto, bem como as peregrinações à Jerusalém. As Cruzadas, porém, mudaram esse cenário, especialmente a conquista de Jerusalém, dada a sua brutalidade. Como relata um poeta muçulmano contemporâneo ao massacre: "Nós misturamos sangue às lágrimas, e não sobrou espaço em nós para piedade" (ROSENWEIN *et al.*, 2008, p. 319).

Sem medo de errar

Após a leitura da seção, você consegue, agora, imaginar uma maneira de abordar as interações entre Ocidente e Oriente a partir do tema das Cruzadas, explorando tanto o ponto de vista da cristandade quanto dos muçulmanos?

Obviamente, não se trata de um tema fácil, por manter relação com ações de violência. Por isso, esteja sempre atento às sensibilidades de seus possíveis leitores.

No que se refere ao ponto de vista da cristandade, o primeiro ponto a se destacar é delimitar de quais cristãos estamos falando, uma vez que já neste

período o cisma entre as Igrejas do Ocidente e Oriente tinha se consumado. Mesmo que o apelo ao auxílio aos cristãos do Oriente tenha motivado a pregação de Urbano II no Concílio de Clermont (1095), a lógica de ação de ambas as igrejas já tinha se distanciado a ponto de se tornarem inconciliáveis.

Dito isso, pensemos o ponto de vista da cristandade ocidental: obviamente, é impossível reduzir um movimento tão complexo como as Cruzadas a uma concepção unívoca. Elas são resultado de diversos interesses interligados, como o apelo econômico ou a legitimação de uma aristocracia guerreira. Mas não se pode perder de vista seu principal elemento coesivo: o apelo religioso. A mobilização da fé, articulada por Roma, inclui-se, em certa medida, também no movimento reformista da Igreja, dada a posição de proeminência do papa na chamada às expedições. Por outro lado, as Cruzadas representariam o estágio último da sacralização da guerra: uma guerra santa, promulgada por Deus por meio de seu representante terreno. Elas articulariam esses aspectos sagrados aos escatológicos, dado à promessa de indulgência dos pecados para os combatentes. Ao fim e ao cabo, as Cruzadas sendo bem-sucedidas, do ponto de vista da cristandade ocidental, consolidariam a soberania da fé cristã.

Quanto ao ponto de vista muçulmano, no limite que podemos observar, dado o acesso à documentação, deve-se pensar, em um primeiro momento, na falta de reação dos líderes islâmicos às expedições cruzadas (principalmente em relação à Primeira, ocorrida entre 1096 e 1099). Vistas sob a ótica de um prolongamento dos conflitos seculares com o Império Bizantino, as elites muçulmanas lidaram com o movimento de maneira semelhante às escaramuças costumeiras. Mas, uma vez que as conquistas cristãs avançaram, até na Sicília e na Península Ibérica, o califado e suas instituições religiosas mudaram sua visão sobre as expedições cristãs. Elas passaram a ser tratadas como uma ameaça à integralidade do Islã e, por isso, deveriam ser combatidas, internalizando para isso o princípio do *jihad*.

Uma estratégia para contrapor esses pontos de vista é apresentar alguns dos documentos vistos nesta seção. A carta do conde de Blois, Estevão II (BRUNDAGE, 1960), e o excerto do *Livro da Jihad*, de Ali ibn Tahir Al-Sulami (CAHEN, 1983), são boas ferramentas para isso, uma vez que demonstram os ideais de cada lado do conflito. Ao colocá-los lado a lado, contrapondo os respectivos pontos de vista (o de um cruzado sobre um muçulmano e o de um muçulmano sobre os cristãos, respectivamente), é possível atender à proposta de demonstrar as relações Ocidente e Oriente no contexto das Cruzadas, comparando como cada "lado" chamava um ao outro ou como descreviam seus conflitos, por exemplo.

Faça valer a pena

1. A miniatura a seguir foi retirada do *Sachsenspiegel* (literalmente "Espelho Saxão"), manuscrito produzido em Heidelberg no início do século XIV. Trata-se de "censo do direito saxão", isto é, um livro sobre leis e costumes da Germânia. A miniatura se encontra na seção de "direito público" ou "lei feudal" (Lehnrecht).

Figura 2.2 | The Heidelberg Sachsenspiegel – Miniatura n. 23

Fonte: https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/cpg164. Acesso em: 7 out. 2018.

Sobre o documento e o fenômeno histórico retratado na cena é correto afirmar que:

a) Trata-se da representação de uma doação, configurado por uma figura de autoridade, suas testemunhas e o recebedor da doação.
b) Trata-se da representação de uma prestação de contas, com o homem central apontando para os trabalhos realizados.
c) Trata-se da representação de um testamento, uma vez que tanto a figura central quanto a figura à direita tocam as mãos num sentido de passagem de propriedade.
d) Trata-se da representação dos trabalhos rurais, uma vez que se encontra na miniatura a representação de um campo cultivado.
e) Trata-se da representação de um ritual de vassalagem, no qual a figura central presta lealdade a seu suserano, este sentado num trono à esquerda, e por essa lealdade recebe um benefício, representado pelo campo plantado.

2.

> "A *institucionalidade* pontifícia caracterizou-se por conservar, duradouramente, ampla maleabilidade na aplicação da lei canônica, por manter substancial flexibilidade no exercício jurídico. No tocante à sé romana da época de Leão IX, Gregório VII e Urbano II, a qualidade de "institucional" designa um modo de agir regularmente ditado por inclinações pessoais. (RUST, 2011, p. 457)

O excerto apresentado sintetiza algumas das transformações pela qual passou a Igreja cristã ocidental nos séculos XI e XII.

Sobre o processo de transformação da Igreja cristã ocidental e suas implicações, é correto afirmar que:

a) Essas transformações aproximaram as Igreja cristãs ocidental e oriental, restabelecendo o patriarcado de Constantinopla como equivalente, no plano espiritual, à cúria romana.
b) Os papas mencionados no texto, a saber Leão IX, Gregório VII e Urbano II, ficaram conhecidos por retardar os movimentos transformadores, fazendo uso de suas prerrogativas pontifícias para influenciar a hierarquia eclesiástica.
c) Tal movimento transformador não teve qualquer conexão com o mundo monástico, uma vez que, por voto, os monges se distanciaram do mundo secular.
d) Essas transformações ficaram conhecidas como reforma gregoriana, em função de um de seus momentos-chave, a Querela das investiduras, ter ocorrido no pontificado de Gregório VII (1073-1085).
e) Um dos resultados das ações papais em favor da Igreja foi a completa submissão da escolha do papado aos poderes laicos, com destaque para o imperador do Sacro Império Romano-Germânico, cujos territórios incluíam a Itália.

3.

> "A convocação do papa Urbano II em Clermont (1095) inaugura uma nova era, a era das cruzadas. A partir daí, e ao longo de toda Idade Média, a ideia de cruzada estará presente nos espíritos e marcará profundamente as mentalidades dos cristãos do Ocidente, propondo a questão lancinante dos "lugares santos" de Jerusalém, ainda hoje candente, com seu cortejo de ódios e sangue. (FLORI, 2013, p. 15)

Considerando o excerto apresentado e seus conhecimentos sobre as Cruzadas, avalie as seguintes afirmações:

I. As Cruzadas foram eventos de curta duração, estendendo-se, em seu limite, ao fim do século XII.
II. A primeira Cruzada (1096-1099) provocou baixa reação do mundo muçulmano, uma vez que seus líderes entenderam o movimento como um prolongamento dos conflitos contra Bizâncio.
III. Um dos destaques do movimento das Cruzadas foi a união entre as igrejas do Ocidente e do Oriente em prol da reconquista da Terra Santa.
IV. Embora a perspectiva de ganhos materiais fosse um dos elementos motivadores das Cruzadas, é inegável que o comprometimento religioso teve grande impacto na sua configuração.

É correto o que se afirma em:
a) I e II.
b) III e IV.
c) II e IV.
d) I, II e III.
e) II, III e IV.

Seção 2.2

Das cidades ao Renascimento

Diálogo aberto

Caro aluno,

Você já parou para pensar no que consiste uma cidade? O que diferencia o ambiente urbano do ambiente rural? As cidades não são uma invenção medieval, muitas (Roma é um exemplo sintomático disso) remontam à Antiguidade. Mas foi no período medieval, em especial entre os anos 1300 e 1500, que as cidades adquiriram características que lhes atribuímos hoje, tais como como a aglomeração de habitantes, o fato de serem desenvolvedoras de serviços específicos e, principalmente, polos econômicos. Nesta seção, você verá como o desenvolvimento das cidades provocou transformações profundas nas sociedades medievais em diversos aspectos (políticos, culturais e, principalmente, econômicos).

Outro ponto-chave dos estudos da seção é a "crise" do século XIV e seus desdobramentos. O século XIV europeu foi marcado por eventos socialmente catastróficos (peste, guerras, fomes, cismas religiosos). No entanto, também foi o momento em que se iniciou o florescimento do Renascimento. Obviamente, não se trata de um sistema causa-efeito, isto é, não se pode enxergar essas crises como diretamente responsáveis pelo resgate dos saberes clássicos. Mas não há dúvidas de que o impacto dessas crises aceleraram a busca por respostas aos problemas mundanos para além dos parâmetros (políticos, religiosos, artísticos) usados até então. Tendo isso mente, imagine-se novamente naquele trabalho de produzir conteúdo para uma revista chamada *Debates na História das Religiões*. Para o próximo número, seu editor solicita que você trabalhe a inovação do Renascimento a partir das representações artísticas (pinturas, esculturas e arquitetura, por exemplo), contrapondo o que foi produzido naquele momento (1400-1600) ao que havia sido produzido antes. Que representações você escolheria para discutir e como faria essa discussão? Atente ao fato de que o cristianismo é o grande tema das obras artísticas ocidentais durante o período.

Não pode faltar

Renascimento comercial e urbano

A expansão urbana foi contemporânea, no Ocidente, ao desenvolvimento rural. Por isso, não é possível separá-lo da expansão comercial, uma vez que

ambos se influenciaram mutuamente: na história europeia, a Idade Média, foi um grande momento de criação urbana.

Exemplificando

Um exemplo de cidade nova: Lübeck (atual Alemanha) foi fundada em 1158 na confluência de dois rios, pelo duque da Saxônia, Henrique, o Leão (1129-1195). Sua planta original não concernia mais do que uma grande praça central, explicitando desde então a vocação econômica da cidade, sendo o espaço nos arredores distribuídos em lotes para empreendedores. Em 1188, o imperador Frederico I, o Barba Ruiva (1120-1190), confirmou legalmente as franquias comerciais da cidade, que rapidamente se tornaria líder da **Liga Hanseática**, a associação de cidades do mar do Norte e do Báltico que manteria monopólio comercial nessas localidades entre os séculos XII e XVII.

Pouco após o ano mil, as cidades vão pouco a pouco se expandindo. Os especialistas, por muito tempo, consideraram esse fenômeno um "renascimento urbano". Mas essa expressão coloca uma continuidade entre a cidade antiga e a medieval que é difícil de verificar, pois nas novas cidades dos séculos XI em diante o antigo e o novo se entrecruzam: as velhas cidades, muitas remontando ainda ao período romano, ainda abrigam as igrejas, por exemplo, mas também trazem novidades.

Certamente, do ponto de vista das construções, a cidade medieval é inegavelmente herdeira da cidade antiga. O mercado, ao redor do qual se ordenou o espaço urbano no período medieval, substituiu o fórum. Mas foi justamente nesse espaço que a transformação mais notável ocorreu: o **crescimento da importância dos mercadores**, a **autonomia do governo urbano**, a **preponderância da moeda nas transações comerciais**, bem como as **mutações culturais** engendradas por esse ambiente urbano. Tais transformações colocavam em xeque as próprias bases do sistema feudal.

De fato, o "urbano" era um componente essencial do sistema feudal, e a cidade medieval estava estreitamente ligada ao ambiente rural. Se pensarmos em termos demográficos, é possível observar que a população habitava majoritariamente o campo (por volta de 1300, menos de 60 cidades europeias abrigavam mais de 10.000 habitantes). Em termos de morfologia, ambos os espaços compartilhavam características semelhantes, como torres e campanários, e numerosas vilas eram fortificadas, como acontecia com as cidades. A exceção óbvia era a escala de grupamento dessas edificações, muito mais concentradas nas cidades, exemplificada pela existência dos **burgos**.

Assimile

Burgo: originalmente (no que se pode datar até o século IV), burgo era um termo que designava uma pequena fortaleza. Com o passar do tempo, a palavra passou a fazer referência às aglomerações, fortificadas ou não, que se desenvolviam às margens de uma cidade, de um castelo ou de um monastério. Os burgueses eram os habitantes dos burgos.

Mesmo a identidade jurídica entre os mundos rural e urbano é interligada: se a cidade tirava proveito das franquias comerciais – isto é, a exploração de produtos mediante contratos de exclusividade – e das cartas de **comuna**, ela dividia esse privilégio com o campo, com espaços igualmente protegidos de forma legal mediante diplomas de imunidade ou cartas.

Assimile

Comuna: o conceito de comuna nasceu de uma ideia de juramento tomado em comum. Desse fato, pode-se definir comuna como uma associação juramentada dos habitantes de uma cidade. As primeiras evidências desse tipo de associação ocorreram nas cidades do norte da França, de Flandres (região que hoje compreende o norte da Bélgica e a Holanda) e do norte da Itália, isto é, nas regiões onde o desenvolvimento urbano foi mais precoce (em torno dos anos 1070-1130).

Mas se há um critério que melhor distingue o ambiente urbano do rural é o econômico: nas cidades predominam as atividades secundárias e terciárias. Pois, se as manufaturas não eram especificamente urbanas, a partir da segunda metade do século XII a sua organização em **ofícios** passou a ser, com estatutos que fixavam suas obrigações e interdições. Não devemos, porém, imaginar a estrutura dos ofícios por todas as cidades igualmente. Certas atividades (principalmente aquelas ligadas aos trabalhos não qualificados) e certas cidades (como Lyon, até o século XVI) ignoraram sua existência.

Exemplificando

Por volta de 1270, Étienne Boileau (c. 1200-1270), representante do rei francês, redigiu o *Livro dos ofícios* (*métiers*, em francês). Nesse documento, é possível entrever a atividade econômica de Paris naqueles anos. Os ofícios de alimentação, têxteis e de trabalho com metais dominam o inventário. Entre eles destaca-se o ofício de ourives, que, trabalhando para um mercado de luxo próspero na capital do reino, eram poderosos e renomados. Em contrapartida, o ofício de açougueiro

era desprestigiado. Embora os citadinos, a partir do século XIII, tivessem se transformado em grandes consumidores de carne – o que enriqueceria os açougueiros, estes tinham uma má-reputação, em razão do seu contato com o sangue dos animais. Desse modo, a dignidade social dos açougueiros não condizia com seus ganhos financeiros.

A autonomia política das cidades era variada. Vemos casos, como na Inglaterra, de cidades amplamente submetidas ao poder real; ou outros, de independência prática, como as cidades-estados italianas (aquelas às quais o imperador Frederico I concedeu o direito de recolherem impostos, taxas e de exercerem jurisdição própria no acordo conhecido como **Paz de Constâncio de 1183**). O estatuto jurídico da cidade garantia certas liberdades daqueles que ali viviam ou se instalavam. Não que os direitos senhoriais tivessem desaparecido do solo urbano, mas sua amortização permitia aos habitantes das cidades assumir boa parte de seu próprio governo: regulamentação comercial, fiscal, justiça, serviços de utilidade pública e defesa, por exemplo.

Saiba mais

As muralhas, cuja função primária era a defesa das cidades, tornar-se-iam símbolo de sua autonomia. São elas que delimitam, politicamente e topograficamente, a cidade medieval. A construção de uma muralha (como em 1132 em Pisa, 1145 em Toulouse, 1176 em Florença, 1180 em Colônia) requer uma organização política elaborada: é preciso financiá-la, fazer a manutenção, defendê-la. É por sua existência que a cidade demonstra, de certa forma, sua unidade.

A ideia de comuna pode fazer parecer que a cidade medieval seria um mundo de iguais. É verdade que, em ocasiões festivas como os carnavais, ela se apresenta como um ambiente unido e solidário. Mas há no interior da cidade uma hierarquia: os magistrados da cidade, o clero, as diferentes associações de ofício e, por fim, o "povo" urbano. A formação da população urbana em geral se estabeleceu muito em razão da imigração do campesinato vizinho. Em Montbrison (França), entre 1120 e 1260, mais de três quartos dos imigrantes vinham dos arredores até 20 km. Cidades maiores, como Metz (França) no século XIII, ampliavam esse círculo (para 40 km, no caso). É difícil, porém, distinguir os imigrantes socialmente, mas, em geral, são pessoas atraídas pelas atividades da cidade e que ali podem consolidar seus ganhos. Novamente, fica evidente como os espaços rural e urbano estão interligados.

O amplo desenvolvimento do comércio no século XIII testemunha o vigor da economia urbana. As atividades de produção, troca e crédito estavam intimamente ligadas. Nessa expansão, dois polos se destacaram:

- O espaço mediterrâneo, dominado pelas grandes cidades italianas, que controlam as relações comerciais com o Oriente. De lá elas importavam especiarias e mercadorias preciosas e exportavam couro, prata e produtos têxteis. Havia também o tráfico de escravos.
- O espaço nórdico, centrado, no século XIII, na cidade de Bruges (atual Bélgica), era o grande mercado da lã inglesa, abastecendo os produtores de toda Flandres. Ali também se encontravam mercadores germânicos e italianos, transformando a cidade num dos mais importantes membros da Liga Hanseática.

Saiba mais

As cidades mercantes tiveram grande papel na difusão das moedas, uma vez que o crescimento das trocas comerciais no fim do século XII foi acompanhado da aceleração da circulação monetária. Em 1202, Veneza emitiu o *grosso* de prata, que as outras cidades não tardariam em imitar. A moeda de ouro, no entanto, seria cunhada somente pelo Império Bizantino, até 1252, quando Gênova e Florença também cunharam suas moedas de ouro, respectivamente o *genovino* e o florim.

Foi ao se integrar no sistema monárquico que as cidades asseguraram, a partir do século XIII, a sua estabilidade política e a sua prosperidade econômica. O caso da França é exemplar: apoiar a atividade econômica das cidades foi uma grande preocupação dos capetíngios desde Luís VII (1120-1180), seja fundando feiras (Mantes), ou confirmando diplomas de comuna (Laon, Soissons). Filipe II (1165-1223), tomando atitudes semelhantes, também exigiu das cidades a fidelidade política e o serviço militar. Intervindo na legislação dos ofícios e controlando as finanças urbanas, o rei fez das cidades apoio para a monarquia.

Pesquise mais

Quer saber mais sobre o comércio nas cidades italianas da Baixa Idade Média, principalmente por ser um tema pouco abordado pela historiografia, isto é, o comércio de escravos na Europa dos séculos XIII e XIV? Então leia o artigo do professor de História Medieval da Universidade Federal de Minas Gerais, André Miatello, recomendado a seguir:

MIATELLO, A. Servo e servidão, escravo e escravidão nas cidades comunais italianas da Baixa Idade Média: estudo de caso na *Chronica Civitatis Ianuensis* de Jacopo de Varagine (1298). In: FRANCA PAIVA, E. et al (Ed.). **De que estamos falando?** Antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2016. p. 155-178.

Outra sugestão é um livro-entrevista de dois historiadores, Jacques Le Goff e Jean Lebrun. Nele, ao abordarem a cidade como lugar de trocas (de diálogos e comerciais), de segurança, de poder e de cultura, Le Goff e Lebrun refletem sobre a transformação das funções da cidade, principalmente para Le Goff, medievalista, e para quem há mais semelhanças entre a cidade contemporânea e a cidade medieval do que entre a cidade medieval e a antiga:

LE GOFF, J. **Por amor às cidades:** conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

Judeus, muçulmanos e o "outro" na cristandade da Baixa Idade Média

Centros de urbanização e imigração, as cidades tinham uma população variada, principalmente aquelas dedicadas exclusivamente ao comércio. Por isso, não devemos tomar seus habitantes como uniformes, uma vez que coexistiram diversos grupos humanos dentro de suas muradas. É o caso dos judeus, por exemplo.

Proibidos de entrar nas guildas de ofício, os judeus paulatinamente assumiram uma tarefa evitada pelos cristãos: fazer empréstimos financeiros com juros. Personificações da usura, muitas vezes os judeus eram atacados por seus devedores, como ocorreu em York em 1190, onde nobres locais organizaram um ataque aos judeus da cidade visando a anular suas dívidas. Os próprios reis viam a propriedade dos judeus como suas próprias. Filipe II, por exemplo, expulsou os judeus de Paris em 1182, confiscando suas propriedades. Permitiu seu retorno em 1198, mas não lhes restituiu os bens confiscados.

Mas esses ataques tinham motivações maiores que a ambição material de seus perpetradores. Com as novas interpretações doutrinárias capitaneadas pela cúria romana a partir da reforma eclesiástica dos séculos XI e XII, os judeus se viam cada vez mais separados da codificação cristã. As acusações do "libelo de sangue" por parte dos judeus, isto é, que eles sacrificariam cristãos, foi motivo para os massacres de judeus na Inglaterra, França, Espanha e territórios germânicos. Após o quarto concílio de Latrão (1215), os judeus deviam usar algum acessório ou vestimenta que os identificasse. Ainda que a medida não fosse adotada plenamente, até porque alguns poderes locais

viam nela uma oportunidade para vender isenções, com o tempo os judeus passaram a se identificar por seu status de não cristão: no sul da França e na Espanha, eles deveriam trajar um distintivo redondo; em Viena, Áustria, eles foram forçados a vestir chapéus pontiagudos (o "chapéu judeu").

No que tange os muçulmanos, as relações entre os fiéis do Islã e cristãos são diversas. Principalmente porque, diferente dos judeus, os muçulmanos tinham um território estabelecido. Assim, nas sociedades muçulmanas, os cristãos eram, de certa forma, integrados, desenvolvendo papéis na administração e cultura dessas sociedades. Obviamente, eles não gozavam dos mesmos privilégios legais e sociais dos muçulmanos, mas, à exceção de períodos de turbulência econômica e política, podiam desfrutar de alguma estabilidade. De certa forma, com a **derrota do Império Bizantino em 1453** para os turcos, resultando **na consolidação do Império Turco-Otomano**, o cristianismo católico floresceu no mundo muçulmano, uma vez que a Igreja Ortodoxa do Oriente perdera sua força. Foi sob o governo muçulmano, por exemplo, que o cristianismo se expandiu na região do Mar Cáspio e na Ásia central.

Figura 2.3 | Cristão e muçulmano jogando xadrez (c. 1250-1285)

Fonte: https://goo.gl/eR5Mv2. Acesso em: 17 de out. 2018.

O caso inverso, do muçulmano em território cristão, porém, foi diferente. Nas mãos dos "monarcas católicos", como foram identificados Fernando (r. 1479-1516) e Isabela (r. 1474-1504) pelo papa ao unirem os reinos ibéricos de Aragão e Castela, o cristianismo foi feito um instrumento da soberania real: rei e rainha lançaram uma ofensiva contra os muçulmanos em Granada, até sua conquista completa em 1492. Os muçulmanos sobreviventes foram forçados à conversão ao cristianismo em 1502, sob pena de serem expulsos. Muitos obedeceram (ficando conhecidos como *moriscos*), mas nunca foram plenamente integrados na sociedade espanhola, sendo finalmente expulsos do reino no início do século XVII.

O Humanismo e o Renascimento Cultural - I

Contrastando com a expansão do período feudal, os séculos XIV e XV aparecem na história geralmente como um tempo de aflições. Quaisquer que sejam as explicações dadas pelos especialistas (se uma recessão econômica, uma crise do sistema feudal ou até uma decadência moral dos valores cristãos), é incontestável o fato de esse momento ter passado por uma vertiginosa queda demográfica, que teria início no começo do século XIV e perduraria até meados do século XV.

Reflita

Como conceber uma "demografia" medieval? Afinal, o período não conta, como nos mundos moderno e contemporâneo, com documentos demográficos propriamente ditos, como registros de batismo, de casamento, óbito ou censos – todos esses têm suas primeiras ocorrências no século XVI. Os especialistas, então, recorrem aos dados diversos, como o número (estimado) de residências de uma cidade. Mas, como você deve imaginar, esse número, traduzido em indivíduos, coloca uma série de problemas. Há quem diga, por exemplo, que a Paris do século XIII contava com 80.000 habitantes, e outros afirmam que eram 200.000. Que grande diferença, não?! E você, como imaginaria contar o número de habitantes de uma cidade medieval? Que tipo de evidência histórica buscaria para fundamentar seus argumentos?

As causas para esse conturbado período foram diversas, de acordo com os locais e épocas. De início, as **crises famélicas**, pouco documentadas durante o período feudal, aumentaram. Aquela de 1315-1316 no noroeste da Europa ilustra bem seus efeitos: por conta das fragilidades da agricultura

(dependente de clima, solo e técnicas de produção), severas mortalidades decorreram da falta de abastecimento alimentar.

Outra aflição que acometeu as sociedades europeias foi a peste, de certa forma ligada a outros eventos, como a fome de 1347. A **peste negra**, como a peste bubônica foi nomeada posteriormente pelos historiadores, dizimou cerca de um terço da população europeia (Florença, na península itálica, perdeu metade de seus habitantes). Acredita-se que ela tenha se iniciado na região do mar Negro, uma vez que os primeiros testemunhos de sua aparição estão ligados ao Império Bizantino. De lá, ela viajou para o oeste, carregada pelas pulgas que viajavam junto aos ratos nos navios mercantes, contaminando mercadorias, especiarias, produtos têxteis e porcelanas. No início de 1348, a peste chegaria à Europa por meio dos portos da Sicília, Sardenha, Córsega e Marselha. Em 1351, ela já alcançava a cidade de Novgorod, na atual Rússia. E esse foi só o começo, pois a peste reapareceu diversas vezes durante o século XIV e em intervalos mais espaçados até o século XVIII.

Os relatos de violência, meio encontrado por muitos para resistir às situações que lhes afligiam, aumentaram. Em meados do século XIV, grande parte do Ocidente passou a uma economia de guerra, aumentando a intensidade das operações militares: destruições, pilhagens, incursões. É nesse período que ocorreu a **Guerra dos Cem Anos** (1337-1453), conflito que opôs os reinos da França e Inglaterra, com a vitória dos franceses. Some-se a essa lógica bélica a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 1453.

Por fim, crises também acometeram o universo da espiritualidade: entre 1378 e 1409, papas rivais (um baseado em Avignon, na França, e outro em Roma) clamaram ser o verdadeiro representante de Deus no plano terreno. De 1409 a 1417, um terceiro juntar-se-ia a eles. Os papas excomungaram uns aos outros, cercaram-se com seu próprio colégio de cardeais e comandaram seus seguidores. O **Grande Cisma** (1378-1417), como esse período de papas e antipapas ficou conhecido, tornou-se símbolo de uma crise espiritual e política, explicitando profundos descontentamentos com a cúria romana.

O Humanismo e o Renascimento Cultural - II

Mas, face a essas crises, floresceu na Europa um novo tipo de cultura, chamada de "Renascimento". O período, que vai de cerca de 1350 a 1600, reviveu elementos do passado clássico: filósofos gregos anteriores a Aristóteles, artes helenísticas e literatura romana. Os humanistas, que assim se chamavam por valorizarem o ser humano, tinham por modelo de escrita o latim de Cícero; os arquitetos procuraram na antiguidade noções de espaço público (repensando profundamente a urbanização); e os artistas

adotaram formas clássicas, bem como os músicos. Decerto, muitas das obras do Renascimento foram realizadas a partir de precedentes medievais – a transformação das representações do Cristo na cruz, de "triunfante" a "sofredor", remontam ao artista florentino Giotto (1276-1337), e **Petrarca** (1304-1374) pode ser considerado o primeiro humanista, por exemplo – mas os humanistas deram-lhe novos sentidos.

Como vimos anteriormente, os anos de 1340 a 1493 marcaram um período de crise na Europa: a **Guerra dos Cem Anos** estourou em 1337; em 1346, a peste negra a acometeu, dizimando milhares (senão milhões) de pessoas; em 1378, uma crise estremeceu a Igreja, quando dois papas (posteriormente três) clamaram a autoridade pontifícia; revoltas e rebeliões borbulhavam pelas cidades e campos; a expansão do Império Turco-Otomano, exemplificado pela tomada de Constantinopla em 1453, transformou a própria forma da Europa e do Oriente Médio.

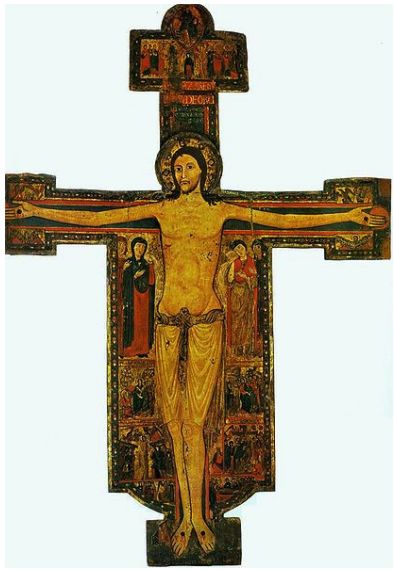
A retomada das artes clássicas, na qual se incluem literatura, arte, música e arquitetura, forneceu novas ferramentas para essas sociedades lidarem com essas crises. O Renascimento teve início, principalmente, nas cidades-estado italianas, mas logo se espalhou – via educação e formação, cujo exemplo é Universidade de Bolonha, na Itália – pela Europa. Nas cortes dos reis e duques, as artes renascentistas serviram para a exaltação e celebração dos governantes, que cada vez mais controlavam seus instrumentos de legitimidade (exércitos, impostos, cortes). Consolidação era a palavra de ordem dos novos Estados surgidos naquele período, das uniões matrimoniais que selaram o surgimento da Espanha e da Polônia, à confederação suíça, passando pelo rei que viria a reinar sobre toda área que hoje conhecemos por França. Tão logo assegurados de seu poder na Europa, os Estados voltariam seus olhos para o Oceano Atlântico, marcando o que os medievalistas muitas vezes nomeiam o "Outono da Idade Média".

Sem medo de errar

E então, conseguiu selecionar representações artísticas de motivação religiosa para discutir as inovações do Renascimento para sua próxima matéria na revista *Debates na História das Religiões*?

De início, temos que lembrar que uma das principais correntes do Renascimento foi o Humanismo. Esse movimento tinha por maior característica a valorização da condição humana, em seu aspecto físico. Essa postura se contrapunha à ideia de contemplação do sagrado e da Providência, geralmente atribuída ao período medieval. Com isso em mente, selecionamos duas representações da crucificação do Cristo. A primeira é atribuída a Mastro Guglielmo, pintor italiano, realizada em 1138.

Figura 2.4 | Crucifixo de Mastro Guglielmo (1138)



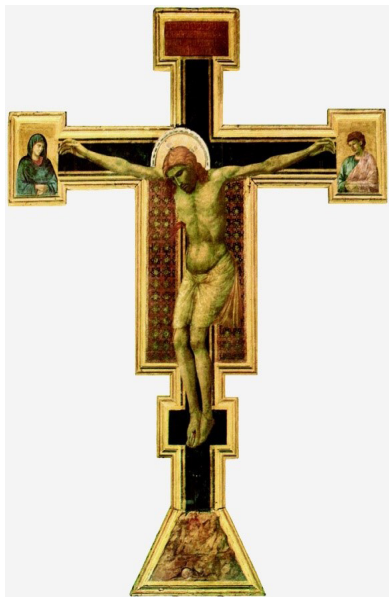
Fonte: https://goo.gl/ZXK6kS. Acesso em: 17 de out. 2018.

O Cristo foi representado por Guglielmo respeitando a tradição do *Christus triumphans*, o Cristo triunfante, na qual o Cristo está morto, mas triunfa sobre a cruz: olhos abertos, cabeça erguida, corpo endireitado e sem sinais de sangue. Ess interpretação, corrente na iconografia religiosa gótica medieval ocidental, adequava-se ao discurso proposto pela cúria romana à época da Reforma da Igreja (séculos XI e XII).

A segunda é de Giotto di Bondone (1266/67-1337), retratado na Figura 2.5.

Embora Giotto não se enquadre na cronologia tradicional do Renascimento, é inegável que suas obras influenciaram os pintores daquele movimento. A crucificação

Figura 2.5 | Crucifixo de Giotto (c. 1295)



Fonte: https://goo.gl/XtVfYq. Acesso em: 17 de out. 2018.

do Cristo, hoje na Basílica Santa Maria Novella (Florença), é exemplo disso. Aqui vemos o Cristo na posição *dolens* ("sofredor"), com o corpo tombando, a cabeça pensa, os pés sobrepostos e o sangue escorrendo de seu estigma. É possível sentir o "peso" do corpo. Mais do que uma nova ideia do Cristo, Giotto propôs uma nova leitura da materialidade da sua figura na crucificação. Corrente que seria seguida pelos pintores renascentistas, que enfatizaram bastante os aspectos realistas em suas obras.

Na comparação das duas obras, a diferença entre ambos é visível, embora tenham o mesmo tema. A primeira se destaca pela ideia do triunfo, e a segunda pelo peso da materialidade. Essas diferenças resumem, em um único espectro, as transformações pelas quais passaram homens e sociedades nos séculos XI a XIV. Transformações que se desdobram em outros aspectos, como a expansão urbana e comercial.

Faça valer a pena

1.

> "[No] ano da Encarnação do Senhor de 1347, no início do mês de outubro, os genoveses, sobre doze galés, fugindo da cólera divina que se abatia sobre eles em razão de sua iniquidade, atracaram no porto de Messina [na Sicília, Itália]. Eles transportavam com eles, impregnada em seus ossos, uma doença tal que todos aqueles que falavam com eles estavam contaminados desta enfermidade mortal: esta morte, morte imediata, era absolutamente impossível de evitar. (CONTAMINE *et al.*, 1971, p. 157, tradução nossa)

Considerando o trecho apresentado, é correto afirmar que:

a) Segundo o texto, a peste negra ficou confinada à cidade de Gênova e, portanto, não se espalhou pelas demais regiões da Itália.

b) O texto nos dá um relato humanista do cenário das epidemias do século XIV, com explicações racionalistas sobre a disseminação da doença.

c) Ao afirmar que a doença estava "impregnada em seus ossos", o autor da carta faz uma referência à gripe espanhola.

d) Os autores do documento acima acreditavam que a peste negra era resultado da "cólera divina em razão da iniquidade" daqueles homens.

e) O texto indica como se estabeleceu a transmissão da peste negra por toda a Europa por meio de viajantes por via terrestre.

2.

> “[...] O desenvolvimento do mundo urbano durante o medievo se constituiu em torno da ideia peculiar de communitas [comuna, no sentido político] a qual, dentre outras coisas, supunha a livre associação de profissionais dos mais diferentes setores organizados em confrarias interligadas e unidas pelo juramento cívico. Assim, a vida urbana que se estabelece a partir do século XI e alcança o apogeu no século XIII contou, acima de tudo, com a força política advinda das assembleias de cidadãos [...]. (MIATELLO, 2010, p. 113)

A partir do século XII, no Ocidente europeu, é correto afirmar que as cidades:
a) Pouco se desenvolveram, pois a população citadina estava sufocada pelo sistema feudal, marcadamente agrário.
b) Destacavam-se do campo por seu estatuto jurídico, uma vez que o ambiente rural não dispunha de tais privilégios.
c) Apresentavam uma diferenciação social mínima entre seus cidadãos, já que o juramento cívico da comuna equalizava os habitantes da cidade.
d) Desenvolveram pouco ou nenhuma edificação própria, haja visto que os prédios essenciais (igrejas e habitações) também existiam no campo.
e) Tiveram relevante papel na difusão de moedas, uma vez que o crescimento das trocas comerciais no fim do século XII foi acompanhado da aceleração da circulação monetária.

3.

> “Quando nós cuidadosamente inspecionamos uma torre próxima à igreja de S. Gall, na qual incontáveis livros eram mantidos e a biblioteca era negligenciada e cheia de poeira, traças, fuligem e outras coisas associadas à destruição de livros, nós caímos em pranto [...] De fato, se esta biblioteca pudesse falar por si mesma, ela gritaria bem alto: ‘Tirem-me desta prisão!’. Existiam naquele monastério um abade de monges totalmente desprovidos de qualquer conhecimento de literatura. Que bárbara hostilidade contra a língua latina! Que maldita escória da humanidade! (GORDAN, p. 1991, p. 188-189)

Essa é a descrição de Cincius Romano, que, junto de seus colegas Poggius Braccio-lino e Bartolomeu Politiano, aproveitou o período em que estava sendo realizado o Concílio de Constança (1414-1418) para visitar a biblioteca de S. Gall, na Suíça. Enviados do papa romano, eles ficaram, como se pode observar no trecho apresen-tado, inconformados com o tratamento dado aos livros pelo monastério.

Figura 2.6 | *A Escola de Atenas*, de Rafael (1508)

Fonte: https://goo.gl/1nZyE6. Acesso em: 17 de out. 2018.

Atribua V (verdadeiro) ou F (falso) para as afirmações sobre o Renascimento e o movimento humanista:
( ) O Renascimento foi um movimento que resgatou as artes desenvolvidas no Império Bizantino, uma vez que este foi dominado pelos turco-otomanos em 1453.
( ) O Humanismo foi um movimento literário e linguístico cultivado durante os séculos XIV a XVI, que se preocupava em reviver os valores, estilos e textos do período grego e romano.
( ) O Renascimento ficou restrito às cidades-estados da península itálica, uma vez que somente a pujança econômica destas era capaz de fomentar as artes.
( ) É possível encontrar as raízes dos movimentos artísticos do Renascimento no período medieval, por exemplo, na iconografia religiosa.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de afirmações verdadeiras e falsas:
a) V - F - V - V.
b) V - V - F - V.
c) F - V - F - V.
d) F - V - F - F.
e) V - F - V - F.

Seção 2.3

A "Idade Média" e os medievalistas

Diálogo aberto

Caro aluno, você já parou para pensar em que "Idade Média" se refere? Não exatamente o período (que faz parte da equação também), mas o significado da própria expressão: afinal, "Idade Média" é um período do "meio", mas meio do quê? Essa é a pergunta fundamental desta seção, e veremos como as diferentes correntes interpretativas a responderam.

Tendo isso em mente, lembra-se do seu hipotético trabalho como produtor de conteúdo para a revista *Debates na História das Religiões*? Pois bem, para o presente fascículo, seu editor sugeriu que você fizesse uma reflexão sobre a relação entre o Iluminismo e a qualificação do período medieval como "Idade das Trevas". De que maneira a leitura sobre o papel da religião, em especial o da fé cristã, nas sociedades medievais, serviu aos intelectuais europeus dos séculos XVII e XVIII na formulação desse adjetivo? Quais são os aspectos sublinhados por eles? O que você espera que seus leitores absorvam dessa reflexão?

A seção a seguir tem essa pergunta também como mote, afinal ela lida, em nível mais básico, com o papel da História na sociedade. Mais do que falar de acontecimentos distantes, o discurso que produzimos sobre o passado diz também muito sobre como vemos o mundo no presente e, mesmo, o que esperamos para o futuro. Por isso, leia atentamente o material a seguir e bons estudos!

Não pode faltar

Os pensadores do Renascimento e a criação da "Idade Média"

Ao pensar a história, estamos nos relacionando com o passado, fazendo uso de nosso sistema de valores para compreender aquilo que nos aproxima e nos distancia do que ocorreu. A Idade Média não escapa (ou escapou) dessa prática. Pelo contrário, as ideias sobre o período trazem diferentes sistemas explicativos para os elementos que compõem esse momento histórico, mas sobre o qual, em geral, dá-se o nome de "Idade Média".

Assimile

Os especialistas da área de História são conhecidos, formalmente, como **historiadores**. Esse "fazer história" mudou ao longo do tempo, de acordo

com as aspirações, entendimentos e conjunturas de cada historiador e sociedade. Veremos logo mais um exemplo de como essas diferentes variáveis tiveram impacto no entendimento do que foi e é categorizado como "medieval" ao longo da escrita da história. Por isso, a própria escrita é uma área de estudo em si, chamada de **historiografia**, que visa à análise crítica de como os historiadores produziram o conhecimento histórico.

A reflexão sobre os séculos medievais pode ser traçada aos seus pensadores contemporâneos. É o caso de **Petrarca** (1304-1374), estudioso toscano, que, ao valorizar os feitos culturais e artísticos da Antiguidade, via no momento de sua vida uma decadência e paralisia, um verdadeiro tempo de "escuridão". Assim, no século XIV, e principalmente no século XV, os intelectuais italianos, crentes de que tinham uma nova "era" diante de si, tentaram definir aquele período que os antecedia: ao ter como referência a cultura greco-romana, o intervalo que os separava da Antiguidade e do presente em que viviam passou a ser chamado de "*medium aevum*", ou "Idade Média". Desse modo, "Idade Média" passou a carregar, entre esses humanistas, um sentido pejorativo, ligado ao obscurantismo, aos iletrados e aos não apreciadores da arte.

Reflita

> "Meu destino é viver entre diversas e confusas tempestades. Mas para você talvez, se, como espero e desejo, viver num futuro distante de mim, seguirá um tempo melhor. Este sono de esquecimento não durará para sempre. Quando a escuridão tiver sido dispersada, nossos descendentes poderão surgir novamente em sua anterior forma radiante. (PETRARCA, [1340] apud MOMMSEN, 1942, p. 236)

Assim, por volta dos anos 1340, Petrarca finalizou seu poema África. O autor acreditava que a história tinha dois períodos: o período clássico, aquele de Homero, Platão, Cícero ou Ovídio, e o período que o seguiu, composto pela "escuridão", na qual ele próprio vivia. Considerando o que foi apresentado e discutido ao longo do material, você concorda que o período medieval foi uma época de trevas?

O Iluminismo e a "Idade das Trevas"

No período do Iluminismo, nos séculos XVII e XVIII, o período medieval ainda era visto de modo pejorativo pelos intelectuais europeus ligados ao movimento. Mas a crítica à "Idade Média" ganharia novos contornos. Ao invés de lamentarem aquele momento pela alegada ausência de uma cultura clássica,

os iluministas viam o obscurantismo medieval, mormente ligado à experiência religiosa, como a **antítese da ideia de racionalidade** por eles propagada.

De fato, esse aspecto de uniformidade religiosa e domínio eclesiástico sobre os modos de pensar do homem medieval remonta às críticas vindas da Reforma Protestante do século XVI. Na perspectiva dos protestantes, "Idade Média" ganharia um contorno "anticatólico", isto é, uma vez que a Antiguidade clássica era vista como momento do nascimento do Cristianismo, a Idade Média teria testemunhado sua corrupção dentro da Igreja Católica.

O invólucro religioso do período medieval seria ressaltado a tal ponto pelos iluministas, tais como Voltaire (1694-1778) e Kant (1724-1804), que eles o apelidariam de "Idade da Fé", em contraposição à "Idade da Razão" na qual viviam. Além disso, os iluministas recuperaram o conceito de tenebrosidade/escuridão, anteriormente empregado pelos humanistas, e o expandiram: a metáfora original de Petrarca contrapondo luz e trevas, foi vista pelos iluministas como uma clara representação da sua contemporaneidade: esta, iluminada e ilustrada por excelência, contrapunha-se ao obscurantismo religioso da Idade Média, reforçando assim o caráter **antirreligioso** e **anticlerical** do movimento iluminista. Foi nesse momento que Idade Média passaria a significar "**Idade das Trevas**".

Exemplificando

O historiador inglês Edward Gibbon (1737-1794) em *História do declínio e queda do Império Romano*, obra monumental em seis volumes composta entre 1776 e 1788, expressou assim seu apreço pelo período medieval:

> "Talvez, em vez de juntar-se ao clamor público, um filósofo observe que, no declínio das artes, a artesania não pode ser mais valiosa do que a própria obra, e que um novo suprimento de visões e de milagres seria prontamente fornecido pela perícia dos monges e pela credulidade do povo. Deploraria ele com mais razão, portanto, a perda das bibliotecas bizantinas, que foram destruídas ou se dispensaram na confusão geral: consta que cento e vinte mil manuscritos desapareceram então; dez volumes podiam ser comprados por um único ducado, e o mesmo preço ignominioso, talvez excessivo demais para uma estante de teologia, incluía as obras completas de Aristóteles e de Homero, as mais nobres produções da ciência e da literatura da antiga Grécia. É com prazer que meditamos na circunstância de ter sido uma inestimável porção de nossos tesouros clássicos guardada em segurança na Itália, e de os artífices de uma cidade alemã terem inventado uma arte que zomba das devastações do tempo e da barbárie. (GIBBON 1989, [s.p.])

E, ao finalizar a obra sobre o fim do Império Romano, reitera: "Descrevi o triunfo da barbárie e da religião" (GIBBON, 1989, [s.p.]).

A historiografia medieval nos séculos XIX e XX - I

O século XIX viu o interesse sobre a Idade Média se desdobrar, ao menos, em dois níveis. O primeiro se deu em razão da consolidação da História como disciplina, isto é, um campo de saber dotado de práticas e diretivas próprias. Nesse quesito, a História Medieval, agora subdisciplina, viu-se imbricada no discurso cientificista sobre a história capitaneado por nomes como o de **Leopold von Ranke** (1795-1886): ela estaria calcada na busca pela verdade a partir dos documentos oficiais, em geral escritos. Isso causou uma verdadeira revolução nos estudos medievais, uma vez que documentos outrora espalhados pela Europa em monastérios, bibliotecas eclesiásticas, arquivos seculares e outras instituições se viram alvos de escrutínio pelos especialistas, catalogando-os e editando-os. Foi nesse espírito que surgiu, por exemplo, a *Monumenta Germaniae Historica*, uma volumosa coleção de documentos medievais cuidadosamente editados sob a proposta de publicar fontes para o estudo da história da "Alemanha". Iniciativa que seria copiada por outros países europeus, como a Espanha e a Itália.

Por falar em países, é deles que se deriva outro nível ao qual a História Medieval se viu imbricada no século XIX: o **nacionalismo**.

Os anos 1800 foram marcados, entre outras coisas, pela consolidação das nações ocidentais. O período testemunhou não só diversas independências pelas Américas (Argentina, Brasil, Canadá e México, por exemplo), mas também o estabelecimento das nações-Estado, como a Alemanha e a Itália. Na esteira desse movimento surgiu a necessidade de pensar em um passado para essas nações. Para isso, a Idade Média teve papel fundamental: ela abrigava a gênese dos povos que, no futuro, viriam a constituir França, Alemanha, Itália, Espanha, entre outros. Georg Waitz (1813-1886), por exemplo, ao buscar a "Constituição Alemã" (*Deutsche Verfassung*) estabeleceu de maneira direta a ligação entre a Germânia, antiga província romana, e os francos da Alta Idade Média: "*Es sind neue Namen, aber nicht neue Völker*" (em uma tradução livre: "era um novo nome, mas não um novo povo") (WAITZ, 1882, p. 8 apud GEARY, 2006, p. 94).

Os conflitos contemporâneos foram transportados para os debates históricos. Por exemplo, a Guerra Franco-Prussiana, ocorrida entre 1870 e 1871, suscitou na França e na Prússia-Alemanha interpretações diferentes sobre o poder monárquico dos reinos pós-romanos dos séculos VI e VII: foi nesse período que a má reputação dos francos, segundo a qual, após a "queda" do Império Romano e o estabelecimento dos reinos "bárbaros" no Ocidente, o poder público teria sido privatizado nas mãos dos "cruéis" povos germânicos,

tomou contorno. Essa tese, cunhada em grande parte pelos estudiosos franceses – como Augustin Thierry (1795-1856) e François Guizot (1787-1874) –, fazia clara referência aos conflitos com os alemães de seu tempo, que emergiam como uma nação expansionista. Ganhava forma a realeza "patrimonialista" e "absoluta" que marcou as interpretações acerca da monarquia franca em grande parte até a segunda metade do século XX.

Exemplificando

Augustin Thierry expressa seu entendimento do passado medieval ao descrever desta maneira o rei merovíngio Chilperico (r. 561-584): "Chilperico era um selvagem, que não acreditava nem em Deus, nem no Diabo, somente preocupado em conquistar as cidades dos reinos de seus irmãos. Ele era um enganador sanguinário" (THIERRY, 1995, p. 70, tradução nossa).

Por outro lado, os historiadores alemães advogavam uma ruptura benéfica em relação à Antiguidade em favor de uma Idade Média "original" e livre de qualquer interferência das tradições imperiais. Essa "germanidade" que se sobreporia ao mundo antigo o transformou de maneira positiva, trazendo o vigor das novas civilizações "germânicas" (burgúndios, lombardos, godos e principalmente francos, isto é, os povos que dariam origem aos alemães) em contrapartida à decadência e corrupção do mundo romano, associado aos franceses. Essas interpretações encontraram ressonância nas representações artísticas oitocentistas sobre o período:

Figura 2.7 | O *batismo de Clóvis*, de François-Louis Dejuinne

Fonte: https://goo.gl/zSiiuu. Acesso em: 27 out. 2018.

Nessa pintura do pintor francês François-Louis Dejuinne, vemos a representação da coroação de Clóvis (r. 481-511), rei merovíngio. Anacronismos à parte (a armadura de Clóvis, por exemplo, só viria a ser trajada nos séculos posteriores), entende-se aí uma idealização da figura de Clóvis, pintado como homem nobre, forte e vigoroso. Elementos que transmitiria a seus descendentes francos e, por consequência, segundo o discurso historiográfico vigente, aos homens do século XIX. Essa ideia, chamada de *etnogênese* pelos estudiosos, encontraria seu ápice no discurso nazista, que tinha como um dos pilares a teoria de uma raça pura.

Reflita

Você já deve ter ouvido a expressão "Terceiro *Reich*" para se referenciar ao período em que o Partido Nazista governou a Alemanha entre 1933 e 1945, não é?

Reich é uma palavra alemã que significa, literalmente, "reino", embora nem sempre com conotação monárquica. Ela foi usada pelos intelectuais para descrever períodos da história "alemã" de incontestável autoridade e soberania do "povo alemão". É o que advogava, por exemplo, Arthur Moeller van den Bruck ao escrever, em 1923, o livro *Das Dritte Reich* ("O Terceiro *Reich*", em tradução livre).

O "Segundo *Reich*" é identificado com o Império Germânico que existiu entre 1871, momento da unificação nacional da Alemanha, e 1918, o fim da Primeira Guerra Mundial, na qual os alemães foram derrotados.

Conhecendo essa ligação entre "povo" germânico e história, você consegue imaginar qual teria sido o "Primeiro *Reich*" e em qual período ele se situa?

A historiografia medieval nos séculos XIX e XX - II

Os estudos medievais no século XX passaram, ao menos, por duas guinadas significativas. A primeira decorreu do próprio desenvolvimento das reflexões historiográficas, muito bem exemplificadas pela Escola dos Annales. Esse movimento historiográfico, surgido na França no primeiro quarto do século XX, mas que acabaria se ampliando após a Segunda Guerra Mundial, propunha uma revisão dos fundamentos da produção do conhecimento histórico: este não deveria se concentrar apenas nos grandes personagens e eventos, mas também nos sujeitos comuns, tão protagonistas da história quanto as proeminentes figuras políticas ou militares. Além disso, junto à História deveriam figurar outras disciplinas, como a Antropologia, a Sociologia, a Psicanálise ou a Geografia. Não é de se espantar, portanto, que essa nova corrente de se pensar História tenha atraído

medievalistas. Limitados, por natureza, na análise histórica (dado que a quantidade de documentos produzidos no período medieval é inferior àquela dos períodos posteriores), não raro esses especialistas inovaram em procedimentos metodológicos, contribuindo para a área historiográfica como um todo. Dois nomes de destaque nesse assunto são os de **Marc Bloch** (1886-1944), a propósito um dos fundadores dos Annales, e **Jacques Le Goff** (1924-2014), cuja produção historiográfica ajudou a popularizar a História Medieval para além das fronteiras acadêmicas.

Exemplificando

Na abertura de *A sociedade feudal*, Marc Bloch descreve assim sua obra:

> [...] Os nossos estudos conheceram poucas fases tão decisivas como aquele momento em que os 'Impérios', dinastias, grandes séculos, cada um colocado sob a invocação de um herói hipônimo, em suma, todos esses velhos moldes oriundos de uma tradição monárquica e oratória, começaram a ceder o lugar a um outro tipo de divisões, baseadas na observação dos fenômenos sociais. (BLOCH, 1998, p. 11)

A outra guinada por qual passaram os estudos medievais, principalmente a partir da segunda metade do século XX, é de ordem documental. Não só as novas perspectivas trazidas pelas inovadoras maneiras de se pensar história contribuíram para isso, acrescentando à lista de objetos de estudo não só os atos, decretos ou legislações reais e eclesiásticas, mas também hagiografias, documentos contábeis, iconografias, entre outros.

Assimile

Hagiografia: trata-se de um gênero textual muito em voga na Idade Média em que se descrevia a vida de um santo em uma função próxima às biografias. Tendo por base o próprio relato bíblico sobre a vida do Cristo, as hagiografias surgiram no século IV, com a *Vida de Santo Antão/Antônio*, escrita por Atanásio de Alexandria (c. 296-373). Desde então, elas proliferaram entre os autores cristãos, sendo a *Legenda Áurea*, obra do bispo genovês Tiago de Voraggine (1228-1298), o grande exemplo desse tipo de narrativa: ela abriga dezenas de *Vidas* de santos e se tornou um verdadeiro "sucesso" bibliográfico no período medieval, contabilizando cerca de 1.100 manuscritos sobreviventes (algo muito raro para documentos produzidos naquele momento). As hagiografias tinham por função não só narrar a vida do santo em si, mas também predicativa, uma vez que serviam como modelo de ação no mundo para os cristãos. Por muito tempo, as hagiografias foram relegadas pelos historiadores como documentos de confiança e, por muitas vezes, abrigarem relatos fantásticos,

como a luta de um santo contra o diabo, o aparecimento de anjos ou cabeças decapitadas que falam, os historiadores, que ainda trabalhavam sob a ideia de documentos "oficiais" do século XVIII e XIX, descartavam as hagiografias como fontes de informações relevantes. Na mudança de perspectiva sobre a História ocorrida no século XX, os profissionais da área passaram a ver esses documentos com outros olhos, não se prendendo somente às informações textuais, mas também às intencionalidades, difusão, construção de discurso presentes nas hagiografias, conferindo-lhe um *status* documental tal qual os editos reais.

Mas talvez o principal impacto de ordem documental ocorrido no século XX seja devido à **arqueologia**. Outrora relegada aos estudos da Antiguidade, a arqueologia ganhou espaço nos estudos medievais, principalmente a partir dos anos 1970. A expansão das cidades europeias, aliada ao interesse acadêmico, fez explodir o número de escavações arqueológicas pelo continente, trazendo à tona milhares de objetos datados do período medieval outrora desconhecidos. Toda essa cultura material provou-se, e tem se provado, uma enorme fonte de conhecimento sobre a Idade Média, servindo não só para contestação de teorias historiográficas anteriores, mas também na formulação de novas interpretações. O tema das "invasões bárbaras" que acometeram o Império Romano nos séculos IV e V, por exemplo, foi totalmente revisto: os traços materiais demonstram que o número de pessoas que teriam adentrado o império é muito menor do que as hordas às quais aludiam os registros textuais. Além disso, a própria composição uniforme desses povos passou a ser questionada, uma vez que objetos e ritos (como os funerários) divergiam enormemente entre um mesmo "povo".

Com as novas tecnologias informáticas, o potencial arqueológico tem aumentado ainda mais, já que, mesmo a partir de fragmentos (como um pote de cerâmica, a fundação de um mosteiro ou uma inscrição de uma tumba funerária), podem servir à reconstrução digital desses objetos, dando novos entendimentos sobre o período medieval.

Vimos que a expressão "Idade Média" assumiu diversas funções na cultura historiográfica. Decorrente disso, interpretações específicas sobre o período foram produzidas de acordo com esses interesses historiográficos: o de atraso cultural para os humanistas dos séculos XIV, XV e XVI, o de antítese da razão para os iluministas dos séculos XVII e XVIII, como momento germinal para os nacionalistas românticos dos séculos XIX e XX e como uma ideia histórica e historiográfica para os especialistas do pós-Segunda Guerra. Assim, mais do que um período (que também é muito debatido entre os estudiosos da área, afinal quais são os limites dessa "era do meio"?), "Idade Média" passou a significar escolhas, conscientes ou não. Dito isso, qual é sua relação com o passado ao ouvir a expressão "Idade Média"?

Sem medo de errar

Retomando a sua tarefa de escrever sobre a Idade Média, após os estudos foi-lhe possível pensar numa estratégia para a proposta de seu editor sobre a relação entre o Iluminismo e a qualificação do período medieval como "Idade das Trevas", frisando especialmente o aspecto da religião?

Vimos que a expressão "Idade Média" assumiu diversas funções na cultura historiográfica moderna. No período do Iluminismo, nos séculos XVII e XVIII, o período medieval era visto de modo pejorativo pelos intelectuais europeus ligados ao movimento, isso porque "medieval" seria sinônimo de um obscurantismo, cuja raiz se dava na preponderância da religião cristã nas sociedades medievais. "Idade Média" seria, assim, uma antítese da racionalidade defendida pelos iluministas.

Retomando a dualidade entre luz e trevas proposta por Petrarca no século XIV, os iluministas deram-lhe novos contornos: ela seria uma representação evidente das diferenças entre passado (a Idade Média) e o presente (os anos seiscentos e setecentos). Ressaltando os caráteres antirreligioso e anticlerical do movimento, os iluministas apelidaram a Idade Média de "Idade das Trevas", justamente pelo alegado obscurantismo irracional ligado à religião defendido por eles, em contraposição à "Era da Razão" e "ilustrada" na qual viviam.

Por isso, mais do que informar ao leitor desses fatos, talvez seja uma boa estratégia apelar a sua sensibilidade, demonstrando como a ideia de "Idade das Trevas" é um construto histórico, não uma realidade em si. Afinal, como um período que viu o surgimento das universidades (a Universidade de Bolonha, a mais antiga da Europa, data do século XI) pode ser visto como um período sem qualquer racionalidade?

Faça valer a pena

1.

> "Meu destino é viver entre diversas e confusas tempestades. Mas para você talvez, se, como espero e desejo, viver num futuro distante de mim, seguirá um tempo melhor. Este sono de esquecimento não durará para sempre. Quando a escuridão tiver sido dispersada, nossos descendentes poderão surgir novamente em sua anterior forma radiante" (PETRARCA, [1340] apud MOMMSEN, 1942, p. 236)

Assim, por volta dos anos 1340, Petrarca finalizou seu poema África. O autor acreditava que a história tinha dois períodos: o período clássico greco-romano e o período

que o seguiu, no qual o próprio autor vivia.

Petrarca foi tido como fundador de um movimento crítico ao período medieval. O nome desse movimento entre os especialistas e seu respectivo período são:
a) Renascimento, séculos XVI e XVII.
b) Reforma, séculos XI e XII.
c) Iluminismo, século XVIII.
d) Humanismo, séculos XIV a XVI.
e) Nacionalismo, século XIX.

2.

Figura 2.8 | Mestre de Saint Gilles. O batismo de Clóvis (c. 1500). National Gallery of Art, Washington, D.C. (EUA)

Fonte: https://goo.gl/CZwTJD. Acesso em: 27 out. 2018.

A figura ilustra o batismo de Clóvis, rei franco da dinastia dos merovíngios. Trata-se de uma representação bem particular, carregada de interpretações sobre o evento e sobre o próprio papel da Idade Média no discurso historiográfico moderno.

Atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmações sobre o papel da Idade Média no discurso historiográfico moderno:
( ) Os humanistas nomearam "Idade Média", pois esse período foi, para eles, um intervalo de estagnação e atraso cultural, entre o período clássico e os séculos XIV, XV e XVI.
( ) Os iluministas do anos 1800 nomearam o período medieval como "Idade da Fé" em razão de seu forte caráter religioso, comportamento compartilhado com esse movimento.

( ) Os nacionalistas viram na Idade Média as origens fundadoras das nações-Estado europeias que se consolidavam no século XIX.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de verdadeiros e falsos:
a) V - V - F.
b) F - V - F.
c) V - F - V.
d) F - F - V.
e) V - F - F.

3.

> "[...] Os nossos estudos conheceram poucas fases tão decisivas como aquele momento em que os 'Impérios', dinastias, grandes séculos, cada um colocado sob a invocação de um herói hipônimo, em suma, todos esses velhos moldes oriundos de uma tradição monárquica e oratória, começaram a ceder o lugar a um outro tipo de divisões, baseadas na observação dos fenômenos sociais. (BLOCH, 1998, p. 11)

Considerando o trecho selecionado e seus conhecimentos sobre historiografia medieval, avalie as seguintes afirmações:

I. A historiografia do século XX, principalmente aquela produzida após a Segunda Guerra Mundial, pouco ou nada inovou em relação aos temas e reflexões propostos no século XIX.
II. Uma das características da historiografia medieval do século XX foi a abertura a outras ciências (como a Antropologia e a Sociologia), de modo a complementar as lacunas documentais características do período de estudo.
III. Marc Bloch e Jacques Le Goff são exemplos de medievalistas novecentistas cuja produção historiográfica ajudou a popularizar a História Medieval para além das fronteiras acadêmicas.
IV. A arqueologia não promoveu nenhuma mudança significativa nas interpretações historiográficas acerca do período medieval, uma vez que seu principal período de análise é a Antiguidade Clássica.

Assinale a alternativa que apresenta as afirmativas corretas:
a) Afirmações I e II.
b) Afirmações II e III.
c) Afirmações III e IV.
d) Afirmações I e III.
e) Afirmações II e IV.

Referências

BLOCH, M. **A sociedade feudal.** Lisboa: Edições 70, 1998.

BRUNDAGE, J. An Errant Crusader: Stephan of Blois. **Traditio,** v. 16, p. 380-395, 1960.

CAHEN, C. **Orient et Occident au temps des croisades.** Paris: Aubier, 1983.

CANTOR, N. **Inventing the Middle Ages:** The Lives, Works, and Ideas of the Great Medievalists of the Twentieth Century. Nova Iorque: William Morrow, 1991.

CHRISTIAN and muslim playing chess. Libros de juegos d'Alphonse X le Sage, fol. 64r. Disponível em: https://goo.gl/eR5Mv2. Acesso em: 11 jan. 2019.

CONTAMINE, Ph. *et al*. **L'Europe au Moyen Age**, t. 3. [Adaptado da obra de] Michel de Piazza, *Historia Secula ab anno 1337 ad annum 1361*. Paris: Armand Colin, 1971.

DEJUINNE, F.-L. **O batismo de Clóvis.** Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fran%C3%A7ois_Louis_Dejuinne_08265_bapt%C3%AAme_de_CLovis.JPG?uselang=pt-br. Acesso em: 11 jan. 2019.

DI BONDONE, G. (*c.* 1295). 578 × 406 cm. Basílica Santa Maria Novella, Florença. Disponível em: https://goo.gl/XtVfYq. Acesso em: 17 de out. 2018.

DUBY, G. **Structures féodales et féodalisme dans l'Occident méditerranéen (Xe-XIIIe siècle)**. Roma: École Française de Rome, 1980.

DUBY, G. **The three orders, the feudal society imagined.** Chicago and London: The University of Chicago Press, 1980.

FLORI, J. **Guerra Santa:** formação da ideia de cruzada no ocidente cristão. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

GEARY, P. **O mito das nações.** São Paulo: Conrad, 2002.

GEARY, P. Gabriel Monod, Fustel de Coulanges et les "aventures de Sichaire": la naissance de l'Histoires scientifiques au XIXe siècle. In: BARTHÉLEMY, D.; BOUGARD, F.; LE JAN, R. (Eds.). **La vengeance,** 400-1200. Roma: École Française de Rome, 2006, p. 94.

GIBBON, E. **História do declínio e queda do Império Romano.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GILLI, P. **Cidades e sociedades urbanas na Itália medieval, séculos XII-XIV**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

GORDAN, P. **Two book hunters:** the letters of Poggius Bracciolini to Nicolaus de Niccolis. [Adaptado da obra de] Cincius Romano. *Carta a seu mais erudito professor, Francisco de Fiana*. New York: Columbia University Press, 1991.

GUGLIELMO, M. **Crusifix.** Catedral de Sarzana, Itália. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Crusifix._Master_Guglielmo..jpg. Acesso em: 11 jan. 2019.

HEERS, J. **L'Occident aux XIVe et XVe siècles:** aspects économiques et sociaux. Paris: PUF, 1990.

HEERS, J. **A Idade Média:** uma impostura. Lisboa: ASA, 1994.

HUIZINGA, J. **O outono da Idade Média:** estudo sobre as formas de vida e pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos Países Baixos. São Paulo: CosacNaify, 2010.

HUNT, L. *et al*. **The Making of the West:** peoples and cultures. Boston/New York: Bedford, 2009.

LAROUSSE. **Carte des croisades.** 1922. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=44358. Acesso em: 9 jan. 2019.

LE GOFF, J. **Mercadores e banqueiros na Idade Média.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LE GOFF, J. **Le Moyen Âge et l'argent.** Paris: Perrin, 2010.

LE GOFF, J. **A civilização do Ocidente medieval.** São Paulo: Vozes, 2016.

MIATELLO, A. **Retórica religiosa e cívica na Itália do século XIII:** a composição e os usos das hagiografias mendicantes nas políticas de paz. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MOMMSEN, T. Petrarch's Conception of the 'Dark Ages'. **Speculum,** v. 17, n. 2, p. 226–242, 1942.

RAFAEL. **A Escola de Atenas.** Afresco no Vaticano. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Escola_de_Atenas_-_Vaticano_2.jpg. Acesso em: 11 jan. 2019.

ROSELL, F. M. (Ed.). **Liber Feudorum Maior:** cartulario real que conserva en en Archivo de la Corona de Aragón. Barcelona: [s.n.], 1945. t. 2, doc. 583.

ROSENWEIN, B. H. *et al*. **The Making of the West:** peoples and cultures. Boston/New York: Bedford/St. Martin's, 2008.

RUST, L. **Colunas de São Pedro:** a política papal na Idade Média central. São Paulo: Annablume, 2011.

THE HEIDELBERG Sachsenspiegel. Miniatura n. 23 (Lehnrecht, 24, 2). Disponível em: https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/cpg164. Acesso: 7 out. 2018.

THIERRY, A. (1840). **Récits des temps mérovingiens precedes de considerations sur l'histoire de France.** Bruxelas: Éditions Complexe, 1995.

Unidade 3

Do antigo regime às luzes

Convite ao estudo

Nesta unidade abordaremos conteúdos relativos aos séculos XV, XVI, XVII e XVIII. É o período que comumente se designa como "Idade Moderna". Grandes transformações, das mais diversas ordens, aconteceram neste recorte: da invenção da imprensa às revoluções burguesas ocorridas na Inglaterra, França e alhures, passando pela Reforma Protestante. De fato, esse período viu a chegada dos portugueses e espanhóis no novo continente que posteriormente viria a se chamar América. Como os próprios comentadores contemporâneos proferiram, talvez o maior evento na história dos homens até então desde a encarnação do Cristo.

O contato com o Novo Mundo e seus habitantes demandou das sociedades europeias variadas reflexões, quais fossem de natureza política, religiosa ou mesmo econômicas, afinal os territórios que se apresentavam diante delas abundavam em recursos.

Por isso, mais do que a perspectiva de interiorizar os conteúdos aqui trabalhados, fazemos um convite para que você pense como o encontro desses dois universos completamente distintos, um representado pelo europeu explorador e outro pelo ameríndio nativo aqui relatado, pode trazer implicações para a sua própria maneira de ver as relações humanas.

Afinal, de que maneiras podemos compreender o outro em suas diferenças? Na esteira desta pergunta, propomos o seguinte cenário: uma ONG desenvolve projeto social em área de intensa presença de religiões diversas (cristã, religiões de matriz africana e afro-brasileira, oriental, entre outras, inclusive com a presença de ateus). A ONG tem por objetivo favorecer o diálogo pacífico entre as diferentes crenças observadas na região e o principal meio para alcançar esse objetivo é a realização de palestras abertas ao público. Você foi contratado pela ONG para ministrar três palestras, cada uma delas enfatizando a consciência histórica de um assunto a ser discutido. De que maneira a alteridade, isto é, a qualidade do outro ou do que é diferente, pode ser expressada nesse trabalho?

Seção 3.1

As Grandes Navegações e as monarquias europeias

Diálogo aberto

Reconhecer que existe um outro, um sujeito diferente de você, mas tão livre e competente quanto, é uma das necessidades mais básicas na construção das relações humanas. Sob o nome de **alteridade**, este conceito permeia as interações entre pais e filhos, irmãos e irmãs, vizinhos, empregadores e empregados, seguidores de diferentes credos ou mesmo não crentes.

Embora nos esforcemos, é difícil lidar com a alteridade no cotidiano. As decisões, centradas em nós mesmos, muitas vezes desconsideram o outro. Por isso, pensar a alteridade a partir de uma perspectiva histórica pode ser bastante proveitoso. O distanciamento que o passado nos impõe é um primeiro convite a pensarmos para além do ego.

Neste sentido, relembre o cenário que desenhamos há pouco: você foi contratado por uma ONG para ministrar uma palestra numa área de intensa pluralidade religiosa. A ONG tem por objetivo favorecer o diálogo pacífico entre as diferentes crenças observadas na região e o principal meio para alcançar esse objetivo é a realização dessas palestras abertas ao público.

A primeira palestra tem como tema justamente o convívio entre diferentes crenças. Você acredita que para abordar o assunto, de um ponto de vista histórico, pode ser uma boa ideia utilizar-se do exemplo do contato entre a civilização europeia e a civilização ameríndia no contexto das Grandes Navegações. Sendo assim, de que maneira você abordaria o tema? Baseando-se em seus conhecimentos deste período histórico, quais pontos convergentes e divergentes ressaltaria?

Embora todos os conteúdos históricos possam ser abordados sob a perspectiva da alteridade, o tema das Grande Navegações é privilegiado em relação ao assunto, uma vez que se trata do encontro de dois mundos completamente diferentes entre si: o europeu e o ameríndio.

Não pode faltar

As Grandes Navegações e o encontro de dois mundos

Mudanças significativas nas áreas econômica, política e social ocorreram no fim do século XV e início do XVI, que, de tal forma, possibilitaram a

emergência de uma Europa "moderna". Após a devastação causada pela Peste Negra, a **população europeia voltou a crescer** paulatinamente: com mais terras disponíveis para plantio, a provisão alimentar aumentou – ainda que eventuais crises alimentares e epidêmicas freassem este aumento (a população europeia só voltou a ter o número dos anos 1300 por volta de 1550, principalmente na porção setentrional do continente). Concomitantemente, o **comércio e a produção de manufaturas desenvolveram-se** rapidamente, particularmente na região do Mediterrâneo (particularmente nas cidades-estados italianas) e no noroeste europeu. Famílias banqueiras providenciavam o capital necessário para esse desenvolvimento, o que resultou na consolidação dos mecanismos de crédito. O **comércio com a Ásia e o Oriente Médio** desenvolveu-se num ritmo rápido, o que influenciou o crescimento das cidades, uma vez que sua classe social por excelência, os mercadores, fomentavam a **importância do comércio e produção têxtil**.

Outras áreas que se desenvolveram no mesmo período foram a bélica, com a adoção da **pólvora** importada da China, e a de exploração, com a melhoria dos **instrumentos de navegação**. Tais desenvolvimentos mudaram a relação da Europa com o resto do mundo, uma vez que a exploração ampliava as redes de comércio através dos oceanos e as armas de fogo, a conquista de novos territórios.

Assimile

A pólvora e os novos instrumentos bélicos que dela se utilizavam deram uma outra lógica à guerra. Anteriormente assentada sobre homens, a pé ou a cavalo, que portavam lanças, espadas, bestas e arcos, os **arcabuzes**, **rifles e canhões** modificaram o cenário drasticamente. Isto pode ser visto no poder destrutivo destas novas armas: por exemplo, na Batalha de Novara (1513), no norte da Itália, onde soldados suíços derrotaram um contingente francês, a artilharia matou cerca de 700 homens em três minutos! Tal situação modificou a própria estrutura das forças combatentes, principalmente o **número e composição** delas.

Se na Guerra dos Cem Anos, as grandes batalhas contavam com a luta de até 15.000 homens de cada lado, nos conflitos armados na Itália dos séculos XV e XVI, os exércitos alcançavam contingentes de até 25.000 homens. Por outro lado, os homens recrutados nos domínios senhoriais se mostravam em número insuficientes para tais guerras, por isso, um novo tipo de soldado ganhou notoriedade: os **mercenários**. Originários de diversas regiões (inglesa, grega, albanesa, suíça), estes "lanças livres" (daí o termo *freelancer*) paulatinamente foram incorporados à estrutura dos exércitos belicosos, lutando por pagamento e oportunidade de pilhagem.

No final do século XV, a Península Ibérica já contava larga experiência em navegações. Os portugueses, que tinham como vantagem o porto de Lisboa, tinham assegurado base de operações na costa marroquina já em 1415, e dali exploraram a costa oeste da África, conquistando as ilhas atlânticas de Madeira e Açores. Seu objetivo era romper o controle muçulmano e veneziano ao mercado de especiarias e seda da Ásia.

Assimile

Um dos motivos que levaram a Península Ibérica a ter essa larga vantagem foi a rápida consolidação dos Estados monárquicos ali existentes, a saber Espanha e Portugal. Tomemos o exemplo da Espanha. Após décadas de conflitos internos, os aristocratas hispânicos se viram unidos quando do casamento de Isabela de Castilha e Fernando de Aragão em 1469. Este foi o primeiro passo em direção a uma Espanha unida e uma monarquia centralizada. Baseando-se num amplo sistema de impostos e uma ideologia que glorificava a monarquia, Isabela e Fernando consolidaram seu poder. Eles eram o centro de uma extensa burocracia que cuidava de assuntos financeiros à correspondência real. Seus oficiais eram enviados às cidades, antes autogovernadas, e lá estabeleciam cortes de justiça regionais em nome do trono.

Embora inicialmente reticentes em patrocinar a viagem do cartógrafo e mercador genovês **Cristóvão Colombo** (1451-1506), as competições com os portugueses pelas novas rotas asiáticas fizeram com que os monarcas espanhóis mudassem de ideia, e em 1492, concordassem em apoiar a expedição.

No fim daquele ano, Colombo zarpou com três navios. Cartógrafo, o genovês acreditava que seria possível alcançar o Oriente partindo para o Oeste, ao invés de contornar a África. Depois de quase três meses no mar, a pequena frota alcançou terra. Mas, em vez da Ásia, eles tinham desembarcado em uma ilha do Caribe, hoje conhecida como São Salvador. Colombo tinha alcançado o continente que posteriormente ficaria conhecido como América.

Ao percorrerem as ilhas caribenhas, os exploradores encontraram comunidades indígenas, como os **aruaques**. Ainda que os registros da viagem testemunhem uma suposta "benevolência" de Colombo em relação aos indígenas, seus objetivos eram claros: encontrar riquezas, subjugar os habitantes nativos e propagar o cristianismo.

Exemplificando

> Indígenas entregariam qualquer coisa que o vendedor pedisse [...] Eles, então, trocavam, como idiotas, algodão e ouro por fragmentos de arcos, vidro, garrafas e jarras, o que eu proibi por ser injusto, e eu mesmo lhes dei muitos artigos bonitos e aceitáveis que eu mesmo trouxe comigo, recebendo nada em troca. Eu fiz isso para que eu possa conciliar com eles mais facilmente, para que isso os leve a se tornarem cristãos, e estejam inclinados a considerar o Rei e a Rainha, nossos príncipes e todos os espanhóis, e para que eu possa induzi-los a procurar e coletar, assim como entregar-nos, as coisas que eles possuem em abundância, mas que nós necessitamos muito.
>
> [...] Eu trouxe, à força, alguns índios comigo da primeira ilha que abordei. Fiz isso para que eles possam aprender nossa linguagem, e comunicar-nos o que sabem sobre suas terras. [...] Estes homens ainda estão viajando comigo, e embora estejam conosco por um longo tempo, continuam a imaginar que eu desci dos céus. (adaptado de CRISTÓVÃO COLOMBO 1961, p. 8-9)

Este é trecho de uma carta de Colombo para Rafael Sanchez, tesoureiro real. O explorador genovês reconta sua jornada através do Caribe e suas conquistas. Esta passagem reflete na perspectiva de Colombo o primeiro contato entre europeus e os nativos ameríndios.

À primeira expedição de Colombo seguiram várias outras, inclusive do próprio genovês. Quando os reis espanhóis deram-se conta do potencial de riquezas naqueles territórios, procuraram assegurar sua autoridade nos novos domínios, enviando oficiais laicos e eclesiásticos para as Américas, nomeadas a partir do explorador Américo Vespúcio, líder de uma expedição entre 1499-1502.

Vasco de Balboa (c. 1475-1519) explorou o território que conhecemos hoje como Panamá. Cuba se tornou como ponto de partida para a conquista do México, liderada por Hernan Cortéz (1485-1547), abrindo espaço para expansão espanhola pelas américas. Ele desembarcaria na costa mexicana em 1519 rumo a Tenochtitlán, a capital dos Aztecas, e maior que qualquer outra cidade europeia, à exceção de Constantinopla. Aliando-se a opositores nativos de Montezuma, o governante azteca Cortés conquistaria a cidade pouco tempo depois.

No Sul, Francisco Pizarro (c. 1476-1541) liderou a conquista dos Incas no atual Peru, região rica em prata, a ponto de os cavalos da expedição

utilizarem ferraduras desse metal quando as suas originais de ferro tinham sido inutilizadas.

Os conflitos entre as monarquias espanhola e portuguesa pelos novos domínios extraeuropeus chegou a tal ponto que teve de ser mediada pelo papa. Alexandre VI ajudou a negociar os termos do **Tratado de Tordesilhas de 1494**. O documento dividia o mundo Atlântico em dois, reservando a Portugal a costa oeste da África e a rota para a Índia, e à Espanha, as terras e mares à oeste. Este acordo permitiu aos portugueses clamarem em 1500, o território que mais tarde se tornaria o Brasil, a partir da expedição do navegador Pedro Álvares Cabral (1467-1520).

Exemplificando

Os *adelantados*, isto é, os nobres espanhóis a serviço da coroa espanhola, não foram os únicos a produzirem relatos sobre a exploração do Novo Mundo.

Uma obra importantíssima a esse respeito é a *História geral das coisas da Nova Espanha*, de **Bernardino de Sahagún** (c. 1499-1590). Frade franscis-cano espanhol, Sahagún e seus alunos ameríndios redigiram obras bilín-gues em espanhol e náuatle, a língua dos astecas à época da chegada dos espanhóis no território do atual México. A obra é dividida em 12 livros, e no último narra a "conquista da Nova Espanha, que é a cidade do México". No capítulo 3, no qual Montezuma tomou providências após saber da vinda dos primeiros navios espanhóis, lê-se:

> "Como havia ouvido Montezuma as novas dos que vieram do mar, mandou logo chamar o principal entre eles, que se chamava Cuetlaxtéalt, e os demais que tinham vindo com as mensagens. E lhes ordenou que colocassem guardas e vigias em todos os postos a margem do mar [...] Montezuma logo juntou seus principais: um que se chamava Ciacóatl, outro Tlilpotonqui, outro Tlacoch-cálcatl, outro Cuappiatzin, outro Ticociaoácatl, outro Quetzalac-tatzin, outro Uitznaoatlailótlac, outro Hecatempatiltzin. A todos estes comunicou as novas que haviam chegado e lhes mostrou as contas de vidro que haviam sido trazidas pelos mensageiros, e lhes disse: "Parece-me que são pedras preciosas. Guardem-nas [...] não se perca nenhuma [...]".
>
> Dali um ano, no ano dos treze coelhos, vieram do mar navios que estavam nas torres de vigia, e logo vieram comunicar Monte-zuma com grande pressa. Tendo ouvido a notícia, Montezuma

logo despachou gente para receber Quetzalcóatl, porque pensou que era ele quem vinha, porque cada dia estavam esperando-no, e como imaginavam que Quetzalcóatl havia ido pelo mar até o Oriente, e os navios vinham do Oriente, por isto pensaram que era ele." (adaptado de SAHAGUN 2009, p. 404-405).

Entre os especialistas, visões radicalmente diferentes emergiram sobre esse momento da história em que povos de dois mundos diferentes – aqueles dos continentes europeu e africano e aqueles das Américas – primeiro entraram em contato. Em um primeiro momento, o processo foi visto como uma "*Conquista*", principalmente pelos estudiosos espanhóis, que viam nas explorações marítimas a continuidade de seu movimento de consolidação nacional. Após debates e reflexões sobre o que tal interpretação implicava, o termo caiu em desuso, sendo preterido por "*Encontro*": esta palavra visa enfatizar não o domínio de uma cultura sobre outra, mas o encontro de diferentes culturas sem necessariamente assinalar uma superioridade de uma sobre a outra. "*Contato*" também foi igualmente utilizado para este período de exploração ao invés de "*descobrimento*" por razões similares: afinal, os ameríndios não estavam "perdidos", ou não foram "descobertos", exceto do ponto de vista europeu, o que exprimiria o eurocentrismo de tal visão. Ainda existem críticas mais severas da Conquista/Descobrimento, substituindo tais termos por "*invasão*", isto é, a "Invasão das Américas". Neste cenário, culturas ameríndias foram destruídas pelos invasores europeus, em um sentido semelhante ao dos bárbaros que teriam invadido e destruído o Império Romano no século V.

Reflita

Figura 3.1 | Alegoria dos continentes

Fonte: https://goo.gl/WmeL7G. Acesso em: 28 nov. 2018.

A imagem acima se insere numa tradição artística bastante corrente nos séculos XVI e XVII chamada de "alegoria dos continentes". A obra, de Johannes Stradanus (Jan van der Straet) (1523-1605), representa o encontro entre os europeus, representados por Américo Vespúcio, e a "América".

Quais os atributos dos europeus e, principalmente, quais os atributos da "América"? O que os distingue? Quais as reações expressadas pela gravura e ao que isso poderia remeter?

Comércio, mercantilismo e o Estado Moderno

Embora o termo "Estado" ainda não fosse usado para denotar uma entidade política nos anos 1500, os grandes reinos europeus desenvolveram naquele período as características que remeteriam futuramente ao Estado moderno. De fato, esses reinos não eram ainda os "estados-nação" no sentido que se costuma atribuir, no qual seus cidadãos entendem-se pertencentes a uma nação, como espanhóis, franceses ou brasileiros. Esses Estados nacionais, definidos, entre outras coisas, por ligações culturais ou linguísticas, só se desenvolveriam a partir de meados do século XVIII e, sobretudo, no século XIX.

Mas, se entre os séculos XI e XIV, os monarcas da Europa ocidental governavam uma complexa miscelânea de territórios e cidades semi-independentes, nos anos quinhentos, reinos como França, Espanha e Inglaterra, consolidaram-se como **entidades soberanas** à medida que seus governantes se impunham sobre seus rivais em seus territórios. Esses governantes estabeleceram leis e medidas administrativas de maneira não vista antes, possibilitando às autoridades reais levantar e comandar exércitos, cunhar moedas, decretar impostos e estabelecer uma estrutura burocrática (chancelaria e tesouraria, por exemplo) que lhes favorecesse.

Com a constante centralização do poder ao redor da figura do monarca, os nobres, que paulatinamente perdiam autonomia (como na permissão de terem seus próprios exércitos, por exemplo), dependiam cada vez mais do trono real, servindo-lhe nas cortes e como seu representante. A venda de cargos reais, principalmente na França e Espanha, encorajava a lealdade à coroa.

Mas, ainda que crescente, a autoridade dos reis também encontraria obstáculos. Por mais que a França dos Bourbon, a Espanha dos Trastâmara ou a Áustria dos Habsburgo pudessem mobilizar numerosos exércitos, tal empresa era custosa. E estes custos provinham ou dos impostos cobrados em seus territórios ou dos empréstimos bancários.

A expansão comercial iniciada nos anos 1300 trouxe, no decorrer dos séculos, um aumento na disponibilidade do crédito. Mercadores, que outrora se aventuravam pelas rotas comerciais, agora se fixavam e emprestavam dinheiro das famílias banqueiras, como as de Veneza (Itália). Foi neste momento que se consolidou a carta de câmbio, isto é, documento com o qual seu portador poderia ser pago (em espécie) numa data futura e mesmo em outro país e moeda. Os mercadores também passaram a trabalhar com base em comissões, alguns se especializando no transporte e venda de um determinado tipo de mercadoria, ao mesmo tempo em que registravam suas transações contábeis. Essas transformações facilitaram o aumento das atividades comerciais no século XVI.

Essas atividades comerciais não incluíam somente as manufaturas (têxteis, por exemplo) ou de produtos in natura (como as especiarias). As explorações marítimas europeias abriram caminho também para um novo período na economia da escravidão, principalmente em sua escala e na categorização dos escravizados. A bem da verdade, a escravidão existia desde a Antiguidade em diversas regiões do mundo. Mas, do século XV em diante, africanos passaram a ser majoritariamente identificados como potenciais escravos pelos reinos europeus. Explorando os conflitos intestinos no continente africano, portugueses fomentaram o comércio escravagista. Dali, os escravizados eram enviados para as plantações nas Américas, em princípio para substituir a mão de obra indígena, condenada pela cúria romana, como exemplifica o discurso do dominicano Bartolomé de Las Casas (1474-1566).

Pesquise mais

Bartolomé de Las Casas era o bispo de Chiapas (atual México) e autor de duas obras que abordavam a chegada dos espanhóis no novo continente: *Brevíssima relação da destruição das Índias* e *História das Índias*. Ao denunciar em seus escritos a brutalidade e destruição causadas pelos "conquistadores", e atuar em favor dos indígenas, Las Casas ficaria conhecido como "defensor dos índios". Hoje, é uma das personagens mais citadas da história americana do século XVI, sendo inclusive visto como o precursor dos direitos humanos nas Américas. No artigo abaixo, José Alves Freitas Neto, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), explora como o frade dominicano conciliou elementos do cristianismo para refutar a tragédia da "Conquista":

FREITAS NETO, J. A. Las Casas e Motolinía: em torno da discussão sobre a conquista religiosa na América do século XVI, **História Unisinos**, v. 8, Fac. 9, 2004. p. 11-32.

Novos produtos, novos mercadores, novas escalas: esta nova "economia-mundo" surgida no período das navegações dos séculos XV e XVI suscitou também novas interpretações. E a ela os especialistas deram o nome de **mercantilismo** – a bem da verdade, como crítica feita pelos pensadores econômicos liberais do século XVIII, que denunciavam as práticas comerciais favoráveis aos mercadores. De fato, não se trata de uma corrente de pensamento homogênea. Cada localidade favoreceu, em maior ou menor grau, alguns de seus aspectos. Mas em geral, pode-se delinear seus elementos comuns em:

- O comércio como jogo de poder - isto é, o sistema econômico era visto pelos teóricos mercantilistas como um jogo de soma zero, em que os atores das relações comerciais ou ganham ou perdem. Daí a necessidade de se estabelecer posições fortes no controle dessas relações, caracterizando uma forte intervenção do Estado na economia.
- A tese da vantagem mútua - isto é, a ideia de que todos podem tirar proveito do comércio internacional.
- A busca pela riqueza - para os pensadores do mercantilismo, a riqueza e poder são indissociáveis e por isso devem ser buscados incessantemente pelos governantes e mercadores. No período dos séculos XVI e XVII, esta riqueza era medida pela quantidade de ouro (e outros metais preciosos) em posse dos Estados. Por isso, cada um desses deveria aumentar suas reservas em detrimento dos outros, a fim de se consolidarem como poder na escala continental europeia. É neste momento que as ideias de "balança comercial", registrando as importações e exportações, ganha uso.

As ideias mercantilistas regeriam grande parte das relações comercias até meados do século XVIII, quando a crise do Antigo Regime suscitou novas interpretações e respostas, entre as quais se encontra o liberalismo de Adam Smith (1723-1790).

Reflita

"Lastro" é um termo econômico que serve para designar o valor que uma determinada moeda possui. Não se trata de seu valor nominal, por exemplo, uma cédula de R$ 100, mas sim de qual o poder de compra de R$ 100 frente à conjuntura econômica na qual ela está inserida. No período das navegações, o lastro das moedas era baseado nas reservas de ouro dos países. Assim, quanto mais ouro um país possuísse, mais valorizada era sua moeda, pois ela teria bastante "lastro". No século XXI,

o ouro deixou de ser referência nas relações comerciais internacionais, mas a ideia de "lastro" persiste. Você saberia dizer qual ativo econômico assumiu, em grande parte, o papel de "lastro" para as transações nos dias de hoje?

Outros poderes europeus juntaram-se à exploração do Novo Mundo. Na América do Norte, os franceses procuraram uma passagem a noroeste para China, estabelecendo assentamentos que mais tarde viriam a se tornar o Canadá. A eles se juntaram ingleses e holandeses, estes, por sinal, consolidar-se-iam nas rotas mercantis do Atlântico.

A descoberta das Américas resultou num significativo movimento global de pessoas, animais, plantas, produtos manufaturados e metais preciosos. Tabaco e cacau estavam entre os itens trazidos das Américas para a Europa. Viagens para o Novo Mundo também trouxeram doenças do mundo europeu para os ameríndios. Não imunizados, os nativos americanos sucumbiram aos milhares: em 50 anos após a primeira viagem de Colombo de 1492, as populações indígenas das ilhas caribenhas já haviam sido aniquiladas.

Sem medo de errar

E então, conseguiu estruturar uma palestra que tenha como tema o convívio entre diferentes crenças, em especial, utilizando o exemplo do contato entre a civilização europeia e a civilização ameríndia no contexto das Grandes Navegações?

Bom, uma primeira alternativa seria abordar os registros dos exploradores espanhóis sobre sua chegada ao continente americano. O trecho da carta de Colombo a Rafael Sanchez, citado no *Não pode faltar*, é um exemplo. Ele reflete, na perspectiva de Colombo, o primeiro contato entre europeus e os nativos ameríndios, reforçando os motivos que levaram o navegador genovês a se aventurar pelo caminho das Índias e como ele próprio enxergava os habitantes nativos.

Uma outra alternativa pode ser imagética, como o quadro "A primeira missa do Brasil", de Victor Meirelles:

Figura 3.2 | "A primeira missa no Brasil de Victor Meirelles" (1860)

Fonte: https://goo.gl/YdEupT. Acesso em: 6 nov. 2018.

Nesta obra, Meirelles – pintor do século XIX – retrata a primeira missa celebrada no Brasil em 1500. O relato de Pero Vaz de Caminha sobre o evento destaca sua importância:

> "Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. Mandou a todos os capitães que se aprestassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou naquele ilhéu armar um esperável, e dentro dele um altar mui bem corregido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que todos eram ali. A qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção. [...] Enquanto estivemos à missa e à pregação, seria na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos como a de ontem, com seus arcos e setas, a qual andava folgando. E olhando-nos, sentaram-se. E, depois de acabada a missa, assentados nós à pregação, levantaram-se muitos deles, tangeram corno ou buzina, e começaram a saltar e dançar um pedaço. (PERO VAZ DE CAMINHA, 1963)

É possível ver tanto no quadro quanto na carta que foi baseado em uma dualidade: de um lado, os portugueses, de outro, os indígenas. Há um

desconhecimento mútuo entre ambos, causador de estranheza e distanciamento. De fato, ambos os registros colhem apenas a visão do europeu (legado pelo escrito e recuperado pelo pintor). Você seria capaz de imaginar a visão do ameríndio? A figura a seguir pode auxiliar-lhe:

Figura 3.3 | O avanço das tropas de Hernán Cortés

Fonte: https://goo.gl/262SwG. Acesso em: 27 nov. 2018.

A imagem acima foi retirada do *Codex Florentino*, um manuscrito ricamente ilustrado da *História geral das coisas da Nova Espanha* de Bernardino de Sahagún, encontrado em Florença (Itália). A cena em si representa o momento do avanço das tropas de Cortés, enquanto batedores *mexicas* relatam o fato a Montezuma, líder asteca do século XVI. Ao ouvir o relato, Montezuma envia presentes aos espanhóis, como peças e gargantilhas de ouro e pedras preciosas, além de uma máscara de penas ricamente elaborada. Sahagún narra a chegada dos emissários ao barco de Cortés:

> "O capitão [Cortés] mandou logo os atar, e mandou soltar tiros de artilharia. E os mensageiros, atados pelos pés e mãos, quando ouviram os trovões das bombardas, caíram ao chão como mortos. Os espanhóis os levantaram do chão e deram-lhes vinho para beber, com o que eles voltaram a si. Depois disso, o capitão dom Hernán Cortés lhes disse por seu intérprete: "Houve o que

> lhes digo. Disseram-me que os mexicanos são valentes homens, que são grandes guerreiros e muito hábeis com as armas. Dizem-me que um só mexicano é o bastante para vencer a dez ou vinte de seus inimigos. Quero provar se isto é verdade, se sois tão fortes como me disseram". Logo, mandou-lhes dar espadas e escudos para que lutassem com outros espanhóis, para ver quem venceria. (SAHAGÚN 2009, p. 408-409)

Percebe-se que existem diferenças de atitudes entre os *mexicas* e os espanhóis na expectativa de encontro entre ambos. Quais são essas diferenças? Ao que elas remetem? Mais do que uma resposta conclusiva, é importante que sua reflexão mostre que pensar sobre a *alteridade* é um exercício inconstante e, por definição, sempre incompleto.

Faça valer a pena

1.

> "O mercantilismo foi definido e batizado por seus adversários. [...] Denunciando no mercantilismo o triunfo dos interesses egoístas dos mercadores, ignoraram que era também um sistema manufatureiro, agrícola, e toda uma concepção do poder estatal. [...] Do século XVI ao XVIII, ninguém se declarou mercantilista, e não existe nenhuma profissão de fé que permita classificar por comparação os escritos e as práticas econômicas do tempo. [...] Não existe definição comum do mercantilismo e de seus caracteres fundamentais. Nenhum ministro se proclamou mercantilista [...]. O mercantilismo, enquanto sistema de pensamento e de intervenção, foi definido pelos liberais do fim do século XVIII, para designar e desqualificar aqueles cujos argumentos e práticas repudiavam." DEYON, P. **O mercantilismo**. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 10-11. [Adaptado de ENADE, 2008]

De acordo com o texto, avalie as afirmações abaixo sobre o mercantilismo:

I. O conceito de "Mercantilismo" engloba práticas econômicas adotadas pelo Estado Absolutista nos séculos XVI e XVII.
II. A preocupação com a balança comercial e o acúmulo de metais preciosos eram políticas mercantilistas.
III. Os países americanos são aqueles nos quais se deu a política mercantilista.
IV. O termo "mercantilismo" teve origem na crítica iluminista ao Antigo Regime.

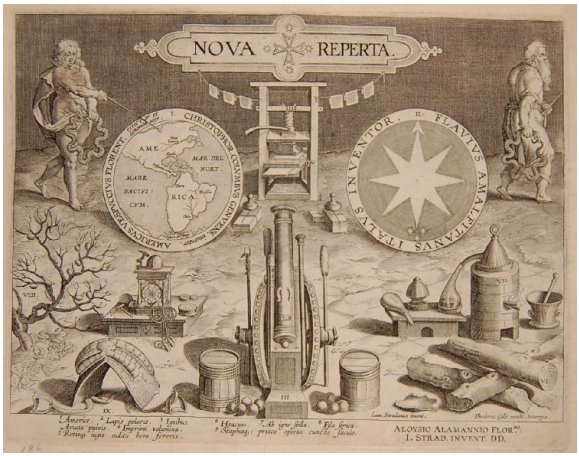
Assinale a alternativa que contém as afirmativas corretas:

a) apenas I.

b) apenas I e II.
c) apenas III e IV.
d) apenas I, II e IV.
e) apenas I, III e IV

2.

Figura 3.4 | Theodor Galle. *Nova Reperta* ("Novas invenções dos tempos modernos"). c. 1590



Fonte: https://goo.gl/fWJNBH. Acesso em: 6 nov. 2018.

A gravura de Theodor Galle representa, entre outras coisas, as novas invenções surgidas nos séculos XV e XVI: bússolas, astrolábios e a pólvora, por exemplo.

Sobre essas invenções e seu impacto nas sociedades ocidentais é correto afirmar que:
a) Tiveram pouco ou nenhum impacto, uma vez que se tratavam de meros protótipos, cujo real desenvolvimento só deu a partir da Revolução Industrial do século XX.
b) Entre as invenções, não se pode incluir os mecanismos de crédito, uma vez que estes foram desenvolvidos já no período da Antiguidade clássica entre os romanos.
c) Na gravura, Galle incluiu as Américas como uma novidade dos tempos modernos.
d) A pólvora é uma invenção moderna ocidental, que conjugada aos novos instrumentos bélicos, como o canhão, deu outra lógica à guerra a partir do século XVI.
e) O desenvolvimento tecnológico na época das Grandes Navegações se deu exclusivamente pela importância da agricultura na economia de subsistência característica das sociedades europeias daquele período.

3.

> "O encontro nunca mais atingirá tal intensidade, se é que esta é a palavra adequada. O século XVI veria perpetrar-se o maior genocídio da história da humanidade. Mas não é unicamente

> por ser um encontro extremo, e exemplar, que a descoberta da América é essencial para nós, hoje. Além deste valor paradigmático, ela possui outro, de causalidade direta. A história do globo é, claro, feita de conquistas e derrotas, de colonizações e descobertas dos outros; mas, como tentarei mostrar, é a conquista da América que anuncia e funda nossa identidade presente" (TODOROV, 1983, p. 5).

A fala do autor explicita um desafio cultural necessário ao se pensar, tanto histórica quanto atualmente, as relações sociais: o exercício de alteridade. Considerando esse desafio, assinale o que for correto:

(01) A alteridade se dá em termos de "encontro", uma vez que trata da conjugação entre sujeitos diversos.
(02) A ideia de "Conquista", utilizada principalmente por estudiosos espanhóis, é um exemplo do exercício de alteridade, uma vez que as explorações marítimas dos séculos XV e XVI serviam à continuidade de seu movimento de consolidação nacional.
(04) Segundo Todorov, adotar a perspectiva da alteridade tem pouco ou nenhum impacto na maneira em como se compreende o outro, uma vez que tal ideia não lida com a produção de identidades.
(08) O contato entre ameríndios e europeus, durante o processo de exploração das Américas, provocou o genocídio de diversas populações indígenas, revelando que essas relações foram reguladas pela violência.
(16) As posturas colonialistas partiam da oposição entre "primitivos" e "civilizados", fazendo com que a contribuição dos povos ameríndios ao processo de formação das sociedades latino-americanas fosse identificada como sinal de atraso.

A soma correta das afirmações acima é
a) 3.
b) 6.
c) 13.
d) 20.
e) 25.

Seção 3.2

A Reforma Protestante e as transformações da cristandade

Diálogo aberto

Caro aluno,

Uma das características da sociedade brasileira é a sua plurirreligiosa, isto é, abrigar em seu meio diversas religiões. De fato, há brasileiros devotos das mais diferentes religiões, do xamanismo indígena ao zen-budismo oriental, passando pelas religiões de matriz africana como o candomblé e pelos crentes no Islã. E dentro dessa diversidade de crenças, há ainda os diferentes segmentos da fé cristã: católicos, anabatistas, luteranos, calvinistas, anglicanos, metodistas, neopentecostais, entre outros.

Você já parou para pensar em como esses diversos ramos do cristianismo se formaram? Muitos deles tiveram origem a partir de um movimento de contestação da Igreja Católica Romana no século XVI, que ficaria posteriormente conhecido como Reforma Protestante, tema da presente seção.

Para esta semana, a ONG na qual você trabalha solicitou a realização de uma palestra que aborda um tema complexo. Uma fonte de problema constante para o convívio pacífico entre as religiões é a errônea generalização das crenças oriundas da Reforma do século XVI num grande guarda-chuva chamado "protestantismo", sem conhecer o sentido real da palavra na história do movimento. Sabe-se, porém, que o movimento deflagrado inicialmente por Martinho Lutero possibilitou o surgimento de diversas profissões de fé cristãs, como o luteranismo e o calvinismo por exemplo. Assim, a diretora da ONG lhe convida a ministrar uma palestra sobre a Reforma Protestante, a fim de fazer seu público refletir sobre a própria ideia de "protestantismo" e suas interpretações. Como você se encarregaria de tal tarefa? Quais conhecimentos políticos e históricos você mobilizaria para abordar o assunto?

Não pode faltar

Heresias e reformas da Igreja Medieval

Como vimos anteriormente, a Igreja cristã ocidental passou por um grande processo de reformas entre os séculos XI e XII, objetivando não só uma restauração moral e disciplinar do clero, mas a tentativa de liberar a hierarquia eclesiástica do controle dos laicos, principalmente o papado.

Embora tenha conseguido relativa independência, a cúria romana nunca se viu completamente desvencilhada dos conflitos com os governantes laicos. Foi o caso dos embates entre Filipe V (1268-1314), rei da França, Eduardo (1239-1307), rei da Inglaterra, e Bonifácio VIII, papa entre 1294 e 1303. Ambos os monarcas taxaram os cleros locais para financiar suas guerras, inclusive entre si, levando Bonifácio a emitir bulas contra tal situação.

Assimile

Bula papal ou *pontifícia* é um documento expedido pessoalmente pelo papa, com força de lei eclesiástica e aplicável a todas as comunidades cristãs. O documento tem este nome por ter sido originalmente lacrado com uma pequena bola (*bulla* em latim) de cera ou metal.

Em 1309, forçados a sair de Roma por conta de conflitos civis, os papas se estabeleceram em Avignon (França), uma cidade provençal sob forte influência da coroa francesa, permanecendo lá até 1377. O papado não seria mais o mesmo dali em diante, principalmente porque em 1337 explodiria a Guerra dos Cem Anos, conflito armado que opôs os reinos de França e Inglaterra.

Entre 1378 e 1409, papais rivais – uma linhagem baseada em Avignon, outra em Roma – clamaram o direito de governar como legítimos vigários de Cristo. De 1409 a 1417, uma terceira linhagem, baseada em Bolonha (Itália), juntou-se a eles. Os papas de cada linhagem excomungaram uns aos outros, cercando-se de seus próprios oficiais cardeais, além de comandar seus seguidores. Este período (1378 a 1414) de papas e antipapas ficou conhecido como o **Grande Cisma** e foi um momento de crise política e espiritual. Isto porque as tensões políticas emanadas da Guerra dos Cem Anos alimentavam também a situação: a França apoiava o papa de Avignon, enquanto a Inglaterra o papa de Roma.

A crise começou com a decisão de Gregório XI (1370-1378) em deixar Avignon para retornar a Roma em 1377. Com sua morte um ano depois, os cardeais romanos elegeram em seu lugar o italiano Urbano VI (1378-1389). Mas a decisão não foi apoiada pelos cardeais franceses, que declararam a eleição de Urbano inválida e elegeram Clemente VII como papa, instalando-o em Avignon. A linhagem papal estava agora oficialmente dividida, uma com sede em Avignon e suporte francês; a outra, situada em Roma, que se mantinha através do comércio de benefícios eclesiásticos e venda de indulgências, gerando graves críticas à Igreja.

O cisma teve fim no Concílio de Constância (1414-1418), conclamado também para reformar a Igreja. A primeira tarefa foi bem-sucedida, depondo

os três papas rivais (à época, um terceiro papa havia sido eleito em Bolonha), e elegendo Martinho V (1369-1431) como papa. A segunda tarefa teve menor sucesso, uma vez que as igrejas locais, como as da França ou da Espanha, começaram a tomar posição independente, às vezes em oposição à liderança papal, muito em função das pressões dos poderes locais. A autoridade da Igreja passava a residir no seu coletivo (representado seja nos prelados ou na comunidade de fiéis) em vez da figura do papa.

A confusão causada pela existência de diversos papas, bem como seus modos de agir durante a crise, aumentaram consideravelmente a insatisfação com a organização da Igreja, permitindo o surgimento de grupos que rejeitavam a autoridade papal e sua estrutura hierárquica. Estes, laicos e membros do próprio clero, buscavam na Bíblia o guia para sua relação com o divino, enfatizando a independência espiritual na busca pela salvação. Nomes como **Guilherme de Ockham (1288-1347)**, **John Wycliffe (1330-1384)** e **Jan Hus (1369-1415)** ficaram conhecidos por criticar a Igreja e apresentar novas interpretações sobre o Evangelho. Tais visões, porém, foram condenadas pela cúria romana, transformando seus proponentes em hereges.

Assimile

Não somente homens contrários à autoridade eclesiástica criticavam a Igreja. **Erasmo de Roterdão (*c.* 1466-1536)**, teólogo, foi um deles. Erasmo integrou o chamado **cristianismo humanista**, isto é, uma corrente intelectual do século XVI que juntava a valorização da educação clássica, tal como no humanismo renascentista, com a ênfase na piedade cristã.

Nascido em Roterdão (Holanda), educado num monastério e ordenado padre em 1492, Erasmo lecionou nas universidades de Cambridge (Inglaterra) e Louvain (Bélgica), além de ter trabalhado como tutor em Paris e na Itália. Ele acreditava que somente através da educação o indivíduo poderia reformar a si mesmo e a sociedade, e por isso lutava por uma cristandade unificada e pacífica, na qual a caridade e as boas obras seriam símbolo da religião, e na qual a educação e a piedade poderiam vencer a ignorância. Em *O Elogio da Loucura*, de 1509, Erasmo satirizou os valores caros a seus contemporâneos: modéstia, humildade e pobreza representariam, segundo o autor, as verdadeiras virtudes cristãs num mundo que adorava a pomposidade, o poder e a riqueza. Alguns condenaram os cristãos humanistas pela emergência de Lutero e do Protestantismo, a despeito da decisão dos primeiros em permanecer na Igreja Católica.

Ainda que Erasmo de Roterdão e outros humanistas criticassem a Igreja, eles não desafiaram a autoridade papal. Isto coube a outros atores. Primeiro, os monarcas da França, Espanha e Inglaterra que repudiavam a interferência do papa nos assuntos seculares, fomentando o estabelecimento de igrejas "nacionais". Segundo, os movimentos religiosos vistos como heréticos pela Igreja, rejeitavam a autoridade da cúria romana e de hierarquia formal da Igreja. Terceiro, dentro da própria Igreja, um movimento chamado de "conciliarismo" (que resultou no concílio de Constância), pregava a reforma eclesiástica e a submissão do papa ao concílio dos cardeais. Em conjunto, esses fatores questionavam a doutrina da Igreja e a natureza da fé, culminando na Reforma, evento que quebrou a unidade da cristandade ocidental.

Lutero, Calvino e a Reforma Protestante

A Reforma Protestante teve início quando **Martinho Lutero** (1483-1546) iniciou um movimento que ganharia proporções continentais. Lutero nasceu na pequena cidade de Eisleben (atual Alemanha), filho de um mineiro e uma mãe cristã devota. Ele iniciou seus estudos em Direito na Universidade de Erfurt em 1501, mas em 1505 abandonaria o curso e sua família para abraçar o monasticismo – conta-se que a decisão veio de uma promessa que Lutero havia feito por ter chegado em casa a salvo no meio de uma forte tempestade. Em 1507 ele foi ordenado padre, e, pouco depois, teólogo, administrando monastérios agostinianos e se tornando reitor do seminário de teologia na cidade de Wittenberg.

Foi quando um padre, de nome Johann Tetzel, chegou em Wittenberg para vender indulgências a fim de financiar a construção da igreja de São Pedro.

Lembre-se

Penitências católicas normalmente consistem em deveres espirituais como orações ou peregrinações. Mas, naquele momento, a Igreja também estava aberta ao **pagamento** para realizá-las, chamadas de **indulgências**. Elas poderiam inclusive ser compradas para um parente morto, que seria perdoado e poderia adentrar os céus.

Lutero denunciou aquilo que ele considerava como uma prática corrupta, permitindo que pecadores comprassem o perdão de seus pecados. Ele então compôs, em 1517, as **95 teses**.

Pesquise mais

As 95 teses de Lutero tornaram-se um marco para o estudo do luteranismo e da Reforma Protestante:

1. Dizendo "Fazei penitência...", nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo quis que toda a vida dos fiéis seja uma penitência.
2. O papa não quer, nem pode, perdoar alguma pena, exceto aquelas que ele tenha imposto por sua própria vontade...[...]

21. Erram, pois, os pregadores das indulgências que dizem que, pelas indulgências do papa, o homem fica livre de toda a pena e fica salvo. (Martinho Lutero, "Obras". *apud* FREITAS, Gustavo. **900 textos e documentos de História.** Lisboa: Plátano Editorial, [s. d], p. 165)

De fato, o dia 31 de outubro foi oficializado como o dia da Reforma Protestante e celebrado por essa confissão em todo mundo. Você pode encontrar alguns trechos das teses de Lutero traduzidos para o português na obra – disponível em sua biblioteca virtual – a seguir: MARQUES, A.; BERUTTI, F.; FARIA, R. **História Moderna através de textos.** São Paulo: Contexto, 2010.

Entre elas estavam ataques à venda de indulgências e compra de cargos eclesiásticos. Impressas, estas teses tornaram-se públicas e desencadeou uma enorme onda de descontentamento entre os leigos. O que começou como um debate teológico numa universidade provincial rapidamente se espalhou por todo o Sacro Império Romano-Germânico.

Reflita

Você imagina como as ideias de Lutero se espalharam de maneira tão rápida pela área germânica e alhures? Pense na relação em como você consome notícias hoje (produção e transmissão) e aquela dos homens no período medieval, que necessitavam do trabalho manual de escribas e suportes nada simples (o pergaminho era feito de pele de ovelha, carneiro ou cordeiro, por exemplo). Nos anos **1440**, a invenção do alemão **Johannes Gutenberg**, a prensa móvel, transformou completamente a maneira antiga de se copiar textos manualmente.

Os primeiros apoiadores de Lutero incluíam humanistas cristãos e clérigos que compartilhavam das suas atitudes críticas contra a Igreja. Muitos desses Evangélicos, como eles passaram a se chamar, vinham da classe média urbana com vivência universitária, isto é, daqueles grupos mais propensos a

desafiar a autoridade clerical, como mercadores, artesãos e literatos urbanos laicos.

Inicialmente Lutero apresentou-se em oposição "leal" ao papa. Mas em 1520, ele adotaria uma postura mais radical, publicando **três tratados**. Em *A liberdade de um cristão*, endereçado ao Papa Leão X (1475-1521), Lutero argumentou que a fé, e não as boas obras, salvariam os pecadores da danação, distinguindo entre os verdadeiros ensinamentos do Evangelho e as "inventadas" doutrinas eclesiásticas. Ele advogava pelo "sacerdócio de todos os crentes", insistindo que da Bíblia provinha todos os ensinamentos necessários para a vida cristã. O livro circularia amplamente e seus princípios de "***sola fide***" (somente a fé), "***sola scriptura***" (somente a Escritura) e **sacerdócio universal** tornar-se-iam características centrais do **movimento reformista**.

No segundo tratado, À nobreza cristã da nação alemã, escrita em alemão, Lutero apelou à identidade "germânica" e a seus nobres como líderes do movimento de reforma. Ele denunciou os italianos corruptos de Roma, que exploravam seus compatriotas germânicos, e conclamou os príncipes germanos a defender sua nação e reformar a Igreja. Em 1529, vários desses príncipes se reuniram em Speyer (atual Alemanha) e prepararam um protesto contra as políticas dos príncipes católicos, que haviam se declarado contra Lutero. Por isso, os seguidores de Lutero ficaram conhecidos como "protestantes". Por fim, o terceiro tratado, *Do cativeiro babilônico da Igreja*, Lutero condenou o papado como a personificação do anticristo.

Da perspectiva da cúria romana, o caso de Lutero se resumia apenas à ação individual de um monge. Quando o papa o ordenou a obedecer seus superiores, Lutero ignorou o decreto. Difusas pela imprensa, as ideias de Lutero circularam através do Sacro Império, fazendo com que ele fosse convocado pelo próprio imperador. Em 1521, Carlos V (r. 1519-1556), que reinava sobre os Países Baixos (hoje Bélgica, Holanda e Luxemburgo), Espanha e seus domínios na Itália e no Novo Mundo, e os territórios dos Habsburgo austríacos, convocou-o no concílio de Worms, eno qual Lutero proferiria sua admiração pelo herege Jan Hus, que fora queimado um século antes pela Inquisição. O imperador católico nada fez contra Lutero, porém, impedido não só pelos graves assuntos além-mar que detinham sua atenção, mas também pelas próprias amarras políticas internas que o impediam, formalmente, de agir – diversos apoiadores do seu trono tornaram-se partidários das ideias de Lutero.

A mensagem luterana inundou as cidades e vilas germânicas. Centenas de panfletos condenavam o papado e o clero católico, fazendo com que os poderes locais se posicionassem. De Wittenberg fluiriam rapidamente os ideais de reforma que se espalhariam pela Europa.

Sob a liderança de **João Calvino** (1509-1564) outra onda reformista chegou a Roma. Nascido na Picardia, região norte da França, Calvino estudou em Paris e Orléans, onde ele se formou em Direito. Calvino, leitor dos humanistas franceses, bem como dos escritos luteranos, procurava reformar a Igreja por dentro. Gradualmente, ele viria a questionar os ensinamentos católicos.

Em 18 de outubro de 1534, denúncias contra a Igreja foram encontradas pregadas nas portas dos edifícios eclesiásticos. Tal evento provocou a reação da monarquia francesa, com a prisão e execução de centenas de pessoas. O "**Caso dos Cartazes**" como ficou conhecido provocou a fuga de muitos partidários da reforma, entre eles Calvino.

No caminho para Estrasburgo, região acolhedora para dissidentes religiosos, Calvino rumou para Geneva, a cidade francófona suíça. Os genoveses tinham renunciado sua aliança com o bispo católico, e os apoiadores locais da reforma solicitaram a permanência de Calvino, onde ele permaneceria até sua morte em 1564.

Sob a liderança de Calvino, Geneva tornou-se o modelo que ele idealizaria em seu *Institutas da religião cristã*, publicado pela primeira vez em 1536. Calvino seguiria a doutrina luterana da salvação, mas acrescentaria um novo viés: se os homens não poderiam alcançar sua salvação por suas boas obras, então nenhum cristão poderia estar certo da salvação. Calvino, então, elaboraria a doutrina da **predestinação**, em que Deus já havia decidido de antemão, pela salvação ou não dos cristãos. Assim, na teologia calvinista, Deus salvaria somente os "eleitos", cuja identidade Ele conhecia desde antes da criação do mundo. Desta maneira, uma vida bem-sucedida seria sinal do indivíduo ter sido escolhido para a salvação. O conhecimento de que apenas os eleitos, um pequeno grupo, seria salvo deveria guiar suas ações no mundo.

Exemplificando

Ordenações para as igrejas calvinistas (1547). As igrejas calvinistas enfatizavam a observação estrita das regras morais. As ordenações citadas abaixo foram colocadas nas igrejas de Geneva e arredores e demonstravam como diversos aspectos do comportamento eram objeto dos pensadores calvinistas. Elas também citam o Consistório, isto é, um órgão que reunia leigos e eclesiásticos, cuja função era julgar o comportamento dos fiéis num tribunal do qual o próprio Calvino fez parte.

> **Blasfêmia**.
> Qualquer um que tenha blasfemado, jurando pelo corpo ou pelo sangue do nosso Senhor, ou de maneira similar, deve beijar a

terra na primeira ofensa; pela segunda, deve pagar 5 sólidos, e pela terceira, 6 sólidos, e pela última ofensa deve ser colocado no pelourinho por uma hora.

Embriaguez.

1. Que ninguém convide outro para beber sob a penalidade de 3 sólidos.
2. As tavernas devem estar fechadas durante o sermão, sob a penalidade do proprietário pagar 3 sólidos, e qualquer um que ali se encontre pagar a mesma quantia.
3. Se qualquer um for encontrado intoxicado, ele deve pagar, pela primeira ofensa, 3 sólidos e deve ser enviado para custódia no Consistório. Pela segunda ofensa, ele deve pagar 6 sólidos, e pela terceira, 10 sólidos e preso.
4. Que ninguém realize *roiaumes* [festivais populares] sob a penalidade de 10 sólidos.

Usura.

Que ninguém tenha interesse no lucro maior do que 5%, sob a penalidade de confisco, e de ser condenado a restituir o empréstimo se o caso assim demandar. (BURNS 1898-1912: 2-5)

Calvino não tolerava dissidentes. Enquanto passava por Geneva em 1533, o médico espanhol Michel Servetus foi preso porque ele havia publicado textos atacando Calvino e sua doutrina. Seguindo o conselho de Calvino, as autoridades genovesas executaram Servetus. Geneva havia se tornado o centro da Reforma, local onde pastores eram treinados para o trabalho missionário e livros sobre a doutrina calvinista eram produzidos e exportados para toda a Europa. O calvinismo se espalhou pela França, Países Baixos, Inglaterra, Escócia, estados germânicos, Polônia, Hungria e eventualmente na Nova Inglaterra, o futuro Estados Unidos da América, estabelecendo-se como a imagem da Reforma em muitos desses países.

Pode-se dizer que as agitações religiosas do século XVI afetaram a sociedade europeia de duas maneiras: primeiro, os reformistas e seus seguidores desafiaram as autoridades políticas e a ordem social vigente; segundo, em reação às manifestações mais extremas, os próprios reformistas sublinharam a necessidade de disciplina na prática da fé. Rebeldes camponeses e protestantes radicais, como os anabatistas (para quem somente os adultos poderiam ter realmente fé e aceitar o batismo), desejavam direcionar a Reforma numa direção mais popular, levando a ideia de "sacerdócio universal" às últimas consequências.

Exemplificando

Figura 3.5 | Ilustração do castelo de Weinsberg (Alemanha)

Fonte: https://goo.gl/i1iBCE. Acesso: 16 nov. 2018.

Em Weisberg, camponeses protestantes invadiram o castelo e assassinaram os senhores aristocráticos que ali residiam. O conflito fez parte da chamada **Guerra dos Camponeses Germânicos**, ocorrida em **1525** principalmente nas regiões sul e central do Império, em que camponeses adeptos das filosofias luteranas se rebelaram contra seus senhores, laicos e/ou eclesiásticos. Ao fim, cerca de 100.000 rebeldes foram mortos, aprisionados ou exilados. O próprio Lutero tentou mediar o conflito, mas diante do caráter irredutível dos rebeldes, endossou sua repressão.

Tal como os católicos, as autoridades protestantes se alarmaram com o potencial subversivo das reformas. Eles não viam a Reforma como um movimento social ou político, mas uma maneira de restaurar a disciplina na prática de fé e na organização eclesiástica. Ao mesmo tempo, a Igreja Católica passou por uma própria reforma interna e lançou uma ofensiva contra a Reforma Protestante, muitas vezes chamada de **Contrarreforma**.

Nos anos 1540, a Igreja Católica decidiu por agir. O papa Paulo III (1468-1549) convocou um concílio geral em 1545 em Trento, na Itália, em encontros que durariam por volta de vinte anos (entre 1545 e 1563). De fato, as decisões do **Concílio de Trento** efetivamente orientaram o catolicismo até os anos 1960. Os líderes da Igreja procuraram renovar a devoção religiosa e espiritualidade, bem como esclarecer a doutrina cristã. Novas ordens religiosas, como os **Jesuítas** (estabelecidos pelo espanhol **Inácio de Loyola** (1491-1556)), surgiram para ganhar conversos no além-mar (que incluía não só as Américas, mas também a África e a Ásia – Francisco Xavier

(1506-1552), missionário jesuíta, desembarcou no Japão em 1549, onde clamou mais de 100.000 japoneses convertidos ao cristianismo) ou para reconverter católicos que haviam se tornado protestantes. Ao mesmo tempo, a Igreja não hesitou em erradicar os dissidentes, dando maiores poderes à Inquisição, incluindo o poder de censurar escritos. O ***Index* papal**, isto é, a lista de livros cuja leitura era proibida pela Igreja, foi estabelecido em 1557 e abolido somente no ano de 1966.

Pesquise mais

Uma das armas da Igreja Católica contra o avanço protestante foi o uso da Inquisição para condenação daqueles considerados hereges. Um caso, ocorrido na região de Friulli (Itália), tornou-se bastante conhecido: trata-se do processo inquisitório contra Domenico Scandella também chamado de Menocchio, moleiro, acusado de heresia em 1532. Esta história particular, exemplo de um modo de se fazer história chamado micro-história, foi pesquisada pelo historiador italiano Carlo Ginzburg no livro indicado abaixo:

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Ao mesmo tempo que se projetava globalmente, a Europa passou por uma transformação religiosa intensa que, ao fim, dividiria permanentemente os cristãos. Assim, enquanto missionários católicos espanhóis e portugueses conseguiam novas conversões da Nova Espanha ao Japão, luteranos, calvinistas e outras derivações protestantes avançavam pela Europa. Ainda que diferentes quanto à doutrina e organização de suas igrejas, os reformistas tinham em comum a aversão à situação contemporânea da Igreja Católica Romana. Laicos protestantes e pastores estabeleceram novas comunidades cristãs, com novos rituais, doutrinas, práticas sociais, além de um novo clero, muito diferente daquela da Igreja Romana, mesmo a nível pessoal (os reformistas adotaram o fim do celibato para o clero; o próprio Lutero se casou com uma antiga freira). A causa protestante se centrava sobre a crença de que o indivíduo só seria salvo por sua fé, independentemente das boas obras realizadas. Essas diferenças levariam a mais conflitos. Nas gerações seguintes, guerras civis e conflitos internacionais colocariam católicos e protestantes uns contra os outros, em tentativas de se restaurar uma única fé.

Diferenças que também podem ser percebidas no campo historiográfico. Alguns autores como Friederich Engels, seguindo a interpretação marxiana, viram na Reforma a expressão de um passado revolucionário alemão

(ENGELS, 1975). Já Lucien Febvre (2012), expoente da História Cultural e da "história das mentalidades", contrariou esta ideia e leu o movimento iniciado por Lutero como uma resposta às angústias existenciais numa sociedade que transitava para outra lógica econômica, política e intelectual, corrente seguida por outro historiador, Jean Delumeau (1989). Já Maria Zina Gonçalves de Abreu (2001) investigou a Reforma a partir da participação feminina, e como isso afetou o papel social da mulher a partir da Reforma. Há ainda desdobramentos em outras áreas, como a Sociologia, na qual a fundamental obra de Max Weber, *A Ética Protestante ou o espírito do Capitalismo* (2004) interpretou a Reforma como um processo que iria além da vida religiosa, transformando mesmo as relações entre homem e sociedade, principalmente no campo do trabalho.

Assimile

Cronologia da Reforma

1517	Lutero dissemina suas 95 teses, atacando a venda de indulgências e outras práticas da Igreja Romana.
1525	Guerra dos Camponeses Germânicos divide o movimento reformista.
1529	Príncipes germânicos luteranos protestam contra a condenação da reforma religiosa por Carlos V.
1534	O Ato de Supremacia estabelece o rei Henrique VIII (1491-1547) da Inglaterra como chefe da **Igreja Anglicana**, cortando relações com a cúria romana.
1541	João Calvino se estabelece em Geneva, na Suíça, fazendo da cidade um modelo da reforma cristã.

Pesquise mais

Além de ser um tema transformador na história da sociedade ocidental, o que por si só já garantiu uma larga produção historiográfica a respeito, a Reforma completou 500 anos em 2017, resultando na popularização ainda maior do evento, além da publicação de novos estudos sobre ele. Você imagina que a Reforma afetou inclusive a forma de se ouvir e produzir música? Pois na obra indicada a seguir, Chiara Bertoglio explora justamente este campo:

BERTOGLIO, C. **Reforming Music**: Music and the Religious Reformations of the Sixteenth Century. Berlim: Walter de Gruyter, 2017.

E embora não figure nas obras lançadas por ocasião dos 500 anos da Reforma, vale citar a obra de Jean Crespin que trata dos conflitos religiosos entre católicos e protestantes entre 1557-1558 na França

Antártica, a colônia francesa na Baía de Guanabara, onde hoje é o Rio de Janeiro. A obra é exemplar por relatar a primeira confissão de fé protestante nas Américas:

CRESPIN, J. **A tragédia da Guanabara**. São Paulo: Ed. Cultura Cristã, 2007.

Sem medo de errar

Você conseguiu pensar numa maneira de discutir, historicamente, em sua palestra para a ONG como o "protestantismo" é mais do que uma simples denominação das práticas de fé não católicas?

Uma possibilidade para você organizar a sua fala é pensar como o próprio movimento foi nomeado. De fato, a ideia remonta ao período da Reforma religiosa do século XVI, na qual nomes como Lutero e Calvino, imbuídos de um espírito crítico à maneira pela qual a Igreja Católica Romana daquela época lidava com os assuntos espirituais, além da própria atuação de sua hierarquia, fomentaram aquele que seria um movimento de ruptura da cristandade ocidental.

O "protesto" aí decorre não de um anseio dos proponentes das mudanças, mas de uma ação dos príncipes germânicos, que reunidos em Speyer (atual Alemanha) em 1529, protestaram contra as políticas dos príncipes católicos (inclusive o imperador Carlos V), que haviam se declarado contra Lutero. Por isso, os seguidores de Lutero ficaram conhecidos como "protestantes". Numa fala como esta, este é o ponto essencial a se ressaltar.

Daí você pode explorar a difusão das ideias protestantes pela Europa, recuperando dados do material. Sabe-se que a mensagem luterana inundou as cidades e vilas germânicas. Centenas de panfletos condenavam o papado e o clero católico, fazendo com que os poderes locais se posicionassem. De Wittenberg, cidade na qual Lutero era reitor de um seminário de teologia, fluiriam rapidamente os ideais de reforma que se espalhariam pela Europa, formando novas derivações protestantes (anabatistas, anglicanos, metodistas e outros), cada qual com seus valores e crenças. Nesse ponto, é importante pontuar as diferenças. Reserve um tempo para pesquisar, sucintamente, o que são essas diferentes confissões e como elas se organizam. A ideia não é se aprofundar ou lecionar sobre as confissões em si, mas mostrar que mesmo compartilhando uma "origem" em comum, elas têm diferenças. Se for o caso, se você já souber de antemão as confissões religiosas do seu público, pode optar por falar delas (embora, na maioria dos casos, provavelmente elas sejam mais recentes do que as citadas acima). Mas é interessante para criar um elo de identificação entre sua fala e o público que lhe escuta.

Por fim, você pode demonstrar que embora fossem/sejam diferentes quanto à doutrina e organização de suas igrejas, os reformistas tinham em comum a aversão à situação da Igreja Católica Romana. Laicos protestantes e pastores estabeleceram novas comunidades cristãs, com novos rituais, doutrinas, práticas sociais, além de um novo clero, muito diferente daquela da Igreja Romana. A causa protestante se centrava sobre a crença de que o indivíduo só seria salvo por sua fé, independentemente das boas obras realizadas.

Faça valer a pena

1.

> "Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai, que está nos céus." (Mateus 5:16)
>
> "Os cristãos devem ser exortados a serem diligentes o seguir o Cristo, sua Cabeça, através das penas, da morte e do inferno; E assim serem confidentes que adentrarão o céu, pelas muitas tribulações e não pela garantia de paz." (LUTERO, 2008, [s.p.])

A realização de boas obras para se alcançar a salvação, criticada pelos partidários da Reforma religiosa do século XVI, é uma concepção do:

a) Luteranismo
b) Sunismo
c) Anabatismo
d) Catolicismo
e) Calvinismo

2. No século XVI, o movimento da Reforma religiosa quebrou a hegemonia católica na Europa ocidental. A Igreja Católica Romana, a fim de se contrapor ao movimento, iniciou uma própria reforma interna, chamada de Contrarreforma. Sobre a Reforma e Contrarreforma do século XVI, julgue os itens a seguir e assinale V para Verdadeiro e F para Falso:

( ) Lutero argumentou que a salvação do indivíduo se daria somente por sua fé e na apreensão dos ensinamentos cristãos através da leitura direta do texto bíblico.
( ) Além dos rigores morais, o calvinismo exaltava o trabalho na conduta humana, uma vez que boas condições de vida seriam sinais da predestinação da salvação.
( ) Ao propor a Contrarreforma, a Igreja Católica Romana enfatizou o abrandamento da hierarquia eclesiástica, da autoridade papal e das práticas de censura, bem como a tolerância aos hereges.

( ) O anglicanismo, surgido na Inglaterra, não pode ser interpretado como parte do movimento de Reforma.

A sequência correta de itens Verdadeiros (V) e Falsos (F) é:
a) V - V - V - F.
b) F - V - F – V.
c) V - V - F - F.
d) F - F - V – V.
e) V - F - V – F.

3.

> "Que belo espetáculo temos diante de nós – todos as enguias e cobras juntas imoralmente numa única grande pilha. Os padres e todos os clérigos maus são as cobras [...] e os senhores seculares e governantes são as enguias [...] Meus admirados governantes da Saxônia [...] procurem sem demora a justiça de Deus e tomem a causa do Evangelho corajosamente. (adaptado de MÜNTZER, 1988, p. 244-245)

As pregações de Thomas Müntzer, teólogo radical germânico do século XVI e líder da Guerra dos Camponeses Germânicos de 1525, alcançaram grande repercussão nas comunidades rurais em razão de:
a) As ideias reformistas de Lutero condenarem as autoridades constituídas, fossem elas laicas ou eclesiásticas.
b) Conciliar não só o descontentamento espiritual, mas também o material, fazendo do movimento reformista uma vocalização de anseios religiosos, políticos e sociais.
c) Proteger os reformistas, principalmente Lutero, contra as invectivas autoritárias da Igreja.
d) O discurso da Reforma no território que hoje constitui a Alemanha responder aos ideais de fraternidade, igualdade e fraternidade.
e) Suscitarem dos senhores germânicos uma resposta contra os desmandos do clero, o que foi prontamente atendido pelo *establishment* do Sacro Império Romano-Germânico.

Seção 3.3

Das revoluções inglesas ao Iluminismo

Diálogo aberto

Caro aluno, se uma criança lhe perguntar por que existem dias e noites ou as estações do ano, você, letrado como é, rapidamente responderá que esses fenômenos são consequências do movimento da Terra em órbita do Sol, certo? Ocorre que este conhecimento, que nos parece básico no mundo de hoje, nem sempre existiu de maneira tão consolidada. Isto porque ele concorria com outros sistemas explicativos acerca do movimento (ou imobilidade) dos corpos celestes e mesmo do que viria a ser o céu, as estrelas e o espaço. Ou seja, a aceitação da teoria do heliocentrismo partiu de uma mudança de perspectiva do homem sobre o mundo. E é essa ideia que exploraremos nesta seção.

Se o século XVI viu as contestações se exprimirem, prioritariamente, no campo religioso, nos séculos XVII e XVIII, as contestações se expandiram para diversas esferas da vida social. A começar pela Inglaterra, que em meados do século XVII, passou por um intenso (e extenso) processo de transformação política, consolidando o constitucionalismo como forma de governo nas ilhas britânicas.

O século XVIII, por sua vez, testemunhou a elevação da "razão", isto é, o pensamento empírico livre calcado no cientificismo, ao patamar de elemento universal de compreensão do homem e do universo que o cerca. Obviamente, como veremos, tal interpretação não veio sem conflitos e disputas.

Diante de grandes tragédias, é comum que os homens promovam reflexões sobre sua existência e suas crenças. Uma vez que a nossa realidade é permeada por eventos do tipo, imagine que a diretora da ONG na qual você trabalharia no nosso cenário hipotético inicial propõe que você ministre uma palestra sobre como as sociedades lidaram com acontecimentos semelhantes.

Como ponto de partida, você pode utilizar o terremoto de Lisboa de 1755. Ocorrido na véspera do Dia de Todos os Santos (1 de Novembro), o terremoto, e subsequentes tsunami e incêndios, praticamente destruiu a cidade de Lisboa e adjacências em Portugal, causando a morte de milhares de pessoas. O choque causado por tamanha tragédia influenciou os filósofos do Iluminismo, como Voltaire (1694-1778) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), a tentarem responder suas causas. De que maneira esses pensadores iluministas refletiram sobre o terremoto e como isso poderia ser encarado como pensamento representativo do próprio Iluminismo? Como abordar o assunto na palestra?

Não pode faltar

A Inglaterra do século XVII e suas transformações

Em meados do século XVII, as monarquias ocidentais passavam por momentos políticos diferentes. Enquanto França e Espanha consolidavam-se como entidades absolutistas, a Inglaterra passava por um processo que a caracterizaria como constitucionalista, isto é, o poder real seria pautado por decisões parlamentares e o governo estaria sujeito às leis. Mas tais características só foram alcançadas mediante as revoluções inglesas de 1642-1660 e de 1688-1689.

Disputas sobre o direito de aumentar impostos e a natureza da autoridade na Igreja da Inglaterra por muito tempo marcaram as relações entre a coroa inglesa e o Parlamento. Por séculos, os proprietários de terras inglesas participavam nas decisões governamentais através do Parlamento e compartilhavam, de certa forma, alguma influência nas políticas reais. Por isso quando Carlos I (r. 1625-1649) tentou assegurar sua autoridade sobre o Parlamento, tanto na implementação e aumento de impostos quanto no afastamento de partidários anglicanos, uma guerra civil eclodiu. O rei tentava conseguir financiamento para lidar com a rebelião dos escoceses, que em 1640, invadiram o norte da Inglaterra. Ao convocar uma reunião do Parlamento, o que não acontecia desde 1629, os membros da Casa dos Comuns (a câmara baixa do Parlamento) tentaram desfazer as medidas unilaterais que Carlos havia tomado desde então. Foi o momento em que o rei arregimentou tropas e invadiu o local, tentando prender os líderes do Parlamento, sem sucesso.

A guerra entre o rei e o Parlamento durou quatro anos (1642-1646) e dividiu a Inglaterra, tendo a coroa apoio do norte e oeste inglês e os parlamentaristas o seu reduto em Londres e adjacências. Os apoiadores de Carlos foram derrotados na Batalha de Naseby em 1645, perante as tropas dos partidários parlamentaristas lideradas pelo membro da Casa dos Comuns, **Oliver Cromwell** (1599-1658).

Reflita

A guerra civil entre Carlos I e o Parlamento (1642-1646) suscitou calorosos debates sobre as formas apropriadas da autoridade política, debates que influenciariam o pensamento político pelos séculos seguintes. Abaixo você encontra exemplos de duas posições políticas encontradas naquele momento:

1. O acordo entre o povo, como apresentado ao Conselho do Exército (28 de outubro de 1647).

> "Uma vez que nossas antigas opressões e problemas foram motivadas, seja pela vontade de realizar encontros nacionais no Conselho [Parlamento], seja por tornar esses encontros inefe-

tivos, nós concordamos plenamente e estamos decididos a providenciar daqui em diante que nossos representantes não sejam deixados nem na incerteza nem tornados inúteis para os fins os quais eles foram eleitos [...] Onde declaramos: -- Que o povo da Inglaterra, sendo atualmente distribuído de forma desigual entre Condados, Cidades e Bairros [Borough] para a eleição de seus deputados no Parlamento, seja mais indiferentemente [de modo equânime] proporcionado de acordo com o número de habitantes [...] Que o poder, e de todos os futuros representantes desta Nação, é inferior somente daqueles que os escolheram [ou seja, o Parlamento tem poder superior ao do rei] [...] Estas coisas declaramos ser nossos direitos nativos, e daqui em diante, nós concordamos e decidimos mantê-los com nossas mais extremas possibilidades contra qualquer que seja a oposição. (adaptado de GARDINER, 1906, p. 333-335)

2. Thomas Hobbes, *Leviatã* (1651).

"No período em que os homens viviam sem um Poder comum para mantê-los todos em temor, eles estavam numa condição que era chamada "Estado de Guerra permanente" [Warre]; e em tal estado de guerra permanente, de homem está contra o homem [...] Nesta condição, não há lugar para indústria [...] e consequentemente cultivo da terra; nenhuma navegação, nem uso dos bens que possam ser importados pelos mares; nenhuma construção elaborada [...]; nenhum conhecimento sobre a Terra; nenhuma contagem de Tempo; nem Artes; nem Letras; nem Sociedade; e o pior de tudo, um temor contínuo, e o perigo de uma morte violenta; e a vida do homem, solitário, empobrecido, desagradável, brutal e curta. [...]

A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los [os homens] das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. O que equivale a dizer: designar um homem ou uma assembleia de homens como representante de suas pessoas, considerando-se e reconhecendo-se cada um como autor de todos os atos que aquele que representa sua pessoa

> praticar ou levar a praticar, em tudo o que disser respeito à paz e segurança comuns; todos submetendo assim suas vontades à vontade do representante, e suas decisões a sua decisão. Isto é mais do que consentimento, ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens, de um modo que é como se cada homem dissesse a cada homem: Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado [Common-Wealth], em latim *Civitas*. É esta a geração daquele grande Leviatã, ou antes (para falar em termos mais reverentes) daquele Deus Mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa (adaptado de HOBBES 1997, p. 70, 95).

Como a posição do rei é vista por ambos os textos? E a do Parlamento?

Morto Carlos I, decapitado em 1649, e acreditando ser um agente de Deus, Cromwell assumiu a liderança do novo governo como chefe do Conselho de Estado. O novo regime, tal qual seu predecessor monárquico, almejou estender seu poder. Em 1651, o Parlamento aprovou o **Primeiro Ato de Navegação**, que permitia importações somente em navios ingleses ou que viessem diretamente dos produtores. Com isso, Cromwell visava minar a dominação dos holandeses nos mares, contra os quais guerrearia inclusive entre 1652 e 1654.

Mas internamente, Cromwell encontrava uma resistência cada vez maior. Ele não tolerava dissidentes de suas políticas, e embora houvesse praticado alguns atos de tolerância (como a permissão do retorno dos judeus pela primeira vez desde o século XIII), quando, em 1653, o Parlamento considerou a dissolução do exército, dados os recorrentes aumentos de impostos para financiá-lo, Cromwell o fechou e, num golpe militar, proclamou-se Lorde Protetor até sua morte em 1658. Em 1660, um novo Parlamento, de maioria anglicana, isto é, representante das elites inglesas, foi eleito e convidou Carlos II (r. 1660-1685), filho de Carlos I, para retomar o trono de seu pai.

Reinstalada a monarquia, ela favoreceu a tolerância religiosa, principalmente em benefícios dos católicos que à época de Cromwell eram proibidos de praticar seu culto publicamente. O herdeiro de Carlos II, Jaime II (r. 1685-1688) foi particularmente favorável, causando novamente disputas

internas. Em resposta, o Parlamento, de maioria anglicana, depôs Jaime e instalou no trono em seu lugar sua filha protestante Maria (r. 1689-1694) e seu esposo holandês, Guilherme de Orange (1689-1702). O processo, que terminou sem derramamento de sangue e daí seu epíteto de "**Revolução Gloriosa**", culminou na aprovação da **Declaração de Direitos** (*Bill of Rights*, em inglês), na qual os monarcas concordavam em não convocar um exército ou aumentar impostos sem o consentimento do Parlamento, bem como a convocação ao menos trienal deste, a fim de garantir eleições livres para os assentos parlamentares, e de respeitar as decisões deste em matérias de legislativas. O acordo deu à Inglaterra um governo constitucional, onde o Parlamento era reconhecido como um corpo independente que compartilhava o poder com a coroa.

Alguns historiadores viram as revoluções inglesas, principalmente o momento de guerra civil nos anos 1642-1646, como a última das guerras religiosas – já que opuseram Puritanos contra aqueles que tentaram retornar a Igreja Anglicana ao Catolicismo. Outros, porém, veem nela a primeira revolução moderna, uma vez que ela lançou ao poder movimentos políticos e religiosos desligados do trono, contrariando assim pela primeira vez a lógica de poder do Antigo Regime.

Assimile

Do turbilhão causado pelas revoluções inglesas surgiram grandes reflexões sobre as fundações da autoridade política. Dois nomes se destacaram nesse movimento: **Thomas Hobbes** (1588-1679) e **John Locke** (1632-1704). Ainda que escrevessem em resposta aos acontecimentos de seus tempos, eles tinham visões opostas. Hobbes, em seu *Leviatã* (publicado em 1651) justificava a autoridade absoluta; Locke, em seu *Segundo Tratado sobre o Governo* (publicado em 1690), elaborou a racionalização do constitucionalismo. Mas ainda que tivessem posições diferentes, ambos tinham em comum a ideia de que a autoridade não provinha do direito divino, mas sim do **contrato social** entre os cidadãos.

A revolução científica

Ainda que católicos e protestantes encorajassem o estudo das ciências e muitos cientistas proeminentes integrassem os quadros das igrejas, a busca por um método científico secular, isto é, livre das perspectivas tradicionais, ganhava cada vez mais espaço nos séculos XVI e XVII. A doutrina cristã tinha incorporado os ensinamentos da antiga filosofia, especialmente Ptolomeu (100-160 E.C.) e Aristóteles (384-322 a. E.C.) – este último, recuperado principalmente a partir dos escritos do dominicano Tomás de Aquino (1225-1274) no século XIII. Mas agora esses conhecimentos eram questionados.

A começar pela própria interpretação ptolomaica, endossada pela Igreja Católica do cosmos. A ideia de que o Sol giraria em torno da Terra, o centro do universo, ao comando de Deus foi contestada, de início por **Nicolau Copérnico** (1473-1543) em seu *Sobre a revolução das esferas celestiais,* na qual o clérigo polonês afirmava o **heliocentrismo**, ou seja, o Sol como centro do universo. A ideia foi recuperada por outros pensadores (Giordano Bruno, 1548-1600, monge italiano, foi condenado à fogueira pela Inquisição por isto), que sistematicamente foram aprimorando o modelo de Copérnico.

Um nome de destaque entre eles foi o do astrônomo dinamarquês Tycho Brahe (1546-1601), que ao desenvolver seus próprios instrumentos de observação, descobriu novos corpos celestes. Embora Brahe não fosse adepto do heliocentrismo, seu discípulo, o austríaco **Johannes Kepler** (1571-1630) o adotaria ao realizar suas próprias observações, desenvolvendo inclusive suas três leis sobre o movimento planetário, publicadas entre 1609 e 1619. As teorias de Kepler providenciaram o suporte matemático para o heliocentrismo, desafiando inclusive as hipóteses de Copérnico, ao demonstrar que as órbitas planetárias seriam, em realidade, elípticas e não circulares como defendia o polonês.

Mas, talvez, o nome de maior destaque seja o do italiano **Galileu Galilei** (1564-1642). Suas observações telescópicas levaram ao melhor entendimento da Lua, de Júpiter, de Vênus e outros corpos celestes, dando ainda mais força ao heliocentrismo. Mesmo que tenha negado publicamente suas afirmativas sobre o movimento da Terra, num julgamento perante a Inquisição em 1633, suas obras seriam publicadas nos Países Baixos, tornando-se referência para os estudiosos desde então.

Exemplificando

Em 1633, um tribunal da Inquisição, um comitê de cardeais da Igreja Católica, emitiu sua decisão no processo contra Galileu. Ele foi declarado culpado de heresia contra a doutrina católica por defender o heliocentrismo, mas lhe foi permitido retratar-se do que havia dito e escrito, a fim de evitar a pena de morte usualmente imposta em casos de heresia.

> “Nós pronunciamos, sentenciamos e declaramos que você [...] Galileu, em razão do que foi deduzido no julgamento e confessado por você, de acordo com estes Santo Ofício [a Inquisição] veementemente culpado de heresia, nominalmente de ter sustentado e acreditado numa doutrina que é falsa e contrária à divina e Santa Escritura [...]
>
> Como este erro é tão sério e pernicioso, e a sua transgressão não fique completamente impune, para que você seja mais caute-

> loso no futuro e sirva de exemplo para os outros se absterem de crimes similares, nós ordenamos que o livro Diálogos [Diálogo sobre os Dois Principais Sistemas do Mundo, publicado em 1632] de Galileu Galilei seja proibido por um edito público (adaptado de FINOCCHIARO, 1989, p. 291).

> Em 1980, o Papa João Paulo II apontou uma comissão para rever as evidências do julgamento e seu veredito. Em 1984, a comissão concluiu que a condenação de Galileu foi incorreta.

Avanços surpreendentes ocorreram também na medicina, principalmente devido às dissecações de corpos (proibidas pela Igreja desde 1300). Nomes como **Andreas Vesalius** (1514-1564), **Paracelso** (1493-1541) e **William Harvey** (1578-1657) lançariam bases para a anatomia e farmacologia modernas.

Assimile

Nos anos 1630, a elite intelectual europeia começou a aceitar as novas visões científicas. Ensinamentos antigos e crenças populares pareciam ser refutados pelo método científico. Dois homens foram responsáveis por disseminar sua reputação na primeira metade do século XVII: o político protestante inglês **Francis Bacon** (1561-1626) e o matemático católico francês **René Descartes** (1596-1650). Eles representavam as duas metades essenciais do método científico: o raciocínio indutivo através da observação e pesquisa experimental, e o raciocínio dedutivo a partir de princípios autoevidentes.

Apoiadores desses novos desenvolvimentos argumentavam por um método científico que poderia combinar a observação experimental e a dedução matemática. O uso do **método científico** culminou nas descobertas de **Isaac Newton** (1642-1727) no fim do século XVII nos campos da matemática, mecânica e ótica. A habilidade de Newton em explicar, através da lei da gravidade universal, o movimento dos planetas assim como dos objetos cotidianos (a queda de uma maçã, por exemplo) deu à ciência um enorme prestígio, consolidando uma verdadeira "**revolução científica**".

Iluminismo e o século das luzes

Em julho de 1766, a imperadora russa Catarina II (1729-1796), a Grande, escreveu a Voltaire (1694-1778), filósofo e escritor francês e um dos líderes do Iluminismo:

> É uma maneira de se imortalizar ao ser um advogado da humanidade, defensor da inocência oprimida [...] Você entrou em combate contra os inimigos da humanidade: superstição, fanatismo, ignorância, subterfúgios, mal juízes e o poder que ainda resta em suas mãos. Grandes virtudes e qualidades são necessárias para superar estes obstáculos. Você demonstrou tê-las: você triunfou (CATARINA II apud KAHN, RUBIN-DETLEV 2018).

A carta de Catarina II demonstra quão influente se tornou o Iluminismo em meados do século XVIII. Ao mesmo tempo, sumariza os ideais do movimento: o progresso da humanidade somente seria alcançado mediante a erradicação da superstição, fanatismo religioso, ignorância e qualquer outro tipo de atraso.

Escritores iluministas usaram de todos os meios à sua disposição, de enciclopédias a romances, passando por conselhos pessoais aos governantes, para clamar por reformas. A sociedade e o homem deveriam ser examinados à luz da razão, e tudo aquilo que não implicava um aprimoramento da humanidade, deveria ser rejeitado.

O Iluminismo emergiu como um movimento intelectual antes de 1740, mas atingiu seu auge na segunda metade do século XVIII. Em 1784, num ensaio intitulado "O que é o Iluminismo?", o filósofo germânico Immanuel Kant (1724-1804) disseminou um termo utilizado a décadas, inclusive a associação do século XVIII ao "século do Iluminismo".

Reflita

Ao associarem o movimento, entre outras coisas, à filosofia, à razão, à humanidade, à tolerância religiosa, aos direitos naturais e à crítica aos costumes "antiquados" e preconceituosos, qual a ideia dos iluministas ao nomearem seu próprio movimento de "Iluminista"?

Os escritores do Iluminismo chamavam a si mesmos de filósofos e se dedicavam, de maneira pública, aos debates sobre os problemas mundanos. Eles escreveram sobre diversos assuntos e em diferentes formas. **Jean-Jacques Rousseau** (1712-1778), por exemplo, escreveu um tratado político, um tratado sobre a educação, a constituição polonesa, uma análise dos efeitos do teatro na moral pública, romances, uma ópera e uma autobiografia. Os iluministas escreviam para um público letrado frequentador das livrarias, mesmo quando governantes e igrejas tentavam proibir essas obras.

Os filósofos consideravam a si mesmos compondo uma "república das letras", unidos pelos ideais da razão, reforma e liberdade. Não à toa, um de

seus partidários, **Kant**, resumiu o lema do movimento em "ousar conhecer" (*sapere aude*, em latim), isto é, ter a coragem de pensar por si mesmo.

Os iluministas advogavam fazer uso da razão para atacar a superstição, a intolerância e o fanatismo religioso, que eles consideram grandes obstáculos ao pensamento livre e à reforma social. Voltaire foi um dos maiores críticos a esse respeito, embora não se opusesse à religião organizada, mas principalmente à intolerância dela derivada. Nesse contexto, "razão" traduziria um pensamento crítico, informado e científico sobre as questões e problemas sociais. Foi assim que teve início a volumosa publicação *Enciclopédia*, publicada entre 1751-1772, para a qual muitos iluministas colaboraram. Sob a edição de Denis Diderot (1713-1784), a obra visava coletar todo conhecimento sobre ciência, religião, indústria e sociedade produzido até então.

Exemplificando

Denis Diderot liderou a produção da Enciclopédia em 17 volumes de texto e 11 de ilustrações. A obra cobriu diversos aspectos do conhecimento humano, das ferramentas de artesãos à teologia. Daí os esforços das autoridades franceses em censurá-la. A entrada "enciclopédia" sumariza os objetivos do projeto:

> "Enciclopédia (Filosofia). Esta palavra significa a inter-relação de todo conhecimento [...] O objetivo de uma enciclopédia é coletar todo conhecimento disperso sobre a terra, e apresentá-lo em linhas e estruturas gerais para os homens com quem vivemos, e transmiti-lo aqueles que virão depois de nós, para que o trabalho dos séculos passados possa ser útil aos séculos seguintes; que nossas crianças, ao se tornarem mais educadas, possam se tornar mais virtuosas e felizes [...] Nós precisamos passar por cima das antiguidades pueris, sobrepujar as barreiras que a razão nunca erigiu, retornar a liberdade às artes e ciências, o que é tão precioso a elas. Nós, por muito tempo, temos a necessidade de uma idade da razão, quando homens poderão não mais procurar as regras [da ordem natural] nos autores clássicos, mas na natureza (DIDEROT apud JACOB 2001, p. 157-158).

Os iluministas acreditavam que a propagação do conhecimento poderia encorajar reformas em cada aspecto da vida, do comércio ao sistema penal. Entre essas reformas, a maior delas era a liberdade intelectual, traduzida em liberdade de imprensa e religião, considerada um "direito natural". Em sua visão, o progresso só seria alcançado mediante essas liberdades.

Desses ideais para os conflitos com os governos e religiões foram poucos passos. Isto porque, quaisquer que fossem suas denominações, as igrejas detinham enormes poderes nas sociedades do século XVIII, sendo mesmo consideradas essenciais para uma boa sociedade. Desafiando tais postulados, escritores como **David Hume** (1711-1776), em seu *História Natural da Religião*, argumentava que a crença em Deus era derivada da superstição e do medo em vez da razão. Num mundo pós-Newton, seria possível conceber o universo como uma entidade perpétua e autossuficiente, na qual o papel de Deus seria desnecessário. O ateísmo rompia com a ideia comum de inevitável imoralidade.

A crítica à religião envolveu mais do que o ataque às igrejas, mas também aos governos a elas associados. Uma dessas críticas tomou forma de um movimento contrário à escravidão, com a organização de campanhas políticas na Grã-Bretanha, França e Estados Unidos nos anos 1780. Armados com relatos sobre as crueldades da escravidão – o exemplo de Olaudah Equiano (1745-1797) e seu *A interessante narrativa da vida de Olaudah Equiano, ou Gustavus Vassa, o africano é sintomático a* esse respeito –, os abolicionistas peticionaram a seus governos pelo fim do tráfico escravo e da própria escravidão.

As críticas iluministas às igrejas e governos advogavam por reformas, e não revoluções. Muitos filósofos, como **Voltaire**, tinham origem nas elites europeias, afinal. Eles viam as classes baixas – o "povo" – como ignorantes e violentos, sujeitos à superstição. Por isso, direcionavam suas publicações e argumentos às elites letradas e governantes "iluminados".

Mas a despeito das preferências dos filósofos pela reforma, a longo prazo seus escritos tiveram impactos revolucionários. A análise do constitucionalismo britânico feita por **Montesquieu** (1689-1755) em seu *O Espírito das Leis*, inspirou os críticos franceses do absolutismo, bem como os revolucionários norte-americanos.

As controvérsias geradas pelos conflitos entre iluministas e as diversas religiões e governos pela Europa pode nos fazer esquecer a mudança de paradigmas defendidas por eles. Se nos séculos anteriores, questões de doutrina dogmática e organização eclesiástica estavam na ordem do dia dos intelectuais e mesmo nos interesses políticos, os iluministas trouxeram atenção ao estudo secular da sociedade e ao papel nela desempenhado pelo indivíduo. Obviamente, o tema da religião não deixou de ser discutido, mas os filósofos passaram a tratar a questão como um assunto privado, ainda que governantes e lideranças religiosas considerassem-no como uma preocupação pública.

O interesse iluminista pela sociedade secular produziu dois grandes resultados: de um lado, ele avançou a secularização da vida política europeia, e de outro, lançou bases para ciências sociais da era moderna. Não é surpresa, portanto, que muitos historiadores considerem o período do iluminismo como a origem da modernidade, no qual a razão humana em vez do discurso teológico, assumiu preponderância na determinação política e social.

No entanto, embora a crença de que a razão poderia reformar a humanidade, nem todos os iluministas concordavam no que se entendia por tal "razão". Entre as diferentes abordagens do assunto, duas se provaram bastante influentes: a do filósofo escocês **Adam Smith** (1723-1790) e a do escritor suíço, **Jean-Jacques Rousseau** (1712-1778).

Adam Smith elaborou uma teoria da moderna sociedade capitalista e devotou muito de seu trabalho à defesa do livre mercado como a melhor maneira de produzir a partir do esforço individual. A moderna disciplina da economia tomou forma a partir das questões levantadas por Smith.

Rousseau, ao contrário, enfatizava as necessidades da comunidade em vez das necessidades do indivíduo. Sua obra, que apontava em geral para a ideia de democracia (e, alguns argumentariam, para um proto-comunismo, no sentido de sociedade igualitária imaginada por Marx no século XIX), inspiraram debates na ciência política e sociologia.

Assimile

A ideia do Iluminismo de repensar a sociedade e ao papel nela desempenhado pelo indivíduo abriu portas para a reflexão sobre o lugar da mulher. Embora alguns autores, como o próprio Rousseau, ressentissem a projeção ganhada por elas, é inegável que as ideias formadas à época posteriormente influenciariam o movimento feminista.

Madame de Beaumer (m. 1766) foi a primeira editora do Le Jounal des Dames ("O Jornal das Damas"), publicando, ao longo de dois anos, diversos editoriais defendendo as mulheres contra as críticas masculinas:

> "O sucesso do *Jornal das Damas* permite-nos triunfar sobre as pessoas frívolas que viram este periódico como um trabalho insignificante, contendo somente algumas poucas ninharias para matar o tempo. [...] Para livrar vocês do seu erro, nós fizemos nosso Jornal histórico [...] 'Um histórico *Journal des Dames*! estes senhores racionais respondem. Quão ridículo!

> [...] Por favor, senhores [...] cuidem de suas vidas, e deixem-nos escrever à maneira adequada ao nosso sexo; Eu amo este sexo; Eu tenho orgulho de defender sua honra e seus direitos. Se nós não crescemos em meio às ciências como vocês, são vocês os culpados. (BEAUMER apud BELL; OFFEN, 1983, p. 27-28)

Catharine Sawbridge Macaulay-Graham (1731-1791) foi uma das mais conhecidas escritoras inglesas dos setecentos. A maior parte de seu trabalho se concentra nas histórias populares da Inglaterra. Mas em 1787, ela se juntou ao debate provocado pelos comentários sobre as mulheres feitos por Rousseau.

> “Há outro preconceito [...] que afeta ainda mais profundamente a felicidade feminina, e a importância feminina; um preconceito, que deveria ser confinado às regiões do leste, por conta do estado de escravidão no qual a natureza feminina naquela parte do mundo foi sempre sujeitada, e pode somente combinar com a noção da inferioridade positiva nos poderes intelectuais da mente feminina. Você brevemente perceberá, que o preconceito do qual eu falo, é a forma degradante diferença na cultura do entendimento, que prevaleceu por muitos séculos em todas as sociedades europeias. [...] Entre os mais enérgicos defensores da diferença sexual no caráter, Rousseau é o mais notável [...] Ele parte da suposição que a Natureza pretendia a sujeição de um sexo a outro; que consequentemente precisa existir uma inferioridade de intelecto na parte sujeita. [...] A situação e educação das mulheres [...] é precisamente aquela que tende a corromper e debilitar ambos os poderes da mente e do corpo. De uma falsa noção de beleza e delicadeza, seus sistemas nervosos são depravados antes mesmos de saírem da enfermaria. E este tipo de depravação tem mais influência sobre a mente, e consequentemente sobre a moral, do que é comumente entendido. (MACAULAY-GRAHAM apud BELL; OFFEN, 1983, p. 54-55)

O Iluminismo floresceu em lugares onde uma classe média educada provinha audiência para as ideias de constitucionalismo e reforma. Seu epicentro, portanto, se concentrava no triângulo formado pelas cidades de Amsterdam, Londres e Paris, difundindo-se para o leste e sul europeus (além da América do Norte). Mas ele não se desenvolveu de maneira igual em todos esses locais. Na Inglaterra e Países Baixos, por exemplo, onde já se

encontravam debates consolidados sobre o constitucionalismo (John Locke escrevia desde os anos 1690), as discussões iluministas centravam-se na economia, filosofia ou história. Foi neste contexto, por exemplo, que Edward Gibbon publicou seu influente *História do Declínio e Queda do Império Romano* (1776-1788), no qual ele retratou o cristianismo de forma negativa.

Por outro lado, em lugares com pequenas classes burguesas, como a Espanha e a Rússia, o iluminismo teve pouco desenvolvimento, muito por conta da supressão realizada pelos governos contra seus adversários. A França se tornou um grande local de debates do iluminismo, em razão da monarquia ora encorajar as ideias de reforma, ora censurá-las por temer seu potencial revolucionário.

Lembre-se

Governantes, como Catarina II da Rússia, Frederico II da Prússia (1712-1786) e José II da Áustria e imperador do Sacro Império Romano-Germânico (1741-1790), que adotaram os ideais reformistas do Iluminismo ficaram conhecidos como **déspotas esclarecidos**. Eles pretendiam promover as reformas iluministas para melhorar a vida de seus súditos, mas sem abrir mão de seus poderes absolutistas. A admiração de Catarina II por Voltaire mostra como esses déspotas advogavam por reformas quando estas lhes serviam aos próprios interesses. Em muitos casos, estes interesses se traduziam na expansão do território governado.

O que começou como um movimento cosmopolita de poucos intelectuais na primeira metade do século XVIII, alcançou uma ampla audiência nos anos 1770 e 1780. O espírito do iluminismo saiu dos bares, cafeterias e lojas maçônicas para os salões governamentais, de Londres a Moscou. Investigações científicas sobre as causas da miséria, sobre os direitos individuais e sobre as liberdades ganharam adeptos nos mais diversos países.

Para a maior parte da população, entretanto, as promessas do Iluminismo não se tornaram realidade. Governantes como Catarina II da Rússia não pretendiam abrir mão de seus poderes, mesmo vocalmente admirando os ideais de reforma. Aliás, a nobreza como um todo resistia a esses ideais. A "falha" do Iluminismo contribuiria para os movimentos que arrebatariam a Europa e a América do Norte no pós-1770.

Pesquise mais

Como você viu, o Iluminismo abrangeu as mais diversas áreas do conhecimento. A bem da verdade, o movimento praticamente consolidou

essas áreas. E uma delas foram os estudos econômicos. No artigo citado abaixo, Hugo Cerqueira demonstra como as discussões iluministas da Escócia do século XVIII foram fundamentais para que Adam Smith elaborasse sua teoria econômica em voga até hoje:

CERQUEIRA, H. Adam Smith e seu contexto: o iluminismo escocês, **Economia e Sociedade**, 2006, v. 26, p. 1-28.

Sem medo de errar

Você conseguiu pensar numa maneira de apresentar chaves explicativas de grandes acontecimentos e como isso pode ser representativo de um período histórico?

A sugestão de se trabalhar a palestra com o terremoto de Lisboa de 1755 não foi em vão. Principalmente se tomarmos o exemplo de Voltaire. A explicação da origem do mal ocupou muitos pensadores iluministas, que já não aceitavam a doutrina do livre arbítrio e do pecado original promovida pela Igreja. Neste contexto, surgiu a teoria leibzianiana (de seu autor Leibniz em *Essais de Théodicéei*, publicada em 1710), que oferecia a melhor explicação racional possível à existência do mal: Deus não pode fazer o *maximum* (um mundo perfeito), mas ele escolheu o *optimum*, o "melhor dos mundos possíveis", sustentando ainda uma concepção antiantropológica do mal, visto que ela sinaliza que o mal particular contribui para o bem geral. A doutrina foi difundida e inseriu-se nas universidades alemãs sob a forma do wolffismo. Em paralelo, os deístas, isto é, aqueles que acreditavam em Deus, mas não lhe legavam papel ativo nos assuntos humanos, os deístas ingleses desenvolveram a doutrina do "tudo está bem", fundada sob a teologia natural newtoniana, cuja vertente clássica é atribuída ao *Essay on Man* (1733-34) de Alexander Pope. Também popularizada, a tese de Pope reforçava a concepção do mal particular como bem geral vindo agora, da Providência, constitui-se então como princípio maior do deísmo (DELON, 1997, p. 795).

Voltaire, num primeiro momento, aderiu ao providencialismo newtoniano e ao otimismo de Pope. Porém, o terremoto de Lisboa, em 1755, reviveu o discurso sobre a punição dos pecadores pela providência divina. Voltaire, incapaz de compreender o desastre que irrompe ferozmente o otimismo "fatalista", publicou *Cândido ou o Otimismo* em 1759, no qual assume a posição de negação da providência divina e o questionamento da bondade de Deus, atacando a teoria da harmonia preestabelecida e o otimismo de Leibniz e Pope. Ele assim descreve as consequências da tragédia:

> “Após o tremor de terra que destruíra três quartos de Lisboa, não descobriram os sábios do país melhor recurso para prevenir a ruína total, do que oferecer ao povo um belo auto-de-fé; decidira a Universidade de Coimbra que o espetáculo de algumas criaturas queimadas a fogo lento, em grande cerimônia, é segredo infalível para impedir a terra tremer. (VOLTAIRE, 1998, p. 43).

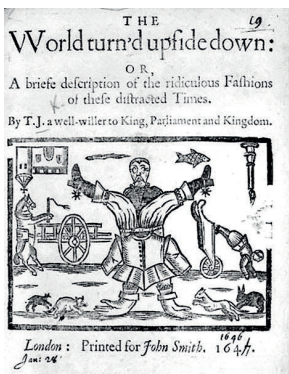
Cândido é uma denúncia. Uma denúncia que utiliza como aparelho denunciador a ironia, levada muitas vezes ao extremo. Da narrativa cômica, “narração de bufa” como classifica Starobinski (2001), surge a ironia como arma ofensiva de Voltaire. Ela vai, dura e paulatinamente, ensinando a Cândido a lição de que seu preceptor e acadêmico às antigas, dr. Pangloss, estava brutalmente errado em suas ideias metafísicas do mundo.

Voltaire se insere então na crítica iluminista à superstição, à intolerância e ao fanatismo religioso, considerados obstáculos ao pensamento livre e interpretação do mundo. Não à toa, ele resume o pensamento de Cândido, personagem principal na narrativa, que após ser açoitado no auto de fé, profere a seguinte frase: “Se é este o melhor dos mundos possíveis, que dizer dos outros?” (VOLTAIRE, 1998, p. 44).

Faça valer a pena

1. Durante muitos séculos as revoltas populares constituíram uma característica essencial da tradição inglesa, e as décadas centrais do século XVII presenciaram a maior revolução que já ocorreu na Grã-Bretanha (HILL, 1987, p. 29).

“O mundo de cabeça para baixo”


THE
World turn'd upside down:
OR,
A briefe description of the ridiculous Fashions of these distracted Times.
By T. J. a well-willer to King, Parliament and Kingdom.
London: Printed for John Smith. 1646
Jan. 24 1647

Fonte: https://goo.gl/TvSBnz. Acesso em: 6 dez. 2018.

Durante muitos séculos as revoltas populares constituíram uma característica essencial da tradição inglesa, e as décadas centrais do século XVII presenciaram a maior revolução que já ocorreu na Grã-Bretanha (HILL, 1987, p. 29).

O texto e a figura fazem alusão às Revoluções Inglesas do século XVII. Sobre elas é correto afirmar que:

a) Envolveram diversos setores da sociedade, opondo principalmente proprietários de terras com assento no Parlamento e a coroa real inglesa.
b) Teve como consequência a completa dissolução do Parlamento, dando margem à continuidade da monarquia (que figura até os dias atuais na Inglaterra).
c) "O mundo de cabeça para baixo" faz alusão à posição da monarquia no processo, relegada ao segundo plano e completamente impotente perante os agentes revolucionários, como Oliver Cromwell.
d) A categorização, feita por Hill, sobre a "maior revolução que a Grã-Bretanha já viu" se dá pela longa duração do processo revolucionário (1642-1688), marcado por ininterruptos e violentos conflitos entre os partidários da coroa e do Parlamento.
e) A "Revolução Gloriosa" tem este nome por consolidar, de forma triunfante e absoluta, os monarcas Guilherme de Orange e Maria no trono inglês, a despeito dos protestos do Parlamento e da Igreja Católica.

2. Considere as afirmações abaixo acerca do desenvolvimento dos estudos astronômicos nos séculos XVI e XVII:

I. Este desenvolvimento da astronomia se deu na esteira dos ensinamentos antigos, como aqueles de Ptolomeu, e incorporadas à reflexão cristã por nomes como o de Tomás de Aquino no século XIII.
II. Nicolau Copérnico foi pioneiro ao afirmar, através da observação dos corpos celestes, a teoria do heliocentrismo, isto é, a ideia de que o Sol giraria em torno da Terra.
III. As teorias de Kepler, no século XVII, providenciaram o suporte matemático para o heliocentrismo, desafiando inclusive as hipóteses de Copérnico, ao demonstrar que as órbitas planetárias seriam, em realidade, elípticas e não circulares como defendia o polonês.
IV. As observações telescópicas de Galileu levaram ao melhor entendimento da Lua, de Júpiter, de Vênus e outros corpos celestes, tornando-se referência para os astrônomos desde então.

Está correto o que se afirma em:
a) I apenas.
b) I e II apenas.
c) II e III apenas.
d) III e IV apenas.
e) IV apenas.

3.

> “Classificar, delinear, dividir, sistematizar, criar um mapa mundi do saber. Esta era a ideia dos iluministas Diderot e D’Alambert: ordenar o mundo em categorias em uma enciclopédia com 17 volumes de texto. O projeto enciclopedista talvez seja a influência mais visível do iluminismo em nosso cotidiano. A escola, a divisão do conhecimento em disciplinas específicas, os livros didáticos, os telejornais revelam claramente essa busca classificatória. A Enciclopédia iniciava com um quadro esquemático do conhecimento humano, uma permanência que perpassa desde organogramas de empresas até as classificações da biologia. (DARNTON, 1986, p. 272-273)

Com base no texto e nos seus conhecimentos sobre o assunto, assinale a(s) afirmativa(s) correta(s) a respeito do Iluminismo:

I. As ideias iluministas provocaram na Europa um grande interesse pelos problemas da vida em sociedade, possibilitando o surgimento de novas discussões nos mais diversos campos do saber, da política à economia.
II. Os iluministas advogavam pela manutenção do estado absolutista, controlado pelas elites esclarecidas, e que só este ente político seria capaz de abolir as desigualdades entre as classes sociais.
III. O Iluminismo pouco ou nada se serviu das inovações técnico-científicas, uma vez que muitos de seus mais proeminentes nomes, como Newton, eram homens religiosos.
IV. O Iluminismo teve origem na Inglaterra, mas ganhou grande proeminência no leste europeu, uma vez que fazia uma crítica agressiva da civilização ocidental, advogando para isso o retorno à sociedade primitiva.

Assinale a alternativa correta que apresenta a(s) afirmativa(s) verdadeira(s):

a) Somente a afirmativa I é verdadeira.
b) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
c) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
d) Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.
e) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.

Referências

ABREU, M. Z. G. **A reforma da Igreja em Inglaterra:** ação feminina, protestantismo e democratização política e dos sexos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

APPOLD, K. G. **The Reformation:** a Brief History. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2011.

BELL, S., OFFEN, K. **Women, the Family, and Freedom**: the Debate in documents, v. 1, 1750-1880. Stanford: Stanford University Press, 1983.

BURNS, G (ed.). **Translations and Reprints from the Original Sources of European History**, v. 1. Filadélfia, EUA: University of Pensylvania Press, 1898. Disponível em: https://archive.org/details/translationsrepr01univiala/page/n3. Acesso em: 6 fev. 2019.

CATARINA II. **Selected Letters**. ed. KAHN, A.; RUBIN-DETLEV, K. Oxford: Oxford University Press, 2018.

CLAYTON, L. **Bartolomé de las Casa and the Conquest of the Americas**. Oxford: Willey-Blackwell, 2011.

CRISTÓVÃO COLOMBO. **Four Voyages to the New World**. R. H. Major (trad.). New York: Corinth Books, 1961.

DARNTON, R. **O Grande Massacre de Gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DELON, M. (dir). **Dicitionnaire européen des Lumières**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

DELUMEAU, J. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1989.

ELEKUND, R; HEBERT, R. **A History of Economic Theory and Method**. New York: McGraw-Hill, 1997.

ELTON, G. R. (ed.). **The New Cambridge Modern History**, V. 2: The Reformation, 1520–1559. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

ENGELS, F. **As guerras camponesas na Alemanha**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

FEBVRE, L. **Martinho Lutero:** Um destino. **São Paulo: Três Estrelas, 2012.**

FINOCCHIARO, M. (ed.) **The Galileo Affairs**: A Documentary History. Berkeley: University of California Press, 1989.

FREITAS NETO, J. A. **Bartolomé de las Casas**: a narrativa trágica, o amor cristão e a memória americana. São Paulo: Annablume, 2003.

GARDINER, S. R. (ed.). **The Constitutional Documents of the Puritan Revolution**, 1625-1660. Oxford: Clarendon Press, 1906.

HILL, C. **O mundo de ponta-cabeça**: ideias radicais durante a Revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBBES, T. **Leviathan**. New York: Norton, 1997.

JACOB, M. **The Enlightenment**: A Brief History with Documents. Boston: Bedford/St. Martins, 2001.

LUTERO, M. **Martin Luther's 95 Theses**. 2008. Disponível em: http://www.gutenberg.org/cache/epub/274/pg274.html. Acesso em: 5 dez. 2018.

MERRIMAN, J. **A history of Modern Europe**: from the Renaissance to the present. New York: W.W. Norton & Company, 2009.

MICELI, P. **História moderna**. São Paulo: Contexto, [s.d.].

MONTEIRO, R. As Reformas religiosas na Europa Moderna - notas para um debate historiográfico. **VARIA HISTORIA**, v. 23, no. 37, 2007, p. 130-150. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a08.pdf. Acesso em: 8 dez. 2018.

MÜNTZER, T. **The Collected Works of Thomas Müntzer**. ed. por Peter Matheson. Edimburgo: T&T Clark, 1988.

PERO VAZ DE CAMINHA. **Carta a El Rei D. Manuel**, Dominus. São Paulo, 1963. Disponível em: http://www.culturabrasil.org/zip/carta.pdf. Acesso em: 6 de nov. 2018.

SAHAGUN, B. **Historia general de las cosas de la Nueva España**. Barcelona: Linkgua, 2009.

STAROBINSKI, J. Sobre o estilo filosófico de Cândido. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.119-141.

TODOROV, T. **A conquista da América**. A questão do Outro. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TRABUCO, Z. Reforma Protestante: uma bibliografia comentada. (Bibliografia Comentada). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/reforma-protestante-bibliografia/. Publicado em: 4 set. 2017. Acesso em: 8 dez. 2018.

VOLTAIRE. **Cândido, ou o Otimismo**. São Paulo: Ediouro, 1998.

WEBER, M. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Unidade 4

Revolução e cultura popular no século XVIII

Convite ao estudo

"Revolução". Com certeza você já deve ter ouvido esta palavra. Ela é comum ao vocabulário da Física (em Mecânica, significando o giro em torno do eixo), da Astronomia (para descrever a trajetória circular dos corpos celestes no espaço), e, obviamente, ao da História. Nesse caso, ela lida com mudanças bruscas nas estruturas econômicas, sociais, políticas ou culturais de uma sociedade. Basicamente, este é o mote desta unidade.

Abordaremos como, nos séculos XVIII e XIX, as sociedades ocidentais passaram por reconfigurações importantes, com desdobramentos visíveis até hoje. Afinal, as máquinas que utilizamos hoje em dia, mecânicas ou digitais, tiveram de certo modo sua origem ligada aos inventos dos mecanismos a vapor na segunda metade do século XVIII. A mecanização do trabalho, um dos vários produtos da Revolução Industrial, também trouxe impactos sociais, ambientais e na própria concepção de vida daqueles envolvidos nela – da percepção do tempo com o uso mais regular dos relógios aos modos de habitação, atendendo às demandas do sistema fabril.

A transformação da organização do trabalho somada ao crescimento populacional, à ascensão de uma classe industriosa que não desfrutava dos direitos aristocráticos, à formação de uma opinião pública calcada nas ideias iluministas e às conjunturas de escassez, fomentaram um estado de insatisfação generalizado contra o Antigo Regime. Cada qual a seu modo, do exemplo norte-americano ao francês, as "revoluções burguesas" reconfigurariam as relações políticas e sociais do mundo ocidental naquele período.

É considerando essas temáticas desta unidade, que propomos um cenário onde essas questões poderiam se apresentar em sua prática profissional: imagine que você concluiu o curso de Bacharelado em Teologia e se inscreveu para uma vaga de professor numa faculdade privada que busca especialistas para dar aulas na área. A contratação se dá mediante um processo seletivo ao qual todos os candidatos ao cargo devem se submeter. Determinado, você decide participar da seleção, que é dividida em três etapas: uma prova escrita, uma prova didática e uma entrevista. Pronto para resolver este desafio?

Seção 4.1

Revolução Industrial

Diálogo aberto

Nesta seção abordaremos a Revolução Industrial. Marco tecnológico, econômico e social da história, o processo de industrialização teve desenvolvimento inicial na Inglaterra do século XVIII. Como veremos, diversos fatores contribuíram para este protagonismo britânico. Dali para o Continente e depois para o globo, a Revolução Industrial, principalmente em sua forma de mecanização do trabalho, teve impacto fundamental na constituição da vida e sociedades modernas. Onde você mora, existem indústrias (de qualquer porte)? Como isto afeta o cotidiano das pessoas que aí habitam? Se não existem, como você imagina que isso pode ocorrer?

Você, então, concluiu o curso de Bacharelado em Teologia e se inscreveu para uma vaga de professor substituto numa faculdade privada que busca especialistas para dar aulas na área. A contratação se dá mediante um processo seletivo ao qual todos os candidatos ao cargo devem se submeter. Determinado, você decide participar da seleção, que é dividida em três etapas: uma prova escrita, uma prova didática e uma entrevista.

A prova escrita é uma redação sobre o seguinte tema: "A Revolução Industrial, cujo processo se iniciou no Reino Unido no século XVIII, provocou transformações profundas nas sociedades ocidentais, em especial na relação com o trabalho. Cite e explique um exemplo da maneira como as religiões (por exemplo, a Igreja Católica Romana) lidaram com estas transformações". Como você desenvolveria seu texto?

Não pode faltar

Trabalhadores urbanos no Antigo Regime

Como vimos anteriormente, a organização do trabalho urbano na Europa Ocidental no final do período medieval se dava em torno das guildas. Em que pese o crescimento urbano e populacional desde então (entre 1600 e 1750, a população de Londres triplicou e a de Paris mais do que dobrou), além da própria expansão comercial com produtos oriundos de todo o globo, isto ainda era uma verdade no século XVIII.

Na maioria dos países europeus daquele período, como a França e a Espanha, mercadores e artesãos se organizavam em guildas de ofício determinadas pelos produtos por elas vendidos ou produzidos. Um dos motivos

é que o estabelecimento de uma guilda conferia privilégio, outorgado pelos governantes, do monopólio sobre a produção e venda de artigos manufaturados. Ao mesmo tempo, isso possibilitava a taxação de tais artigos pelos governantes, gerando receita para os estados.

Lembremos que estes estados compunham, em sua maior parte, o que se convencionou chamar a partir da Revolução Francesa de 1789, de **Antigo Regime**, isto é, um sistema social e político aristocrático calcado num governo absolutista. Embora servisse inicialmente para designar a monarquia francesa dos séculos XV a XVIII, a expressão passou a categoria historiográfica aplicada à maior parte da Europa Ocidental no período moderno.

A Europa Ocidental, em meados do século XVIII, também testemunhou o aumento das profissões liberais, particularmente o número de advogados. Os formados em Direito assumiam posições como burocratas e cortes legais. Escolas de Medicina também formavam médicos, embora não necessariamente cirurgiões, estes pertencentes a uma outra classe profissional (que incluía inclusive antigos barbeiros). Isso porque, embora algumas universidades ensinassem anatomia, as técnicas cirúrgicas eram, na sua maioria, aprendidas na prática. Daí o prestígio dos cirurgiões militares, cujas habilidades foram desenvolvidas em campo de batalha.

Outro fator impactante do cenário urbano e trabalhista do período, resultante da expansão econômica e do crescimento populacional, foi a consolidação de uma sociedade de consumo. Por exemplo, a Grã-Bretanha dobrou a importação de tabaco entre 1670 e 1730; na França, a importação de açúcar quadruplicou no início do século XVIII em relação ao período anterior. Chá, chocolate e café tornaram-se produtos do consumo cotidiano. Isto afetou os empreendimentos. Os cafés, por exemplo, somavam 2 mil na Inglaterra dos anos 1700. Em 1740, a média é que havia ao menos 2 por cada vila inglesa. Paris, Berlim e mesmo cidades interioranas como Leipzig, na Alemanha, também seguiram a tendência.

O consumo também não se restringia aos produtos coloniais, mas também mobiliário (como mesas, cadeiras, espelhos, armários), maquinaria (como relógios) ou arte (como pinturas e gravuras). A demanda crescente criava mais empregos e ainda mais renda, num ciclo que se autoalimentava.

Exemplificando

Daniel Defoe (1660-1731), autor de *Robinson Crusoé*, descreve assim o consumo crescente e seus efeitos na sociedade britânica dos oitocentos:

> “Nosso povo, em geral, está em boas circunstâncias. Quero dizer, os de classe média, mercadores ou industriais, vivem toleravelmente bem, e seu bem-estar proporciona o vasto consumo [de

> produtos] estrangeiros, bem como da produção interna. Fato este que não é rivalizado por qualquer nação no mundo [...] Que vilas populosas surgiram por conta de nosso manufatores em poucos anos! Como nossas vilas se transformaram em cidades, e pequenas vilas (dificilmente conhecidas nos tempos antigos) cresceram em populosas cidades. (DEFOE, 1737. p. 79)

Manufaturas e mudanças no trabalho na Europa

Ao menos desde o século XVI na Inglaterra, em parte para contornar as guildas, alguns manufatureiros passaram a empregar trabalhadores das áreas mais interioranas para produzir bens. Esta mudança na indústria doméstica (chamada, algumas vezes, de protoindustrialização) contribuiria para o que seria mundialmente conhecida como Revolução Manufatureira. Neste estágio da produção, privilegiava-se mais o aumento da capacidade de produção do que o desenvolvimento de novas formas produtivas, calcadas em tecnologias inovadoras, como se deu no período posterior.

A base manufatureira britânica expandiu consideravelmente no século XVIII. Se nos anos 1500 um quarto da população inglesa trabalhava em ocupações não relacionadas ao campo, nos anos 1750 este número aumentou para cerca de metade. E a grande responsável pela mudança deste cenário foi a indústria têxtil.

A paisagem interiorana inglesa de meados do século XVIII em diante pode ser descrita como um contínuo número de cabanas ou moradias pequenas nas quais residiam trabalhadores encarregados de fiar a lã trazida por seus empregadores. Estes traziam as matérias-primas (lã ou algodão) produzidas ou nos próprios **cercamentos** ingleses ou nas colônias britânicas, e depois recolhiam os produtos produzidos (em geral, roupas), mediante pagamento, para levá-los para os próximos estágios do processo de produção (tingimento, por exemplo). Esta organização do trabalho ficou conhecida como **sistema *putting-out*** ou **sistema doméstico** e era utilizada também na produção de outros bens, como calçados, seguindo a mesma lógica.

Assimile

Chama-se cercamento (*enclosure*, em inglês) o processo de delimitação das terras pertencentes às elites inglesas, destinando-as às pastagens para a criação de ovelhas (fonte da lã), e consequente expulsão dos camponeses que ali viviam.

A ideia do cercamento em si não era nova, podendo ser datada em 1380, e mesmo até os anos 1700 ela não era praticada por todo país. Mas o aumento do preço dos produtos têxteis, principalmente na região continental da Flandres, na atual Bélgica e Holanda, além do influxo de

metais vindos das Américas, fez com que os grandes proprietários de terras inglesas transformassem suas terras em pastos, visando o lucro do comércio têxtil.

Exemplificando

> [...] Foi o grande senhor feudal que, na mais tenaz oposição à Coroa e ao Parlamento, criou um proletariado incomparavelmente maior tanto ao expulsar brutalmente os camponeses das terras onde viviam e sobre as quais possuíam os mesmos títulos jurídicos feudais que ele, quanto ao usurpar-lhes as terras comunais. O impulso imediato para essas ações foi dado, na Inglaterra, particularmente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e o consequente aumento dos preços da lã. A velha nobreza feudal fora aniquilada pelas grandes guerras feudais; a nova nobreza era uma filha de sua época, para a qual o dinheiro era o poder de todos os poderes. Sua divisa era, por isso, transformar as terras de lavoura em pastagens de ovelhas. (MARX, 2011. p. 965)

Desta maneira, Karl Marx (1818-1883), filósofo e sociólogo de origem alemã, analisa o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra. Segundo o autor, tal sistema teria se fundamentado na consolidação dos cercamentos.

Pesquise mais

As origens agrárias do capitalismo, destacadas pela teoria marxiana acerca dos cercamentos, é tema de debate desde os escritos de Marx. Afinal, não seria o capitalismo um produto das cidades e seu meio urbano *per se*? No artigo a seguir, Ellen Meiksins Wood analisa a questão: WOOD, E. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica Marxista**, v. 1, n. 10, 2000, p. 12-29.

Assim, concomitante à crescente populacional, muitas pessoas foram colocadas à disposição da indústria têxtil. Vivendo nos casebres a baixos salários e jornadas de trabalho exaustivas, muitas delas ainda alugavam os equipamentos de tear dos mercadores têxteis.

Uma vez que a indústria caseira era organizada por casas, as mulheres tinham papel determinante na economia doméstica, inclusive ensinando seus filhos. Ainda assim, estes trabalhadores também trabalhavam no campo, em suas próprias terras ou de outrem. Por isso, não era incomum que a produção têxtil parasse à época das colheitas.

Exemplificando

Na imagem a seguir, nós vemos a típica atividade industrial têxtil britânica do século XVIII: baseada na residência dos trabalhadores, estes se encarregavam do processo de cardagem, isto é, desembaraçar as fibras de lã e algodão em preparação para a fiação em fio ou linha. Note como três gerações da família se envolvem no processo. O trabalho era de pequena escala e de mão de obra intensiva, daí a ideia da paisagem de onde se realizavam ser descrita como um contínuo de casebres. Tal cenário se transformaria com a introdução da mecanização da produção.

Figura 4.1 | A manufatura do linho na Grã-Bretanha, *c.* 1783

Fonte: https://www.bl.uk/collection-items/two-illustrations-of-18th-century-textile-production. Acesso em: 16 dez. 2018.

O processo de industrialização na Inglaterra

Um avanço-chave no processo produtivo inglês ocorreu em 1776. Foi quando James Watt (1736-1819) desenvolveu um eficiente **mecanismo a vapor** que poderia ser usado para, entre outras coisas, movimentar automaticamente a maquinaria têxtil. Dali, as inovações reforçavam-se umas às outras. Nos anos 1780, por exemplo, Edmund Cartwright (1743-1823) aproveitou o mecanismo de Watt para desenvolver o **tear mecânico**, que poderia ser manuseado por uma criança e ser capaz de produzir o equivalente a uma dezena de vezes o que um adulto produziria num tear manual. No final do século, novas maquinarias automatizadas seriam reunidas em fábricas que contratavam homens, mulheres e crianças pouco qualificados para substituir tecelões de carreira.

Diversos fatores contribuíram para o fato da Inglaterra ser o berço da Revolução Industrial. Um deles foi o aumento expressivo da população em mais de 50% na segunda metade do século XVIII. Isso não só gerava **mão**

de obra como também **mercado de consumo** para os produtos, especialmente os têxteis. Outro fator é que a Inglaterra tinha uma boa provisão de **capital privado**, derivado principalmente dos investimentos e lucros comerciais das **propriedades coloniais**. Estas por sua vez também forneciam **matérias-primas**, como o algodão das ilhas caribenhas e do Sul dos Estados Unidos, complementadas por suas próprias riquezas naturais em carvão e ferro. Não se pode esquecer também do papel da **educação científica** por meio das sociedades de letrados, uma das formas mais proeminentes do Iluminismo na Grã-Bretanha. Por fim, uma relativa **estabilidade política**, compartilhada entre coroa, Parlamento e confissões religiosas, permitiu que o processo se desenvolvesse sem maiores percalços. Sem contar o próprio apoio governamental aos negócios: desde o Ato de Navegação em meados do século XVII até a proteção dada pela Marinha Real Inglesa aos navios mercantes, passando por medidas mais imaginativas, como a lei, datada do final do século XVII, determinando que todos os mortos fossem enterrados trajando roupas (em geral, de lã). Uma medida que, motivos morais à parte, beneficiava os produtores de roupas.

Em que se pese a todo desenvolvimento positivo relacionado à produção, não se pode dizer que os trabalhadores desfrutavam de uma condição semelhante, entretanto, fosse no sistema doméstico, fosse nas fábricas, eles tinham poucas proteções contra as flutuações do mercado. Sempre que a demanda por tecidos caía, os manufatureiros simplesmente não compravam das famílias produtoras. Centenas de milhares de famílias poderiam ser reduzidas à bancarrota em períodos de escassez de comida ou superprodução. Tecelões manuais em diversas ocasiões resistiram aos estabelecimentos dos teares à vapor, acreditando que eles os desempregariam. Foi o caso, por exemplo, da rebelião de 1811 e 1812, onde grupos de tecelões manuais destruíram a maquinaria de fábricas e moinhos em cidades como Yorkshire e Lancashire, na Inglaterra. Para restaurar a ordem e proteger a indústria, o governo enviou o exército e passou uma lei punindo a destruição de máquinas com a morte.

Reflita

Desde o início da industrialização foi tema de debate se o processo melhorou ou piorou o padrão de vida dos trabalhadores. Para cada argumento, existia um contra-argumento. Há quem argumentasse, por exemplo, que as fábricas ofereciam empregos melhor remunerados para os trabalhadores; outros, respondiam que as fábricas tomavam o trabalho dos artesãos, como os tecelões manuais, deixando-os à beira da morte pela fome. Apoiadores da industrialização sustentavam que as fábricas davam às mulheres um trabalho remunerado; seus opositores

argumentavam que as fábricas destruíam a família, ao tirar as mulheres do lar. Por meio da produção em massa, a industrialização possibilitou o barateamento dos bens, tornando-os mais acessíveis; em contrapartida, ressaltavam alguns, a produção em massa causava grande impacto ambiental (poluindo o ar, reduzindo florestas), além de prejudicar a saúde dos trabalhadores em jornadas exaustivas de trabalho.

Estes debates sobre os benefícios e custos da industrialização – inspiradores dos sistemas explicativos de mudanças econômicas e sociais, como o liberalismo, o socialismo e o comunismo no século XIX – continuam até hoje. Eles têm por base, em geral, dados estatísticos, isto é, medidas quantitativas das condições de vida de uma determinada sociedade em quaisquer domínios imagináveis. Por exemplo, ao relacionarem a altura de uma pessoa ao seu bem-estar econômico, cientistas sociais argumentavam, no século XIX, que a industrialização era benéfica à população uma vez que a média de altura dos soldados britânicos era maior que a de qualquer outro da Europa. Obviamente, à época destas teorias, fatores genéticos não eram considerados.

Tendo isto em mente, como você mediria o padrão de vida das pessoas hoje em dia? E quais as virtudes e os defeitos da utilização de dados estatísticos na determinação de um padrão de vida?

O processo de industrialização, particularmente após 1750, engendrou também mudanças visíveis na sociedade inglesa. Uma delas foi a transformação da paisagem urbana. Além do crescimento populacional já ressaltado anteriormente, Londres, por exemplo, ao se consolidar como um centro financeiro mundial, também abrigava o maior porto que se tinha notícia, tornando-a uma cidade verdadeiramente cosmopolita (em finais do século XVIII, dois terços dos residentes londrinos não tinham nascido na cidade). Além disso, subúrbios industriais, habitados por trabalhadores fabris, surgiram rapidamente, como na cidade de Manchester, a "metrópole dos fabricantes". E, à medida que as cidades se desenvolviam, diversos outros locais de sociabilidade e lazer surgiam, como teatros e salas de concerto, clubes privados, sociedades científicas, cafés e pistas de corridas (de cavalos, cachorros).

Obviamente, estes novos espaços não estavam abertos a todos. Com o crescimento da produção industrial, do comércio e das cidades, os enriquecidos mercadores aspiravam novas posições sociais. E, embora fosse raro a admissão à nobreza (diferente de alguns países continentais, como a França e a Espanha, onde a compra dos títulos nobiliários eram mais comuns), a ascensão à elite britânica não era limitada por barreiras culturais ou legais, possibilitando que banqueiros, mercadores e profissionais urbanos, ao se tornarem também proprietários de terras, estabelecessem-se como parte da ***gentry***, a elite rural inglesa.

Outro aspecto decorrente das transformações anteriormente citadas, foi o aumento do controle social, principalmente sobre as camadas mais pobres da população. Como o Parlamento britânico representava os interesses dos ricos proprietários de terras, medidas legislativas favoráveis a estes proprietários eram, sem surpresa, aprovadas. Foi assim que, entre 1760 e 1810, a Câmara dos Comuns adicionou 63 penas capitais aos crimes contra à boa ordem, à autoridade ou à propriedade.

De fato, desde o século XVI, havia na Inglaterra uma legislação específica punindo a vagabundagem e mendicância. No reinado de Henrique VIII (1509-1547), cerca de 10.000 pessoas foram executadas por serem consideradas vagabundas, isto é, desempregadas. Tais medidas encontravam justificativa no discurso acerca dos pobres, divididos entre "dignos" e "indignos", isto é, aqueles verdadeiramente merecedores ou não de piedade e caridade. Estas categorias refletiam uma crença de que muitos, se não todos, os pobres, eram indigentes por conta da preguiça e que a punição rígida seria suficiente para findar o problema da mendicância. Os especialistas divergem nas interpretações sobre estes fatos. Alguns, a partir das interpretações do sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), ligam tais evidências às ideias protestantes acerca do valor do trabalho não só para a sociedade, mas como símbolo da graça divina. Outros, de inspiração marxiana, viram nestes fatos uma decorrência da maturação do sistema de exploração capitalista, uma vez que forçavam a entrada das pessoas no mercado de trabalho, independentemente do valor a elas pago por seus serviços (ANTUNES, 2004).

Independentemente da leitura, o fato é que tais condições, aliadas às precárias condições de trabalho, às intempéries conjunturais às quais estas populações estavam submetidas (fomes e doenças, por exemplo), além da pouca ou quase nula representação política, tornar-se-iam fermento para a insatisfação. Rapidamente populações, inclusas aí as da Europa continental e da América do Norte, viriam a se rebelar contra os privilégios da aristocracia. Como demonstra as notícias recebidas por um membro do Parlamento britânico em 1792:

> "Um número considerável de pessoas em Bernard Castle [Inglaterra] manifestou descontentamento pela constituição, e as palavras 'Não ao Rei', 'Liberdade' e 'Igualdade' foram escritas na Cruz do Mercado. (WILBERFORCE *apud* THOMPSON, 1987, p. 112)

Se o final do século XVIII testemunhou os princípios de uma "revolução" industrial, na qual as máquinas tiveram papel decisivo, também testemunharia as "revoluções burguesas", estas protagonizadas por pessoas.

Pesquise mais

> “Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. (THOMPSON, 1987, p. 13)

Com estas linhas, Edward P. Thompson introduz sua obra *A formação da classe operária inglesa*. Nela, o historiador inglês tenta adicionar um elemento humanizado à história social, sendo crítico àqueles que transformaram os membros da classe trabalhadora em mera estatística. Thompson se esforça em recriar a experiência de vida das classes trabalhadoras inglesas entre 1780 e 1832, seu período de formação. A obra de Thompson, originalmente publicada em 1963, tornar-se-ia um estudo extremamente influente para a história social do trabalho e além:
THOMPSON, E. **A formação da classe operária inglesa**. 3 v. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Sem medo de errar

Pensou em como desenvolver sua redação na primeira etapa do processo seletivo para a vaga de professor substituto numa universidade privada?

O essencial aí é ter em mente que os examinadores não avaliam apenas o conteúdo (isto é, aquilo que foi escrito), mas a maneira como ele foi elaborado: a construção do raciocínio e o encadeamento de argumentos.

Por isso, ao se deparar com uma questão como esta, não se sinta impedido em apresentar seus conhecimentos do assunto. Mas lembre-se: conteúdo não é tudo, forma e coesão também são pontos importantes. Quanto à forma, nem é preciso dizer que uma letra legível e com o mínimo de rasuras é essencial. O corretor deve ser capaz de ler sua resposta, afinal.

Quanto à redação, uma sugestão de tema de como as religiões lidaram com as transformações causadas pela Revolução Industrial é a encíclica *Rerum Novarum* (“Sobre as coisas novas”, em tradução livre) do Papa Leão XIII, de 15 de maio de 1891.

Como se sabe, um dos fatores decisivos na consolidação da Revolução Industrial na Inglaterra foi o aumento expressivo da população na segunda metade do século XVIII. Isso não só gerava mão de obra como também mercado de consumo para os produtos, especialmente os têxteis.

Segundo a teoria marxista, introduzida por Karl Marx em seu *O Capital*,

especialmente os capítulos 26 e 32, a alta populacional aliada à mecanização do trabalho – onde uma máquina dispensava o trabalho de dezenas de trabalhadores – permitiu: i) a criação de demanda para os produtos manufaturados; ii) o pagamento mínimo pelo trabalho, dado a enorme massa trabalhadora de reserva; iii) a exploração da produção, já que trabalhadores desqualificados não só se tornaram responsáveis pela produção, mas também poderiam produzir mais, em menos tempo (ponto resumido na ideia de mais-valia, de Marx). Nesse sentido, a exploração do trabalho e do trabalhador se tornou uma questão social.

A encíclica de Leão XIII, direcionada a todos os bispos, versava sobre as condições de vida dos trabalhadores, afetadas profundamente pela Revolução Industrial. Embora rejeitasse o socialismo e o fim da propriedade privada, o texto papal defendia a associação sindical, além de criticar duramente as relações entre o governo, industriais e trabalho. Os problemas sociais daquele período eram atribuídos à falta de valores morais de uma sociedade que se distanciava cada vez mais da ética cristã. Por isso, Leão enfatizava a caridade como meio de se alcançar a justiça social, mas não somente limitada à ela, mas também a melhor distribuição da riqueza gerada pelos novos tipos de produção industrial, além da intervenção estatal na proteção da classe operária.

Vê-se que se atentou essencialmente à posição da Igreja Católica Romana quanto ao processo da industrialização desencadeado pela Revolução Industrial. Mas seria possível apresentar outras perspectivas, como a ideia protestante que coaduna valor do trabalho à ideia de prosperidade, divinamente determinada, tal qual postulou a teoria weberiana acerca da ética protestante e o desenvolvimento capitalista.

Faça valer a pena

1. Figura 4.2 | Paisagem de Barmen (ALE) em 1870

Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/File:Barmen_(1870).jpg. Acesso em: 16 dez. 2018.

A figura anterior, obra de August von Wille (1828-1887), representa a cidade de Barmen, na Alemanha, em seu período inicial de industrialização. A paisagem compartilha muitas das características vistas na Inglaterra cerca de um século antes.

Acerca do princípio do processo de industrialização na Inglaterra do século XVIII, é correto afirmar que:

a) De início, o processo industrial privilegiava mais o aumento da capacidade de produção do que o desenvolvimento de novas formas produtivas, daí a expansão da produção manufatureira nas residências dos trabalhadores, destacando-se os têxteis.
b) Os cercamentos tiveram pouco ou nenhum impacto no desenvolvimento da indústria doméstica inglesa, uma vez que os suprimentos de matéria-prima, especialmente de lã, provinham das colônias.
c) O sistema *putting-out* (ou sistema doméstico), símbolo da nova organização do trabalho manufatureiro, consistia no emprego de diversos trabalhadores em grandes fábricas sob supervisão dos proprietários das máquinas empregadas na produção.
d) A organização do trabalho nesta época se centrava exclusivamente na figura masculina, uma vez que o tear manual requeria grande esforço físico para operação.
e) O emprego massivo de trabalhadores na produção industrial, a exemplo da indústria têxtil, teve como resultado o colapso da produção agrícola, cuja demanda de trabalhadores passou a não ser atendida.

2. "[...] Um quarteirão uma vez notável por sua limpeza e ordem; ele lembrava das casas brancas e seus pequenos jardins de flores, e a aparência decente que elas criavam junto as suas famílias nos mercados, ou na adoração pública. Estas casas hoje são uma massa de imundície e miséria." (TENNANT *apud* THOMPSON, 1966, p. 269, tradução nossa)

O excerto anterior é a transcrição da fala de Emmerson Tennant, um representante de Belfast (Irlanda do Norte) na Câmara dos Comuns, proferida em 28 de julho de 1835. Levando em conta o texto-base e seus conhecimentos sobre as transformações ocorridas em meio à Revolução Industrial, avalie as afirmações a seguir:

I. Um avanço-chave no processo produtivo inglês ocorreu em 1776. Foi quando James Watt (1736-1819) desenvolveu o tear mecânico.
II. O desenvolvimento tecnológico, essencialmente o motor da Revolução Industrial, beneficiou também as condições de vida e trabalho da nascente classe operária inglesa.
III. Tecelões manuais em diversas ocasiões resistiram ao estabelecimento dos teares à vapor, acreditando que eles os desempregariam, como nas rebeliões de 1811 e 1812 nas cidades de Yorkshire e Lancashire, na Inglaterra.

IV. A destruição de máquinas passou a ser considerada crime punível de morte pelo governo britânico.

São corretas as afirmações:

a) Apenas I e II.
b) Apenas III e IV.
c) Apenas I e III.
d) Apenas II e IV.
e) Apenas I e IV.

3.

> "Que seja desde então promulgado pela mais Excelente Majestade Real, pelo Conselho e Consentimento dos Senhores Espirituais, Temporais e Comuns, neste presente Parlamento reunidos, e pela Autoridade dos mesmos, que [...] Qualquer pessoa capaz de manter a si mesmo, plena ou parcialmente, ou sua família, pelo Trabalho ou por outros Meios, e voluntariamente se recuse ou negligencie a fazê-lo, pela Recusa ou Negligência, ele ou ela, e qualquer um de sua Família ou qualquer um a que ele ou ela seja legalmente ligado a manter, devam ser responsabilizados em qualquer Paróquia, Cidade ou Lugar, das quais eles devem ser legalmente removidos pela Ordem das Duas Justiças de Paz [...]. (UNITED KINGDOM, 1824, [s. p.], tradução nossa)

Considerando o excerto anterior e seu contexto de produção, julgue Verdadeiro (V) ou Falso (F) as afirmativas a seguir:

( ) O processo de industrialização na Inglaterra engendrou também uma tentativa de controle social da população mais pobre.
( ) O Parlamento britânico, instância legislativa do governo inglês, representava exclusivamente os interesses da elite rural britânica, da qual os produtores industriais não faziam parte.
( ) A punição da vagabundagem era decorrente de um discurso sobre a pobreza que procurava distinguir os verdadeiros merecedores de caridade.
( ) Os historiadores interpretaram a punição da vagabundagem como um resultado lógico do sistema de exploração capitalista, uma vez que forçava a entrada das pessoas no mercado de trabalho, independentemente do valor a elas pago.

A sequência correta de afirmativas Verdadeiras (V) e Falsas (F) é:

a) F - V - F - V.
b) V - V - F - F.

c) V - F - F - V.
d) F - V - V - V.
e) V - F - V - F.

Seção 4.2

Revolução Francesa

Diálogo aberto

Caro aluno,

O *caput* do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nossa constituição, determina o seguinte: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]". Esses são alguns dos direitos básicos de qualquer cidadão que viva no território brasileiro. Mas você já parou para pensar como esses direitos, em especial a menção à liberdade e à igualdade, foram parar no artigo? Acredite, durante muito tempo eles não foram tomados como essenciais pelas sociedades. No entanto, foi a partir da Revolução Francesa de 1789 que estes ideais alcançaram altíssima proeminência, influenciando todo o Ocidente. Nesta seção abordaremos como isso se deu no processo revolucionário francês, do seu início com a convocação dos Estados Gerais em 1789 à ascensão de Napoleão Bonaparte ao cargo de Primeiro Cônsul em 1799.

Retomando a situação do exame seletivo para a vaga de professor substituto numa faculdade privada, a segunda etapa é composta por uma prova didática. O tema sorteado para a aula teórica a ser exposta pelo candidato é a relação entre indivíduo e instituições públicas no contexto das revoluções atlânticas da segunda metade do século XVIII. Como você prepararia esta aula?

Não pode faltar

Revolução Francesa

Figura 4.3 | "Os homens tomaram a Bastilha, as mulheres tomaram o Rei!"

Fonte: https://goo.gl/R1t6fb. Acesso em: 26 dez. 2018.

Em 5 de outubro de 1789 milhares de mulheres atravessaram os cerca de 20 quilômetros que separavam Paris do Palácio de Versalhes, local no qual habitava a monarquia francesa. Elas demandavam a ajuda do rei contra a fome que se espalhava pelo país, bem como a garantia de que ele não interferisse no movimento revolucionário. Após invadirem o palácio, a multidão, que agora era composta de todo tipo de gente, escoltou a família real de volta à Paris, para onde se mudaria. A Figura 4.3 é uma estampa comemorativa do ato, feita ainda nos anos 1790. A memória de sua realização permaneceria na imaginação histórica posterior: "Os homens tomaram a Bastilha, as mulheres tomarem o Rei!" descreveria o historiador francês Jules Michelet no século XIX (MORIN, 2014). Três meses após tomarem a **Bastilha**, uma fortaleza real e símbolo da autoridade monárquica na capital francesa, em **14 de julho de 1789**, pessoas comuns forçavam o rei da França a responder suas queixas. Tinha início a **Revolução Francesa**.

Pesquise mais

Revolução. A palavra em si tem um sentido cíclico, das coisas que retornam para um ponto inicial. É assim que vemos o movimento dos planetas ao redor do Sol, por exemplo. Mas, depois de 1789, *revolução* passou a ter outro significado: a de uma tentativa consciente de transformar a sociedade.

Foi nesse sentido que Karl Marx a empregou quando escreveu sobre o comunismo. Da mesma maneira que os franceses revolucionários derrubaram a monarquia e a aristocracia "feudal", pavimentando o caminho para o desenvolvimento capitalista, o proletariado industrial poderia derrubar os capitalistas para instalar o comunismo. Essa associação, reforçada pela teoria marxista produzida desde então – Lênin (1870-1924) chegou a erigir monumentos a Robespierre e Danton na Rússia após a Revolução de 1917 –, levou aqueles que se opõem ao comunismo a também criticarem a Revolução Francesa.

É o caso do historiador francês François Furet. Ele argumentou que a Revolução Francesa pode ser vista como a origem do totalitarismo, uma vez que ela encarnava uma "ilusão política", isto é, a crença de que o povo por si só poderia transformar as relações econômicas e sociais através da revolução política. Dada a resistência humana a rápidas transformações, segundo o autor, os revolucionários tiveram que usar da força e terror para implementar sua sociedade utópica. Assim, "revolução" seria uma ideia problemática para Furet.

O historiador francês descreve suas teorias em várias obras, duas delas, fundamentais para a questão, foram lançadas em português:

- FURET, F. **Pensar a Revolução Francesa**. São Paulo: Edições 70, 1983.
- FURET, F. **A revolução em debate**. São Paulo: EDUSC, 2001.

Para um panorama historiográfico sobre a Revolução Francesa em seus dois primeiros centenários, recomenda-se o artigo a seguir de Eric Hobsbawn:

- HOBSBAWM, E. De um centenário a outro. In: **Ecos da Marselhesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 81-104.

A França absolutista e a crítica iluminista

A Revolução Francesa se apresentou como o primeiro desafio efetivo a uma monarquia absolutista na Europa. Uma das vertentes desse "desafio" foi a crescente popularidade de um discurso que valorizava a liberdade frente os privilégios sociais, políticos e econômicos da aristocracia. Sem dúvidas, um desdobramento das ideias iluministas acerca dos direitos individuais.

A crítica iluminista sublinhava principalmente a igualdade de direitos e as formas de governar, colocando a monarquia francesa sob escrutínio da opinião pública. Quando Luís XV, de modo unilateral, fechou o Parlamento de Paris em 1771, seus oponentes reagiram adotando o discurso iluminista, acusando-o de agir de forma despótica. À medida que os jornais cobriam os assuntos políticos, tornando-os conhecidos do público em geral, fomentava-se cada vez mais uma ideia de participação política, ainda que ela fosse severamente restrita.

A França dos anos 1780 se configurava como um estado cheio de privilégios, direitos, tradições e jurisdições. Nobres e grupos profissionais como as guildas contestavam qualquer demanda de eliminação de privilégios. Concomitantemente, a separação social entre a nobreza e os plebeus ricos diminuía. Isto porque ao longo do século XVIII, diversas famílias compraram seus títulos de nobreza, e com isso o direito à isenção de taxas. A insatisfação com esta situação reforçava a demanda por reformas.

E a oposição política tomava também formas artísticas. Foi o caso da comédia *As Bodas de Figaro* escrita em 1778 por Pierre de Beaumarchais (1732-1799) e proibida por Luís XVI por difamar a nobreza. A estreia da peça em 1784 causaria grande alvoroço na opinião pública francesa, tendo em vista suas denúncias dos privilégios aristocráticos, e daí alguns historiadores a viram como prenúncio das transformações que aconteceriam cinco anos depois (FÉHER, 1990. p. 40).

França, EUA e as Revoluções Burguesas

Entre 1787 e 1789, revoltas em nome da liberdade romperam na Holanda, nos domínios austríacos nos Países Baixos (atual Bélgica e Luxemburgo), Polônia e, como se sabe, na França. Ao mesmo tempo, o recém-independente

Estados Unidos da América preparava sua constituição federal. Historiadores se referiram a estas revoltas como as "**revoluções atlânticas**" por conta de tais movimentos ocorrerem nos países banhados pelo Atlântico. Há também quem se refira às revoltas como "**revoluções burguesas**", pela proeminência que os sujeitos oriundos desse estrato social ganhariam ao fim de tais movimentos.

Mas a Revolução Francesa é um capítulo à parte nessa história. Não somente porque a França era o mais rico, poderoso e populoso estado à época no Ocidente, mas também porque sua revolução foi a mais violenta, duradoura e, possivelmente, influente.

Após ser derrotada pela Inglaterra na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), a França recuperou algum prestígio internacional ao apoiar os americanos em seu processo de independência. A monarquia mesmo mostrou-se aberta a promover reformas, como demonstrado na garantia de direitos civis aos protestantes em 1787. Mas o fim dos anos 1780 trariam dificuldades extremas ao governo, especialmente de natureza fiscal. Rapidamente, o agravamento da situação provocaria uma crise sem precedentes.

Os problemas fiscais da França foram enormemente agravados por seu apoio aos americanos contra a Grã-Bretanha na luta pela independência. Quase metade do orçamento anual do estado francês era usado para pagar os credores, entre eles os bancos suíços.

Assimile

Independência dos EUA. Embora tenha se concluído apenas no tratado de paz de 1783, o processo de independência norte-americana remonta, ao menos até a década de 1770, em especial ao episódio da Festa do Chá de Boston em 1773, quando um protesto contra as taxações impostas pelo governo britânico levou este último a ameaçar a usar a força para manter o controle das colônias americanas. Os líderes americanos, em congresso, organizaram um exército para enfrentar as tropas britânicas. A declaração de independência foi anunciada em 1776, que fortemente inspirada nos ideais iluministas, afirmava o direito à liberdade. Escaramuças entre os agora independentes americanos e a antiga metrópole inglesa ainda ocorreriam até o encerramento do conflito em 1783.

Frente ao crescente déficit, a coroa submeteu, em 1787, um pacote de reformas visando a uniformização dos impostos sobre as propriedades rurais à Assembleia de Notáveis, um grupo seleto de nobres, clérigos e oficiais. Mas o grupo recusou o programa, assim como o Parlamento de Paris. O rei, então **Luís XVI** (r. 1774-1792), ordenou o exílio dos membros do parlamento.

A decisão, porém, contrariou a opinião pública, que o chamava de tirano. Pressionado, Luís conclamou a reunião dos **Estados Gerais**.

Os Estados Gerais eram um corpo de representantes originários dos três estados, ou ordens, da França: **o clero (Primeiro Estado)**, **a nobreza (Segundo Estado)**; e **o restante, ou plebeus (Terceiro Estado)**. Ocorre que a **proporção representativa entre os Estados era completamente desigual**: o clero, que detinha cerca de 10% da terra da França, e a nobreza, que possuía cerca de 25% da terra, gozavam de isenções fiscais, privilégios senhoriais e outros arrendamentos impostos sobre os plebeus e tinham o mesmo poder de voto que o Terceiro Estado, que representava cerca de 95% da população (DOYLE, 2001. p. 25-26). Por isso, antes das eleições dos Estados Gerais em 1789, foi demandado ao rei que dobrasse o número de representantes do Terceiro Estado, equiparando-os numericamente aos outros dois combinados. A sugestão foi acatada pela coroa, mas o voto individual não. Como resposta, a opinião pública, tomada agora por panfletos ao invés dos jornais, censurados pelo rei, vocalizou a intenção do voto individual dos representantes. Críticas ao sistema e rapidamente à monarquia tornaram-se frequentes, a ponto de mesmos os camponeses, distantes dos centros de poder e em sua parte iletrados, organizarem-se pela abolição dos aumentos de impostos.

Estes movimentos ocorreram concomitantes à diversas crises sociais que acometeram a França naquele período. Uma delas foi a **severa escassez de alimentos decorrente das más colheitas de 1788**, causando também uma alta de preços ao longo do início de 1789. A produção têxtil também via recorrente queda desde 1786, culminando na demissão de milhares de trabalhadores ao longo deste período. A tensão social se agravava cada vez mais, e os meses seguintes seriam caracterizados pelos historiadores como **Grande Medo**, pelo pânico que os aristocratas franceses sentiram em relação aos ataques dos camponeses.

Assim, quando os representantes do Terceiro Estado e seus apoiadores declararam-se uma **Assembleia Nacional**, de poder legislativo próprio mediante voto individual, e a consequente ameaça de Luís em usar a força para contê-los, o movimento irrompeu em revolta. Os parisienses em luta saquearam depósitos de armas e cereais. Em **14 de julho de 1789**, uma multidão armada marchou contra a **Bastilha**, uma prisão fortificada símbolo da autoridade real. Depois de uma intensa batalha na qual morreram centenas de cidadãos, os oficiais da prisão se renderam. Por toda França, protestos contra a falta de alimentos se tornaram focos de revolta locais e a administração real começou a ruir. Tinha início o processo revolucionário francês.

O processo revolucionário francês

Como observado, a Revolução Francesa se caracterizou também por ser duradoura. Isto porque o processo se desenrolou por aproximadamente dez anos, entre 1789 e 1799. E também não foi unívoco, podendo ser dividido em fases.

Inicialmente, os revolucionários franceses tentaram estabelecer uma monarquia constitucional baseada nos princípios iluministas de direitos humanos e governo racional. **A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, a nova constituição da França, foi fruto deste esforço. A Declaração garantia **a liberdade religiosa e de imprensa, isonomia de impostos e igualdade perante à lei**, além de estabelecer o **princípio de soberania nacional**, ou seja, a partir daquele momento, o rei derivaria sua autoridade da nação ao invés de uma tradição ou direito divino.

Reflita

Quando, em agosto de 1789, a Assembleia Nacional aprovou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, ela abriu caminho para discussão dos direitos de vários grupos sociais, como mulheres, de ascendência africana e escravos. Em dezembro de 1789, Stanislas Marie Adélaïde, conde de Clermont-Tonerre (1757-1792) e deputado por Paris, fez o seguinte pronunciamento na Assembleia Nacional:

> “Senhores, na declaração que vocês acreditam ter colocado à cabeça da constituição da França, vocês estabeleceram, consagraram, os direitos do homem e do cidadão. No trabalho constitucional que vocês prepararam, em relação à organização dos municípios, trabalho aceito pelo Rei, vocês fixaram as condições de elegibilidade que se pode demandar aos cidadãos. Parece-me, Senhores, que não há mais nada a fazer e que os preconceitos devem se calar face à linguagem da lei. Mas um honorável membro nos fez conhecer que os não-católicos de algumas províncias passam ainda por alguns aborrecimentos fundados nas leis antigas, e se vêem descartados das eleições e dos empregos públicos; um outro honorável membro reclamou contra o efeito do preconceito que persegue algumas profissões. Este preconceito, estas leis, forçam-lhes a se explicarem; eu tenho a honra de apresentar-lhes a redação de um decreto, cuja redação eu defendo. Nele, estabeleço o princípio de que as profissões e os cultos não podem jamais serem motivos de inegibilidade [...]. (CLERMON-TONERRE, 1878, p. 754, tradução nossa)

O conde, que seria executado pela revolução em 1792, advoga pelo

fim da exclusão de elegibilidade baseada em profissão e religião. Ao pronunciar todos os homens livres e iguais, a Declaração entendia quais "homens"?

A França se tornava assim, à semelhança da Inglaterra, uma monarquia constitucionalista. Nos anos 1790 a 1792, outras profundas transformações ocorreriam no país. A reorganização da Igreja Católica, por exemplo, foi uma delas: em 1790, a Assembleia Nacional ordenou que o clero fizesse um voto de lealdade à **Constituição Civil do Clero**, na qual se propunha várias reformas na hierarquia eclesiástica, como a eleição livre de seus membros pelos cidadãos, assim como o pagamento de impostos por parte das igrejas.

Decorrente de uma tentativa de fuga frustrada para Áustria, com qual a rainha Maria Antonieta, esposa de Luís, tinha parentesco, o rei declarou guerra ao império austríaco, numa tentativa que os historiadores interpretaram como contrarrevolução. A ideia seria enfraquecer internamente a França para que a monarquia e nobreza pudessem novamente se apossar do controle do país. Mas à medida que as tropas austríacas avançavam sobre o território francês, os revolucionários adotaram posturas mais extremistas e em agosto de **1792**, atacaram a residência real, o palácio das Tulherias em Paris. Outros episódios de violência se seguiram, como a execução de presos e pessoas suspeitas de espionagem. Em setembro do mesmo ano, a **Assembleia Nacional aboliria a monarquia**, instituindo pela primeira vez na história a república. Por fim, em dezembro, após votação pelos representantes eleitos, o **Luís XVI seria guilhotinado**. Iniciava-se a fase do Terror.

Assimile

Quando se fala de "revolucionários" ou "Assembleia Nacional", tratava-se, obviamente, não de um grupo unívoco. Existiam diferenças internas entre os deputados eleitos, representativos de diversas opiniões e alinhamentos políticos. Assim, convém falar um pouco mais detidamente sobre alguns deles:

Sans-culottes: literalmente "sem-culote", uma espécie de calça justa que se apertava na altura dos joelhos e uma indumentária típica da nobreza, denominados assim pela aristocracia para designar os plebeus de Paris, como artesãos e trabalhadores. Foram eles que atacaram o Palácio das Tulherias em 1792.

Jacobinos: assim eram denominados os deputados que frequentavam o Clube Jacobino, formado em 1789 num antigo monastério. De caráter republicano, o Clube Jacobino de Paris encabeçava uma rede política nacional de clubes, com representantes nas maiores vilas e cidades da França.

Após a queda da monarquia em 1792, os jacobinos se dividiram em dois

grupos: os **girondinos** e os **montanheses**. Nomeados por seus líderes serem originários do departamento de Gironde, no sudoeste da França, os girondinos tinham caráter mais moderado. Ao contrário dos montanheses, nomeados assim pois seus deputados sentavam-se nos assentos mais altos da Assembleia Nacional, e cujos votos decidiram a pena capital de Luís XVI.

A execução do rei, porém, não resolveu os problemas do regime. A guerra, por exemplo, demandava cada vez mais fundos e contingentes de soldados, e a simples sugestão de se implantarem impostos gerou uma massiva resistência em diversas regiões da França. Como resposta a estas pressões, a Assembleia Nacional deu ao **Comitê de Segurança Pública** a responsabilidade de supervisionar a distribuição de alimentos, ocupar-se da guerra e extirpar os contrarrevolucionários. O líder deste comitê, **Maximilien Robespierre** (1758-1794), destacar-se-ia por também desejar criar uma "república de virtudes", no qual o governo deveria ensinar, ou forçar, os cidadãos a se tornarem republicanos virtuosos através de um massivo programa político. Ao mesmo tempo, o esforço bélico alcançou níveis nunca antes vistos, como o recrutamento universal para o exército, além do direcionamento da indústria para a fabricação de armas. Em 1794, a França passara da posição defensiva para a atacante, invadindo os Países Baixos austríacos e atravessando o rio Reno. Foi assim que tomou forma o **Terror**, no qual a **guilhotina** tornou-se o instrumento de governo mais terrível, suprimindo qualquer forma de dissensão.

O programa do Terror foi além de medidas pragmáticas em relação ao combate dos inimigos internos e externos. Ele incluía um esforço de "**república total**", isto é, provocar também uma **revolução cultural** no sentido de transformar por completo o pensamento vigente à época. Assim, ao mesmo tempo que censurava aquilo que considerava contrarrevolucionário, o governo encorajou a arte que tinha por objeto os ideais da república, festivais cívicos (muitas vezes sobrepondo as festas cristãs, num claro movimento de descristianização, e estabelecendo um modelo de religião cívica segundo as ideias de Rousseau), a elaboração de um programa de educação elementar para garotos e garotas, e até a regulação da vida cotidiana, como a introdução de um novo calendário baseado na Revolução e a responsabilização do Estado por competências civis (registro de nascimentos, casamentos e mortes e novas leis de divórcio, por exemplo).

Mas ao se intrometer em assuntos de religião, cultura e vida cotidiana, a república inevitavelmente encontraria resistência. Estas tomaram formas simbólicas, como panfletos condenando a república, ou procissões cristãs e mesmo a entoação de canções laudatórias à monarquia, ou violentas, como revoltas em decorrência da escassez de alimentos e das políticas religiosas,

assassinatos e a guerra civil aberta. Este foi o caso da **rebelião de Vendeia** (Vendée, em francês) **em 1793**, que culminou na execução de milhares de rebeldes e a morte de centenas de soldados da Guarda Nacional, o exército da Revolução.

Na esteira dessa resistência, Robespierre tentou controlar unilateralmente a Assembleia Nacional, principalmente expurgando opositores. Começando pela supressão dos clubes e sociedades populares, como a Sociedade das Mulheres Republicanas Revolucionárias, que havia desempenhado papel ativo na política dos *sans-culottes*. Outra medida foi prender e executar opositores políticos, fossem eles "ultrarrevolucionários" ou "indulgentes", incluso entre eles **Georges Jacques Danton** (1759-1794), figura destacada no Comitê de Segurança Pública e amigo pessoal de Robespierre. Em 1794, um em cada cinco franceses foram aprisionados por suspeita de traição, e a taxa de execuções em Paris chegou a 26 por dia naquele verão.

O período do Terror veio ao fim quando, temendo ser sua vez de serem condenados, os deputados se uniram e forçaram a prisão de Robespierre e seus apoiadores, com o presidente do Tribunal Revolucionário de Paris e o comandante da Guarda Nacional parisiense, cujo contingente tomou partido da Assembleia rebelada. Robespierre foi preso e mandado à guilhotina em 28 de julho de 1794.

Esse movimento de reação à política de Terror ficou conhecido como "**Reação Termidoriana**", em função de ter ocorrido no mês Termidor do calendário revolucionário (julho). O novo governo soltou centenas de suspeitos, acordou tréguas com os rebeldes internos (como em Vendée), além de abolir o Tribunal Revolucionário. Os jacobinos, partidários das políticas de Robespierre, sofreram particular derrota ao serem não só expulsos da Assembleia Nacional, como tiveram seu clube fechado. Em 1795, uma nova constituição foi preparada pela Assembleia e o governo seria compartilhado entre ela e um corpo executivo, **o Diretório**, liderados por cinco diretores. O regime do Diretório se manteria por quatro anos, lidando principalmente com as consequências do Terror. A revolução entraria numa nova fase. Entre 1795 e 1799, a república se manteria firme na França, mas seu esforço se direcionaria à guerra externa. A revolução se colocava em marcha a fim de libertar a Europa.

Os franceses diretamente anexaram os territórios papais no sul do país já em 1791, Nice e Savóia em 1792 e os Países Baixos austríacos (hoje Bélgica e Luxemburgo) em 1795. Foram criadas também diversas "repúblicas-irmãs, na região da atual Holanda e em diversas cidades italianas, como as Repúblicas Cisalpina, Romana e Napolitanas, formadas respectivamente em 1797, 1798 e 1799. Mas todo este esforço traria ao poder o homem que pessoalmente desmantelaria a república. Mesmo jovem, ele galgaria rapidamente

a hierarquia do exército francês, tornando-se general e liderando ele mesmo as conquistas da república. Seu nome era **Napoleão Bonaparte** (1769-1821), e após ser nomeado pela Assembleia Nacional como Primeiro Cônsul, um título recuperado da antiga república romana, em 18 de Brumário do ano VIII da Revolução (9 de novembro de 1799 no calendário gregoriano), ele passou a centralizar o poder e a perseguir opositores. Em 1802 ele se proclamaria cônsul vitalício, e, em 1804, com a benção do papa, coroaria a si mesmo como imperador. Tinha fim a Primeira República francesa e consigo a própria Revolução.

Assimile

Maiores eventos da Revolução Francesa	
5 de maio de 1789	Convocação dos Estados Gerais
17 de junho de 1789	O Terceiro Estado se proclama Assembleia Nacional
14 de julho de 1789	Queda da Bastilha
26 de agosto de 1789	Assembleia Nacional aprova a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*
5 de outubro de 1789	Marcha das mulheres até Versalhes
12 de julho de 1790	Constituição civil dos clérigos
20 de junho de 1791	Tentativa de fuga de Luís XVI
20 de abril de 1792	Declaração de guerra ao Império Austríaco
10 de agosto de 1792	Insurreição de Paris e ataque ao palácio das Tulherias
22 setembro 1792	Proclamação da República
21 de janeiro de 1793	Execução de Luís XVI
11 de março de 1793	Início do levante de Vendée
27 de julho de 1793	Robespierre é nomeado chefe do Comitê de Segurança Pública
4 de fevereiro de 1794	Escravidão é abolida nas colônias francesas
Março a Abril de 1794	Prisão, julgamento e execução de opositores, incluso Danton. Ápice do Terror.
27-29 de julho de 1794	Prisão, julgamento e execução de Robespierre.
26 de outubro de 1795	Instalação do governo do Diretório

1796-1799	Campanha vitoriosa de Napoleão Bonaparte na Itália
1799	Napoleão é proclamado Primeiro Cônsul

Aspirando por liberdade, a revolução que estremeceu a França também alterou, de forma permanente, o cenário político do Ocidente. Entre 1789 e 1799, a monarquia como forma de governo deu lugar à república, cujos líderes eram eleitos. A aristocracia, assentada sobre direitos hereditários, foi alijada em favor de direitos civis equânimes. O poder não tinha mais como fundamento o direito divino ou a tradição, mas a nação. O governo revolucionário tentou ensinar novos valores, classificados como "republicanos", fazendo uso de um novo calendário, de festivais cívicos e mesmo de um "culto" à república. Seu exemplo inspirou potenciais revolucionários por todo o mundo, inclusive nas colônias francesas, como no movimento de independência do Haiti entre 1791 e 1804.

Mas evitemos pensar exclusivamente em uma "lenda dourada" da Revolução Francesa. Os mesmos revolucionários que proclamaram ter como objetivo os direitos humanos e o governo democrático, explicitamente excluíam as mulheres da participação política oficial (votar e ter representantes na Assembleia Nacional). Foi o caso de **Olympe de Gouges**, pseudônimo de Marie de Gouze (1748-1793), defensora dos direitos das mulheres e veemente crítica do governo jacobino que foi executada pela Revolução. O espírito nacionalista, invocado por eles para inspirar seus compatriotas, também serviu à invasão do território de outros povos. Mesmo os ideais de educação universal, tolerância religiosa e participação democrática não puderam prevenir a perseguição, prisão e execução de oponentes políticos, acentuado no período do Terror, mas não exclusivo dele.

Estes contrastes deram a brecha para que Napoleão, aproveitando-se de seu sucesso militar e político, encaminhasse a França em outra direção. E com ela, toda a Europa. Foi assim que, em 1803, tiveram início as Guerras Napoleônicas.

Exemplificando

Visões sobre Revolução Francesa

O impacto da Revolução Francesa foi imediato. Seus contemporâneos quase imediatamente começaram a refletir sobre as lições e possíveis consequências daquele evento. Abaixo, estão duas visões particularmente distintas do processo revolucionário. O primeiro é de Edmund Burke (1729-1797), irlandês e membro do parlamento britâ-

nico. Apoiador da independência dos norte-americanos, ele se opôs à Revolução Francesa. O segundo é uma resposta aos escritos de Burke, feita por Thomas Paine (1737-1809), que também foi membro do Parlamento, mas imigrou para as colônias inglesas na América e apoiou sua independência. Paine foi inclusive eleito para a Assembleia Nacional em 1793, em reconhecimento por seus escritos a favor da Revolução.

1. Edmund Burke. *Reflexões sobre a Revolução Francesa* (1790).

> Posso agora parabenizar a mesma nação [França] por sua liberdade? É por que a liberdade, de forma abstrata, pode ser classificada entre as bênçãos da humanidade, que eu deva felicitar seriamente um louco, que escapando de suas vestes restritivas e a escuridão de sua cela, restaura sua alegria de liberdade e de luz? Devo parabenizar um ladrão de estradas ou um assassino, que escapado da prisão, recuperou seus direitos naturais? [...] O governo não é feito da virtude dos direitos naturais, os quais podem e devem existir em total independência dele; e existem em maior clareza, e em maior grau de perfeita abstração: mas a abstração perfeita é seu defeito prático. Por ter direito a tudo, eles querem tudo [...] A ciência de construir uma república [commonwealth], ou renová-la, ou reformá-la, não é, como todo ciência experimental, ensinada *a priori*. [...] Para fazer-nos amar nosso país, nosso país deve merecer ser amado. (BURKE; PAINE, 1973, p. 19, 71-74, 90-91, tradução nossa)

2. Thomas Paine. *Os Direitos do Homem* (1791).

> Antes que qualquer coisa possa ser tomada como conclusão, certos fatos, princípios, ou dados, para refletirmos a partir deles, precisam ser estabelecidos, admitidos ou negados. O sr. Burke, com seu usual ultraje, abusa da *Declaração de Direitos do Homem*, publicada pela Assembleia Nacional da França como a base da Constituição na qual a França foi construída. [...] Isto quer dizer que o sr. Burke nega que o homem tenha quaisquer direitos? Se ele o faz, ele precisa então admitir que não existem estas coisas como direito em qualquer lugar, e que ele próprio não tem. Pois, quem está no mundo se não o homem?
>
> [...] Uma constituição não é algo só de nome, mas um fato. Ela não é uma ideia, mas tem existência real. E em qualquer lugar que ela não possa ser produzida em forma visível, não existe uma. Uma constituição é algo que *antecede* o governo, e o governo só é uma criação da constituição. A constituição de um país não é um ato de seu governo, mas do povo constituindo aquele governo. (BURKE; PAINE, 1973, p. 302, 305-306, 309, tradução nossa)

Sem medo de errar

Conseguiu preparar sua aula para a prova didática do processo seletivo para vaga de professor substituto? Antes de pensarmos a questão do conteúdo em si da aula, é preciso ter em mente seus aspectos formais. O primeiro passo é estabelecer um plano ou roteiro de aula: de onde você parte e onde quer chegar. Obviamente, isso é muito influenciado pelo tema sorteado para aula, que neste caso, trata-se da relação entre indivíduo e instituições públicas no contexto das revoluções atlânticas da segunda metade do século XVIII. Assim, é essencial discernir os conteúdos principais do tema, que podem ser divididos em indivíduo, instituições públicas, revoluções atlânticas e segunda metade do século XVIII. Sua aula deverá, obrigatoriamente, abordar estes conteúdos.

Outro ponto importante é ter em conta o tempo que você terá de exposição. Em geral, as aulas têm duração mínima de 50 (cinquenta) minutos e máxima de 60 (sessenta) minutos, o tempo de uma aula universitária padrão. Mas podem haver ajustes, de acordo com o processo seletivo e interesses da instituição. A questão é se planejar no tempo dado.

Um diferencial neste tipo de prova é o uso de documentos. No contexto das revoluções atlânticas da segunda metade do século XVIII, dois deles se destacam em relação ao tema sorteado. Considere os excertos documentais a seguir:

> “São verdades incontestáveis para nós; todos os homens nascem iguais; o Criador lhes conferiu certos direitos inalienáveis, entre os quais os de vida, o de liberdade e o de buscar a felicidade; para assegurar esses direitos se constituíram homens-governo cujos poderes justos emanam do consentimento dos governados; sempre que qualquer forma de governo tenda a destruir esses fins, assiste ao povo o direito de mudá-la ou aboli-la [...]. (DECLARATION OF INDEPENDENCE, 1776, [s.p.], tradução nossa)
>
> E
>
> ‘A lei é a expressão da vontade geral; todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou por seus representantes, à sua formação; ela deve ser a mesma para todos, seja protegendo, seja punindo. Todos os cidadãos, sendo iguais a seus olhos, são igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo sua capacidade e sem outras distinções que as de suas virtudes e de seus talentos.’ (CONSEIL CONSTITUTIONNEL, art. 6º, 1789, tradução nossa).

O primeiro se trata da Declaração de Independência dos Estados Unidos de 1776, e o outro da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, cuja origem remonta à Revolução Francesa em 1789, duas daquelas consideradas "revoluções atlânticas" pelos especialistas. Assim, você pode localizar historicamente seu argumento. Obviamente, informações sobre estes dois processos (como, quando, onde ocorreram) são necessários.

A partir disso, deve-se entender como os documentos abordam a relação dos indivíduos e as instituições públicas. Tendo como pressuposto que ambos os documentos são, em certa medida, princípios de constituição, isto é, lei fundamental que regula os direitos e deveres dos cidadãos de determinado país, há um claro apelo nos documentos acima para que os indivíduos tomem parte neste processo e que os quadros de governo, em seus mais diferentes níveis, sejam por eles compostos.

Constatação que abre caminho para uma comparação entre os dois processos revolucionários. Há uma evidente semelhança ideológica entre ambos. Um elemento disto é o compartilhamento de vocabulário, como as palavras "liberdade" e "igualdade". Além disso, o sentido geral dos textos é bem semelhante, aludindo aos princípios básicos que regeriam a nação, respectivamente Estados Unidos e França, além de determinar a forma de governo (democracia) e sobre o que ela se assenta (os cidadãos). Nesse ponto, você pode (deve!) comentar as relações entre Estados Unidos e França no processo de independência americano, e como ambos os documentos compartilham dos ideias iluministas. A menção a Thomas Paine é um diferencial, pois o político britânico refletiu sobre os dois processos revolucionários. Uma outra sugestão é demonstrar como a historiografia lidou com ambos os eventos, seja qualificando-os como "revoluções atlânticas", seja como "revoluções burguesas".

Como há limitação nesta etapa, aprofunde-se no conteúdo o quanto lhe for confortável. O essencial é produzir uma aula lúcida e coerente. Com isto, você tem os elementos básicos para preparar sua aula, atacando os pontos essenciais do tema proposto. Obviamente, ela pode se desdobrar em outros aspectos. Consegue imaginá-los?

Faça valer a pena

1.

Figura 4.4 | "O despertar do Terceiro Estado"

Fonte: https://goo.gl/1TQvzt. Acesso em: 26 dez. 2018.

A figura acima, elaborada na França em 1789, representa o choque da sociedade estamental francesa da época.

Com base na ilustração, assinale a alternativa correta a respeito da Revolução Francesa:

a) A Revolução Francesa foi a primeira experiência de contestação da monarquia absolutista na Europa Ocidental.
b) A participação popular na Revolução Francesa só se deu por intermédio da nobreza francesa, descontente com a política centralizadora de Luís XVI, e se deu forma pacífica.
c) A convocação dos Estados Gerais em 1789 possibilitou a imediata proclamação da República, a primeira na história da França.
d) Os movimentos políticos na França do fim dos anos 1780 se deram também pelas diversas crises sociais que se abatiam sobre o país, como a escassez de alimentos e desemprego.
e) A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* foi aprovada pela Assembleia Nacional no fim do processo revolucionário, em 1799, sob os auspícios do Primeiro Cônsul, Napoleão Bonaparte.

2.

> Em 5 de outubro de 1789, as vendedoras de peixe de Paris e outras mulheres das camadas populares, acompanhadas por soldados da Guarda Nacional, marcharam a Versalhes para protestar contra a escassez e o preço do pão. A crise era de subsistência, mas o tom, político. O rei Luís XVI se recusava a aceitar os decretos aprovados pela Assembleia Nacional no mês de agosto, entre eles a importante Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. (MORIN, 2014, [s.p.])

Com base no texto e em seus conhecimentos sobre a Revolução Francesa, analise as afirmativas a seguir:

I. A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* tinha por princípio básico o fim da propriedade privada, fato este que influenciou os discursos socialistas posteriores.
II. A Assembleia Nacional se formou, em 1789, como contraposição do Terceiro Estado à negativa de Luís XVI em equiparar os três Estados na votação dos Estados Gerais.
III. A participação das mulheres no processo revolucionário foi abertamente aceita, contando inclusive com assentos na Assembleia Nacional quando da instauração da República em 1792.
VI. Diversos grupos sociais integravam a Revolução, entre eles os *sans-culottes*, como era designado o povo comum de Paris por sua semelhança com os ideais libertários da aristocracia local.

A alternativa que contém as afirmativa(s) correta(s) é

a) Somente I é verdadeira.
b) Somente II é verdadeira
c) Somente III é verdadeira.
d) Somente IV é verdadeira.
e) Todas são verdadeiras.

3.

> Se a economia do mundo do século XIX foi constituída principalmente sob a influência da Revolução Industrial britânica, sua política e ideologia foram constituídas fundamentalmente pela Revolução Francesa [...] Foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas ideias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e as políticas europeias (ou mesmo mundiais), entre 1789 e 1917, foram em grande parte lutas a

> favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários princípios de 1793. (HOBSBAWN, 1996, p. 9)

A respeito da Revolução Francesa e seus desdobramentos, avalie as afirmativas a seguir:

1 - A grande influência dessa revolução, do ponto de vista histórico, reside no fato dela poder ser entendida também como um movimento social de massa, abarcando a insatisfação tanto das camadas populares quanto dos proprietários de terras e dos mercadores.
4 - A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão representou o acordo entre os intelectuais revolucionários e os intelectuais de inspiração monarquista, uma vez que almejava a instalação de uma monarquia constitucionalista na França pós-1789.
8 - O golpe de 18 Brumário representou a queda do governo do Diretório, regime que representava os interesses dos girondinos.
16 - A Revolução Francesa teve pouco ou nenhum impacto entre seus contemporâneos, uma vez que foram as Guerras Napoleônicas, empreendidas por Bonaparte a partir de 1803, que atraíram adeptos e opositores pela Europa até sua derrota em 1815.

A soma da(s) alternativa(s) correta(s) é:

a) 5.
b) 9.
c) 12.
d) 21.
e) 24.

Seção 4.3

Cultura popular e historiografia da Idade Moderna

Diálogo aberto

Caro aluno, você certamente já ouviu uma história que começa mais ou menos assim: "Era uma vez...". E daí se desenrolam os mais diferentes relatos fantásticos. Estas histórias, comumente apelidadas de "contos de fada", são relatos daquilo que os estudiosos do tema chamam de "**folclore**", ou seja, o conjunto de crenças populares de uma região expressas em canções, contos, danças entre outras coisas.

A iniciativa de coletar estas histórias populares começou no início do século XVII, mas tornou-se uma verdadeira corrida principalmente no final do século XVIII e início do XIX. Diversos fatores contribuíram para isto, como veremos no material a seguir. Mas já fique atento: mais do que se restringir às "histórias de faz de conta", estes movimentos tiveram desdobramentos importantes para a sociedade nos séculos posteriores, principalmente se vistos sob a ótica de movimentos fundacionais.

No espírito da imaginação que está presente nesta seção, relembre-se do cenário que lhe apresentamos antes: concluído o curso de Bacharelado em Teologia, você se inscreveu para uma vaga de professor substituto numa faculdade privada que busca especialistas para dar aulas na área. A contratação se dá mediante um processo seletivo ao qual todos os candidatos ao cargo devem se submeter. A essa altura você já está na terceira etapa do processo seletivo: a entrevista. No horário e local marcados, você se depara com três professores do departamento no qual você pretende ingressar. Após uma breve introdução de si mesmo, eles lhe fazem a seguinte pergunta: "por que o tema da 'cultura popular' suscita tantos debates entre os estudiosos do tema?" Como você responderia esta questão?

Não pode faltar

Cultura popular na Idade Moderna

Segundo o historiador Peter Burke, até o século XV, a cultura europeia, ou ao menos aquela concernente à porção ocidental desta, era uma cultura comum, compartilhada por todos seus habitantes (respeitadas as

particularidades), permeada pelo cristianismo e pelos costumes locais. Em 1800, porém, o clero, a nobreza e a burguesia haviam abandonado a cultura popular às classes baixas, das quais se separariam por diferenças de concepção de mundo (BURKE, 2010, p. 291).

Nesses três séculos, transformações de ordem política, econômica, sociais e religiosas por quais passaram as sociedades europeias, reconfiguraram os códigos e valores associados às elites. Foi um período marcado pela Renascença, Reforma, Contrarreforma, Revolução Científica e Iluminismo, afinal. Destas mudanças e processos, paulatinamente ampliou-se, segundo Burke, a clivagem entre uma cultura erudita e uma cultura popular.

Reflita

Ao se falar em "cultura popular", dois problemas evidentes saltam aos olhos: o que é "cultura"?; e o que é "popular"? A tentativa de responder às duas questões gerou (e gera) debates acalorados entre os acadêmicos. Começando pelo conceito de "cultura". Se até meados do século XX, os especialistas entendiam por "cultura" aquilo que se referia à arte, à literatura ou à música (daí a busca dos folcloristas do século XIX em buscar seus equivalentes populares), a partir dos anos 1970-1980, "cultura" passou a designar tudo aquilo que pode ser aprendido de uma sociedade: seus modos de comer, beber, andar, falar, vestir, relacionar ou morrer para ficarmos nos elementos mais básicos. Ou seja, aquilo que era visto como algo comum, mesmo óbvio, passou a ser encarado particular a cada sociedade, variando no tempo e espaço. Em suma, a "cultura" poderia ser "construída" socialmente, e estaria sujeita então às interpretações sociais e históricas.

A ideia de "popular" também é igualmente problemática. Isso porque ela prescinde de: i) uma divisão entre o que é "popular" e o que é "elite", ou seja, a existência de duas camadas culturais que não se misturariam; ii) o "popular" dá impressão de homogeneidade, como se tudo aquilo não pertencente à elite fosse exclusivamente "popular"; iii) de uma vinculação à contraposição entre classes (ou origens) sociais distintas, como se elites e camadas populares fossem naturais a qualquer sociedade, e inevitavelmente fossem opostas umas às outras, num modelo binário; como se "popular" fosse uma coisa em si, e não uma relação. Assim, mais do que estudar objetos ou conjuntos culturais específicos, tentando enquadrá-los ou não na categoria "popular", seria mais proveitoso refletir os modos como esses conjuntos ou objetos culturais são apropriados, enfatizando convergências e divergências nestas apropriações.

Tendo em conta estas questões e o ambiente em que vive, você consegue imaginar uma prática cultural popular da sua região? Qual?

Mas o que compunha a "cultura popular" da Idade Moderna? Segundo o teórico da cultura e filósofo russo **Mikhail Bakhtin**, a cultura popular se manifestava de maneira múltipla, mas poderia ser dividida em três grandes categorias: os ritos e espetáculos (como festejos carnavalescos e peças representadas em espaços públicos, por exemplo); obras cômicas de natureza diversa, escritas ou orais, em língua latina ou vernacular; e, por fim, as variadas formas e gêneros do vocabulário familiar e vulgar (insultos, juramentos, ditos populares) (BAKHTIN, 2014, p. 4).

Com o surgimento do **romantismo** ao final do século XVIII, que alguns autores viram como reação à excessiva confiança do Iluminismo na razão humana – a publicação d'*Os sofrimentos do Jovem Werther* de Goethe em 1774 é o maior exemplo – o retorno ao folclore e às lendas medievais, contrapondo-se à valorização das idealizações classicistas do período greco-romano, tornou-se motivo para que os intelectuais do período travassem contato novamente com as tradições populares, isto é, diferente daquelas de sua própria origem social e que representariam verdadeiramente o "povo". Seriam as atitudes e os valores expressados em festas, banquetes, feiras, cantigas e contos populares, jogos entre outros veiculados por trupes itinerantes, artistas de rua, contadores de história, pregadores, canções ou peças teatrais.

Exemplificando

> "Era uma vez uma menina que era querida por todos – bastava olhar para ela para gostar dela. Mas quem mais a amava era sua avó, que fazia de tudo para lhe agradar. Um dia, a avó deu a ela um chapeuzinho de veludo vermelho, e a menina gostou tanto que nunca mais quis usar outro, e por isso foi apelidada de Chapeuzinho Vermelho (GRIMM & GRIMM, 2014, [s.p.]).

Assim os irmãos **Grimm**, Jacob (1785-1863) e Wilhelm (1786-1859), iniciam a história da garota que, a pedido da mãe, levaria guloseimas para sua avó. Acadêmicos, os Grimm acreditavam que a língua e as histórias populares eram elementos constituintes da nação. Daí, também, seu empenho em coletar essas histórias que mais tarde conheceríamos por "contos de fada". A iniciativa não era isolada. Na Inglaterra, **Walter Scott** (1771-1832) foi um dos grandes nomes desta corrente. Seu livro de maior sucesso, *Ivanhoe* (1819), contava as lendas da Inglaterra medieval. Na França, **Charles Perrault** (1628-1703) pode ser considerado o grande nome da literatura folclórica, tendo sido pioneiro na busca pelas lendas e pelos contos populares.

Esta iniciativa produziu um conteúdo massivo. Os folcloristas franceses, por exemplo, registraram cerca de 10 mil contos, em diversos dialetos, de todas as regiões francófonas (DARNTON, 1986, p. 30). Tal produção tornou-se um material para estudos das mais variadas áreas, da linguística e literatura à psicologia, passando obviamente pela história.

No caso dos historiadores, em especial aqueles ligados à área da história das mentalidades, os estudos procuraram mapear os temas comuns e as variações desta "cultura popular" pela Europa. Afinal, canções, peças e contos aparecem em múltiplos padrões, combinações ou variações, às vezes da mesma obra. Ainda assim, tipos similares puderam ser observados, como lendas do "fora-da-lei" bondoso, no caso de Robin Hood na Inglaterra, e de Stenka Razin na Rússia.

Assimile

História das mentalidades é uma corrente historiográfica particularmente profícua na França da segunda metade do século XX em que, por meio da análise das representações coletivas, buscava entender as maneiras de se pensar e sentir de um determinado período, em suma, como os sujeitos históricos interpretavam o mundo e lhe conferiam significado.

Outra característica desta abordagem histórica é seu amplo uso dos mais diversos documentos, da literatura aos cemitérios, passando por registros judiciais, testamentos, iconografia e qualquer outra fonte que permita ao historiador perscrutar os sistemas de pensamento de seu objeto histórico, quer ele seja o corpo, a doença, a morte, a sexualidade, a superstição, a festa, a leitura, o medo, a alimentação ou outro. Nomes de destaque desta corrente historiográfica são Philippe Ariès, George Duby, Robert Mandrou, Jacques Le Goff, Roger Chartier, Peter Burke e Robert Darnton e Natalie Zemon Davis.

Uma obra de Davis, aliás, representa bem a história das mentalidades. Trata-se d'*O retorno de Martin Guerre*, em que a autora conta, por meio da análise de um caso judicial, como um impostor assumiu a personalidade de um homem casado, o tal Martin Guerre, e foi levado a julgamento na França do século XVI. Fruto não só de uma pesquisa exemplar e de uma excelente imaginação histórica, o livro de Davis se destaca por demonstrar os embates entre um protestantismo crescente nas mais diversas classes sociais e o conservadorismo cristão, fiel às tradições do matrimônio.

Talvez um dos maiores exemplos dessa "cultura popular" da era moderna seja o **carnaval**. Seus temas, comuns a várias regiões, geralmente giravam em torno da comida, do sexo e da violência, manifestadas na estrutura tripartite do carnaval (procissão, competição e performance). Nesta desordem institucionalizada representada por esta festa-ritual, o carnaval destacava-se pela presença constante do antissemitismo. A figura a seguir ilustra bem a situação.

Figura 4.5 | O embate entre o Carnaval e a Quaresma (1559)

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Combate_entre_o_Carnaval_e_a_Quaresma#/media/File:The_Fight_Between_Carnival_and_Lent.jpg. Acesso em: 8 fev. 2018.

A figura, intitulada *O embate entre o Carnaval e a Quaresma*, do pintor bruxelense Peter Bruegel, trata da luta entre protestantes e católicos em meados do século XVI. Os protestantes são representados pelo Carnaval, "um gordo escarranchado num barril", e os católicos pela Quaresma, "uma velha magra sentada numa cadeira" (BURKE, 1989, p. 231). Para Burke, o Carnaval, posicionado ao lado da taverna, simbolizaria a cultura popular tradicional, enquanto a Quaresma, que se encontra no lado da Igreja, representava a instituição eclesiástica, que como o clero da época, deseja controlar as festas populares.

Mas a cultura popular estava longe de ser estática, estagnada. Peter Burke demonstra como ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII ela gradualmente ganhou dois aspectos importantes: a secularização e a politização. A primeira não se caracterizava apenas pela rejeição da religião num processo de descristianização, mas também pela reconfiguração das escatologias em termos cada vez mais mundanos e menos sobrenaturais, o que Max Weber chamaria de "desencantamento do mundo" no século XIX. Já a politização se caracterizaria pelo aumento da consciência política entre as camadas populares.

Lutero apelara não só aos governantes no contexto da Reforma, mas também ao "homem comum". Neste quesito, a imprensa teve papel fundamental ao massificar as mensagens políticas. Tal mobilização política culminaria, evidentemente, no episódio da Revolução Francesa, como foi discutido na seção anterior.

Pesquise mais

Peter Burke é um autor fundamental ao se pensar a cultura popular na Idade Moderna. De fato, suas obras foram inovadoras não só ao propor o tema da cultura popular de forma ampla e além das categorias tradicionais de cultura (arte, música ou literatura), mas também de propor maneiras metodológicas diferentes para abordá-las (especialmente, a antropologia histórica). Se a leitura integral do livro sugerido a seguir não for possível, ao menos atente-se à introdução e aos capítulos 1 (*A descoberta do povo*) e 2 (*Unidade e diversidade na cultura popular*).

- BURKE, P. **Cultura popular na Idade Moderna**, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras/Companhia de Bolso, 2010.

Historiografia da Idade Moderna

Falar dos historiadores remete-nos à questão da historiografia da Idade Moderna. Esta se desdobra em dois níveis: o que foi produzido como discurso histórico no período entre o ano 1500 e o ano 1800, e as interpretações historiográficas a respeito do mesmo período pelos historiadores até os dias atuais. Comecemos pelo primeiro.

Obviamente, não é possível explorarmos a construção do discurso histórico entre os anos 1500 e 1800 em toda sua profundidade. Um livro inteiro poderia ser dedicado ao tema. Por isso, elencaremos as tendências gerais observadas neste vasto período.

A cultura do Renascimento teve como objeto também a história. Assim, não é surpresa observar que os historiadores dos séculos XV, XVI e XVII buscassem inspiração nas obras clássicas, uma vez que, como definira Cícero (106- 43 a.E.C.), a história seria "mestra da vida" (*magistra vitae*). Maquiavel e seu *Os discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* é exemplo dessa tendência. Durante este período se refinou também as preocupações com o método historiográfico. É o caso do *Methodus* de Jean Bodin (1530-1596), que procurava dar ordem e sentido à crescente escrita sobre o passado, fruto, obviamente, da difusão da imprensa de tipo móvel.

Com a Reforma religiosa na Europa, a dimensão polêmica (como gênero de escrita) da história também alcançou novos níveis, e se podemos atribuir a um momento em que ideologias separaram a escrita da história em campos

distintos seria este. Isto não fez surgir só "histórias alternativas" às correntes, como a da corrupção da Igreja Católica ao longo do período medieval (justificando, assim, historicamente, o movimento protestante), mas também lançou bases para uma história escrita em língua vernacular, na tentativa de alcançar audiências domésticas.

Com o arrefecimento dos conflitos religiosos que marcaram os séculos XVI e XVII, a historiografia europeia do século XVIII expandiu seu escopo consideravelmente além dos temas políticos e eclesiásticos que predominaram desde o Renascimento e a Reforma. Mas isto não quer dizer que a historiografia iluminista era uma oposição radical ao que tinha sido produzido anteriormente. Ao contrário, ela se baseava em muitas das obras produzidas nos dois séculos anteriores, particularmente no enorme *corpus* de conhecimento erudito formado pelos documentos e textos impressos, registros arqueológicos e estudos dos diferentes sistemas legais. Isso possibilitou uma abordagem comparativa nos estudos históricos.

O maior objetivo da historiografia do século XVIII pode ser descrita como a procura por uma síntese e balanço entre o conhecimento erudito e a filosofia. Foi assim que a história do período passou da descrição e narração dos eventos políticos para as reflexões e considerações sobre as civilizações, costumes e maneiras. *O declínio e queda do Império Romano* de Edward Gibbon é exemplo sintomático deste modo de se pensar história. Esta síntese encontraria seu acabamento final na noção de *Volk*, "povo", de Johann Gottfried Herder (1744-1833), que em seu *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit* ("Ideias sobre a Filosofia da História da Humanidade" em tradução livre) de 1784-1791, procurava as características culturais do "povo" germânico que transcendiam as fronteiras políticas daquele momento e lançariam bases para o historicismo e o nacionalismo observados no século posterior.

Sobre as interpretações historiográficas sobre o período moderno, em grande parte já as abordamos ao longo do material. Uma vez que pertencem ao campo da História, elas também passaram por processos semelhantes àqueles comentados sobre a historiografia do período medieval na Unidade 2, Seção 3, quer sejam a ampliação das abordagens e da documentação. O tema da cultura popular, tratado nesta seção, é exemplo maior desta ampliação. Podemos citar ainda a "história vista de baixo" como aquela de Edward Thompson em seu *A formação da classe operária inglesa*, ou da micro-história, como feita por Carlo Ginzburg em seu *O queijo e os vermes*.

Mas talvez a maior inovação a respeito da historiografia da Idade Moderna, e que é algo exclusivo dela, seja o que hoje é denominado entre os especialistas como História Global (ou História Mundial). Na perspectiva destes historiadores, dado o processo das Grandes Navegações nos

anos 1500, o mundo não poderia ser visto exclusivamente a partir de suas fronteiras locais: as pessoas estariam conectadas, em menor ou maior grau, a uma rede de relacionamento de escala global. Mais do que buscar comparações, seria no desenvolvimento conjunto e mutuamente influenciado que se desenvolveria esta história. Se alguns traçam o prenúncio dessa abordagem histórica ao *O Mediterrâneo o mundo mediterrânico na época de Filipe II* de Fernand Braudel (1949), hoje seu grande nome é do historiador indiano Sanjay Subrahmanyam.

Pesquise mais

Especialista do Império Português, Sanjay Subrahmanyam o coloca numa escala euroasiática, entendendo-o como parte de um processo histórico que envolveu não só Portugal e suas colônias, mas também a Turquia, a Pérsia, a Índia, a Inglaterra, a Holanda, o Japão, entre outros. A inovação da obra de Subrahmanyam é ultrapassar os etnocentrismos (inclusive o eurocentrismo), ao recorrer a múltiplos documentos oriundos de perspectivas históricas diversas.

- SUBRAHMANYAM, S. **Impérios em concorrência**: histórias conectadas nos séculos XVI e XVII. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

"**Antigo Regime**" foi como os intelectuais do processo revolucionário francês denominaram o sistema político, econômico e social vigente na França até a convocação dos Estados Gerais em 1789. Mas a partir de 1815, isto é, após a era napoleônica, o conceito paulatinamente passou a ser empregado pelos especialistas para descrever não só a França do final do século XVIII, mas a maioria das sociedades europeias que compartilhavam algumas de suas características desde o período das navegações.

Escrevendo em meados do século XIX, Alexis de Tocqueville via o Antigo Regime como um organismo vivo, um produto de uma evolução natural longa que remontaria às origens da monarquia francesa no fim da Guerra dos Cem Anos no século XV. Esta evolução, segundo Tocqueville, caminharia para um fim violento à medida que seus princípios aristocráticos chocariam-se com o desenvolvimento econômico e social promovido pelo sistema. As perspectivas marxistas, de crescente influência no fim do século XIX e início do século XX, viam o Antigo Regime como a última fase do modo de produção feudal, na qual a exploração agrícola *per se* desmoronaria em 1789. Afinal, o capitalismo e sua classe dominante, a burguesia, cresceram em escala e em poder sob o feudalismo por séculos, irrompendo na Revolução. Por volta dos anos 1950, o Antigo Regime passou a ser descrito como estático e dinâmico ao mesmo tempo, pois, enquanto suas estruturas

jurídica e política alicerçavam-se sobre privilégios e concepções que remontariam às experiências históricas ditas "medievais", seus aspectos econômicos, sociais e culturais apontavam para transformações. Assim, segundo estes autores, a economia capitalista e a burguesia ascendente confrontaram uma monarquia despótica apoiada por ordens privilegiadas determinada a manter sua hegemonia.

Hoje é amplamente aceito que quase nenhum aspecto do Antigo Regime teve um fim tão repentinamente como os revolucionários franceses esperavam quando o nomearam. As instituições, como a monarquia ou a religião cristã, poderiam ser derrubadas e contestadas, mas as ideias e as práticas culturais por elas moldadas não desapareceriam, e sim se transformariam num ritmo mais lento. Foi assim que diferentes "Antigos Regimes" puderam ser reconhecidos em outros locais pelo globo, como no Sacro Império ou na Rússia czarista. Arno J. Mayer chegou mesmo a considerar que o Antigo Regime tenha perdurado até o século XX, sendo responsável pelas duas grandes guerras que acometeram o mundo entre 1914 e 1945 (MAYER, 1981). Assim, os historiadores atualmente procuram menos o fim do Antigo Regime e mais seus prolongamentos, não só em aspectos evidentes como a permanência de regimes monárquicos, mas em estruturas sociais, como a continuidade da desigualdade civil entre status sociais, no qual o exemplo do direito ao voto (de homens e mulheres) é um dos mais sintomáticos.

A partir daqui, iniciamos as reflexões finais de nossa disciplina. Foi uma longa jornada de quase 1500 anos, acompanhando as transformações das sociedades europeias do final do Império Romano à "Era das revoluções". Embora o material tenha tentado explorar diversos aspectos destas interpretações históricas, obviamente elas estão longe de terem sido esgotadas. Esperamos que as discussões aqui propostas sejam apenas uma semente plantada para novas descobertas, indagações e explorações. Como se viu, a história não é estática, e sim construída a partir de interpretações, que se alteram e se adaptam ao longo tempo. Daí um dos aspectos libertadores do conhecimento.

Sem medo de errar

Conseguiu imaginar uma resposta para a questão feita pelos professores-avaliadores em sua entrevista de seleção para o cargo de professor substituto de uma faculdade particular? A seguir, você encontrará alguns comentários sobre este processo e uma possível sugestão de resposta.

A primeira coisa a se considerar antes de responder propriamente à questão é avaliar a intenção de seus avaliadores. Geralmente, eles não julgam apenas o conteúdo da sua resposta, mas também a maneira como você se

expressa. Diferentemente da prova didática, aqui está em jogo sua capacidade de prontamente responder uma questão teórica complexa, como invariavelmente ocorre em salas de aula, mas também em seminários, congressos e outras falas públicas. Então saber minimamente se expressar de forma clara e coesa é um diferencial.

Dito isso, considere a pergunta. Ela com certeza não tem uma forma simples de ser respondida, pois envolve, no mínimo, dois conceitos bastante complexos por si só. Por isso, é essencial ser bastante claro na sua resposta, a fim de não demonstrar confusões em seus próprios pensamentos. Embora entrevistas desse tipo tenham limite de horário, não se deixe levar pelo nervosismo ou pressa. Aproveite o tempo, beba água se for necessário (sua ou oferecida pelo local). Essa pausa é um bom processo para reorganizar as ideias.

Quanto à resposta em si, uma sugestão possível seria a seguinte:

> “O tema da cultura popular suscita tantos debates entre os estudiosos do tema porque, como explicita a própria expressão ‘cultura popular’, articula dois conceitos complexos por si mesmos, a saber ‘cultura’ e ‘popular’. Se defini-los de maneira isolada já demanda estudos avançados, a conjunção dos dois requer muita clareza de seus objetivos. É o caso, por exemplo, dos estudos de Peter Burke sobre a cultura popular na Idade Moderna. Para Burke, ‘cultura’ se dá não só na esfera do que era tradicionalmente entendido pelos especialistas, isto é, suas formas iconográficas, literárias e musicais (remetendo às interpretações oitocentistas do conceito), mas também aos sentidos particulares que cada sociedade deu ao seu modo de viver, por exemplo, comer, falar, vestir ou morrer. A ideia é que estes elementos poderiam ser socialmente construídos, e, portanto, sujeitos às interpretações históricas.
>
> A ideia de ‘popular’, por outro lado, mostrou-se igualmente problemática para Burke, uma vez que seu antigo entendimento implicava na divisão entre o popular e o não popular, isto é, uma cultura própria às elites, também chamada de ‘erudita’. Além disso, ‘popular’ também dava a impressão de homogeneidade, como se tudo aquilo não pertencente à elite fosse exclusivamente ‘popular’. Por fim, cria modelos binários que se contrapõe e nunca se relacionam. Como alternativa às categorizações estanques, o historiador optou por se atentar às maneiras em como os conjuntos ou objetos culturais são apropriados pelas sociedades, sinalizando possíveis convergências e divergências entre os grupos que a compõe.

Em que pesem possíveis diferenças ao trabalho de Burke, é inegável que sua obra se tornou fundamental para todos aqueles que passaram a pensar a cultura popular na História, inclusive em trabalhos publicados no Brasil.

Consegue imaginar outra forma de responder? Alguns pontos expostos podem ser melhor explorados, principalmente com um ou outro exemplo. Citar e resumir a análise feita por Peter Burke sobre o Carnaval, por exemplo, seria bastante pertinente.

Faça valer a pena

1.

> "Foi no final do século XVIII e início do século XIX, quando a cultura popular tradicional estava justamente começando a desaparecer, que o "povo" (o *folk*) se converteu num tema de interesse para os intelectuais europeus. Os artesãos e camponeses decerto ficaram surpresos ao ver suas casas invadidas por homens e mulheres com roupas e pronúncias de classe média, que insistiam para que cantassem canções tradicionais ou contassem velhas estórias. (BURKE, 1500-1800, [s. p.])

Considerando o texto anterior e seus conhecimentos acerca da formação e historiografia da cultura popular na Idade Moderna é correto afirmar que:

a) O conceito de "cultura popular" representa um processo exclusivamente memorialístico, no sentido de preservar a cultura oral das comunidades europeias, sem qualquer ligação com manifestações culturais contemporâneas, como o Carnaval.
b) As transformações por qual passou a Europa entre os séculos XVI e XVII pouco influenciaram no desenvolvimento de uma cultura popular, uma vez que estava mormente associada ao legado cultural medieval.
c) A "redescoberta" da cultura popular pelos intelectuais dos anos 1750 em diante repousaria, segundo os estudiosos do tema, na ideia de que a elite europeia se afastava inexoravelmente da cultura compartilhada com o povo comum, característica do período anterior ao Iluminismo.
d) Ao se falar de "cultura popular", os termos "cultura" e "popular" não se configuram como problemas conceituais, uma vez que especialistas das mais diversas áreas, como historiadores, linguistas e filósofos, já colocaram fim a esta discussão.
e) São exemplos de acadêmicos que contribuíram para o estabelecimento da ideia de "cultura popular" no século XIX os nomes de Philippe Ariès, George Duby, Robert Mandrou, Jacques Le Goff e Roger Chartier.

2.

> “O interesse cada vez maior em cultura popular está, certamente, longe de se restringir aos historiadores. É compartilhado — e vem sendo compartilhado há muito tempo — pelos sociólogos, folcloristas e estudantes de literatura, aos quais vieram juntar-se mais recentemente os historiadores da arte e os antropólogos sociais, sem falar nessa área vagamente definida conhecida na Inglaterra como “estudos culturais”. Entre si, esses grupos produziram um respeitável corpo de trabalhos. (BURKE, 2010, [s. p.])

Embora o autor, no trecho destacado anteriormente, saúde à profusão de estudos em torno da cultura popular, seu entendimento não é unívoco para os especialistas, mesmo entre os historiadores. Considerando o tema da cultura popular e suas questões específicas, julgue Verdadeiro (V) ou Falso (F) as afirmativas a seguir:

( ) Nos últimos anos, o termo “cultura” deixou de se referir apenas à arte, à literatura ou à música, e passou a designar elementos diversos que distinguem uma sociedade da outra, como a alimentação, as vestimentas ou as práticas funerárias.
( ) A expressão “cultura popular” não segmenta a noção de cultura, uma vez que trata de um conjunto coerente e internamente homogêneo no que se refere às suas práticas.
( ) Por “cultura popular” entende-se a cultura do povo, isto é, práticas e modos de viver exclusivos de grupos subalternos da sociedade.
( ) Uma alternativa às categorizações estanques, os especialistas têm atentado às maneiras em como os conjuntos ou objetos culturais são apropriados pelas sociedades, sinalizando possíveis convergências e divergências entre os grupos que a compõe.

A alternativa que contém a sequência correta de afirmativas verdadeiras e falsas é a:

a) V - V - F - F.
b) F - V - F - V.
c) F - F - V - V.
d) V - F - V - F.
e) V - F - F - V.

3.

> “Ao contrário dos preconceitos de muitos pensadores europeus influentes do início do século XIX em diante, formas de historiografias perfeitamente reconhecíveis existiam em longos períodos de tempo e em diversas sociedades, não somente naquelas da Europa, do Mediterrâneo ou da China. (SUBRAHMANYAM, 2015, p. 425)

Sanjay Subrahmanyam é um historiador indiano que advoga, entre outras coisas, novas perspectivas de se pensar as sociedades modernas, rompendo principalmente com o etnocentrismo historiográfico e propondo uma nova maneira de se pensar historicamente o período iniciado pelas Grandes Navegações. Tendo esta abordagem em conta e seu conhecimento sobre a historiografia da História Moderna, avalie as afirmações a seguir:

I. A escrita da história nos séculos XVI e XVII pouco ou nada recuperou do período clássico, uma vez que o modelo de escrita historiográfico se baseava nos pensadores medievais, tais como Tomás de Aquino.
II. As disputas religiosas dos séculos XVI e XVII fomentaram confrontos historiográficos, uma vez que os protestantes procuravam legitimar historicamente suas posições contrárias à Igreja Católica Romana.
III. Uma característica do conhecimento histórico produzido à época do Iluminismo é sua tentativa de síntese e conciliação com a filosofia, produzindo assim reflexões sobre as civilizações do passado ao invés de apenas descrevê-las, embora ainda limitadas pelos contornos nacionais.
IV. A História Global ou Mundial é uma abordagem historiográfica sobre o período moderno datada do final do século XX. Ela justifica a si mesmo com base no alargamento das fronteiras a partir das Grandes Navegações, ao mesmo tempo que seus desdobramentos implicaram na conexão entre diversas sociedades, levando para isso as produções historiográficas locais.

A alternativa que contém as afirmações correta é a:

a) Somente I é verdadeira.
b) Somente I e II são verdadeiras.
c) Somente II e III são verdadeiras.
d) Somente II, III e IV são verdadeiras.
e) Somente IV é verdadeira.

Referências

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARIÈS, P.; DUBY, G. (dir.). **História da vida privada, da Renascença ao século das Luzes**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras/Companhia de Bolso, 2009.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora UNB, 2008.

BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II**. 2 v. São Paulo: Edusp, 2016.

BURKE, P. **Cultura popular na Idade Moderna**, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras/Companhia de Bolso, 2010.

BURKE, E.; PAINE, T. **Two Classics of the French Revolution**: Reflections on the Revolution in France (Edmund Burke) and The Rights of Man (Thomas Paine). Nova Iorque: Doubleday Anchor Books, 1973.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

CHARTIER, R. **Origens culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.

CLERMONT-TONERRE, S. M. A. Discurso do dia 23 de dezembro de 1789. **Archives Parlementaires**, v. 10. Paris: s. /ed., 1878, p. 754-755. Disponível em: https://frda.stanford.edu/fr/catalog/tq270ry8164_00_0758. Acesso em: 26 dez. 2018.

CONSEIL CONSTITUTIONNEL. **Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen, art. 6º, 1789**. Disponível em: https://www.conseil-constitutionnel.fr/le-bloc-de-constitutionnalite/declaration-des-droits-de-l-homme-et-du-citoyen-de-1789. Acesso em: 16 ago. 2018.

DARNTON, R. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIS, N. Z. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DECCA, E. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DEFOE, D. **A Plan of the English Commerce**. Being a complete prospect of the trade of hist nation, as well home as foreign. In three parts. Londres: 1737.

DOYLE, W. **The French Revolution**: a very short introduction. Oxford: OUP, 2001.

FEHÉR, F. **The French Revolution and the Birth of Modernity**. Berkeley: University of California Press, 1990.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

GRESPAN, J. **Revolução Francesa e Iluminismo**. São Paulo: Contexto, 2003.

GRIMM, J.; GRIMM, W. **Contos clássicos** - Jacob e Wilhelm Grimm. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

HOBSBAWN, E. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HOBSBAWN, E. **Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HUNT, L. **Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

IGGERS, G.; WANG, E. **A global history of modern historiography**. Londres/Nova York: Routledge, 2008.

JEAN, L. Charles Perrault's paradox: how aristocratic fairy tales became synonymous with folklore conservation. **Trames**, n. 11 (61/56), v. 3, 2007, p. 276-283.

KARNAL, L. A História Moderna e a sala de aula. *In*: KARNAL, L. (org.) **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2007.

MAQUIAVEL, N. **Discursos Sobre a Primeira Decada de Tito Lívio**. São Paulo: Edusp, 1970.

MARX, K. **O Capital**. v. 1. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAYER, A. **The Persistence of the Old Regime:** Europe to the Great War. Londres: Verso, 1981.

MERRIMAN, J. **A History of Modern Europe**. From Renaissance to the Present. Nova Iorque/ Londres: W.W. Norton & Company, 2010.

MORIN, T. **Virtuosas e Perigosas**: As mulheres na Revolução Francesa. São Paulo: Alameda, 2014.

NATIONAL ARCHIVES. America's Founding Documents. **Declaration of Independence.** 1776. Disponível em: https://www.archives.gov/exhibits/charters/declaration.html. Acesso em: 16 ago. 2018.

SOBOUL, A. **História da Revolução Francesa**. São Paulo: Zahar, 1974.

SOBOUL, A. **A Revolução Francesa**. São Paulo: Difel, 2003.

SUBRAHMANYAM, S. On early modern historiography. *In*: BENTLEY, J et al. **The Cambridge World History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 425-445.

THOMPSON, E. **A formação da classe operária inglesa**, v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **The making of the English working class**. Nova Iorque: Vintage Books, 1966.

UNITED KINGDOM. **Vagrancy Act 1824.** An act for the punishment of idle and disorderly persons, and rogues and vagabonds, in that part of great britain called England. 21 de junho

de 1824. Disponível em: http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1824/83/pdfs/-ukpga_18240083_en.pdf. Acesso em: 16 de dez. 2018.

VOVELLE, M. **A Revolução Francesa, 1789-1799**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2012.

WOOLF, D. Historiography. *In*: HOROWITZ, M. (ed.). **New dictionary of the history of ideas**, v. 1. Detroit/Nova York/San Francisco: Thomson Gale, 2005, p. XXXV-LXXXVIII.

ISBN 978-85-522-1410-6